



## Compilação de fichas descritivas

Encontra neste documento uma compilação de todas as fichas descritivas dos espaços verdes propostos. Encontram-se ordenadas por concelho, freguesia (em cada concelho) e nome do espaço em causa (em cada freguesia).

Para facilitar a navegação existe um índice clicável na página seguinte. Pode facilmente regressar ao índice novamente através da ligação que encontra no final de cada ficha.

Existem recursos adicionais sobre os espaços propostos na internet:

- <http://www.50espacos.campoaberto.org> (portal oficial; cada ficha é complementada com fotografias e informações adicionais);
- <http://picasaweb.google.com/mafaldamorim> (galeria com todas as imagens recolhidas);
- <http://maps.google.com/maps/ms?ie=UTF8&hl=pt-PT&msa=0&msid=113331594153643312961.00045090582dd3311a1a6&t=h&z=10> (cartografia aérea com as delimitações de todos os espaços propostos).

# Índice

<b>Espinho</b>	<b>6</b>
Gruta da Lomba e Picadela .....	7
Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos .....	9
Castro de Ovil .....	11
Bicha das 7 Cabeças.....	13
<b>Gondomar</b>	<b>15</b>
Rio Torto .....	16
Rio Sousa.....	19
Mata de sobreiros .....	24
Rio Ferreira.....	26
Jardim dos Capuchinhos .....	33
Monte Crasto.....	35
Zona agrícola em São Cosme .....	37
Margem do Rio Douro entre o Parque de Campismo e o lugar da Varziela .....	39
Quinta da Formiga .....	41
Quinta do Carreiro .....	43
Ribeira de Longras .....	45
Ribeira de Vila Cova .....	47
Ribeira de Painçais.....	49
Ribeira de Melres .....	51
Futuro Parque da Cidade de Rio Tinto.....	53
Terrenos do ex-Sanatório Montalto .....	55
Mata da Acheira.....	57
Sorte da Lameira .....	59
<b>Maia</b>	<b>61</b>
Monte da Caverneira.....	62
Quintas e campos agrícolas em Águas Santas .....	65
Zona verde circundante ao rio Leça .....	68
Mãe de Água.....	71
Núcleo rural de Cidadelha.....	73
Monte de Santa Cruz.....	75
Núcleo rural de Mandim.....	78
Monte Gonçalves .....	80
Terrenos florestais junto ao Aeródromo Municipal de Vilar da Luz.....	82

Parque Germano Vieira .....	84
Quinta dos Cónegos.....	86
Rio Leça e à Ribeira do Arquinho .....	88
Núcleo de Moinhos de Alvura .....	91
Núcleo de moinhos do Arquinho .....	93
Monte Penedo.....	95
Parque da Vessada.....	97
Quinta do Mosteiro .....	99
Monte Senhora da Hora.....	102
Monte de S. Miguel-o-Anjo .....	104
Lugar de Taím.....	106
Matas da Rua de Friães.....	108
Monte de Santo António .....	110
Núcleo rural de Frejufe .....	112
Núcleo de Moinhos da Várzea.....	114
Parque dos Maninhos .....	116

## **Matosinhos** **118**

Zona rural do Monte Espinho .....	119
Espaço centoecatorze .....	121
Envolvente do Largo da Ermida em S. Mamede de Infesta.....	123
Espaço verde abandonado em S. Mamede de Infesta .....	125
Zona agrícola em S. Mamede de Infesta .....	127
Estrada da Circunvalação.....	129
Montes Caulinos.....	131

## **Porto** **133**

Pinhal de Aldoar .....	134
Quinta da família Carneiro.....	136
Antiga quinta do Eng. Cunha-Lima .....	138
Monte do Forte .....	140
Morro das mimosas .....	142
Parque Oriental .....	144
Quinta da Bouça.....	147
Quinta de Santo António de Águas Férreas.....	149
Quinta do Monte.....	151
Ribeira da Granja.....	153
Caminhos do Romântico .....	156
Parque e cemitério da Igreja de Saint James.....	158
Antigos terrenos agrícolas em Aldoar e Nevogilde.....	160
Quinta da família Botelho de Lacerda Lobo Vilares.....	162
Villa Monte Crasto.....	164

Jardins do Hospital Conde de Ferreira.....	166
Quinta dos Frades Menores Capuchinhos.....	168
Casa da Família Robinson.....	170
Jardim de Espaço Canal.....	172
Jardim junto à VCI.....	174
Pinheiros Mansos e logradouros adjacentes.....	176
Quinta agrícola perto da Prelada.....	178
Quinta da Prelada.....	180
<b>Póvoa de Varzim</b> .....	<b>182</b>
Campos de Masseur.....	183
Monte de S. Félix.....	185
<b>Valongo</b> .....	<b>187</b>
Margens do rio Leça em Alfena.....	188
Ribeira de Tabãos.....	191
Quinta do Dr. Lage.....	193
Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal.....	195
<b>Vila do Conde</b> .....	<b>199</b>
Monte Grande.....	200
Cavadas.....	202
Monte da Pinta.....	204
Reserva Ornitológica do Mindelo.....	206
Monte de Santo Ovídeo.....	209
Quinta do Eng. Carvalho (Pinhal do Menéres).....	211
<b>Vila Nova de Gaia</b> .....	<b>213</b>
Quinta dos Ananases.....	214
Arboreto da Escola EB2 de Canelas.....	216
Serra de Negrelos.....	218
Cabedelo.....	221
Quinta dos Passais.....	223
Quinta Marques Gomes.....	225
Encostas declivosas do Rio Douro.....	228
Rio Uíma.....	230
Quinta do Mosteiro de Grijó.....	233
Dunas de Mira.....	236
Quinta da Alemã.....	238
Margem do rio Douro entre a Ponte D. Maria Pia e a Ponte do Freixo.....	240
Quinta da Fonte Formosa.....	243
Monte Murado.....	246

Quinta do Mosteiro de Pedroso .....	248
Vale das Devesas .....	250
Área adjacente ao Parque Biológico de Gaia.....	252
Espaço verde nas traseiras do Hospital Santos Silva.....	254
Monte da Virgem.....	256
Quinta do Soeime .....	258
Quinta dos Condes Paço Vitorino .....	260
Rio Febros.....	262

# Espinho

# Gruta da Lomba e Picadela

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Margarida Coelho
Espaço proposto por	Rosa Maria Reis

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1546
Nome do espaço	Gruta da Lomba e Picadela
Freguesia	Guetim
Concelho	Espinho
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,01; -8,61. Os dois espaços em questão localizam-se nos lugares da Lomba e da Picadela. Na saída do IC24 Espinho - Picoto, sair em Guetim, seguir pela Rua da Igreja, virar à esquerda na Rua General Humberto Delgado e logo depois na Rua da Quinta da Lomba. Na Rua da Igreja, virar à direita na Rua da Picadela e Travessa da Picadela.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Espaço verde	
Área aproximada	70 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	Trata-se de dois pequenos parques na bacia hidrográfica da Ribeira do Mocho, separados pela Rua da Igreja, em Guetim. A Gruta da Lomba é um espaço de recreio, sobretudo parque de merendas e piqueniques, com algumas árvores centenárias e que possui uma gruta em pedra. De lá irrompe água que em tempos era límpida e própria para consumo da própria fábrica de refrigerantes "Gruta da Lomba" (os conhecidos "pirolitos"). O outrora centro de convívios e piqueniques, ladeado por um vasto pinhal, encontra-se desde há alguns anos num estado de quase abandono. Na Picadela, e ao longo da ribeira há um corredor com salgueiros, amieiros, choupos e carvalhos e, em seu redor, pinheiros, eucaliptos e acácias. Certos locais encontram-se já cobertos de silvas. A fauna representativa integra o coelho bravo, o melro, o pardal, o gaio, a pèga, a enguia e os escalos, segundo informação de populares.

<b>Relevância social</b>	<p>Os Parques da Picadela e Gruta da Lomba são actualmente dois parques de lazer, com utilização da população local. Na Lomba existe o "Parque da Gruta da Lomba", delimitado por um muro, com vários plátanos frondosos, uma pequena gruta com uma fonte e a imagem de uma santa no interior, mesas, churrasqueiras e instalações de apoio (casas de banho, caixotes do lixo). A fábrica de refrigerantes da Gruta da Lomba foi fundada em 1950, por Fernando José Teixeira de Barros, a qual ainda se encontra em actividade. Na Picadela existe um espaço utilizado durante algumas festividades com mesas, um palco e uma barraca de madeira. O local serve para ensaio do Grupo Recreativo de Bombos de São Estevão de Guetim.</p> <p>Um outro aspecto importante a realçar nestes dois parques são os moinhos de água. Na Lomba, ao fundo da Rua da Gruta da Lomba, existe um moinho (já com o rodízio partido) com casa de apoio ainda habitada. Na Picadela, com frente para a Rua da Picadela, existe um moinho de água (segundo os proprietários funcionou durante mais de 300 anos) e um pouco mais a montante, junto ao parque de lazer, existe um outro moinho já em ruínas. Existe ainda um campo desportivo em cada um dos lugares.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>O Parque da Gruta da Lomba pertence à Comissão Fabriqueira da Igreja. O Parque da Picadela foi adquirido pela Câmara Municipal de Espinho. O campo desportivo incluído na Lomba pertence a uma associação do lugar da Idanha (Freguesia de Anta) e o da "Picadela" à Junta de Freguesia de Guetim. A restante área é propriedade privada. No PDM de Espinho, os espaços verdes delimitados pertencem à categoria de "Estrutura Ecológica em Espaço Rural" e às subcategorias: "Áreas Agro-Florestais", "Áreas Ribeirinhas Rurais", "Espaços Rústicos de Usos Múltiplos" e "Áreas de Equipamentos Rurais". A zona que permitiria ligar as 2 áreas pertence (à excepção de uma faixa muito estreita junto à ribeira) à categoria de "Espaços de Urbanização Programada". A faixa estreita ao longo do troço da Ribeira do Mocho está incluída em área de Reserva Ecológica Nacional.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>Existem ameaças à preservação quer do espaço verde em si, quer dos moinhos de água que neles existem. A área verde está ameaçada do crescimento urbano desorganizado, da poluição das águas da ribeira (sobretudo coliformes fecais) e da propagação de espécies vegetais invasoras. Os moinhos de água estão ameaçados pela poluição das águas da ribeira, deposição de lixo e abandono devido à idade avançada dos seus actuais proprietários ou falta de interesse para a sua valorização dos seus herdeiros.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>A Junta de Freguesia de Guetim está a elaborar um plano de manutenção dos dois parques de lazer incluídos na área em questão, estando previsto o seu arranjo paisagístico e a construção de caminhos pedestres ao longo das margens. No moinho de água na Rua da Picadela, o antigo proprietário disponibiliza-se para mostrar e explicar os mecanismos do moinho e contar histórias a ele associadas durante visitas de escolas e a quem se mostrar interessado.</p> <p>Na Gruta da Lomba, a zona florestal é utilizada para trilhos de BTT. Na Picadela, o espaço tem sido mantido em boas condições para a sua utilização em festividades por associações locais, nomeadamente o Grupo Recreativo de S. Estevão de Guetim.</p> <p>Em 2003, através de um protocolo com o clube de ambiente da Escola Secundária Gomes de Almeida, a Ribeira do Mocho era regularmente vistoriada.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Como possíveis intervenções para a preservação destes espaços, sugerem-se a identificação e erradicação dos focos de poluição da Ribeira do Mocho, a criação de um corredor verde a ligar os espaços da Lomba e Picadela, a requalificação da floresta e controlo de espécies vegetais invasoras, a criação de um circuito de manutenção física, aproveitando as instalações dos campos desportivos já existentes para apoio, a definição de percursos pedonais e cicláveis ao longo da ribeira com criação de corredor de passagem até ao mar (extremo norte de Espinho), actualizar a carta de Património Arquitectónico e Arqueológico do PDM de Espinho assinalando a presença de todos os moinhos existentes em Espinho (dois dos três moinhos incluídos neste espaço já estão referidos), a actualização da base de dados que parece existir na Divisão de Património e Museologia da Câmara Municipal sobre os moinhos de água em Espinho e a elaboração urgente de um plano de recuperação dos mesmos de modo a evitar que os cerca de 20 moinhos que outrora existiram em funcionamento na região se percam irremediavelmente. Seria interessante a criação de uma Rota dos Moinhos de Água do concelho.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>A Junta de Freguesia de Guetim, a Câmara Municipal de Espinho e as associações com dinâmica local poderiam ser parceiros na preservação destes espaços. O Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território poderia ter um papel fiscalizador no que diz respeito às descargas de efluentes na ribeira e na usurpação do domínio público hídrico.</p>

[Ir para o índice](#)

# Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Paulo Petiz

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1745
Nome do espaço	Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos
Freguesia	Paramos
Concelho	Espinho
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 40,96; -8,65. Laguna costeira a Norte da Ria de Aveiro.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Área natural	
Área aproximada	172,9 ha (inclui a área do concelho de Ovar)	
Descrição do espaço	Importância ecológica	<p>A Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos (BELP) é a zona húmida mais significativa no litoral Norte de Portugal, entre a ria de Aveiro e o estuário do Rio Minho. É uma lagoa costeira de média dimensão, que apresenta uma cintura de vegetação ripícola bem desenvolvida e bancos de lodo, comunicando com o Atlântico através de um canal. Esta área é alimentada por águas de duas ribeiras – a vala de Paramos ou Ribeira de Rio Maior, que tem a sua foz no lado norte da lagoa, e a vala de Maceda, que desagua no seu lado sul – que devido ao cordão dunar litoral originam o corpo central da lagoa. Na zona envolvente da Barrinha de Esmoriz existem áreas de pinhal (a Sul), bosques ripícolas/húmidos (a Este e Sul), praia e dunas (a Oeste), campos agrícolas (a Norte, Leste e Sul), planície com vegetação rasteira/arbustiva (a Norte) e construções (a Norte, Este e Sul). Integra como principais habitats florestas e matas (floresta de coníferas, floresta aluvial, floresta com espécies de folhas persistente; matos (matos esclerófilos); prados (prados húmidos); zona húmida (bancos de vasa ou areia, dunas e praias, lagoa costeira, águas</p>

	<p>paradas doces, águas paradas salobras, cursos de água, vegetação ribeirinha); áreas marinhas (mar, zonas costeiras); zonas artificiais (terra arada, campos e pomares perenes, zona urbana e industrial); vegetação exótica. Apresenta uma enorme biodiversidade: neste local estão recenseadas cerca de 80 espécies de flora (<i>Jasione lusitanica</i> é um endemismo) e 270 espécies animais, das quais, 190 espécies de avifauna (águia-sapeira encontra-se ameaçada), sendo uma importante área de nidificação, dispersão pós-reprodutiva, espaço de invernada e um das principais rotas migratórias anuais de aves.</p> <p>Para além do garçote, da garça vermelha, da águia-sapeira, do pernilongo e do pisco-de-peito-azul, é de destacar a nidificação do borrelho-de-coleira-interrompida e de passeriformes de canícal como o rouxinol-grande-dos-caniços e o rouxinol-dos-caniços. A BELP tem grande importância para os passeriformes migradores transarianos, particularmente durante a migração outonal. Mais de 20% das espécies que frequentam a Barrinha têm um estatuto de ameaça (ver livro vermelho dos vertebrados em Portugal).</p>
<b>Relevância social</b>	<p>A primeira referência à sua existência é do ano 897, sendo então designada como Lagoa de Ovil, tendo servido de coutada no século XII devido à abundância em caça e pesca. Durante os sucessivos séculos viu a sua dimensão alterada por movimento naturais ou acções da população que vendo as suas culturas e casa alagadas iam vazando a lagoa para o mar. Em 1982, pela primeira vez a Barrinha secou.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>A BELP pertence à Rede Natura 2000 (PTCON0018) pela Resolução de Conselho de Ministros nº 76/2000, de 5 de Julho, à Reserva Ecológica Nacional (REN) e está classificada como IBA (Important Bird Area) pela Bird Life International.</p> <p>A Resolução de Conselho de Ministros nº 176/2003 de 10 de Novembro declara a BELP, área crítica de recuperação ambiental que carece de intervenções urgentes, declara o interesse público das intervenções a efectuar e cria uma Estrutura de Coordenação e Controlo das Intervenções na Área Crítica da BELP. Através de uma acção concertada, foi desenvolvido um plano de acções (ver outros documentos).</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>As principais ameaças à preservação do espaço são o abandono/redução da gestão do terreno, a drenagem e colmatação de zonas húmidas, a artificialização do regime hidrológico (que leva ao insucesso reprodutor das espécies nidificadoras), a deposição ilegal de resíduos industriais e domésticos nos cursos de água que nela desaguam (especialmente a Ribeira de Silvalde), a pressão urbanística, a destruição do cordão dunar por viaturas todo-o-terreno e pelo pisoteio humano, a expansão das infra-estruturas (campo de golfe e prolongamento da pista do aeródromo de Paramos), a proliferação de espécies exóticas (acácias e chorões), o recreio/turismo e a industrialização/urbanização.</p> <p>Apesar de a Barrinha de Esmoriz estar integrada na 2ª fase da Rede Natura 2000, não existe a nível oficial qualquer plano para a gestão da área numa óptica de conservação da natureza. Sendo a Barrinha de Esmoriz uma lagoa costeira, actualmente não se encontra sob a influência das marés. A comunicação com o mar não é permanente pois a abertura e fecho do canal dependem da acção do mar e/ou da intervenção humana. Em virtude deste facto, verificam-se flutuações importantes do nível de água, que prejudicam a reprodução das aves que nidificam na barrinha. Desde a construção da ETAR de Esmoriz verificou-se uma significativa melhoria da qualidade da água da vala de Maceda (zona Sul). A situação na vala de Silvalde (lado Norte) mantém-se inalterada, continuando esta ribeira muito poluída, daí resultando a péssima qualidade da água na Barrinha de Esmoriz.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>Existe um plano de recuperação que já está na fase de implementação e que visa intervenções que se destinem a eliminar a poluição na barrinha de Esmoriz, atendendo aos riscos existentes para os ecossistemas desta área e para as populações. O projecto de despoluição da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos envolve a ligação dos subsistemas de drenagem de Espinho (Espinho), Ovar (Barrinha de Esmoriz e Cortegaça) e de Santa Maria da Feira (bacia que drena para a Barrinha de Esmoriz/ Lagoa de Paramos) à ETAR de Espinho pela SIMRIA. No global, a intervenção na Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos, inclui a construção de 28 km de colectores e 6 Estações Elevatórias, a Remodelação e Ampliação da ETAR de Espinho, e uma intervenção na ETAR da Remolha, ascendendo a um investimento total de 23 Milhões de Euros comparticipada em 59% pelo Fundo de Coesão, em 2005. O conjunto de infraestruturas visa reduzir os efeitos negativos no ambiente e saúde pública resultante da eliminação das águas residuais e pretende corrigir a actual situação nesta bacia drenante (bacia hidrográfica das ribeiras da Costa e Barrinha de Esmoriz entre os rios Douro e Vouga) que apresenta deficiências e graves problemas de poluição. A Campo Aberto, a Quercus – Núcleo de Aveiro, a Sociedade Portuguesa do Estudo das Aves, o Palheiro Amarelo, Movimento Cívico Pró Barrinha, Escuteiros de Esmoriz e o Clube de Ambiente da Escola Secundária Gomes de Almeida são exemplos de associações cívicas ou ambientalistas que têm realizado acções de sensibilização ambiental na Barrinha de Esmoriz.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Como possíveis intervenções para a preservação da BELP, seria importante melhorar a qualidade da água (a ligação à SIMRIA pode ser uma solução neste aspecto), manter a lagoa através de dragagens consonantes/abertura da barra com a preservação do ecossistema, recuperar o sistema dunar através do ordenamento dos espaços pedonais, etc., recuperar a paisagem ripícola nas margens e eliminar as espécies exóticas, incentivar o ecoturismo e turismo rural na região, potenciar a diversidade de produtos regionais e apoiar a sua certificação, implementar programas de formação e educação ambiental para a cidadania, apoiar a investigação, etc.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>As Câmaras Municipais de Espinho e Ovar, as freguesias de Paramos e Esmoriz, o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e a SIMRIA deveriam ser parceiros na gestão e preservação deste ecossistema. Todas as associações cívicas e ambientalistas com actividades regulares na BELP deveriam constituir uma plataforma para definir e implementar um programa de educação ambiental de forma integrada e regular, orientada para a população em geral.</p>

[Ir para o índice](#)

# Castro de Ovil

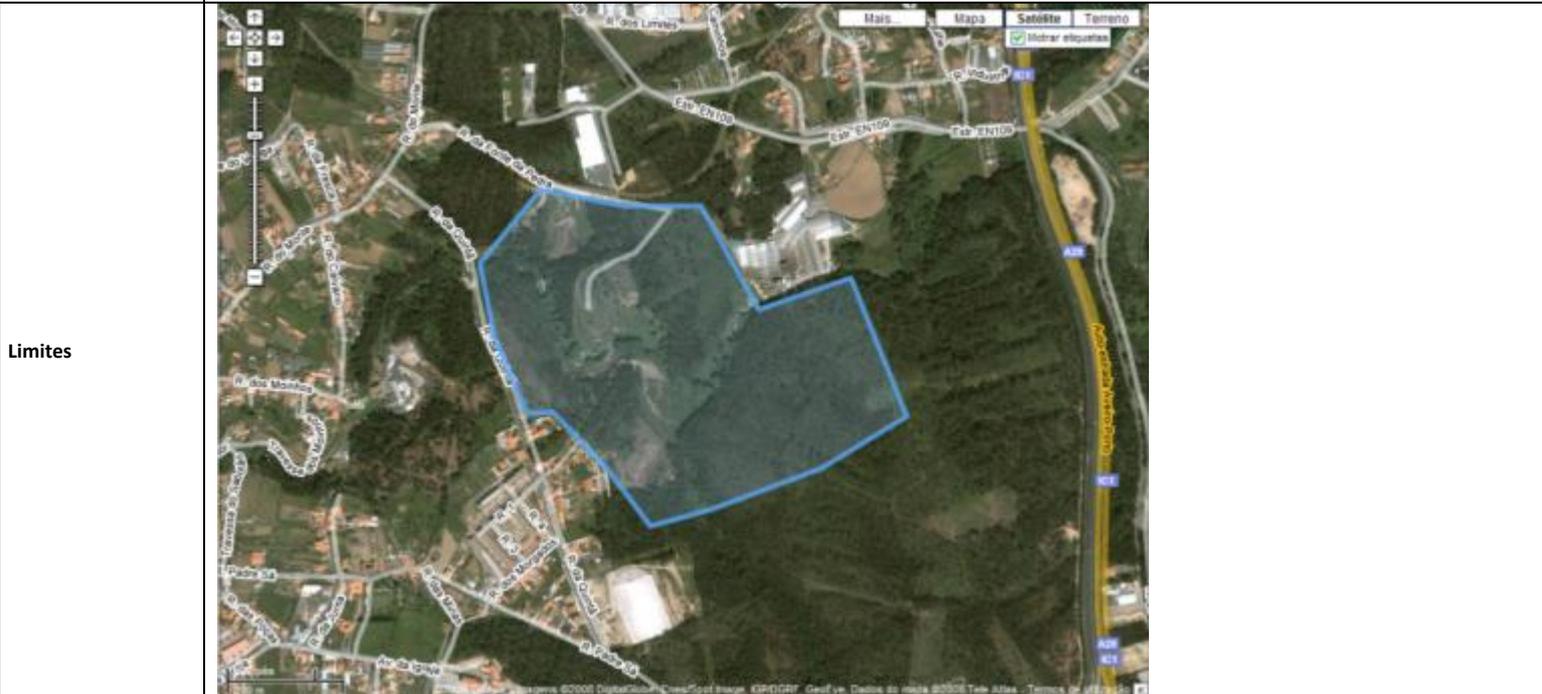
## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Nuno Costa
<b>Espaço proposto por</b>	Vitor Calé Solteiro

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1762
<b>Nome do espaço</b>	Castro de Ovil
<b>Freguesias</b>	Paramos
<b>Concelho</b>	Espinho

**Outras referências**  
 Coordenadas geográficas WGS84: 40,98; -8,62.  
 O Castro de Ovil, está situado no lugar do Monte, próximo do apeadeiro da Linha do Vouga, na freguesia de Paramos (Espinho). Seguir a EN109 até ao cruzamento da Capela Nossa Senhora da Guia, virar à esquerda e novamente à esquerda no cruzeiro (EN109-4). Virar na 1ª rua à direita antes da linha do Vouga. Seguir caminho em terra batida paralelo à linha (Rua Fonte da Pedra).



## 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Espaço verde, Área natural	
<b>Área aproximada</b>	2 ha (sítio arqueológico), mas com a área adjacente o sítio alcança os 25 ha.	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	Situado no sopé de uma colina sobranceira à ribeira de Rio Maior ou de Paramos, curso de água que desagua na Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, o Castro de Ovil é uma área de floresta e vegetação ripícola, em terreno xistoso e argiloso, onde predominam choupos, amieiros, sobreiros, salgueiros, ulmeiros, carvalhos, pinheiro-bravo e eucalipto como espécies de flora predominantes, e onde crescem espontaneamente os fetos e os tojos. Estas zonas de floresta em Espinho desempenham uma importante função ecológica, nomeadamente pela protecção das zonas interiores, dos ventos dominantes de Noroeste. Os passeriformes comuns são a fauna mais significativa do local.

<b>Relevância social</b>	<p>Esta é uma zona de ruínas arqueológicas de uma aldeia habitada do período castrejo da Idade do Ferro (séc. III A.C.) e do período Pré-romano (séc. I D.C.) e com vestígios de arqueologia industrial, como a Fábrica de papel do Castelo, datada de 1836. Na Idade do Ferro e do período Pré-Romano, as povoações do noroeste da Península Ibérica viviam em castros, aldeias fortificadas e situadas nas colinas de onde tinham boa visibilidade, sendo amuralhados e protegidos com profundos fossos que dificultavam o seu acesso. Este castro não parece ter sistema defensivo constituído, quer por muralhado, quer por taludes, tendo apenas usufruído das condições naturais de defesa conferidas pelo próprio leito cavado da ribeira e pelos rochedos aí existentes. A única preocupação terá residido nas vertentes voltadas a Norte e a Este, onde se construiu um fosso bastante profundo no afloramento xistoso.</p> <p>O Castro de Ovil é referido em documentos da Idade Média, tendo sido lhe atribuído vários nomes: Obil, Lagona de Auille e Ubile. Em 1897, Pedro Azevedo propõe a sua localização na freguesia de Mozelos, Vila da Feira e em 1963, Arlindo de Sousa admite, pela primeira vez, a sua localização em Paramos, Espinho. Apoiados em observações de alguns estudiosos, uma equipa do Grupo de Estudos para a Defesa do Ambiente e Património Cultural de Espinho e Carlos Jorge Alves Ferreira, procederam a pesquisas de campo que culminaram com a identificação do Castro de Ovil na freguesia de Paramos, em Fevereiro de 1981. As investigações identificaram uma série de estruturas habitacionais de planta circular assentes directamente sobre o afloramento, posteriormente dotadas de vestíbulo. As escavações conduzidas noutros sectores do recinto revelaram a presença de outras edificações de carácter industrial, especialmente uma lagareta que poderia ter sido utilizada para a produção vinícola, oleícola ou, até mesmo, para a conserva e salga de alguns alimentos. Do espólio recolhido até ao momento, destaca-se a abundante presença de fragmentos cerâmicos característicos do universo castrejo, como talhas, painelas e vasos, de perfil em "S" e decorados por incisão, perfazendo triângulos preenchidos por linhas paralelas, oblíquas e reticuladas, assim como por impressão, configurando círculos, "SS" e escudetes. Além da cerâmica, foram exumados materiais decorrentes das actividades desenvolvidas pelos habitantes do povoado, a exemplo de pesos de tear e de cossoiros, pesos de rede, mós e escórias de fundição, não tendo sido detectados elementos suficientemente consistentes que permitam falar de uma ocupação romana no local, como ocorre em parte expressiva destes povoados de altura, balizando-se a sua existência entre o século II a.C. e o início do I d.C.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>É propriedade pública. Adquirido pela Câmara Municipal de Espinho em 1985, a área de implantação do Castro de Ovil foi classificada como Imóvel de Interesse Municipal em 17 de Julho de 1990 (pelo Dec. nº 29/90, DR nº 163 de 17 de Julho de 1990). O Castro de Ovil não está incluído em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional, mas encontra-se próximo da Barrinha de Esmoriz, ecossistema integrado na lista europeia de sítios Rede Natura 2000, na Rede IBA (Important Bird Area) e na Reserva Ecológica Nacional (REN).</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>Existem ameaças reais à preservação deste local como a poluição da Ribeira de Rio Maior por efluentes industriais e domésticos, o abate de árvores, a deposição ilegal de lixos, a utilização indevida do espaço para actividades de lazer (paintball, merendas, etc.), a usurpação do património arqueológico, os fogos florestais e a presença de espécies invasoras (eucalipto).</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>A Câmara Municipal de Espinho aprovou em 2000 um projecto que previa a musealização do Castro de Ovil e a construção de um centro interpretativo, obras que já deveriam estar prontas desde 2004.</p> <p>Em 2005, foi realizada uma avaliação do impacto arqueológico do Centro Interpretativo do Castro de Ovil (CICO) da autoria do arqueólogo Jorge Salvador em que se propunha a instalação do CICO no local onde se encontrava edificada a referida Casa da Eira, conjuntamente com aspectos essenciais como a sinaléptica e a instalação de um centro interpretativo nas ruínas da antiga Fábrica de Papel, dotado de uma área de exposição.</p> <p>Actualmente, decorrerem ainda obras de restauro das ruínas arqueológicas para futura instalação do CICO. A Câmara Municipal de Espinho tem dinamizado visitas escolares guiadas (a partir do 2º ciclo) à estação arqueológica do Castro de Ovil, das 9:00h às 15:30h, cujo responsável técnico é o Dr. Abel Ribeiro. Este castro é referenciado como um dos locais turísticos de visita obrigatória no concelho de Espinho.</p> <p>O Castro de Ovil foi também alvo de estudo em teses de pós-graduação, nomeadamente a tese intitulada "Conservação e restauro de faianças arqueológicas do Castro de Ovil (Santa Maria da Feira). Estudo comparativo entre cerâmica comum vermelha e faiança arqueológica" da autoria de Luzia Paula Baptista da Silva e orientação de Eduarda Moreira da Silva da Universidade Portuguesa.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>São sugestões de intervenções futuras para a preservação a valorização ambiental e do património existente, a despoluição de ribeiros e margens da Ribeira de Rio Maior, a criação de um parque público utilizando as condições naturais do terreno, a definição de percursos pedonais e cicláveis com sinaléptica apropriada desde a Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, a criação de um centro de interpretação arqueológico mas também industrial e ambiental associado à importância da Ribeira de Rio Maior, a dinamização do turismo rural/arqueológico/industrial na freguesia de Paramos. Seria também interessante dinamizar a linha do Vouga contígua a este local, elevando o potencial de exploração pedagógica, cultural e turística do local.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>O futuro Centro de Interpretação do Castro de Ovil arrancará, para já, apenas com verbas da Câmara Municipal de Espinho, mas a equipa responsável pelos trabalhos de arqueologia prevê atrair verbas de fundos comunitários e nacionais, nomeadamente via Ministério da Cultura para a gestão e preservação do espaço. O IPPAR deveria ser também um parceiro privilegiado na preservação do local. As escolas do concelho poderiam contribuir para a dinamização com visitas e actividades orientadas para a importância arqueológica e ecológica do Castro de Ovil.</p>

[Ir para o índice](#)

# Bicha das 7 Cabeças

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Margarida Coelho
Espaço proposto por	Victor Calé Solteiro

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1865
Nome do espaço	Bicha das 7 Cabeças e zona envolvente
Freguesia	Silvalde
Concelho	Espinho
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,00, -8,63. Lugar de Silvalde, junto ao Largo da Bicha das 7 Cabeças, entre a Rua do Novo e a Rua do Figueiredo. O melhor acesso é chegar às Bombas da Repsol na EN109, logo a seguir virar à esquerda no cruzamento, e logo novamente à esquerda. Subir até à Igreja de Silvalde e a Junta de Freguesia de Silvalde e virar à esquerda. Descer essa estrada e no fundo, encontra-se uma placa a indicar o lugar (Largo da Bicha das 7 Cabeças).

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Quinta agrícola, Área natural	
Área aproximada	20 ha.	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A zona conhecida como Bicha das 7 Cabeças é uma zona agrícola com bosque inserida em vale ripícola. A Ribeira de Silvalde, que margina o terreno, corre a poucos metros da Casa-Moinho lá existente. De um dos meandros da ribeira parte uma levada que fornece água a um açude anexo à casa (que funcionou como lavadouro e fazia mover os rodízios do moinho de água existente na parte inferior do edifício) e que vai depois desaguar na dita ribeira alguns metros abaixo. Em redor da casa há um campo agrícola com pomar na parte mais alta e vegetação própria das zonas ribeirinhas (choupos, plátanos, amieiros, salgueiros, etc) ladeando os cursos de água sendo extremamente densa. A Norte e Nascente do terreno existem pinhais e eucaliptais. A fauna observada (por moradores) inclui raposas, doninhas, milhafres, galinhas d'água, patos bravos, coelhos bravos, rolas bravas, pintassilgos, pardais, piscos e lugres. Há cerca de 10 anos atrás era ainda possível pescar enguias e outros peixes

	na ribeira.
<b>Relevância social</b>	<p>Este lugar tem uma lenda popular associada ao imaginário colectivo. Reza assim a lenda da Bicha das 7 Cabeças: "Junto à Ribeira de Silvalde, nas proximidades de uma ponte que foi romana e que já não o é por obras e vontade da gente de outros tempos, existia um campo e dele tirava sustento uma mulher, com a força do seu suor e trabalho. E assim ela estava, como era hábito dos dias, quando viu em sua direcção aproximar-se bicho nunca visto, que só de cabeças tinha muitas, e de cujas intenções a mulher fez tal juízo que logo deitou a correr no meio de grande gritaria. E porque estas coisas do susto se pegam como pestes e maleitas, com ela fugiram todos os que por ali mourejavam, sem causa ou nome de tamanho alvoroço.</p> <p>Com a noite ficou maior a canseira e, apesar do acontecimento ter perturbado o sono de muitos mais que alguns, acabaram todos por adormecer sobre os seus receios. Assim estava o povoado quando, altas horas da noite, o despertou súbito alarido, feito de balidos e cacarejos e tudo quanto é fala e canto de animais de criação, com mostras de grande medo. Acorreram todos a currais e capoeiras, mas nada mais viram que os despojos da confusão, entre animais degolados e feridos de morte certa, além de muito sangue espalhado pelo chão. Foi assim que decidiram os camponeses que um deles ficaria a vigiar durante a noite, enquanto esperavam pelo nascer do sol para ver o que melhor conviria fazer. E porque se lembravam ainda do que a mulher tinha visto e contado, mais decidiram que o que fosse escolhido para vigiar tocaria um cometa para toda a gente chamar se algo de novo acontecesse. Começava a aurora a render a noite, quando se ouviu a cometa e, como estava combinado, todos acorreram ao chamado. Então, o que de entre eles tinha sido escolhido para vigiar o sono de todos, lhe contou que vira uma bicha que só de cabeças tinha muitas, e que lhe tinha batido com um ancinho, mas que ela tinha logo fugido para a floresta vizinha, destruindo hortas e cultivos. Ouvindo o que hora se contou, ajustaram os camponeses matar o monstro, pelo que se armaram de paus, varapaus, fouchinhas, ancinhos e o mais que à mão encontraram; e pelos campos fizeram batidas e no povoado esperaram dias e noites até que lhes aparecesse a bicha, o que veio a acontecer numa tarde cinzenta e chuvosa. Uns fugiram logo, mas outros atacaram com redobrada força, golpeando-a em vários sítios e órgãos, SÓ se detendo quando a julgaram muito morta. Então um dos homens dela se aproximou. mas a bicha o fez pagar com a vida o seu atrevimento, golpeando-o no pescoço. Desta feita sobre ela de novo caíram os camponeses e com outros tantos golpes a mataram de vez. Contaram-lhe as cabeças e acharam com número de sete. Em seguida enterraram-na junto a um pilar da velha ponte romana e ali construíram uma capela para celebrar o acontecido. Uma cheia do rio terá levado a capela. Hoje, resta uma pequena placa em azulejo a contar a lenda aos que ali passam".</p> <p>Existe naquele lugar um moinho de água que constitui o rés-do-chão da casa existente no terreno, um outro moinho mais antigo em ruínas, um fontanário de água corrente, eira, canastro e currais, e ainda uma ponte romana (já muito descaracterizada) próximo do terreno.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É propriedade privada de dois irmãos: Luís e Fernando Barbosa. Encontra-se para arrendar. Segundo testemunho de vizinhos, os proprietários não aceitaram o negócio de venda proposto pela Câmara Municipal de Espinho no âmbito do alargamento do Parque da Cidade. No PDM de Espinho, está integrado na categoria de Estrutura Ecológica em Espaço Urbano, subcategoria Áreas Ribeirinhas Urbanas. Faz fronteira com o Parque da Cidade (ver UOPG16 em "B7C PDM em revisão"). Uma faixa estreita ao longo do troço da Ribeira de Silvalde está incluída em área de Reserva Ecológica Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	Este local está ameaçado pela poluição da ribeira e dos solos devido ao lançamento de detritos e águas residuais a montante e pelo abandono do moinho de água.
<b>Dinâmica local</b>	Não tem associações ou actividades de dinâmica local. As escolas do concelho de Espinho têm usado a lenda da Bicha das 7 Cabeças como tema par algumas das suas actividades, nomeadamente desfiles de Carnaval, peças de teatro, etc. O Rancho Folclórico de S. Tiago de Silvalde promove as tradições locais e difunde as lendas populares da freguesia.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como intervenções futuras, sugerem-se a identificação e erradicação dos focos de poluição da ribeira, a inclusão dos moinhos na Carta de Património Arquitectónico e Arqueológico do PDM de Espinho, a actualização do inventário de moinhos existente na Divisão de Património e Museologia da Câmara Municipal der Espinho, a definição e implementação de um plano de recuperação dos cerca de 20 moinhos existentes outrora em funcionamento na região, a criação de uma Rota dos Moinhos de Água da região, o arrendamento da casa/terreno para a criação de um Museu Vivo da Indústria de Moagem e Agrícola, a definição de percursos pedonais e cicláveis ao longo da ribeira com a criação de corredor de passagem até ao mar (junto da Barra dos Pescadores). O espaço tem também potencial para a instalação de uma quinta pedagógica, com actividades de agricultura biológica, ao serviço da comunidade local, estimulando uma relação mais equilibrada entre o homem e o ambiente, e potenciando os recursos naturais/patrimoniais existentes.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Espinho e a Junta de Freguesia de Silvalde poderiam ser parceiras na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

# Gondomar

# Rio Torto

## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Mafalda Sousa
<b>Espaço proposto por</b>	Junta de Freguesia de Baguim do Monte

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1661
<b>Nome do espaço</b>	Rio Torto
<b>Freguesia</b>	Baguim do Monte, Fânzeres, São Cosme, Valbom (1), Campanhã (2)
<b>Concelho</b>	Gondomar (1) e Porto (2)
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,19; -8,53. Existem vários troços de interesse ao longo do rio Torto. Destacam-se aqui dois em Baguim do Monte, indicados pelo proponente: vale de Ferreiros (localizado a 300 metros da Junta de Freguesia de Baguim do Monte, junto à EN) e o lugar de Insua (localizado a 300 metros, a montante, do anterior local, junto à Associação Cultural de Baguim do Monte).

Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Campos agrícolas, área natural, vale de rios e ribeiras	
<b>Área aproximada</b>	16,5 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	<p>O rio Torto, um afluente na margem direita do rio Douro, nasce em Baguim do Monte, passa por Fânzeres, São Cosme, Valbom e desagua no esteiro de Campanhã, no lugar do Freixo, onde também desagua o rio Tinto. A orientação no seu troço mais a montante é de Norte-Sul, enquanto no troço mais a jusante tem a direcção predominante Este-Oeste. O rio Torto era conhecido no passado por “rio de Campanhã”, embora tenha outras designações ao longo do seu percurso. O monte de Azevedo separa as bacias dos rios Torto e rio Tinto. O rio Torto, no troço final, apresenta alguns trechos de vegetação ribeirinha e bosquetes de vegetação autóctone junto da linha de água. Nas margens do rio Torto em Fânzeres, onde era praticada a agricultura, abundavam no passado os amieiros, os salgueiros, os castanheiros e os carvalhos (com videiras de enforcado). Por todo o vale de Campanhã, graças à abundância de água e à fertilidade do solo, produzia-se essencialmente milho, batata e feijão e diversas frutícolas, ainda hoje praticada. No troço final do rio Torto, as leiras e socalcos que marginam a linha de água, ainda hoje são cultivadas hortícolas e pequenos pastos, que alimentam o gado. Restam ainda no vale de Campanhã áreas arborizadas, com pinheiro-bravo, eucalipto, pinheiro-manso, castanheiro, carvalhos e figueiras .</p> <p>O rio Torto, apesar de na maior parte da sua extensão não possuir qualquer galeria ripícola, possui nas faixas que ainda resistem amieiros, salgueiros e choupos, e nas suas encostas, em alguns locais, como perto da Ponte do Gato (Campanhã), o azevinho, o medronheiro e o sobreiro marcam presença. Em alguns locais, as espécies exóticas como as acácias e eucalipto invadiram as margens do rio, e devido ao abandono a que foram votadas as parcelas de terreno, os matos e os silvados invadiram o vale do rio Torto. Na vegetação natural, dominavam no estrato arbóreo os carvalhos, os castanheiros e sobreiros. Nos montes e zonas de matos abundavam os matos de tojo, urze, carqueja, os fetos e as giestas, que eram recolhidos para servirem de cama para o gado e fazer estrume que depois era aplicado nos terrenos agrícolas. Junto das linhas de água, além dos castanheiros e carvalhos, os choupos, amieiros, salgueiros e freixos surgiam na galeria ripícola e na divisória dos campos. Com a pressão humana e urbanística, houve a introdução de espécies florestais mais produtivas como o pinheiro-bravo e o eucalipto, bem como a destruição do coberto natural e a impermeabilização de solo.</p>
	<b>Relevância social</b>	<p>Apesar do avanço das construções e urbanizações no vale do rio Torto, existem espaços agrícolas, mais representativos em São Cosme, enquanto no troço final deste rio, o vale é mais encaixado e a agricultura de subsistência (pequenas hortas) marcam presença nos socalcos das suas margens. No rio Torto, ainda resistem alguns dos muitos moinhos que funcionavam com a força motriz das águas, mas na maioria apenas restam os edifícios, fruto do abandono. No vale do rio Torto, há interessantes núcleos de casas agrícolas (seiscentistas, setecentistas) e quintas históricas, principalmente em Fânzeres e Gondomar. Em Campanhã, num vale comum aos rios Tinto e Torto, existem quintas e edifícios históricos como o Palácio do Freixo, a Quinta de Villar d’Allen, etc. Com o avanço da urbanização de solos, antes pertencentes a quintas agrícolas e com o abandono de actividades características (agricultura, moagem, linho, etc.), há o risco de perder a identidade do território. Os moinhos e pontes são uma constante no rio Torto, quer para a mobilidade entre margens, quer no aproveitamento da energia hidráulica para moer as mós que moíam os cereais. A moagem, em moinhos que funcionavam no rio Torto, é uma actividade económica já referida nas memórias paroquiais de 1758. A primeira referência documental à moagem no vale de Campanhã remonta ao ano 1200 tendo perdurado até à década de 60 do século XX. O uso da água do rio e dos seus afluentes para o regadio dos campos agrícolas era feito através de presas e levadas e as noras foram utilizadas para retirar água dos açudes do rio Torto para a rega dos campos.</p>

<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	No PDM do Porto, o vale do rio Torto está classificado maioritariamente, em todo o seu percurso, como área de “protecção de espaços naturais”, “verdes mistas” e no seu troço mais a jusante, as margens são “áreas de frente urbana contínua em consolidação”, segundo a carta de qualificação do solo. A carta de condicionantes define várias áreas de “matas de sobreiros” para protecção, ao longo do percurso do rio Torto neste concelho, incluindo leito de cheia. A carta de património identifica zonas ZEP/ZAP (de protecção arqueológica) no troço final do rio Torto, junto à Marina do Freixo e do Palácio do Freixo. O troço mais a montante inclui-se em Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	O rio Torto atravessa zonas menos urbanizadas e industrializadas do que o rio Tinto e por isso, apresenta melhor qualidade da água do que aquele, nomeadamente em relação à carga orgânica resultante do despejo de efluentes domésticos e industriais. Para além disso, é ameaçado pelo entubamento, a deposição de aterros e lixos, o desvio de troços do rio, a construção próxima do curso de água e do seu leito de cheia, a destruição da vegetação ribeirinha e a invasão de espécies exóticas. A despoluição da bacia hidrográfica do rio Torto é considerada como um dos maiores objectivos estratégicos dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais na Área Metropolitana do Porto. Na qualidade da água, Reis (2002), em amostragens realizadas no concelho do Porto, assinalou uma carga orgânica média no rio Torto de 1,7 ton/dia (oscilando os valores entre 0,65 e 4,7 ton/dia). Já o IQG (Índice de Qualidade Global da Água) do rio Torto, nos mesmos pontos de amostragem, tem a classificação péssima ou má (Reis, 2002).
<b>Dinâmica local</b>	Os órgãos das autarquias locais (câmaras municipais e juntas de freguesia) têm mostrado grande interesse na valorização ambiental do rio Torto, mas com acções pontuais e não integradas.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	O PDM do Porto prevê para o local a criação de um agroparque, que em conjunto com o Parque Oriental formará um sistema conjunto. O futuro agroparque poderá contemplar várias tipologias de recreio (clareiras, corredores pedonais, quintas pedagógicas, etc.). No entanto, a criação de ciclovias poderá ficar confinada a determinados espaços, devido à orografia do local. O Parque Oriental do Porto, abrangendo o troço final dos rios Tinto e Torto, com uma área de cerca de 85 ha, distribuindo-se pelos concelhos do Porto e de Gondomar, poderá criar um espaço de lazer, com o aproveitamento e recuperação dos corredores de vegetação ripícola dos rios, bem como com a criação de outras valências lúdicas e educativas. Está em elaboração o Plano de Pormenor do Parque Oriental, existindo também um grupo de trabalho que está a estudar o prolongamento do Parque para Gondomar. A Câmara Municipal de Gondomar atribuiu uma verba de 50000 euros para o ano de 2008 para a limpeza das linhas de água, nomeadamente os rios Tinto e Torto. A Câmara Municipal de Gondomar prevê ainda a criação de vários parques urbanos ao longo do rio Torto em Baguim do Monte, Fânzeres e Valbom.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	As Câmaras Municipais do Porto e Gondomar, as Juntas de Freguesia de Baguim do Monte, Fânzeres, São Cosme, Valbom e Campanhã, as Águas do Porto, as Águas de Gondomar e a Grande Área Metropolitana do Porto poderiam ser parceiras na gestão e preservação deste curso de água.

[Ir para o índice](#)

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Manuel Bento

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1728
Nome do espaço	Rio Sousa
Freguesias	Covelo e Foz do Sousa
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,09; -8,51. O proponente deste espaço destaca dois troços interessantes do rio Sousa: a confluência do Rio Sousa e o seu afluente Rio Ferreira, neste último a partir da Ponte de Ferreirinha até à Ponte de Travassos e, no rio Sousa propriamente dito, a partir de Midões, com aproveitamento da antiga Central Elevatória da Foz do Sousa na freguesia com o mesmo nome.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Rios e ribeiras
Área aproximada	60 ha
Descrição do espaço	<p><b>Importância ecológica</b></p> <p>O rio Sousa é um afluente da margem direita do rio Douro, tem nascente em Friande (Felgueiras) e desagua em Foz do Sousa (Gondomar). No seu trajecto, atravessa os concelhos de Felgueiras, Lousada, Penafiel, Paredes (freguesias de Castelões de Cepêda, Cête, Parada de Todeia, Recarei e Aguiar de Sousa) e Gondomar (freguesias de Covelo e Foz do Sousa). Desde a nascente até à foz, estende-se ao longo de 64,7 km, medida a partir das cartas militares. O Rio Sousa tem como afluentes principais na margem esquerda o rio Cavalum e na margem direita os rios Mezio e Ferreira, este último de maior significância e que nele desagua em Foz do Sousa (Gondomar). Os afluentes secundários do rio Sousa incluem, na margem esquerda e desde a nascente, a Ribeira da Ribeira, a Ribeira de Caíde, a Ribeira de Outeiro e a Ribeira de Santa Comba e na margem direita, a Ribeira da Longra, a Ribeira de</p>

Barrosas, a Ribeira de Pontarrinhas, a Ribeira de Centiais, a Ribeira de Bustelo e a Ribeira de Fontão. A bacia dos rios Sousa e do Ferreira apresenta, em alguns troços, importantes representações de **habitats naturais**, sendo as **galerias ripícolas** dos principais rios, as **florestas naturais** (carvalhais, sobreirais, loureirais), as **comunidades dos afloramentos rochosos**, os **matos rasteiros** e as **zonas húmidas** associadas a pequenos cursos de água os elementos significativos no que se refere à flora.

O pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) difundiu-se de forma extraordinária nas últimas décadas, substituindo num ritmo avassalador as florestas autóctones de carvalho (*Quercus robur*), soutos (*Quercus suber*) e pinheiros-mansos (*Pinus pinea*), cultivados desde há milhares de anos. O mesmo se passou com o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), espécie totalmente deslocada da mata original, mas de ciclo vegetativo muito curto e de fácil adaptação a solos ácidos. Os pinhais com eucaliptais são hoje dominantes na paisagem e ganham cada ano maior área de implantação, trepando as encostas de mato, envolvendo terras e povoações.

Grande parte do rio Sousa e dos seus principais afluentes possui **galerias ripícolas arbóreas** (habitat 91E0\* do Anexo I da Directiva Habitats, considerado prioritário no contexto comunitário) relativamente bem estruturadas mas ruralizadas por diversos processos de humanização da paisagem (agricultura, silvicultura, expansão urbana). Estas galerias ripícolas são tipicamente dominadas pelo amieiro (*Alnus glutinosa*), pelo salgueiro-negro (*Salix atrocinerea*) e pelo freixo (*Fraxinus angustifolia*). O narciso endémico *Narcissus cyclamineus* (espécie listada no anexo II da Directiva Habitats), cuja presença ainda não foi confirmada na sub-bacia do rio Sousa (mas é conhecida no seu afluente rio Ferreira), constituirá o elemento florístico de maior importância neste ambiente. Além dos Rios Sousa e Ferreira, também os rios Cavalum e Mezio e a Ribeira de Santa Comba possuem, em alguns troços, galerias ripícolas de grande valor. Além dos rios principais, assumem também importância em termos de conservação as pequenas linhas de água que desaguam nos Rios Sousa e Ferreira. Aí podemos encontrar vegetação de ambientes húmidos de carácter oligotrófico (habitat 7150 do Anexo I da Directiva Habitats), cada vez mais rara em zonas de baixa altitude, como as comunidades com esfagnos (*Sphagnum sp. pl.*) e plantas insectívoras (*Pinguicula lusitanica*, *Drosera sp. pl.*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

As formações vegetais naturais mais comuns das áreas serranas na sub-bacia do rio Sousa são os **matos rasteiros** (habitat 4030 do Anexo I da Directiva Habitats), particularmente na Serra de Santa Justa e Pias. A composição da comunidade vegetal nestas formações rochosas é muito estável e formada por um pequeno número de espécies: sobre xistos predominam a carqueja (*Pterospartum tridentatum subsp. Cantabricum*), torga (*Erica umbellata*) e um tojo endémico (*Ulex micranthus*); sobre granitos, os matos são dominados por outras espécies de tojo: o tojo-arnal (*Ulex europaeus subsp. latebracteatus*) e o tojo molar (*Ulex minor*). Nas clareiras destes matos rasteiros, ocorre um endemismo de distribuição (*Succisa pinnatifida*) e são comuns os tomilhões de *Thymus caespitosus* (habitat 8230 do Anexo I da Directiva Habitats) que na Primavera apresentam uma floração rosácea extremamente chamativa. Em alguns locais, os matos evoluem para matagais dominados pela giesta-negral (*Cytisus striatus*) ou pelo medronheiro (*Arbutus unedo*) e pela urze-vermelha (*Erica australis*). Quando se instalam em zonas húmidas nas proximidades das linhas de água, os matos são dominados pela lameirinha (*Erica ciliaris*), tojo-molar (*Ulex minor*) e um arbusto espinhoso endémico do Noroeste da Península Ibérica, o arranha-lobos (*Genista berberidea*), constituindo um habitat prioritário do Anexo I da Directiva Habitats (4020\*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

Os **carvalhais** (Habitat 9230 do Anexo I da Directiva Habitats), que outrora teriam dominado a paisagem vegetal do território, encontram-se actualmente limitados aos fundos de vale e ocorrem, de forma dispersa e muito fragmentada, um pouco por toda a bacia, geralmente em contacto com as galerias ripícolas. Estas formações, apesar de escassas, são, no entanto, muito interessantes do ponto de vista biogeográfico porque se encontram repletas de elementos característicos das florestas mediterrânicas. Para além do sobreiro (*Quercus suber*) que acompanha o carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) no estrato arbóreo, podemos encontrar no estrato arbustivo o aderno (*Philyrea latifolia*), a murta (*Myrtus communis*), o folhado (*Viburnum tinus*) e a recama (*Smilax aspera*). Na parte terminal do rio Sousa, estes carvalhais são orlados por bosquetes de loureiro (*Laurus nobilis*), típicos de zonas declivosas e com alguma humidade. Estes loureirais possuem um elevado valor para conservação, pelo seu carácter relíquia e pelo seu estatuto de habitat prioritário do Anexo I da Directiva Habitats (5230\*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

Nas **escarpas e afloramentos rochosos** (como acontece na Senhora do Salto, uma das zonas com maior potencial de conservação), estão registadas algumas plantas importantes como o feto relíquia *Davallia canariensis*, com ocorrência muito pontual no País, e o endemismo do Noroeste Ibérico *Silene marizii* (Habitat 8220 do Anexo I da Directiva Habitats). É altamente provável a ocorrência na sub-bacia do Sousa outros endemismos ibéricos de flora rupestre como a *Silene acutifolia*, *Anarrhinum duriminium*, *Leucantheropsis flaveola* e *Dianthus loricifolius* (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

Nas bacias dos rios Sousa e Ferreira, uma fracção importante da **comunidade piscícola** é constituída por várias espécies de ciprinídeos, sendo menos frequente a presença de outras famílias. Dentro desta família, destaca-se a boga-do-Norte (*Chondrostoma duriensis*) e do góbio (*Gobio gobio*), com percentagens relativas de ocorrência de 41% e 38% no caso do Sousa e 76% e 15% no caso do Ferreira, respectivamente. Numa percentagem bastante menor, é possível encontrar o ruivaco (*Chondrostoma oligolepis*) e enguia (*Anguilla anguilla*). Espécies como a perca-sol (*Lepomis gibbosus*), achigã (*Micropterus salmoides*) e a truta arco-íris (*Oncorhynchus mykiss*) foram apenas detectadas no troço inicial do rio Sousa. Das espécies não piscícolas, o lagostim-vermelho-da-Louisiana (*Procambarus clarkii*) é uma das mais abundantes na bacia do Sousa, seguida de anfíbios e cobras-de-água (*Natrix sp.*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

Dos **mamíferos** identificados na bacia dos rios Sousa e Ferreira, destaca-se a lontra (*Lutra lutra*), com distribuição generalizada de Norte a Sul do País, mas cujo estatuto de conservação está definido como pouco preocupante, estando ameaçada pela destruição da vegetação ripícola, a poluição da água, a regularização dos sistemas hídricos, a mortalidade accidental por atropelamento, a perseguição directa, a sobre-exploração dos recursos hídricos, o impacto das barragens e a presença humana (ICN, 2006). Para além da lontra, foi também encontradas raposas (*Vulpes vulpes*), esquilo (*Sciurus vulgaris*), coelho (*Oryctolagus cuniculus*), foinha (*Martes foina*), geneta (*Genetta genetta*), javali (*Sus crofa*) e texugo (*Meles meles*). É provável a presença de toirão (*Mustela putorius*) e doninha

(*Mustela nivalis*). Embora não observado, também se refere a presença do visão-americano (*Mustela vison*). Dos micromamíferos, e com incidência em alguns troços do rio Ferreira, destaca-se a predominância do género *Pitymys* sp. com uma percentagem de cerca de 43% (rato-lusitânico (*Putymys lusitanicus*) e rato-dos-prados-mediterrânicos (*Pitymys duodecimcostatus*)) e o musarinho-de-dentes-brancos (*Crocidura sp.*) com cerca de 29%. As restantes espécies encontradas foram rato-das-hortas (*Mus spretus*), rato caseiro (*Mus musculus*), rato-dos-bosques (*Apodemus sylvaticus*), ratazana (*Rattus sp.*), rato-do-campo (*Microtus agrestis*) e ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*) e toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), esta última encontradas no rio Mezio e no rio Ferreira. Nas bacias do Sousa e do Ferreira, os **reptéis e anfíbios** estão bem representados: rã-verde (*Rana perezi*), rã-ibérica (*Rana iberica*), sapo-comum (*Bufo bufo*), sapo-parteiro-comum (*Alytes obstetricans*), tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*), tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*), salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), lagartixa-ibérica (*Podarcis hispanica*), lagartixa-de-Bocage (*Podarcis bocagei*), lagartixa-do-mato-comum (*Psammodromus algirus*), sardão (*Lacerta lépida*), cobra-de-água-de-colar (*Natrix natrix*), cobra-de-água viperina (*Natrix maura*), cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*), cobra-de-escada (*Elaphe scalaris*) e lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). Há ainda referência a outras espécies como a salamandra-de-pintas-amarelas (*Salamandra salamandra*), rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*), víbora-cornuda (*Vipera latastei*), sapo-corredor (*Bufo calamita*), cobra-lisa-meridional (*Coronella girondica*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). A rã-ibérica, o tritão-de-ventre-laranja, a salamandra-lusitânica, a lagartixa-de-Bocage, o lagarto-de-água e a rã-de-focinho-pontiagudo são endémicas da Península Ibérica, logo têm grande importância de conservação.

As **aves** estão bem representadas na região do vale do Sousa e Ferreira, tendo sido observadas 58 espécies, o que corresponde a 52% das aves florestais nacionais. As zonas de bosque misto e de orla, associadas a campos agrícolas tradicionais ou matos rasteiros são os habitats com maior diversidade. Nos bosques melhor conservados, em especial carvalhais, podem ser observadas espécies como o chapim-real (*Parus major*), o chapim-preto (*Parus ater*), o chapim-de-poupa (*Parus cristatus*), a carriça (*Troglodytes troglodytes*), o gaio-comum (*Garrulus glandarius*), a toutinegra-de-cabeça-preta (*Sylvia melanocephala*), o cartaxo-comum (*Saxicola torquata*), a trepadeira-comum (*Certhia brachydactyla*), o tentilhão (*Fringilla coelebs*), o melro-preto (*Turdus merula*), a rola-brava (*Streptopelia turtur*), o pombo-torcaz (*Columba palumbus*), a gralha-preta (*Corvus corone corone*), o corvo (*Corax corax*), o estorninho-preto (*Sturnus unicolor*), o estorninho-malhado (*Sturnus vulgaris*) e a perdiz (*Alectoris rufa*). Em zonas rochosas e escarpas, podem encontrar-se espécies como a andorinha-das-rochas (*Ptyonoprogne rupestris*) e o rabirui-preto (*Phoenicurus ochruros*). Outras espécies não aparecem associadas a habitats específicos, sendo facilmente observadas como a poupa (*Upupa epops*), a toutinegra-de-barrete-preto (*Sylvia atricapilla*), o pisco-de-peito-ruivo (*Erithacus rubecula*), o cuco (*Cuculus canorus*), a andorinha-dos-beirais (*Delichon urbica*), a andorinha-das-chaminés (*Hirundo rustica*), o verdilhão-comum (*Streptopelia decaocto*), o pardal-comum (*Passer domesticus*), andorinha-das-barreiras (*Riparia riparia*), o trigueirão (*Miliaria calandra*) e o introduzido bico-de-lacre (*Estrilda astrild*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

As aves de rapina nocturnas podem ser encontradas nas bacias do rio Sousa e Ferreira. Foi detectada a presença de coruja-das-torres (*Tyto alba*), mas é provável a ocorrência de outras, como a coruja-do-mato (*Strix aluco*) ou o mocho-galego (*Athene noctua*). Quanto às rapinas diurnas, são frequentes o peneireiro-comum (*Falco tinnunculus*) e o gavião (*Accipiter nisus*) e o açor (*Accipiter gentilis*) e nas zonas abertas de campos e matos, a água-cobreira (*Circaetus gallicus*). Devido à sua importância em termos de conservação, é de referir a presença de um casal nidificante de falcão-peregrino (*Falco peregrinus*) na Senhora do Salto (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). Algumas espécies de aves que se deslocam verticalmente e procuram os insectos que furam a madeira e as suas larvas também estão presentes como a trepadeira-comum (*Certhia brachydactyla*), o peto-verde (*Picus viridis*), o pica-pau-malhado-grande (*Dendrocopos major*) e o pica-pau-malhado-pequeno (*Dendrocopos minor*); outros aparecem em zonas ripícolas alimentando-se nas margens como o chapim-rabilongo (*Aegithalos caudatus*), alvéola-cinzenta (*Motacilla cinerea*), alvéola-amarela (*Motacilla flava*), a alvéola-branca (*Motacilla alba*) e a garça-real (*Ardea cinerea*); outras mergulham na água à procura de pequenos peixes, como o guarda-rios (*Alcedo atthis*). A sub-bacia do rio Sousa, apesar de menos bem explorada do ponto de vista botânico do que a sub-bacia do rio Ferreira, seu afluente, em particular o troço incluído no Sítio da Rede Natura 2000 "Valongo", inclui alguns locais de assinalável valor botânico e com um considerável potencial para fins de conservação e promoção ecoturística. Em termos faunísticos e florísticos e tendo em conta a existência de vegetação autóctone e reduzida pressão humana, pode destacar-se as margens da Ribeira de Fontão. Afluente da margem direita do rio Sousa, a ela tem-se acesso pela Rua de Travassos, seguindo pelo Parque de Lazer de Foz do Sousa. O percurso começa com uma casa agrícola e na margem direita do rio, os campos agrícolas encontram-se cultivados. A estrada é interrompida junto a uma construção abandonada e segue depois em terra batida e pedra de xisto, marginal aos campos agrícolas e acompanhando de perto o percurso do rio, até inflectir para NE. Aqui, a vegetação é marcadamente autóctone e ripícola, muito exuberante, com densos e jovens choupos-híbridos (*Populus x canadensis*), carvalhos jovens e maduros (*Quercus robur*), amieiros (*Alnus aglutinosa*), freixos (*Fraxinus angustifolia*) matos e coberto herbáceo abundante. Os umbigos-de-vénus e os os fetos são particularmente bem desenvolvidos. Encontram-se vestígios de moinhos abandonados no caminho pedestre, marginal à ribeira. O caminho segue em direcção a Gens. Outros locais afiguram-se como potenciais espaços de valorização e recuperação paisagística da paisagem, através da eliminação de espécies exóticas, repovoamento com espécies autóctones e tratamento e valorização de águas e solos, evitando a contaminação de águas superficiais e subterrâneas drenantes das bacias dos rios Sousa e Ferreira. São os casos das minas de S. Pedro da Cova, Midões e Montalto (mais concretamente as lagoas resultantes das escombreiras) no concelho de Gondomar, actualmente desactivadas e infestadas por eucalipto e acácias.

**Relevância social**

A história do Vale do Sousa está ligada à história da nobreza portuguesa e das ordens religiosas, pois é a partir destes grupos sociais que se pode traçar a evolução destas terras e das suas gentes. Estes concelhos surgem na Idade Média como domínios da nobreza (honras) ou das ordens religiosas (coutos), não se podendo detectar um núcleo populacional que não estivesse integrado neste regime feudal. Esta região deve a sua importância e crescimento ao facto de estar ligada, desde o século X, aos senhores de Riba Douro (Paço de Sousa) e aos Sousas

	<p>ou Sousões (Pombeiro), duas das cinco famílias que constituíam a primeira nobreza portuguesa, referidas no Livro Velho de Linhagens de D. Pedro, e que apoiaram D. Afonso Henriques. Egas Moniz, o célebre aio do rei, fazia precisamente parte da família de Riba Douro. Estas duas famílias contribuíram com os seus filhos segundos (infanções) para o povoamento e reconquista do território português, para além do papel fundamental que detinham na eleição de abades e administradores dos bens da Igreja, colocando em mosteiros e conventos alguns dos seus filhos. As grandes famílias protegiam as comunidades religiosas, constituindo-se como seus patronos, pois numa época em que a cultura se encontrava nas mãos dos clérigos, eram estes os responsáveis pelo enaltecimento destas famílias e dos seus feitos. A família dos Sousas tem um grande peso na história da região. As raras referências a membros da família Sousa (documentos da Corte e da Arquidiocese de Braga) podem ser interpretadas como uma certa modéstia da Casa de Sousa, entre 1070-90. Nos anos seguintes a Casa de Sousa inicia uma trajectória que a levará até ao topo da escala social. Um novo chefe de linhagem, Mem Viegas, aparece referenciado nas Cortes desde 1094, com D. Raimundo, D. Henrique (1106, 1110-11), D. Teresa (1112, 1116 e 1120) e com D. Afonso Henriques, provavelmente com as funções de governador das terras de Sousa e de Bastos. Mantendo, no entanto, os seus interesses no mosteiro de Pombeiro, obtém para este a carta de couto em 1112. Da sua descendência destaca-se o seu filho Gonçalo Mendes de Sousa, O Sôsão (morre em 1133), personagem que após a morte de Egas Moniz se destacou ao lado de D. Afonso Henriques e que desempenhou durante dez anos as funções de mordomo-mor. Outro filho de Mem Viegas, Soeiro Mendes, O Grosso, que participou na Batalha de S. Mamede, foi governador de Aguiar de Sousa. A partir de 1120, ano em que D. Teresa lhe faz uma doação, desconhece-se o seu percurso. A importância dos Sousas manteve-se ainda nos primeiros anos do século XIII, pois Gonçalo Mendes II herdou o cargo de mordomo-mor, desempenhado até ao final do reinado de D. Sancho I. No entanto, as relações entre os Sousas e o rei nem sempre foram cordiais, existindo uma certa rivalidade entre as famílias do Norte e o rei na disputa pelo poder. De realçar que embora por linha bastarda, os Sousas têm sangue real. Os Riba Douro foram outra das famílias que dominaram nesta região. O primeiro dos seus representantes, Monio Viegas, figura em documentos régios a partir de 1054. Segundo estes documentos seria originário da Gasconha, fazendo-se acompanhar por dois irmãos, um dos quais bispo do Porto, D. Sisnando, que realmente se pode documentar para os anos de 1055 a cerca de 1075 e de D. Énego, que é mais difícil de identificar. A família de Riba Douro tem uma forte presença neste período, na região do Vale do Douro, principalmente na região de Entre-os-Rios, antiga Anegia. Aí fundam ou apropriam-se de vários mosteiros, alguns dos quais tornam-se muito importantes como Paço de Sousa, Alpendorada, Tuías e Vila Boa do Bispo (<a href="http://www.valedosousa.pt">www.valedosousa.pt</a>). As mineralizações de ouro, antimónio, chumbo, zinco, prata, estanho e tungsténio que ocorrem na região do Vale do Sousa fazem parte do Distrito mineiro Dúrico-Beirão, que se prolonga por uma faixa de cerca de 90 km, com orientação NW-SE, entre Esposende e Castro Daire. Nele ocorrem mais de uma dezena de jazigos, alguns lavrados desde a época de ocupação romana da Península Ibérica. Este distrito mineiro foi muito importante, tendo sido o segundo maior produtor de ouro em Portugal com a produção de cerca de 5,6 t de ouro e 12000 t de antimónio. Salienta-se a importância do couto mineiro das Banjas através de vários estudos da autoria do Centro de Geologia da Universidade do Porto (ADER-Sousa <i>et al.</i>, 2007; ADER-Sousa <i>et al.</i>, 2008). Os mais importantes vestígios no Norte do País das explorações auríferas durante a ocupação romana são bem patentes na Serra de Santa Justa (concelhos de Valongo e Gondomar) e na Serra das Banjas (concelhos de Gondomar e Paredes). Vários autores clássicos fazem referências concretas às explorações mineiras na Península, tais como Plínio “o Antigo” (anos 23 d.C. a 79 d. C.) e Estrabão (anos aprox. 58 a. C. a 23/24 d. C.) (Câmara Municipal de Gondomar, 1999).</p>
<p><b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b></p>	<p>Os terrenos das margens do rio Sousa são públicos e privados. As propriedades privadas estão destinadas à utilização agrícola com uma franca predominância das culturas forrageiras anuais, dos cereais, das leguminosas secas para grão e batata. O território da Bacia do Sousa combina aspectos da genética tradicional das paisagens rurais desta região, com a fragmentação impulsionada pela expansão urbana, suburbana e urbana, associada ao crescimento das actividades transformadoras, comerciais e de serviços. O rio Sousa atravessa terrenos classificados como Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional e delimita a Sul o Sítio Rede Natura 2000 – Valongo, o qual integra as Serras de Santa Justa e Pias e o vale do seu afluente, o rio Ferreira. Existe uma continuidade natural entre estes dois ecossistemas fluviais (o Sousa e o Ferreira).</p>
<p><b>Ameaças à preservação</b></p>	<p>Os afluentes dos rios Sousa e Ferreira são de grande importância em termos de contribuição para a qualidade das suas águas. O Ribeiro de Midões que desce do lugar com o mesmo nome para Além do Rio, cujas águas eram nocivas aos campos enquanto trabalhavam nas minas de carvão. Desagua na margem direita do rio Sousa. A Ribeira de Silveirinhos nasce em Valongo e desagua no lugar de Belói, no rio Ferreira, junto a um açude ali existente. As suas águas apresentam-se muito férreas, com a tonalidade amarelo-acastanhada característica de escorrência das minas por onde atravessa. Os casos de poluição são mais significativos a montante da bacia hidrográfica do Sousa (Paredes, Penafiel, Lousada).</p> <p>No que se refere à monitorização da qualidade das águas superficiais, a bacia hidrográfica do rio Sousa caracteriza-se pela elevada degradação das águas superficiais, em consequência da elevada densidade populacional e da intensa actividade industrial. Com efeito, esta bacia é das que apresenta superiores cargas em azoto, fósforo e carência bioquímica de oxigénio, a que acresce concentrações importantes em metais pesados (INAG, 2001). A presença de unidades industriais na envolvente dos cursos de água da bacia potencia a degradação da qualidade da água e da paisagem, e com usos recreativos, nesse local e a jusante. Adquire particular importância a existência de áreas industriais no Vale do Sousa, assim como a expansão urbana, que coloca diversos problemas ao equilíbrio dos recursos naturais, que se traduzem na artificialização das margens, no aumento dos pontos de conflito com os</p>

	<p>recursos hídricos, na impermeabilização e contaminação de áreas de recarga de aquíferos, no aumento das dificuldades e dos custos da infraestruturização. Um outro problema a destacar na bacia do rio Sousa é a proliferação de espécies invasoras como o eucalipto e as acácias, invadindo as margens e as encostas mais declivosas primitivamente ocupadas por carvalhos e vegetação ripícola, assim como a pressão urbanística e industrial que tem proliferado nas suas margens. De salientar ainda a antiga estação de captação de águas de Foz do Sousa, devoluta, com potencial para recuperação como museu, assim como os inúmeros moinhos e azenhas ao longo do seu curso, fazendo jus à tradição de moagem de cereais da região de Gondomar e Valongo e que se encontram abandonados e em mau estado de conservação.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>Não existem associações com dinâmica local no concelho de Gondomar relacionadas com o rio Sousa, mas elas existem e merecem referência em outros concelhos abrangidos por esta bacia. A associação AARIS – Associação dos Amigos do Rio Sousa tem uma larga experiência em actividades de sensibilização das populações locais para a defesa e preservação do rio Sousa e seus afluentes (<a href="http://aaris.blogspot.com/">aaris.blogspot.com/</a>), como por exemplo o Percurso Pedestre em Vale do Sousa "Rota do Ouro e da Água" realizado em Setembro de 2006. Com actividade desde 2004 e sede em Penafiel, a VALSAQ – Associação do Ambiente e da Qualidade de Vida do Vale do Sousa tem por objectivo a preservação do ambiente, da qualidade de vida, lazer e prática de desporto e aventura no Vale de Sousa (<a href="http://valsaq.blogspot.com">valsaq.blogspot.com</a>, <a href="http://www.valsaq.org">www.valsaq.org</a>).</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>A necessidade da criação de espaços sustentáveis de lazer, utilizando o potencial dos vales dos rios Sousa tem sido defendida pelas Câmaras Municipais dos concelhos por ele atravessados, como é bom exemplo a recuperação do moinho e arranjos exteriores, convertido em museu, no lugar da Ponte de Novelas, em Penafiel, sobre o rio Sousa. No concelho de Gondomar apontam-se algumas intervenções significativas no sentido de potenciar o rio Sousa como espaço de lazer e recreio e que deveriam ser implementadas, como a valorização e requalificação do património construído associado ao rio (moinhos, azenhas, estação de captação de águas, pontes, etc.), a progressiva eliminação de espécies invasoras do coberto arbóreo e substituição por espécies autóctones, a dinamização dos espaços agrícolas, evitando o abandono das propriedades, a promoção de actividades de desporto e lazer (desportos aquáticos, escalada, etc.) e de actividades de educação ambiental; a despoluição do rio e seus afluentes, mais notória a montante, mas especialmente grave neste concelho, devido às escorrências de minas desactivadas e a deficiências do tratamento e drenagem de águas residuais; a expansão da rede de espaços verdes nas margens, a criação de praias fluviais com a implantação de equipamentos, etc.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>A Câmara Municipal de Gondomar, o ICNB, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, as Águas de Douro e Paiva poderiam ser parceiras na gestão e preservação do rio Sousa.</p>

[Ir para o índice](#)

# Mata de sobreiros

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira
Espaço proposto por	Vitor Pereira

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1450
Nome do espaço	Mata de sobreiros
Freguesia	Fânzeres
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas WGS84: 41,16; -8,52. Localiza-se no Alto de Barreiros, próximo da Praceta dos Heróis do Ultramar, em direcção ao Alto da Serra e a São Pedro da Cova, junto à estrada por onde circulam os autocarros 14, 69 e 801 da STCP.



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Area natural	
Área aproximada	2,1 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	Trata-se de um amplo espaço de mata que está completamente abandonado e degradado, onde abundam sobreiros, eucaliptos e acácias. A fauna é constituída por passeriformes ubiquistas. Não existem outros elementos relevantes de paisagem. O proponente deste espaço salienta a presença de azinheiras no local, mas não se encontram no local. A importância deste espaço reside na elevada quantidade de sobreiros localizados em área periurbana que se seria importante preservar.
	Relevância social	Não existem espaços de lazer existentes, ou património construído a destacar.
	Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território	Pensa-se que seja propriedade privada. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.

	<b>Ameaças à preservação</b>	Encontra-se ameaçada pelo abandono, a especulação imobiliária, o abate de árvores (sobreiros), a deposição ilegal de lixos e a invasão de espécies exóticas (acácias).
	<b>Dinâmica local</b>	Não existem actividades ou associações de dinâmica local.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Sugere-se a valorização ambiental, a criação de percursos pedonais e cicláveis e de um parque desportivo e de manutenção/parque público.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Gondomar e a Junta de Freguesia de Fânzeres poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço, em articulação com o respectivo proprietário. O Clube de Ar Livre da Escola E.B. 2.3 de Fânzeres poderia colaborar em ações de educação ambiental, desenvolvendo entre a população escolar a sensibilidade para as questões do ambiente.

[Ir para o índice](#)

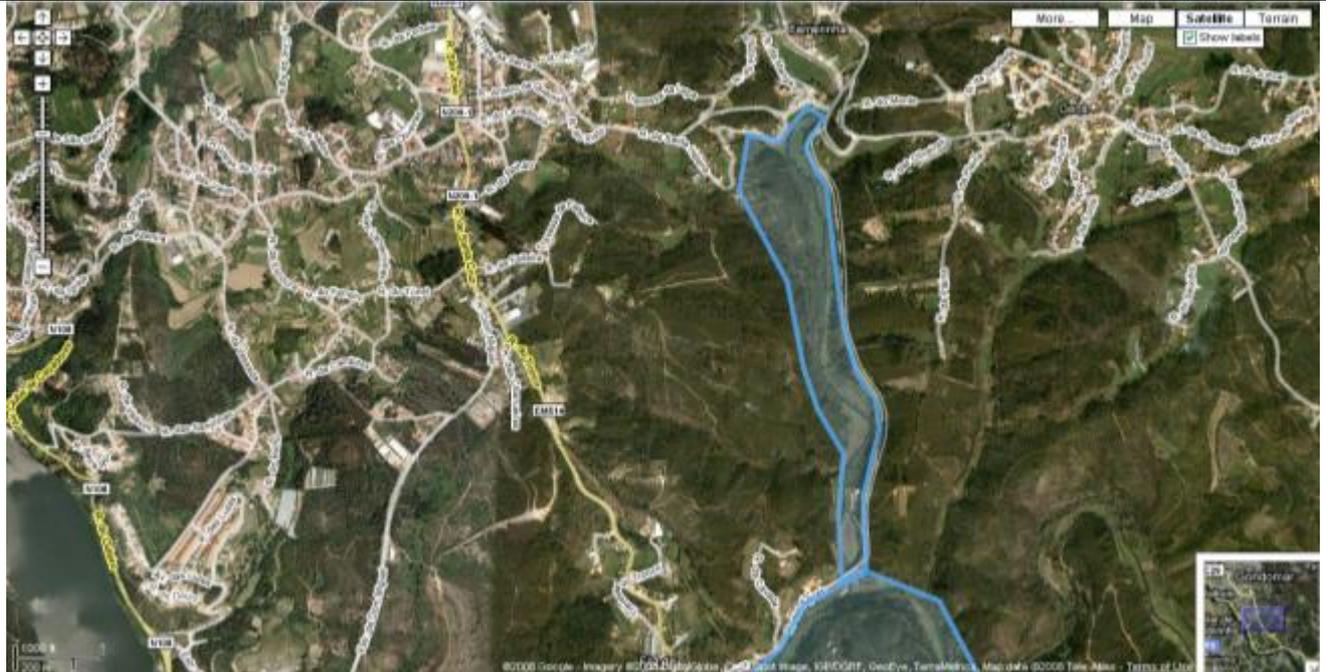
## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Manuel Bento

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1730
Nome do espaço	Rio Ferreira
Freguesias	Sobrado, Campo e Valongo (1), Jovim, São Pedro da Cova e Foz do Sousa (2)
Concelho	Valongo (1) e Gondomar (2)
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,11; -8,50. Existem alguns locais de particular destaque no rio Ferreira, como a sua confluência com o rio Sousa, e a zona integrada no Parque Paleozóico de Valongo entre as Serras de Santa Justa e Pias. De beleza singular, refira-se ainda a aldeia de Couce, sobre as margens do rio Ferreira. Outros troços se destacam como a zona de Ponte Ferreira (Campo, Valongo) e Ponte Santo André (Sobrado, Valongo).

## Limites



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Rios e ribeiras
Área aproximada	21 ha
Descrição do espaço	<p><b>Importância ecológica</b></p> <p>O rio Ferreira é o afluente principal do rio Sousa, nasce em Raimonda (Paços de Ferreira) e desagua no lugar da Ribeira de Cima, na freguesia de Foz do Sousa, no concelho de Gondomar. No seu trajecto, atravessa os concelhos de Paços de Ferreira, Paredes, (Lordelo e Rebordosa), Valongo (Sobrado, Campo e Valongo) e Gondomar (freguesias de Jovim, S. Pedro da Cova e Foz do Sousa). O rio Ferreira desenvolve-se ao longo de, aproximadamente, 43 km, possui um módulo de 5,17 m<sup>3</sup>/s e uma inclinação média de 0,89 % (Rodrigues <i>et al.</i>, 2006). Tem como principais afluentes o rio Eiriz e o rio Simão (na margem direita) e a Rio da Carvalhosa (na margem esquerda).</p>

Da margem esquerda e desde a nascente, incluem-se como afluentes secundários do rio Ferreira o Ribeiro de Vilarinho e a Ribeira de Fervença e na margem direita, a Ribeira da Feteira, a Ribeira de Fontelhas, a Ribeira de Silveirinhos e a Ribeira de Parada. O rio Ferreira atravessa a zona central do concelho de Paços de Ferreira, cujo território coincide praticamente com a zona de montante da respectiva bacia hidrográfica. Este rio é meandrizado ao longo de todo o seu percurso e conflui com o rio Sousa no concelho de Gondomar. Entre os concelhos de Valongo, Gondomar e Paredes, as denominadas “serras de Valongo”, constituídas por uma série de elevações orientadas na direcção NW-SE e formadas essencialmente por cristas de rochas quartzíticas que correspondem a uma dobra anticlinal - Santa Justa (367 m), Pias (385 m) e Castiçal (324 m) – dão corpo a um maciço montanhoso de grande valor natural e paisagístico, caracterizado pela presença do rio Ferreira (na área das “serras de Valongo” corre num vale encaixado onde se evidenciam algumas gargantas apertadas, como no Alto do Castelo e nas Fragas do Diabo) e por um complexo sistema de fojos, minas, pequenas nascentes e linhas de água. O rio Ferreira ao atravessar as cristas quartzíferas da Serra de Santa Justa e Pias, originou os chamados “Saltos do Ferreira” (FCG, 1985).

A bacia hidrográfica do Rio Ferreira apresenta a área de 184 km<sup>2</sup> e o perímetro de 83 km, onde residem cerca de 200 mil habitantes (Rodrigues *et al.*, 2006). Na área de influência da bacia hidrográfica do rio Ferreira estão abrangidas áreas pertencentes aos concelhos de Paços de Ferreira (89%), Paredes (31%), Valongo (60%) e Gondomar (16%). De referir ainda que Lousada é também influenciada por esta bacia, sendo, no entanto, uma área muito reduzida e pouco significativa (apenas 4%) (FEUP, 2005).

O rio Ferreira desagua no rio Sousa na freguesia de Foz do Sousa (Gondomar), com as suas margens ainda pouco urbanizadas e ocupadas predominantemente com campos agrícolas, existindo também alguns troços de galeria ripícola. Nas margens mais escarpadas a ocupação dominante é a floresta de pinheiros e eucaliptos, com a invasão de outras espécies infestantes. Em alguns pontos das suas margens observam-se áreas ocupadas por actividades como a indústria de extracção de inertes, empresas de produção de papel, assim como construções desordenadas. No Parque Paleozóico de Valongo que integra parte do vale do Rio Ferreira entre as Serras de Santa Justa e Pias, o clima, a orografia do terreno e a constituição dos solos condicionam, de uma forma notável a distribuição dos seres vivos que povoam a região. Os ventos dominantes de Nordeste, o regime de chuvas típico da região, e a grande humidade do ar durante todo o ano são os factores climáticos mais importantes. Os vales encaixados, as encostas íngremes e os abundantes afloramentos rochosos são os factores orográficos relevantes. A abundância de minas e fojos tem também um papel relevante. A constituição do solo, dominado por componentes xistosas, é fundamental para explicar a composição e distribuição da comunidade vegetal (Santos e Silva, 2001).

A bacia dos rios Sousa e do Ferreira apresenta, em alguns troços, importantes representações de **habitats naturais**, sendo as **galerias ripícolas** dos principais rios, as **florestas naturais** (carvalhais, sobreirais, loureirais), as **comunidades dos afloramentos rochosos**, os **matos rasteiros** e as **zonas húmidas** associadas a pequenos cursos de água os elementos significativos no que se refere à flora.

O pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) difundiu-se de forma extraordinária nas últimas décadas, substituindo num ritmo avassalador as florestas autóctones de carvalho (*Quercus robur*), soutos (*Quercus suber*) e pinheiros-mansos (*Pinus pinea*), cultivados desde há milhares de anos. O mesmo se passou com o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), espécie totalmente deslocada da mata original, mas de ciclo vegetativo muito curto e de fácil adaptação a solos ácidos. Os pinhais com eucaliptais são hoje dominantes na paisagem e ganham cada ano maior área de implantação, trepando as encostas de mato, envolvendo terras e povoações.

Grande parte do rio Sousa e dos seus principais afluentes possui **galerias ripícolas arbóreas** (habitat 91E0\* do Anexo I da Directiva Habitats, considerado prioritário no contexto comunitário) relativamente bem estruturadas mas ruralizadas por diversos processos de humanização da paisagem (agricultura, silvicultura, expansão urbana). Estas galerias ripícolas são tipicamente dominadas pelo amieiro (*Alnus glutinosa*), pelo salgueiro-negro (*Salix atrocinerea*) e pelo freixo (*Fraxinus angustifolia*). O narciso endémico *Narcissus cyclamineus* (espécie listada no anexo II da Directiva Habitats), cuja presença ainda não foi confirmada na sub-bacia do rio Sousa (mas é conhecida no seu afluente rio Ferreira), constituirá o elemento florístico de maior importância neste ambiente. Além dos rios principais, assumem também importância em termos de conservação as pequenas linhas de água que desaguam nos Rios Sousa e Ferreira. Aí podemos encontrar vegetação de ambientes húmidos de carácter oligotrófico (habitat 7150 do Anexo I da Directiva Habitats), cada vez mais rara em zonas de baixa altitude, como as comunidades com esfagnos (*Sphagnum sp. pl.*) e plantas insectívoras (*Pinguicula lusitanica*, *Drosera sp. pl.*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

As formações vegetais naturais mais comuns das áreas serranas na sub-bacia do rio Sousa são os **matos rasteiros** (habitat 4030 do Anexo I da Directiva Habitats), particularmente na Serra de Santa Justa e Pias. A composição da comunidade vegetal nestas formações rochosas é muito estável e formada por um pequeno número de espécies: sobre xistos predominam a carqueja (*Pterospartum tridentatum subsp. Cantabricum*), torga (*Erica umbellata*) e um tojo endémico (*Ulex micranthus*); sobre granitos, os matos são dominados por outras espécies de tojo: o tojo-arnal (*Ulex europaeus subsp. latebracteatus*) e o tojo molar (*Ulex minor*). Nas clareiras destes matos rasteiros, ocorre um endemismo de distribuição (*Succisa pinnatifida*) e são comuns os tomilhais de *Thymus caespitosus* (habitat 8230 do Anexo I da Directiva Habitats) que na Primavera apresentam uma floração rosácea extremamente chamativa. Em alguns locais, os matos evoluem para matagais dominados pela giesta-negral (*Cytisus striatus*) ou pelo medronheiro (*Arbutus unedo*) e pela urze-vermelha (*Erica australis*). Quando se instalam em zonas húmidas nas proximidades das linhas de água, os matos são dominados pela lameirinha (*Erica ciliaris*), tojo-molar (*Ulex minor*) e um arbusto espinhoso endémico do Noroeste da Península Ibérica, o arranha-lobos (*Genista berberidea*), constituindo um habitat prioritário do Anexo I da Directiva Habitats (4020\*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

Os **carvalhais** (Habitat 9230 do Anexo I da Directiva Habitats), que outrora teriam dominado a paisagem vegetal do

território, encontram-se actualmente limitados aos fundos de vale e ocorrem, de forma dispersa e muito fragmentada, um pouco por toda a bacia, geralmente em contacto com as galerias ripícolas. Estas formações, apesar de escassas, são, no entanto, muito interessantes do ponto de vista biogeográfico porque se encontram repletas de elementos característicos das florestas mediterrânicas. Para além do sobreiro (*Quercus suber*) que acompanha o carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) no estrato arbóreo, podemos encontrar no estrato arbustivo o aderno (*Philyrea latifolia*), a murta (*Myrtus communis*), o folhado (*Viburnum tinus*) e a recama (*Smilax aspera*). Na parte terminal do rio Sousa, estes carvalhais são orlados por bosquetes de loureiro (*Laurus nobilis*), típicos de zonas declivosas e com alguma humidade. Estes loureirais possuem um elevado valor para conservação, pelo seu carácter relíquia e pelo seu estatuto de habitat prioritário do Anexo I da Directiva Habitats (5230\*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

Nas **escarpas e afloramentos rochosos**, estão registadas algumas plantas importantes como o feto relíquia *Davallia canariensis*, com ocorrência muito pontual no País, e o endemismo do Noroeste Ibérico *Silene marizii* (Habitat 8220 do Anexo I da Directiva Habitats). É altamente provável a ocorrência na sub-bacia do Sousa outros endemismos ibéricos de flora rupestre como a *Silene acutifolia*, *Anarrhinum durimimum*, *Leucanthemopsis flaveola* e *Dianthus laricifolius* (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

O Parque Paleozóico de Valongo integra parte do vale do Rio Ferreira entre as Serras de Santa Justa e Pias. Esta zona pode caracterizar-se pela introdução de espécies como a mimosa (*Acacia dealbata*) e o eucalipto (*Eucalyptus globulus*). O flagelo dos fogos, têm sido, foi e provavelmente continuará a ser responsável pelas extremas mudanças verificadas na paisagem. No passado, a paisagem seria bastante diferente da actual, em que as cumeadas das serras seriam cobertas por densos matos de tojos, urzes e musgos que seriam progressivamente substituídos, descendo o relevo, por densas manchas verdes de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), aqui e ali interrompidas pelas diferentes tonalidades dos castanheiro (*Castanea sativa*), medronheiros (*Arbutus unedo* L.) ou sobreiros (*Quercus suber*). Já nos vales e especialmente junto às linhas de água, a diversidade vegetal aumentaria e rios e ribeiras seriam bordejados por choupos (*Populus sp.*), carvalhos (*Quercus rubra*), freixos (*Fraxinus sp.*), salgueiros (*Salix sp.*) e amieiros (*Alnus glutinosa*), e onde os medronheiros (*Arbutus unedo* L.) também ressaltariam. Hoje o estrato arbóreo dominante nas serras é constituído por eucaliptos (*Eucalyptus sp.*), plantados para exploração de madeira, bem como manchas de pinhal. Nestas áreas, especialmente nos eucaliptais, a diversidade e riqueza vegetal são mínimas. No entanto, de uma forma irregular, podemos encontrar elementos isolados, como carvalhos-alvarinho, sobreiros e azinheiras (*Quercus ilex*), resquícios de uma floresta desaparecida. Nos locais mais húmidos, com maior intensidade, predominam os restos da referida vegetação autóctone, em que os salgueiros, os medronheiros e os amieiros ainda podem ser encontrados. Nas zonas mais degradadas, quer por incêndios, quer pela pressão humana, são frequentes as mimosas ou acácias (*Acacia sp.*) e os ailantos (*Ailanthus altissima*) que começaram já a invadir o ecossistema.

A área do vale do rio Ferreira, na zona de Couce, trata-se de um local particularmente relevante, quer em termos de património botânico, salientando-se, de entre as comunidades permanentes, as formações palustres, onde vegetam várias espécies de plantas carnívoras, as formações ripícolas, como os choupais (*Populus alba*), os salgueirais (*Salix alba*), e os freixiais (*Fraxinus angustifolia* subsp. *angustifolia*), e os bosquetes mistos de carvalho-robusto (*Quercus robur*), sobreiro (*Quercus suber*) e pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), particularmente exuberantes nas bordaduras das áreas de cultivo, onde ainda é possível encontrar pequenos núcleos de azevinho (*Ilex aquifolium*) ([www.naturlink.pt](http://www.naturlink.pt)). Os principais arbustos presentes são as giestas (*Genista sp.*), a urze-das-vassouras (*Erica lusitanica*), o tojo (*Ulex sp.*) e as carquejas (*Pterospartum tridentatum*), que se encontram nas áreas mais despidas da serra ou, em zonas afectadas por incêndios. Rente ao chão, todo o ano podemos observar muitas espécies de herbáceas, como por exemplo o cravo-do-monte (*Simethis planifolia*) e o trevo (*Trifolium sp.*) e, na Primavera, muitas espécies com pequenas flores são particularmente visíveis por toda a serra, dando-lhe um colorido característico. Também se observam numerosas plantas da flora mediterrânica como o folhado (*Viburnum tinus*) e a gilbardeira (*Ruscus aculeatus*) (ADER-Sousa et al., 2007). No denominado tapete herbáceo, ou estrato inferior, são de salientar as plantas carnívoras e os musgos.

Como **plantas carnívoras** mais características, predominam nas zonas húmidas ou pantanosas as rorelas ou orvalhinhas (*Drosera rotundifolia* e *Drosera intermedia*) e a pinguícola-lusitânica (*Pinguicula lusitanica*), espécie que costuma surgir associada às orvalhinhas, uma vez que possui as mesmas exigências ecológicas. Nas charnecas secas e xistosas sobranceiras ao vale de Couce, é possível encontrar ainda uma outra espécie de planta-carnívora, esta bem mais rara e altamente ameaçada: o pinheiro-baboso (*Drosophyllum lusitanicum*). Trata-se de um endemismo ibero-marroquino de distribuição altamente localizada em Portugal. Contudo, apesar de constituir um dos *ex-libris* ambientais deste maciço montanhoso, tal parece não obstar à ameaça de extinção que sobre ela paira. De facto, alguns dos preciosos e reduzidos núcleos desta espécie conhecidos para as “serras de Valongo” têm sido de tal modo afectados – actividade florestal intensa e desregrada, com recurso, sobretudo, à monocultura do eucalipto (*Eucalyptus sp.*), sucessivos fogos florestais, deposição de entulho, perturbação humana (actividades todo-o-terreno, etc.), pressão urbanística que se crê estarem actualmente em vias de desaparecer nesta região ([www.naturlink.pt](http://www.naturlink.pt)).

Os **musgos** desempenham um papel importante ao reduzirem a erosão ao longo dos cursos de água, ao reciclarem a água e nutrientes e ao providenciarem importantes fontes de energia – a turfa. Dos musgos, salientam-se o esfagno (*Sphagnum sp.*) e a funária (*Funaria sp.*) (Santos e Silva, 2001).

Os **fetos** constituem motivo de interesse para quem visita a região, uma vez que aqui se encontram em grande número e tem elevado valor para futura conservação. Para além deste facto, algumas espécies bastante raras no

país e/ou na Europa encontram na boca das minas e dos fojos, e ainda, nas fendas das rochas, nos troncos das árvores e na margem dos ribeiros, condições ideais para se desenvolverem (Câmara Municipal de Valongo, 2001). Os fojos e um pequeno troço do vale do rio Ferreira são os únicos locais do nosso país onde é possível encontrar algumas espécies protegidas como a *Culcita macrocarpa*, um feto ripícola, considerado uma verdadeira preciosidade pelos botânicos, cujos únicos núcleos conhecidos vegetam nos respiradouros e galerias das antigas minas auríferas romanas; a *Trichomanes speciosum*, uma relíquia paleotropical que hoje se encontra confinada a alguns locais húmidos e pouco iluminados da serra de Santa Justa; e a *Lycopodiella cernua*, um pequeno feto de aspecto arborescente, que tem nos terrenos alagadiços e parte inundada dos caminhos próximos do rio Ferreira, o único local conhecido de ocorrência em toda a Europa continental. Para além destas espécies, vale a pena realçar igualmente a presença da *Dicksonia antarctica*, um feto arbóreo originário da Austrália e Nova Zelândia, que tem nesta região a única população naturalizada que se conhece em Portugal, e ainda a ocorrência da espécie *Dryopteris guanchica*, um pteridófito macaronésico muito raro em Portugal, que apenas vegeta em pequenas ravinas húmidas e sombrias das “serras de Valongo” ([www.naturlink.pt](http://www.naturlink.pt)). Podem ainda encontrar-se minúsculos fetos arbóreos como *Cheilantes* (Santos e Silva, 2001).

Nas bacias dos rios Sousa e Ferreira, uma fracção importante da **comunidade piscícola** é constituída por várias espécies de ciprinídeos, sendo menos frequente a presença de outras famílias. Dentro desta família, destaca-se a boga-do-Norte (*Chondrostoma duriensis*) e do góbio (*Gobio gobio*), com percentagens relativas de ocorrência de 41% e 38% no caso do Sousa e 76% e 15% no caso do Ferreira, respectivamente. Numa percentagem bastante menor, é possível encontrar o ruivaco (*Chondrostoma oligolepis*) e enguia (*Anguilla anguilla*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). Nos locais menos poluídos do rio Ferreira, dentro do Parque Paleozóico de Valongo, sobrevivem alguns peixes como os barbos (*Barbus bocagei*), os escalos (*Leuciscus cephalus*) e as enguias (*Anguilla spp.*) e ainda espécies piscícolas listadas no Anexo II da Directiva Habitats, como a boga (*Chondrostoma polylepis*) e o bordalo (*Rutilus alburnoides*), ambos endemismos ibéricos, ou o ruivaco (*Rutilus macrolepidotus*), um endemismo português. O regresso dos peixes ao rio Ferreira, em particular os barbos, após a desactivação de algumas fábricas a montante que poluíam o rio tem sido uma evidência. A truta (*Salmo trutta*), animal bastante sensível, devido à poluição do rio, desapareceu até quase aos nossos dias.

Dos **mamíferos** identificados na bacia dos rios Sousa e Ferreira, destaca-se a lontra (*Lutra lutra*), com distribuição generalizada de Norte a Sul do País, mas cujo estatuto de conservação está definido como pouco preocupante, estando ameaçada pela destruição da vegetação ripícola, a poluição da água, a regularização dos sistemas hídricos, a mortalidade acidental por atropelamento, a perseguição directa, a sobre-exploração dos recursos hídricos, o impacto das barragens e a presença humana (ICN, 2006). Para além da lontra, foi também encontradas raposas (*Vulpes vulpes*), esquilo (*Sciurus vulgaris*), coelho (*Oryctolagus cuniculus*), fuinha (*Martes foina*), geneta (*Genetta genetta*), javali (*Sus crofa*) e texugo (*Meles meles*). É provável a presença de toirão (*Mustela putorius*) e doninha (*Mustela nivalis*). Embora não observado, também se refere a presença do visão-americano (*Mustela vison*). Dos micromamíferos, e com incidência em alguns troços do rio Ferreira, destaca-se a predominância do género *Pitymys sp.* com uma percentagem de cerca de 43% (rato-lusitânico (*Putymys lusitanicus*) e rato-dos-prados-mediterrânicos (*Pitymys duodecimcostatus*)) e o musaranho-de-dentes-brancos (*Crociodura sp.*) com cerca de 29%. As restantes espécies encontradas foram rato-das-hortas (*Mus spretus*), rato caseiro (*Mus musculus*), rato-dos-bosques (*Apodemus sylvaticus*), ratazana (*Rattus sp.*), rato-do-campo (*Microtus agrestis*) e ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*) e toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), esta última encontradas no rio Mezio e no rio Ferreira. Na Serra de Santa Justa e Pias, os mamíferos mais abundantes são o coelho-bravo (*Oryctolagus cunicula*) e a raposa (*Vulpes vulpes*), de hábitos nocturnos ou crepusculares. Outros pequenos mamíferos estão também presentes como ouriços-cacheiros (*Erinaceus europaeus*), ratos do campo (*Apodemus sylvaticus*) e toupeiras (*Talpa caeca*), texugos (*Meles meles*) e mesmo doninhas (*Mustela nivalis*) (Santos e Silva, 2001). Verifica-se um acentuado declínio em algumas populações, designadamente entre determinadas espécies de mustelídeos, como a lontra (*Lutra lutra*) ou o toirão (*Mustela putorius*), provavelmente devido ao aumento exponencial de factores de perturbação causados por acção antrópica nas áreas, até aqui, mais isoladas das “serras de Valongo”. Os fojos constituírem locais de abrigo fundamentais para algumas espécies de quirópetros cavernícolas, nomeadamente o morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e o morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposiderus*), ambas espécies consideradas em perigo ([www.naturlink.pt](http://www.naturlink.pt)).

Nas bacias do Sousa e do Ferreira, os **reptéis e anfíbios** estão bem representados: rã-verde (*Rana perezi*), rã-ibérica (*Rana iberica*), sapo-comum (*Bufo bufo*), sapo-parteiro-comum (*Alytes obstetricans*), tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*), tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*), salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), lagartixa-ibérica (*Podarcis hispanica*), lagartixa-de-Bocage (*Podarcis bocagei*), lagartixa-do-mato-comum (*Psammotromus algeris*), sardão (*Lacerta lépida*), cobra-de-água-de-colar (*Natrix natrix*), cobra-de-água viperina (*Natrix maura*), cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*), cobra-de-escada (*Elaphe scalaris*) e lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). Há ainda referência a outras espécies como a salamandra-de-pintas-amarelas (*Salamandra salamandra*), rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*), víbora-cornuda (*Vipera latastei*), sapo-corredor (*Bufo calamita*), cobra-lisa-meridional (*Coronella girondica*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). A rã-ibérica, o tritão-de-ventre-laranja, a salamandra-lusitânica, a lagartixa-de-Bocage, o lagarto-de-água e a rã-de-focinho-pontiagudo são endémicas da Península Ibérica, logo têm grande importância de conservação. Nas minas, pequenas nascentes e linhas de água do Parque Paleozóico de Valongo, criam-se

condições particularmente favoráveis para a herpetofauna associada a ambientes húmidos, destacando-se a presença do lagarto-de-água, o tritão-de-ventre-laranja, a rã-ibérica e a salamandra-lusitânica ([www.naturlink.pt](http://www.naturlink.pt)). Entre os arbustos ou aquecendo-se nas pedras ao sol, ocorrem também as lagartixas, bastante comuns, tal como já o foram os lagartos ocelados (*Lacerta ocellata*) ou várias espécies de cobras. A cobra d'água-viperina é difícil de ver, habitando junto aos cursos de água e alimentando-se de rãs-verdes e outros pequenos animais. Já a cobra-rateira pode ser observada nos muros, onde caça pequenos roedores. Os tritões-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*) e as rãs-verde (*Rana perezi*) habitam poços e charcas. Os sapos podem ver-se nos poucos campos de cultivo, junto ao rio Ferreira, onde se alimentam de insectos (Santos e Silva, 2001).

As aves estão bem representadas na região do vale do Sousa e Ferreira, tendo sido observadas 58 espécies, o que corresponde a 52% das aves florestais nacionais. As zonas de bosque misto e de orla, associadas a campos agrícolas tradicionais ou matos rasteiros são os habitats com maior diversidade. Nos bosques melhor conservados, em especial carvalhais, podem ser observadas espécies como o chapim-real (*Parus major*), o chapim-preto (*Parus ater*), o chapim-de-poupa (*Parus cristatus*), a carriça (*Troglodytes troglodytes*), o gaio-comum (*Garrulus glandarius*), a toutinegra-de-cabeça-preta (*Sylvia melanocephala*), o cartaxo-comum (*Saxicola torquata*), a trepadeira-comum (*Certhia brachydactyla*), o tentilhão (*Fringilla coelebs*), o melro-preto (*Turdus merula*), a rola-brava (*Streptopelia turtur*), o pombo-torcaz (*Columba palumbus*), a gralha-preta (*Corvus corone corone*), o corvo (*Corax corax*), o estorninho-preto (*Sturnus unicolor*), o estorninho-malhado (*Sturnius vulgaris*) e a perdiz (*Alectoris rufa*). Em zonas rochosas e escarpas, podem encontrar-se espécies como a andorinha-das-rochas (*Ptyonoprogne rupestris*) e o rabirruivo-preto (*Phoenicurus ochruros*). Outras espécies não aparecem associadas a habitats específicos, sendo facilmente observadas como a poupa (*Upupa epops*), a toutinegra-de-barrete-preto (*Sylvia atricapilla*), o pisco-de-peito-ruivo (*Erithacus rubecula*), o cuco (*Cuculus canorus*), a andorinha-dos-beirais (*Delichon urbica*), a andorinha-das-chaminés (*Hirundo rustica*), o verdilhão-comum (*Streptopelia decaoto*), o pardal-comum (*Passer domesticus*), andorinha-das-barreiras (*Riparia riparia*), o trigueirão (*Miliaria calandra*) e o introduzido bico-de-lacre (*Estrilda astrild*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). As aves são os animais vertebrados mais abundantes e com maior diversidade na área do Parque Paleozóico de Valongo. De manhã ou ao fim da tarde, pode-se observar nas árvores chapins (*Parus major*, *Parus ater*), toutinegras-de-barrete-preto (*Sylvia atricapilla*), piscos-de-peito-ruivo (*Erithacus rubecula*), verdilhões (*Carduelis chloris*) e serezinhas (*Serinus serinus*), entre outros. Nos ramos mais baixos, podem encontrar-se as carriças (*Troglodytes troglodytes*), e mais perto da água, as alvéolas (*Motacilla alba*, *Motacilla cinerea*). Um pouco por todo o lado, melros-pretos (*Turdus merula*) soltam o seu canto enquanto voam rente ao solo. Por vezes, um gaio (*Garrulus glandarius*) lança os seus sons graves. Principalmente na Primavera, andorinhas-das-chaminés (*Hirundo rustica*) e andorinhões-pretos (*Apus apus*) chilreiam sem parar. Também existem rolas-turcas (*Streptopelia decaoto*) e gralhas (*Corvus corone*), rabirruivos-pretos (*Phoenicurus ochruros*), pegas-rabudas (*Pica pica*), pica-paus-verdes (*Picus viridis*) (Santos e Silva, 2001), o guarda-rios (*Alcedo atthis*), a cotovia-pequena (*Lullula arborea*) e a felosa-do-mato (*Sylvia undata*), listadas no Anexo I da Directiva Aves (79/409/CEE) ([www.naturlink.pt](http://www.naturlink.pt)). Com o desaparecimento de muitos peixes, o guarda-rios ou pica-peixe (*Alcedo atthis* L.) deixou de aparecer, embora surjam agora relatos que esta ave começa a reaparecer, vinda do rio Sousa ([www.naturlink.pt](http://www.naturlink.pt)). As aves de rapina nocturnas podem ser encontradas nas bacias do rio Sousa e Ferreira. Foi detectada a presença de coruja-das-torres (*Tyto alba*), mas é provável a ocorrência de outras, como a coruja-do-mato (*Strix aluco*) ou o mocho-galego (*Athene noctua*). Quanto às rapinas diurnas, são frequentes o peneireiro-comum (*Falco tinnunculus*) e o gavião (*Accipiter nisus*) e o açor (*Accipiter gentilis*) e nas zonas abertas de campos e matos, a água-cobreira (*Circaetus gallicus*). Algumas aves de rapina (nocturnas e diurnas) estão presentes no Parque Paleozóico de Valongo (o qual integra o vale do rio Ferreira), como a águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), o peneireiro, a coruja-das-torres, a coruja-do-mato, o mocho-galego, listadas no Anexo I da Directiva Aves ([www.naturlink.pt](http://www.naturlink.pt)), após o desaparecimento quase total de gaviões (*Accipiter nisus*) (Santos e Silva, 2001). Algumas espécies de aves que se deslocam verticalmente e procuram os insectos que furam a madeira e as suas larvas também estão presentes como a trepadeira-comum (*Certhia brachydactyla*), o peto-verde (*Picus viridis*), o pica-pau-malhado-grande (*Dendrocopus major*) e o pica-pau-malhado-pequeno (*Dendrocopus minor*); outros aparecem em zonas ripícolas alimentando-se nas margens como o chapim-rabilongo (*Aegithalos caudatus*), alvéola-cinzenta (*Motacilla cinerea*), alvéola-amarela (*Motacilla flava*), a alvéola-branca (*Motacilla alba*) e a garça-real (*Ardea cinerea*); outras mergulham na água à procura de pequenos peixes, como o guarda-rios (*Alcedo atthis*).

**Relevância social**

A história do Vale do Sousa (que inclui o rio Ferreira) está ligada à história da nobreza portuguesa e das ordens religiosas, pois é a partir destes grupos sociais que se pode traçar a evolução destas terras e das suas gentes. Estes concelhos surgem na Idade Média como domínios da nobreza (honras) ou das ordens religiosas (coutos), não se podendo detectar um núcleo populacional que não estivesse integrado neste regime feudal. Esta região deve a sua importância e crescimento ao facto de estar ligada, desde o século X, aos senhores de Riba Douro (Paço de Sousa) e aos Sousas ou Sousões (Pombeiro), duas das cinco famílias que constituíam a primeira nobreza portuguesa, referidas no Livro Velho de Linhagens de D. Pedro, e que apoiaram D. Afonso Henriques. Egas Moniz, o célebre aio do rei, fazia precisamente parte da família de Riba Douro. Estas duas famílias contribuíram com os seus filhos segundos (infanções) para o povoamento e reconquista do território português, para além do papel fundamental que detinham na eleição de abades e administradores dos bens da Igreja, colocando em mosteiros e conventos alguns dos seus filhos. As grandes famílias protegiam as comunidades religiosas, constituindo-se como seus patronos, pois numa época em que a cultura se encontrava nas mãos dos clérigos, eram estes os responsáveis pelo

	<p>enaltecimento destas famílias e dos seus feitos. A família dos Sousas tem um grande peso na história da região. As raras referências a membros da família Sousa (documentos da Corte e da Arquidiocese de Braga) podem ser interpretadas como uma certa modéstia da Casa de Sousa, entre 1070-90. Nos anos seguintes a Casa de Sousa inicia uma trajetória que a levará até ao topo da escala social. Um novo chefe de linhagem, Mem Viegas, aparece referenciado nas Cortes desde 1094, com D. Raimundo, D. Henrique (1106, 1110-11), D. Teresa (1112, 1116 e 1120) e com D. Afonso Henriques, provavelmente com as funções de governador das terras de Sousa e de Bastos. Mantendo, no entanto, os seus interesses no mosteiro de Pombeiro, obtém para este a carta de couto em 1112. Da sua descendência destaca-se o seu filho Gonçalo Mendes de Sousa, O Sousão (morre em 1133), personagem que após a morte de Egas Moniz se destacou ao lado de D. Afonso Henriques e que desempenhou durante dez anos as funções de mordomo-mor. Outro filho de Mem Viegas, Soeiro Mendes, O Grosso, que participou na Batalha de S. Mamede, foi governador de Aguiar de Sousa. A partir de 1120, ano em que D. Teresa lhe faz uma doação, desconhece-se o seu percurso. A importância dos Sousas manteve-se ainda nos primeiros anos do século XIII, pois Gonçalo Mendes II herdou o cargo de mordomo-mor, desempenhado até ao final do reinado de D. Sancho I. No entanto, as relações entre os Sousas e o rei nem sempre foram cordiais, existindo uma certa rivalidade entre as famílias do Norte e o rei na disputa pelo poder. De realçar que embora por linha bastarda, os Sousas têm sangue real. Os Riba Douro foram outra das famílias que dominaram nesta região. O primeiro dos seus representantes, Monio Viegas, figura em documentos régios a partir de 1054. Segundo estes documentos seria originário da Gasconha, fazendo-se acompanhar por dois irmãos, um dos quais bispo do Porto, D. Sisnando, que realmente se pode documentar para os anos de 1055 a cerca de 1075 e de D. Énego, que é mais difícil de identificar. A família de Riba Douro tem uma forte presença neste período, na região do Vale do Douro, principalmente na região de Entre-os-Rios, antiga Anegia. Aí fundam ou apropriam-se de vários mosteiros, alguns dos quais tornam-se muito importantes como Paço de Sousa, Alpendorada, Tuías e Vila Boa do Bispo (<a href="http://www.valedosousa.pt">www.valedosousa.pt</a>).</p> <p>As mineralizações de ouro, antimónio, chumbo, zinco, prata, estanho e tungsténio que ocorrem na região do Vale do Sousa fazem parte do Distrito mineiro Dúrico-Beirão, que se prolonga por uma faixa de cerca de 90 km, com orientação NW-SE, entre Esposende e Castro Daire. Nele ocorrem mais de uma dezena de jazigos, alguns lavrados desde a época de ocupação romana da Península Ibérica. Este distrito mineiro foi muito importante, tendo sido o segundo maior produtor de ouro em Portugal com a produção de cerca de 5,6 t de ouro e 12000 t de antimónio. Salienta-se a importância do couto mineiro das Banjas através de vários estudos da autoria do Centro de Geologia da Universidade do Porto (ADER-Sousa <i>et al.</i>, 2007; ADER-Sousa <i>et al.</i>, 2008). Os mais importantes vestígios no Norte do País das explorações auríferas durante a ocupação romana são bem patentes na Serra de Santa Justa (concelhos de Valongo e Gondomar) e na Serra das Banjas (concelhos de Gondomar e Paredes). Vários autores clássicos fazem referências concretas às explorações mineiras na Península, tais como Plínio “o Antigo” (anos 23 d.C. a 79 d. C.) e Estrabão (anos aprox. 58 a. C. a 23/24 d. C.) (Câmara Municipal de Gondomar, 1999).</p>
<p><b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b></p>	<p>Os terrenos das margens do rio Ferreira são públicos e privados. As propriedades privadas estão destinadas à utilização agrícola com uma franca predominância das culturas forrageiras anuais, dos cereais, das leguminosas secas para grão e batata. O território da Bacia do Ferreira combina aspectos da genética tradicional das paisagens rurais desta região, com a fragmentação impulsionada pela expansão urbana, suburbana e urbana, associada ao crescimento das actividades transformadoras, comerciais e de serviços.</p> <p>Os terrenos das margens do rio Ferreira estão integrados em Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Devido à sua riqueza biológica, as Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, separadas entre si pelo vale do rio Ferreira, afluente do rio Sousa e delimitadas por este a Sul, integram o Sítio Valongo (PTCON0024), que foi classificado como Sítio de Importância Comunitária (SIC) pela Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004. O sítio abrange uma área de 2 553 ha de Rede Natura 2000 localizada aproximadamente a 12 km NE da cidade do Porto.</p> <p>O substrato xistoso, a presença de um sistema de minas e fojos e a existência de nascentes e pequenas linhas de água fornecem a este local boas condições para acolher importantes espécies de fauna e de flora, particularmente os fojos, sendo este Sítio o único em Portugal Continental onde “podem ser observados os fetos reliquiais <i>Culcita macrocarpa</i> e <i>Trichomanes speciosum</i>, espécies de distribuição restrita, sob elevado grau de ameaça”. No Sítio, ocorre ainda o <i>Narcissus cyclamineus</i>, um endemismo ibérico raro e em perigo de extinção e <i>Lycopodium cernuum</i>, o único local de ocorrência em toda a Europa Continental. É também um dos sítios mais importantes para a salamandra-lusitânica (<i>Chioglossa lusitanica</i>), incluindo vários locais de reprodução confirmados para esta espécie endémica na Península Ibérica (<a href="http://www.icn.pt">www.icn.pt</a>).</p> <p>Com base no reconhecimento nacional e europeu da importância do património natural existente nas Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal através da inclusão de parte do seu território na Lista Nacional de Sítios da Rede Natura 2000, surgiu o projecto “Conservação de quatro espécies raras em Valongo” (1999-2003) que resultou num protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Valongo e o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto (CIBIO/ICETA-UP), co-financiado pelo programa comunitário LIFE-Natureza. Este projecto, teve como principal objectivo a implementação de uma série de acções de gestão e conservação do habitat da salamandra-lusitânica (<i>Chioglossa lusitanica</i>) e três plantas pteridófitas (<i>Culcita macrocarpa</i>, <i>Trichomanes speciosum</i>, <i>Lycopodium cernua</i>), espécies raras e de elevada importância sob o ponto de vista científico, que se encontram vulneráveis e fortemente ameaçadas no Sítio Valongo.</p>
<p><b>Ameaças à preservação</b></p>	<p>Os afluentes dos rios Sousa e Ferreira são de grande importância em termos de contribuição para a qualidade das suas águas. O Ribeiro de Fontelhas ou Ribeiro de São Gonçalo nasce em Quintarei, entre Alfena e Valongo, e era no</p>

		<p>passado particularmente importante porque nele eram descarregados os efluentes da Companhia Industrial de Fibras Artificiais SARL (CIFA), em Sobrado (Valongo) onde desaguava no rio Ferreira. O Rio Simão nasce em Valongo e desagua no rio Ferreira, já em área de Rede Natura 2000. Este rio encontrava-se no passado fortemente poluído pelas indústrias e esgotos domésticos, no qual descarregavam os seus afluentes. Actualmente têm sido feitos esforços para a despoluição do rio Simão pela Câmara Municipal de Valongo e pelas Águas de Valongo. A Ribeira de Fervença, afluente da margem esquerda do Ferreira, passa pelos lugares da Corredoura e Fervença. Está poluída por pó de ardósia e a sua nascente ocorre junto a antigas minas de ouro. No que se refere à monitorização da qualidade das águas superficiais, a bacia hidrográfica do rio Sousa caracteriza-se pela elevada degradação das águas superficiais, em consequência da elevada densidade populacional e da intensa actividade industrial. Com efeito, esta bacia é das que apresenta superiores cargas em azoto, fósforo e carência bioquímica de oxigénio, a que acresce concentrações importantes em metais pesados (INAG, 2001). Admite-se que os principais focos de poluição resultam da indústria, fortemente implantada na bacia do rio Ferreira. Existem diversas indústrias potencialmente danosas para a qualidade da água do rio das quais se incluem fábricas de polimento de móveis, ferragens e serralharias mecânicas, exploração e corte de lousa, assim como indústrias de produtos e construções metálicas. Historicamente, existem alguns marcos importantes relativos à presença de indústrias poluidoras, nomeadamente a fábrica da CIFA (Companhia Industrial de Fibras Artificiais S.A.R.L.) que encerrou a actividade em 1983 e a UNITECA, tendo esta encerrado a actividade em 1984, consideradas então como as principais origens dos focos de poluição do rio Ferreira. Após o encerramento destas indústrias de grande dimensão, ganharam preponderância outras de menor dimensão, cuja acção se faz sentir de forma directa sobre o rio Ferreira e os seus afluentes. Pode citar-se ainda que no Plano de Bacia Hidrográfica do rio Douro, volume III de 1999, o rio Ferreira encontra-se classificado como “Extremamente Poluído”, sendo também neste caso, os parâmetros maiores contribuintes para esta classificação os bacteriológicos, designadamente coliformes totais e coliformes fecais, o que evidencia a carência existente na região em infraestruturas de saneamento básico (FEUP, 2005).</p> <p>Um outro problema a destacar na bacia do rio Ferreira é a proliferação de espécies invasoras como o eucalipto e as acácias, invadindo as margens e as encostas mais declivosas primitivamente ocupadas por carvalhos e vegetação ripícola, assim como a pressão urbanística e industrial que tem proliferado nas suas margens. De salientar ainda os inúmeros moinhos e azenhas ao longo do seu curso, fazendo jus à tradição de moagem de cereais da região de Gondomar e Valongo e que se encontram abandonados e em mau estado de conservação.</p>
<p><b>Dinâmica local</b></p>		<p>Não existem associações com dinâmica local no concelho de Gondomar ou Valongo relacionadas com o rio Ferreira. O Centro de Interpretação Ambiental, localizado em Rede Natura 2000 e aberto ao público desde Maio de 2004, é o centro de acolhimento do Parque Paleozóico e dedica-se à promoção do património natural das Serras de Santa Justa e Pias. Delimitado a Norte pela cidade de Valongo, o parque inclui a Serra de Santa Justa, parte da Serra de Pias e parte do vale do Rio Ferreira entre as duas serras. Existem três entradas para o parque: pela Estrada Nacional nº 15, num desvio à direita em direcção a Couce, próximo da desembocadura do rio Simão no rio Ferreira ou pela Estrada Nacional nº 209 que liga Valongo a S. Pedro da Cova (<a href="http://www.paleozoicovalongo.com">www.paleozoicovalongo.com</a>). O Parque Paleozóico tem visitas guiadas sobre a biologia à 6ª feira de tarde; uma visita generalista à 5ª feira de manhã e geologia do parque à 4ª feira e 1ª domingo do mês, organizadas pela Câmara Municipal de Valongo e Posto de Turismo.</p>
<p><b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b></p>		<p>A necessidade da criação de espaços sustentáveis de lazer, utilizando o potencial do vale do rio Ferreira tem sido defendida pelas Câmaras Municipais dos concelhos por ele atravessados, como é bom exemplo a requalificação da margem e criação de um Núcleo Museológico da Panificação a partir de um antigo moinho recuperado, junto à Ponte Ferreira em Campo, resultando num aprazível parque de lazer ou a criação de percursos pedonais na Serra de Santa Justa e Pias, abrangendo a aldeia de Couce e os moinhos do Ferreira.</p> <p>Nos concelhos de Gondomar e Valongo apontam-se algumas intervenções significativas no sentido de potenciar o rio Ferreira como espaço de lazer e recreio e que deveriam ser implementadas, como a valorização e requalificação do património construído associado ao rio (moinhos, azenhas, pontes, etc.), a progressiva eliminação de espécies invasoras do coberto arbóreo e substituição por espécies autóctones, a dinamização dos espaços agrícolas, evitando o abandono das propriedades, a promoção de actividades de desporto e lazer (desportos aquáticos, escalada, etc.) e de actividades de educação ambiental; a despoluição do rio e seus afluentes, mais notória a montante, mas especialmente grave neste concelho, devido às escorrências de minas desactivadas e a deficiências do tratamento e drenagem de águas residuais; a expansão da rede de espaços verdes nas margens, a criação de praias fluviais com a implantação de equipamentos, etc.</p>
<p><b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b></p>		<p>As Câmaras Municipais de Gondomar e Valongo, o ICNB, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, as Águas de Douro e Paiva poderiam ser parceiras na gestão e preservação do rio Ferreira.</p>

[Ir para o índice](#)

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira
----------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1490
Nome do espaço	Jardim dos Capuchinhos
Freguesias	São Cosme
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,15; -8,53. Junto da casa principal dos Frades Menores Capuchinhos (de S. Francisco).



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Quinta agrícola, Jardim privado	
Área aproximada	4,5 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Quinta dos Frades Menores Capuchinhos (ou Quinta da Bouça Cova) tem uma área reservada à exploração agrícola (de hortícolas e frutícolas) e dois espaços ajardinados - um deles, considerado um jardim do tipo francês, o outro, a poente, é um jardim que terá sido um projecto do arquitecto paisagista inglês do século XVIII Humphry Repton e como tal é considerado um jardim de tipo inglês. Este último trata-se de um jardim romântico do século XIX (um dos primeiros no Norte de Portugal, pelo que se consta), nas traseiras da antiga casa senhorial. Da fauna predominante destacam-se passeriformes ubíquistas, algumas rapinas nocturnas e corvos. Da flora destacam-se por exemplo, azevinhos e diversas árvores de jardim ( <i>Ginkgo biloba</i> e um exemplar de tulipeiro-da-Virginia <i>Liriodendrum tulipifera</i> com cerca de 300 anos, típico da flora mediterrânica). Como elementos de paisagem importantes, existem ainda lagos e fontes.
	Relevância social	A Quinta da Bouça foi adquirida pela Congregação dos Frades Menores Capuchinhos em 1958 para instalarem o seu seminário. Anteriormente, a Quinta foi pertença da família Crasto Pereira e, apesar das incertezas, acredita-se que foi José de Crasto Pereira o proprietário que deu início à construção da casa, onde faleceu no ano de 1746. Contudo, as primeiras referências conhecidas a Bouça-Cova remontam a 1327 e às Inquirições de D. Dinis. Para além dos jardins e dos campos agrícolas, existem na Quinta da Bouça uma capela reconstruída em 1726

	<p>(dedicada a Nossa Senhora da Mãe dos Homens), uma igreja, fontes e chafarizes (do séc. XVIII) e uma casa senhorial (primeira metade do séc. XVIII).</p> <p>A casa apresenta planta em L e uma série de características próprias da arquitectura civil da época, entre as quais destaca-se a escadaria, de dois lanços e a simetria na abertura dos vãos com molduras recortadas, mais cuidadas ao nível do andar nobre, reservado para habitação enquanto o rés-do-chão se destinava a armazéns e ao apoio de actividades agrícolas. O seu interior, objecto de várias intervenções e adaptações, encontra-se bastante modificado, embora ainda subsistam alguns tectos em estuque e lambris de azulejo. Junto a esta edificação, surge uma outra, mais recente, a que se veio reunir a nova igreja, edificada entre 1972 e 1974 (e remodelada em 2001). No muro que define o pátio, o portão, de verga recta, é coroado por um brasão de armas. Na sua continuação encontra-se a primitiva capela, cuja fachada denota uma contenção e uma austeridade decorativas, apenas quebradas pelo óculo e pelo nicho com a imagem de Santo Onofre.</p> <p>Esta quinta funciona agora como convento mas também como seminário.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É propriedade privada do Seminário dos Frades Menores Capuchinhos. Integra área de Reserva Agrícola Nacional. O conjunto formado pela Casa, Capela Jardins e Portais da Quinta da Bouça dos Capuchinhos está em “Vias de Classificação (Homologado - IIP Imóvel de Interesse Público)” pelo IPPAR desde 1983.
<b>Ameaças à preservação</b>	A maior ameaça referenciada pelos frades capuchinhos é o atravessamento de condutas de águas pluviais na quinta que provoca pequenas inundações em determinadas alturas do ano, com alguns estragos. Toda a área envolvente tem vindo a ser ameaçada pela construção: nos anos 70 com uma urbanização na parte Oeste e uma escola (Colégio Paulo VI) a Este da quinta; nos anos 90 com expansões do colégio (o pavilhão coberto). A área agrícola, para Noroeste, junto ao Rio Torto, deveria manter-se agrícola, tal como prevê o PDM. Mas encontra-se sob ameaça pela eventual passagem da linha de metro entre Rio Tinto-Gondomar pelo local.
<b>Dinâmica local</b>	A congregação tem mostrado interesse pela preservação do edificado e das fontes, o tratamento e manutenção dos jardins e a dinamização do espaço com visitas de grupos religiosos.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	A congregação franciscana tem como projectos para a preservação deste espaço o desenvolvimento do turismo religioso com a construção de um hotel e a abertura do local à comunidade, nomeadamente escolas. Há também o projecto para um lar de idosos e de uma biblioteca, cujas obras estão já a decorrer. Relativamente ao jardim seria muito interessante a sua classificação como património natural do concelho. Outras ideias poderiam ainda sugerir-se como a cedência da casa senhorial ao município para a sua recuperação e valorização através da instalação de equipamentos públicos (por exemplo, arquivo municipal, museu da ourivesaria, etc.), com os jardins de enquadramento e visita aberta ao público.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Gondomar, o IPPAR e a Ordem Franciscana dos Capuchinhos poderiam ser parceiros na gestão e manutenção do espaço proposto.

[Ir para o índice](#)

# Monte Crasto

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira
----------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1718
Nome do espaço	Monte Crasto
Freguesias	São Cosme
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,14; -8,54. A norte localiza-se a Câmara Municipal de Gondomar; a nascente, o Monte Calvário e outras serranias; a sul, uma extensão de povoamentos até ao Rio Douro; e a poente, a vila de Valbom. Localiza-se perto do Tribunal e da Escola Secundária de Gondomar.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Espaço verde	
Área aproximada	6,6 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	Este é um espaço destacado na cidade de Gondomar (194 metros de altitude), com uma bela panorâmica, central numa «cidade suburbana». Na sua geomorfologia, corresponderá a uma forma dita de «inselberg», ou monte-ilha, testemunhando tempos geológicos de clima quente e seco. Trata-se de um espaço «verde» de recreio com elementos românticos (grutas e canteiros) e árvores de diversos tipos (carvalho-alvarinho <i>Quercus robur</i> , sobreiro <i>Quercus suber</i> , ciprestes, <i>Pinus sp.</i> , etc). A fauna é constituída maioritariamente por passeriformes ubiquistas.
	Relevância social	O Monte Crasto está localizado numa elevação no centro da cidade, transformada em miradouro e espaço de lazer/convívio/merendas pela sua tradição religiosa. Foi local de passagem dos romanos e primeiro desenvolvimento da região, pelos sinais de fortificação do Monte Crasto e pelos vestígios aí encontrados (três moedas de prata, uma delas grega, e cento e setenta e três médios bronzes e pequenos bronzes, e outros objectos de olaria). O Monte Crasto foi durante alguns anos do século XVIII, local de extracção de saibro e granito, o que provavelmente pode ter feito desaparecer os vestígios da fortificação romana. Há referências documentais a

	<p>minas auríferas neste local, do tempo dos romanos e dos árabes. A capela (do séc. XVIII), em cujo terreiro existem cruzeiros datados de 1757 e 1759 e o parque envolvente com residência e café-restaurante, são pertença da Confraria de Santo Isidoro e Nossa Senhora da Lapa, geridas e administradas por esta. Celebram-se neste local as Festas de São Vicente, Santo Isidoro, Senhora da Hora e Santa Bárbara.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>É um espaço privado, fruto de uma doação de proprietários do século XVIII e actualmente pertença da Confraria de Santo Isidoro, N. Sr.ª da Lapa e Santa Bárbara da paróquia de São Cosme desde há 250 anos, com acesso público. Integra a Reserva Ecológica Nacional em toda a sua extensão. No PDM de Gondomar, está previsto manter-se como espaço verde.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>Apesar de relativamente protegido e preservado pela Confraria, as ameaças mais prementes são a infestação de plantas invasoras (mimosas, acácias) nas encostas do Monte Crasto e alguma pressão urbanística existente na envolvente nos últimos anos, com diminuição da sua área e sobretudo intrusões de grandes volumes construídos.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>A Confraria tem desenvolvido vários melhoramentos no Monte Crasto, entre os quais se destacam a plantação de centenas de novas árvores de diversas espécies e o arruamento de canteiros floridos. As escolas do concelho desenvolvem actividades de educação ambiental no Monte Crasto (por exemplo, actividades dos Dias Mundiais da Floresta e da Árvore em 2007).</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Tem grandes potencialidades para usufruto como espaço de recreio e de visita, dada a excelente perspectiva sobre o Rio Douro e a cidade do Porto. Poderia constituir-se como parque desportivo e de manutenção, com a criação de percursos pedonais e cicláveis e de um centro de interpretação ambiental</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>Como parceiros na sua gestão e preservação e dinamizadores de iniciativas locais, sugerem-se a Câmara Municipal de Gondomar, a Junta de Freguesia de São Cosme e a Confraria de Santo Isidoro, N. Sr.ª da Lapa e Santa Bárbara, a Associação Desportiva do Bairro do Monte Crasto, a Universidade Sénior de Gondomar, o Clube Ornitológico de Gondomar e a Portucalea — Associação Florestal do Grande Porto, entre outros.</p>

[Ir para o índice](#)

# Zona agrícola em São Cosme

## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Luís Oliveira
-----------------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1476
<b>Nome do espaço</b>	Zona agrícola em São Cosme
<b>Freguesias</b>	São Cosme
<b>Concelho</b>	Gondomar
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,14, -8,53. O local abrange uma área agrícola adjacente ao IC29 e que termina em frente do Pingo Doce de Gondomar, próximo do recinto da Feira, da Igreja Matriz de São Cosme, do Auditório Municipal, da Escola EB 2,3 de Gondomar e da Biblioteca Municipal.

<b>Limites</b>	
----------------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Área natural (agrícola)	
<b>Área aproximada</b>	4 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	A área abrange uma faixa mais ou menos contínua, adjacente ao IC29 que inclui campos agrícolas com plantação de espécies hortícolas. Da fauna predominante incluem-se passeriformes ubíquistas, herpetofauna comum e alguns micromamíferos.
	<b>Relevância social</b>	Alguns dos campos agrícolas que este espaço inclui pertenceram à antiga Quinta de Gondomar.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Os campos agrícolas pertencem a vários proprietários privados. Parte dos campos agrícolas estão integrados em Reserva Agrícola Nacional. Existe o Plano de Urbanização de São Cosme e Valbom (Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2001 de 20-06-2001), mas não se conhece a situação relativa ao espaço em questão. O terreno em frente ao Pingo Doce de Gondomar encontra-se à venda para lotes de apartamentos.
	<b>Ameaças à preservação</b>	As ameaças à preservação deste espaço são o abandono da prática agrícola, a pressão urbanística e industrial, dada a existência de bons acessos.

<b>Dinâmica local</b>	Não existem actividades ou associações com dinâmica local.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Estando localizado numa zona densamente urbana e com infra-estruturas rodoviárias de grande importância para o concelho, este espaço poderia ser aproveitado para várias finalidades. A área mais urbana, localizada junto aos equipamentos desportivos e de lazer, deveria ser valorizada com um jardim ou parque urbano. Faria todo o sentido dada a falta de jardins do concelho e a centralidade que um espaço verde poderia proporcionar às portas da cidade. Uma outra utilização possível poderia ser a criação de quintas ou hortas pedagógicas, com particular interesse e incentivo à prática da agricultura biológica.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Gondomar e a Junta de Freguesia de São Cosme poderiam ser parceiras na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

# Margem do Rio Douro entre o Parque de Campismo e o lugar da Varziela

## 1. Dados pessoais

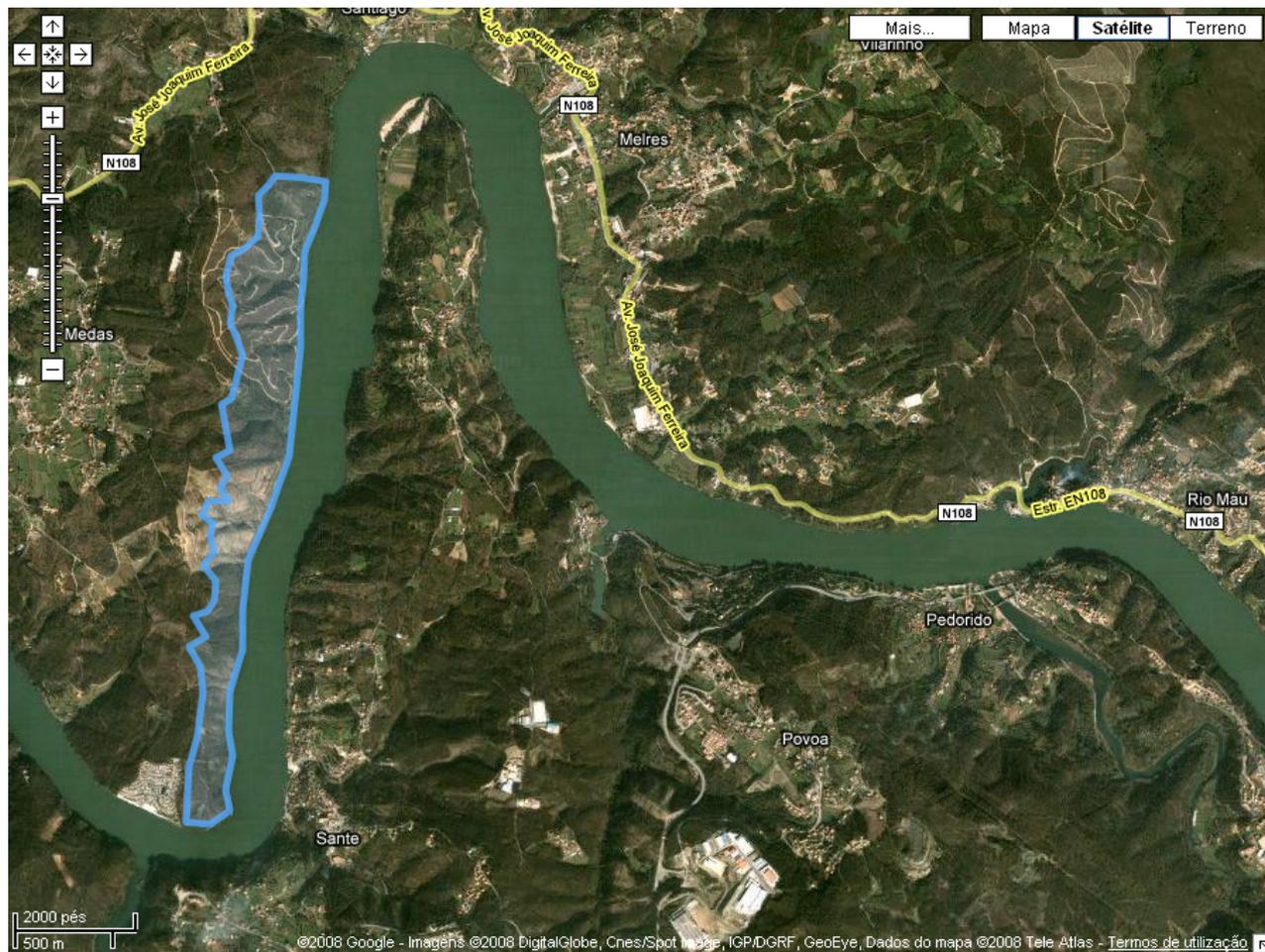
Ficha preenchida por	Luís Oliveira
----------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1727
Nome do espaço	Margem do Rio Douro entre o Parque de Campismo e o lugar da Varziela
Freguesia	Medas e Melres
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,06; -8,42.

Serra da Varziela (a montante) e Parque de Campismo CampiDouro (a jusante).

Limites



## 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Área natural, Espaço verde	
<b>Área aproximada</b>	87,5 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	A margem do Rio Douro entre a Serra da Varziela e o Parque de Campismo CampiDouro é florestada e de difícil acesso. O eucalipto é a espécie de fauna predominante em toda a escarpa, com algumas espécies ripícolas junto ao Rio Douro.
	<b>Relevância social</b>	O espaço é de difícil acesso (excepto por barco). Existe um moinho na Quinta da Póvoa (em ruínas).
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	A margem referida é propriedade privada. A maior parte é Reserva Ecológica Nacional com uma pequena zona classificada como Reserva Agrícola Nacional, mais a jusante. Está incluída na área de protecção definida no Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever (500 m de margem).
	<b>Ameaças à preservação</b>	
	<b>Dinâmica local</b>	-
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como intervenções futuras de preservação, esta margem poderia ser alvo de requalificação para turismo de habitação/rural com melhoria dos acessos ao local.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam envolver-se as Juntas de Freguesia de Medas e Melres, a Câmara Municipal de Gondomar e os proprietários dos terrenos.

[Ir para o índice](#)

# Quinta da Formiga

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira
----------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1725
Nome do espaço	Quinta da Formiga
Freguesia	Medas
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,04; -8,43.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Quinta agrícola	
Área aproximada	3,1 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Quinta da Formiga integra uma antiga zona agrícola e uma área florestal não condicionada. A parte florestal é de dimensão significativa e nela predominam os eucaliptos e um pequeno número de amieiros, carvalhos e salgueiros. A zona agrícola de pequena dimensão encontra-se abandonada e localiza-se no vale da linha de água (Ribeira da Porqueira).
	Relevância social	A quinta possui um moinho em bom estado de conservação, mas inactivo. Não tem edificado de interesse a registar.
	Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território	A Quinta da Formiga é propriedade privada. Parte é Reserva Agrícola e Reserva Ecológica Nacional. Está incluída em área de protecção, segundo o Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever (POACL) (500 m a partir da margem do Rio Douro).

	<b>Ameaças à preservação</b>	A Quinta do Carreiro encontra-se ameaçada pela eucaliptização.
	<b>Dinâmica local</b>	-
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como intervenções futuras de preservação, a Quinta do Carreiro poderia ser alvo de requalificação para turismo de habitação/rural com ligação ao Rio Douro.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam envolvidas a Junta de Freguesia de Medas, a Câmara Municipal de Gondomar e os proprietários da quinta.

[Ir para o índice](#)

# Quinta do Carreiro

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira
----------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1724
Nome do espaço	Quinta do Carreiro
Freguesia	Medas
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,06; -8,45.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Quinta agrícola	
Área aproximada	1,7 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Quinta do Carreiro é uma quinta agrícola com componente florestal. Possui ainda uma ribeira intermitente (visível no Inverno). Predominam espécies ripícolas (na proximidade da linha de água), pinheiro-bravo e eucalipto.
	Relevância social	Não tem áreas agrícolas em actividade. Dentro da quinta, existia um antigo porto fluvial até meados do séc. XX.
	Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território	É propriedade privada. Está incluída na área de protecção, definida no Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever (500 m a partir da margem do Rio Douro). Parte da quinta é Reserva Ecológica Nacional.
	Ameaças à preservação	A Quinta do Carreiro encontra-se ameaçada pelo abandono dos seus proprietários e pela eucaliptização.

	<b>Dinâmica local</b>	-
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como intervenções futuras de preservação, a Quinta do Carreiro poderia ser alvo de requalificação para turismo de habitação/rural.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam envolvidas a Junta de Freguesia de Medas, a Câmara Municipal de Gondomar e os proprietários da quinta. Podem ser esperados alguns problemas por causa de heranças.

[Ir para o índice](#)

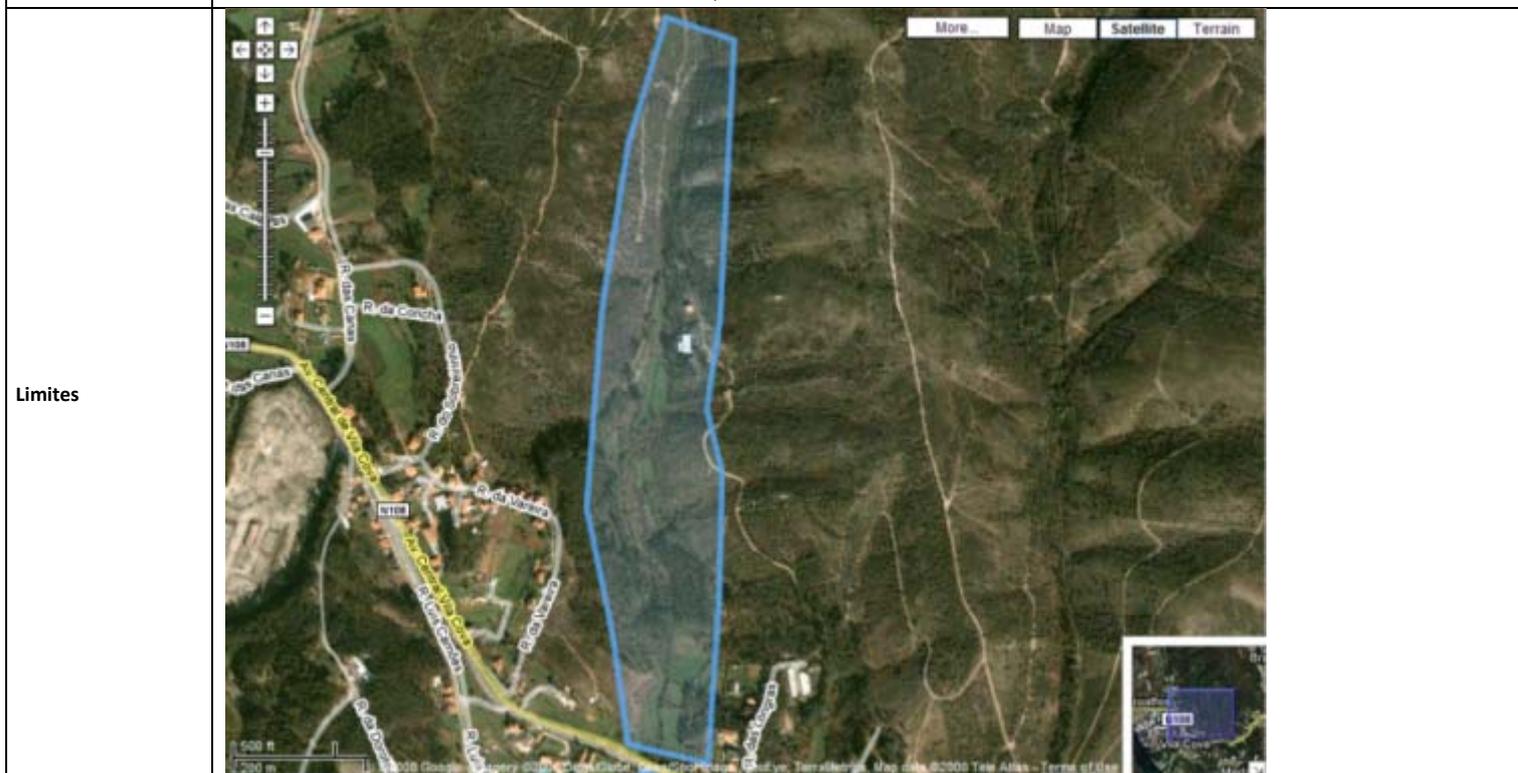
# Ribeira de Longras

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira
----------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1723
Nome do espaço	Ribeira de Longras (ou Campelos)
Freguesia	Medas
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,07; -8,44. Junto do restaurante Flor da Ponte, na EN 108, ao km 18)



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Rios e ribeiras	
Área aproximada	18 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Ribeira de Longras é um curso de água permanente, onde predominam carvalhos, amieiros, salgueiros e eucaliptos que invadiram antigas zonas agrícolas.
	Relevância social	A Ribeira de Longras localiza-se num vale agrícola abandonado pelos seus proprietários. Não tem moinhos ao longo do seu percurso.
	Direitos de propriedade e condicionais dos planos de ordenamento do território	Os terrenos que circundam a ribeira têm vários proprietários privados. Parte é Reserva Agrícola Nacional.

	<b>Ameaças à preservação</b>	A Ribeira de Longras encontra-se ameaçada pela deposição de resíduos, eucaliptizações e incêndios florestais.
	<b>Dinâmica local</b>	-
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como intervenções futuras de preservação, a Ribeira de Longras poderia ser alvo de despoluição e requalificação das suas margens.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam envolver-se a Junta de Freguesia de Medas e a Câmara Municipal de Gondomar.

[Ir para o índice](#)

# Ribeira de Vila Cova

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira
----------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1721
Nome do espaço	Ribeira de Vila Cova (ou de Rebentão)
Freguesia	Medas
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,07; -8,45.

Limites	(Espaço central)

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Rios e ribeiras	
Área aproximada	12,8 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Ribeira de Vila Cova é uma linha de água permanente envolvida por terrenos agrícolas e que atravessa a freguesia de Medas. Em termos de flora, predominam carvalhos, choupos, salgueiros, amieiros e sanguinhos-de-água, enquanto em termos de fauna, predominam guarda-rios, gaios, melros e outros passeriformes comuns.
	Relevância social	Existem moinhos de água abandonados ao longo da ribeira.
	Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de	Os terrenos que circundam a ribeira têm vários proprietários privados. O espaço é parcialmente Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional. No PDM de Gondomar, está classificada como "área florestal"

<b>ordenamento do território</b>	de produção condicionada” (informação por confirmar).
<b>Ameaças à preservação</b>	A Ribeira de Vila Cova encontra-se ameaçada pela deposição de resíduos e a rejeição de efluentes domésticos não-tratados para o meio aquático.
<b>Dinâmica local</b>	Existe um clube motard na proximidade do espaço.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como intervenções futuras de preservação, a Ribeira de Vila Cova poderia ser alvo de despoluição e requalificação das suas margens.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam envolvidas a Junta de Freguesia de Medas e a Câmara Municipal de Gondomar.

[Ir para o índice](#)

# Ribeira de Painçais

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira
----------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1722
Nome do espaço	Ribeira de Painçais
Freguesia	Medas
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,06; -8,44. Próximo da Rua de Painçais.



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Rios e ribeiras	
Área aproximada	14 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Ribeira de Painçais é uma linha de água permanente envolvida por terrenos agrícolas e que atravessa a freguesia de Medas. Em termos de flora, predominam choupos, salgueiros, amieiros e sanguinhos-de-água, enquanto em termos de fauna, predominam guarda-rios, gaios, melros e outros passeriformes comuns.
	Relevância social	Existem dois moinhos de água em ruínas ao longo da ribeira.
	Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território	Os terrenos que circundam a ribeira têm vários proprietários privados. Parte é Reserva Ecológica Nacional.

	<b>Ameaças à preservação</b>	A Ribeira de Painçais encontra-se ameaçada pela deposição de resíduos e a rejeição de efluentes domésticos não tratados para o meio aquático.
	<b>Dinâmica local</b>	-
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como intervenções futuras de preservação, a Ribeira de Vila cova poderia ser alvo de despoluição e requalificação das suas margens.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam envolver-se a Junta de Freguesia de Medas e a Câmara Municipal de Gondomar.

[Ir para o índice](#)

# Ribeira de Melres

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira
----------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1442
Nome do espaço	Ribeira de Melres
Freguesia	Melres
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,07; -8,40.



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural e agrícola	
Área aproximada	21,9 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Ribeira de Melres apresenta características agrícolas desde sempre. É uma área relativamente extensa, ripícola, de cariz predominantemente agrícola na margem direita do Douro, sobretudo cultivo de milho, vinha e hortícolas. Em termos de fauna, observa-se a presença de guarda-rios, pousas, corvos, raposas, lontras e inúmeros passeriformes. Em termos de flora, predominam os amieiros, choupos, salgueiros, nogueiras e castanheiros. Existem vários ribeiros.
	Relevância social	É uma área agrícola muito antiga e de grande referência para as populações. É sobretudo conhecida pela produção das nozes de Melres. A Ribeira de Melres é também conhecida como zona balnear e da prática de desportos náuticos (futuras instalações do Centro Náutico de Melres).
	Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território	A Ribeira de Melres encontra-se em zona de Reserva Agrícola e Reserva Ecológica Nacional e pertence ao domínio público hídrico (50 m a partir da margem). Abrange terrenos públicos e privados.
	Ameaças à preservação	Destacam-se o abandono recente das práticas agrícolas, a proliferação de espécies invasoras (eucalipto), a pressão urbanística (construções ilegais), a poluição da água, a usurpação de antigos carreiros de passagem e de

	terrenos de domínio público hídrico, a erosão das margens e leitos de ribeiros e a deposição de resíduos (pneus, por exemplo).
<b>Dinâmica local</b>	Na zona envolvente à Ribeira de Melres, pratica-se agricultura intensiva de pequena propriedade. No rio Douro, observa-se a prática de canoagem. Existe um fórum virtual para discussão sobre problemas da freguesia, onde se tem dado especial destaque à Ribeira de Melres ( <a href="http://www.melresforum.net">http://www.melresforum.net</a> ).
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Poderiam ser realizadas acções de fiscalização nomeadamente de construções ilegais, despoluição de solos e ribeiros, criação de percursos pedonais, reintrodução de espécimes autóctones adequadas ao ecossistema ribeirinho para a manutenção de uma paisagem natural, criação de um parque desportivo, acções de sensibilização e educação ambiental, implantação da marca “Nozes de Melres” e incentivo às práticas agrícolas.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Como parceiros na gestão e preservação da Ribeira de Melres, poderiam envolver-se a Junta de Freguesia de Melres e a Câmara Municipal de Gondomar, assim como os proprietários dos terrenos adjacentes.

[Ir para o índice](#)

# Futuro Parque da Cidade de Rio Tinto

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira
----------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1742
Nome do espaço	Futuro Parque da Cidade de Rio Tinto
Freguesias	Rio Tinto
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,56. Envolve a Quinta das Freiras, o leito do rio Tinto (antigo e actual), o leito da Ribeira da Castanheira e as áreas envolventes. Pontos de Referência: junto às piscinas e ao mercado, Rua da Ranha

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Quinta agrícola, Espaço verde	
Área aproximada	14,3 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	<p>O futuro Parque Urbano de Rio Tinto envolveria a actual Quinta das Freiras, o leito do rio Tinto (antigo e actual), o leito da Ribeira da Castanheira e as áreas envolventes. Corresponderia ao espaço que liga o entubamento do Rio Tinto e a Rua da Ranha. Apresenta duas realidades distintas. A primeira refere-se à área da actual Quinta das Freiras, um espaço público considerado mal aproveitado e mal equipado. A Quinta das Freiras é atravessada por um troço entubado do Rio Tinto.</p> <p>A restante área relaciona-se com os leitos e margens do rio Tinto e um seu afluente – a Ribeira da Castanheira, nomeadamente a zona envolvente anexa ao espaço do actual Mercado/Feira de Rio Tinto.</p> <p>As espécies de fauna predominantes são passeriformes ubiqüistas, gaios e herpetofauna vulgar na Ribeira da Castanheira. As espécies de flora predominantes são exóticas ornamentais (penachos-brancos <i>Cortaderia selloana</i> na Quinta das Freiras e salgueiros (<i>Salix spp.</i>) na Ribeira da Castanheira.</p>
	Relevância social	A Quinta das Feiras funciona actualmente como parque desportivo, com court de ténis, circuito de manutenção, espaço de lazer e parque de merendas. A proximidade do Mercado/Feira e Igreja de Rio Tinto cria uma dinâmica

	social na envolvente ao espaço em causa. Após o troço entubado do Rio Tinto, encontram-se algumas casas e moinhos abandonados, como elementos arquitectónicos relevantes.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Pensa-se que será propriedade pública. Pertence ao Domínio Público Hídrico e à Junta de Freguesia de Rio Tinto A Junta de Freguesia de Rio Tinto possui um esboço muito interessante deste espaço, elaborado pelo Sr. Varela, antigo colaborador do Jornal de Notícias, o qual terá sido a base de um Plano de Pormenor por parte da Câmara Municipal de Gondomar (aguarda apenas o resultado de uma inspecção do IGAT, segundo informações do proponente). Parte do espaço está enquadrada em Reserva Ecológica Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	O espaço encontra-se ameaçado pela deposição ilegal de lixo, abandono, proliferação de espécies invasoras ornamentais, perda de terrenos caso avance o projecto de alargamento da linha férrea e pela possível deslocação do mercado/feira para outro local e construção de um pavilhão multiusos nesta área.
<b>Dinâmica local</b>	Existem actividades desportivas regulares na Quinta das Freiras, um Espaço Internet e uma biblioteca/café. O Movimento em Defesa do Rio Tinto ( <a href="http://moveriotinto.blogspot.com/">http://moveriotinto.blogspot.com/</a> e <a href="http://moveriotinto.no.sapo.pt/">http://moveriotinto.no.sapo.pt/</a> ) é um movimento cívico criado em 2006 para a defesa do Rio Tinto que tem realizado inúmeras actividades de sensibilização das populações locais e exercido forte pressão sobre a autarquia local para esta questão.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	A cidade de Rio Tinto tem assistido a um crescimento urbano acelerado que tem prejudicado a qualidade de vida de cerca de 50 000 pessoas, sem um verdadeiro espaço verde digno desse nome. Esta proposta, encaixada no coração da cidade, permitiria no futuro criar um verdadeiro pulmão verde onde a população pudesse usufruir de um espaço de lazer. O Parque Urbano de Rio Tinto poderia também consolidar um corredor verde nas margens do rio fazendo a ligação ao futuro Parque Oriental da cidade do Porto. Um grande espaço verde enriquecido por um rio que até dá o nome à cidade, e por isso também ele património natural e cultural da população local. Propõe-se assim a despoluição (e desentubamento) do Rio Tinto e da Ribeira da Carvalheira, assim como a valorização paisagística das suas margens, através por exemplo da criação de percursos pedonais e cicláveis, assim como a melhoria dos equipamentos já existentes na Quinta das Freiras, ao serviço da população. As casas e moinhos abandonados poderiam ser recuperados e aproveitados para criar um Centro de Educação Ambiental dedicado ao Rio Tinto.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, poderiam ser envolvidos a Câmara Municipal de Gondomar, a Junta Freguesia de Rio Tinto, o Movimento pela Defesa do rio Tinto, assim como escolas e associações recreativas locais.

[Ir para o índice](#)

# Terrenos do ex-Sanatório Montalto

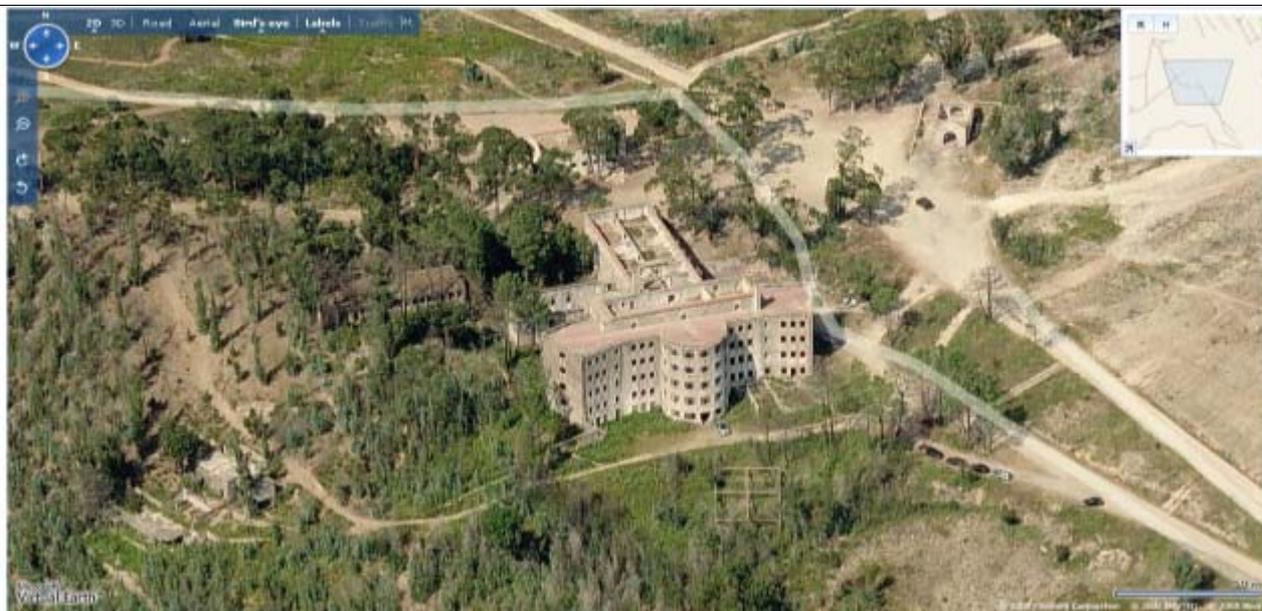
## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Jorge M. Neves Pereira

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1549
Nome do espaço	Terrenos do ex-Sanatório Montalto
Freguesia	São Pedro da Cova
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,18; -8,51. Zona do antigo Sanatório de S. Pedro da Cova

Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Área natural	
<b>Área aproximada</b>	80 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	Os terrenos do ex-Sanatório de Montalto situam-se na cumeada da Serra de Santa Justa, a cerca de 300 m de altitude, no limite NE do concelho de Gondomar na transição para o concelho de Valongo. Localizam-se no extremo NO da Serra, desenvolvendo declives moderados a acentuados. Aqui nascem linhas de água afluentes da Ribeira da Parada (a Sul, afluente do Rio Ferreira) e do Rio Torto (a Sudoeste). Caracteriza-se essencialmente pela presença de vegetação rasteira e um emaranhado de caminhos em terra batida, formando uma clareira no topo da Serra, onde as encostas são dominadas pelo eucalipto. Destacam-se na paisagem as ruínas do edifício principal do ex-Sanatório Montalto e uma antiga capela localizada a cota superior. Este espaço já foi verde mas infelizmente nestes últimos anos tem sido devastado por incêndios florestais.
	<b>Relevância social</b>	É uma zona degradada onde outrora funcionou um hospital para tuberculosos; ainda existem as ruínas desse hospital e de algumas infra-estruturas que lhe serviram de apoio, tendo encerrado após o 25 de Abril de 1974. Na mesma zona, existe a capela da Senhora dos Chãos que tem uma história muito antiga e o seu dia festivo no 1º domingo de Setembro. Tem também um moinho em ruínas localizado mesmo no topo da serra, de onde se tem uma vista fabulosa sobre as cidades de Valongo, Rio Tinto, Porto, Vila Nova de Gaia e até se pode ver o mar.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Desconhece-se o proprietário deste espaço. A área está incluída em Reserva Ecológica Nacional, pela proximidade com a Serra de Santa Justa. Não se conhecem propostas da Câmara Municipal de Gondomar para a valorização deste espaço, nem a sua classificação quanto ao PDM de Gondomar.
	<b>Ameaças à preservação</b>	É um espaço devoluto, propício a prostituição e toxicod dependência. Foi local de um homicídio em 2005 e de vários incêndios nas últimas décadas. Para além das instalações em mau estado de conservação e limpeza, há a invasão de espécies exóticas nas encostas (eucaliptos).
	<b>Dinâmica local</b>	A zona é frequentada para actividades de lazer e ar livre, como paintball, rappel, airsoft, BTT, desportos motorizados. O PCP propôs a recuperação do edifício do sanatório Montalto para a instalação de uma pousada da juventude, mas que foi recusada pela Assembleia Municipal de Gondomar.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	A área tem potencial para se transformar numa pousada da juventude através da requalificação do edifício principal do ex-sanatório, com espaços para desportos radicais e outras actividades de lazer, o que poderia ser realizado após a requalificação ambiental do local, com eliminação do eucalipto e substituição por espécies típicas do coberto arbóreo autóctone.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Gondomar e a Câmara Municipal de Valongo poderiam ser parceiras na gestão e preservação deste espaço, com usufruto das populações de ambos os concelhos. Empresas privadas poderiam colaborar na requalificação ambiental e patrimonial do local, através de acções de mecenato.

[Ir para o índice](#)

# Mata da Acheira

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Conceição Moreira

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1752
Nome do espaço	Mata da Acheira
Freguesia	Valbom e São Cosme
Concelho	Gondomar

**Outras referências** Coordenadas geográficas WGS84: 41,13; -8,55.  
Quem percorre a EN118, ao chegar ao lugar de Gramido, em Valbom, deve olhar à sua esquerda; aí encontrará a ETAR de Gramido e atrás dela a Mata da Acheira.



## 3. Critérios de avaliação e seleção

<b>Tipologia</b>	Área natural	
<b>Área aproximada</b>	43,7 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	Trata-se de uma mata situada entre as encostas do Vale de Gramido, junto à ETAR de Gramido. No fundo do vale corre uma pequena ribeira que desagua no Rio Douro – a Ribeira da Acheira ou de Gramido. Além da abundância de eucaliptos, a mata da Acheira tem bastantes choupos e alguns (poucos) pinheiros bravos; o resto é vegetação rasteira. Na Ribeira da Acheira, são descarregados os efluentes tratados da ETAR de Gramido (6000 m <sup>3</sup> /dia), da responsabilidade das Águas de Gondomar. Esta ribeira tem um elevado estado de poluição e encontra-se degradada nas suas margens e leito. Junto às margens da ribeira, podem observar-se pequenos campos agrícolas com a plantação de hortícolas.
	<b>Relevância social</b>	A Mata da Acheira localiza-se junto à zona ribeirinha da margem direita do rio Douro, pelo que a relevância social deste local prende-se com o potencial turístico e ambiental associado ao rio e à proximidade do Núcleo Histórico de Gramido.

<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Parte da área em causa em causa está classificada como Reserva Ecológica Nacional. Desconhecem-se as disposições relativas a este espaço relativamente ao PDM de Gondomar.
<b>Ameaças à preservação</b>	A pressão urbanística, a deposição ilegal de lixo, a proliferação de espécies exóticas e a poluição das águas e solos da Ribeira da Acheira são ameaças à preservação deste espaço.
<b>Dinâmica local</b>	<p>Em 2008, foi proposta a reabilitação da Ribeira de Gramido (ou Ribeira da Acheira), a criação de um parque de estacionamento junto à ETAR de Gramido e do futuro Parque Urbano do Vale de Gramido, no âmbito do Polis Gondomar. A área de implantação prevista para o parque de estacionamento consiste numa depressão, limitada a Sul pela EN108, a Norte pela ETAR de Gramido, a Oeste pela ribeira da Acheira emparedada e a Este pelo acesso viário à ETAR, a partir da EN. A área a intervir deverá ser constituída por zonas de estacionamento, zonas de circulação automóvel, zonas de circulação pedonal, locais de estadia e zonas verdes de enquadramento. É ainda criada uma zona de interface entre carreiras de autocarros locais e inter-urbanas. A intervenção prevista visa ainda o estabelecimento de ligações pedonais e cicláveis entre o Vale de Gramido e o Passeio Ribeirinho, localizados a Norte e Sul respectivamente.</p> <p>Em termos de intervenção do Polis de Gondomar, será também criado o futuro <b>Centro de Educação Ambiental de Gondomar - Quinta do Passal</b> localizado numa zona central que funciona como rótula entre a requalificação da margem do Rio Douro e o futuro Parque Urbano do Vale de Gramido, que permitirá a ligação à cota alta onde se localiza a sede do concelho. O objectivo é assim, que esta quinta funcione como centro de educação ambiental (incluindo a valência das hortas biológicas) e quinta pedagógica, mas que se assumam também como o «portão» de entrada no futuro parque urbano do Vale de Gramido. Para além da recuperação do conjunto rural para centro de educação ambiental, pretende-se conjugar nesta quinta três áreas distintas: área de lazer; área para hortas biológicas e área para a quinta pedagógica.</p> <p>A área de lazer permitirá a conexão com o percurso de acesso ao Vale (a área superior da Quinta já se encontra abrangida pelo projecto do vale de Gramido, que prevê aqui um circuito de manutenção). Prevê-se também a renaturalização da ribeira da Gramido, na continuidade da prevista no projecto do parque de estacionamento.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Os projectos existentes para o Polis de Gondomar poderão valorizar e requalificar a zona envolvente da ETAR de Gramido que se tem vindo a degradar ao longo dos anos. No entanto, seria de recomendar a manutenção dos espaços florestais ainda existentes na Mata da Acheira para manter o equilíbrio natural do ecossistema, através da eliminação das lixeiras ilegais, a eliminação das espécies exóticas e a plantação de espécies autóctones. Recomenda-se também a despoluição da Ribeira da Acheira, com maior fiscalização e eliminação das descargas ilegais das efluentes em todo o seu percurso.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	As entidades que poderiam e deveriam contribuir para a manutenção e gestão do local depois de intervençionado seriam a Câmara Municipal de Gondomar, as Juntas de Freguesia de Valbom e de S. Cosme e as Águas de Gondomar. As freguesias em questão dispõem de pequenas associações culturais e desportivas que também poderiam dar algum apoio, até porque poderiam utilizar o espaço para algumas das suas actividades.

[Ir para o índice](#)

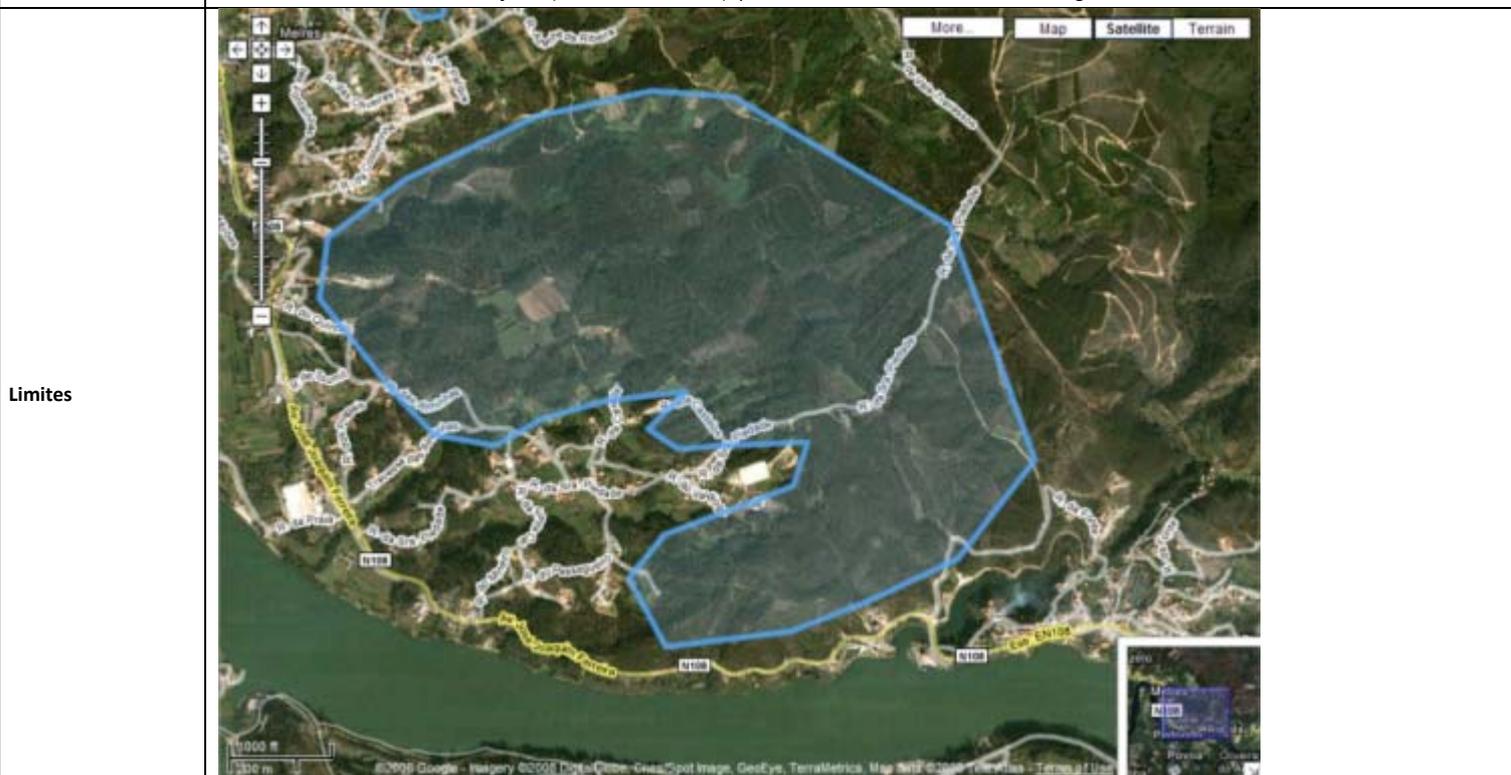
# Sorte da Lameira

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira
----------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 2049
Nome do espaço	Sorte da Lameira
Freguesia	Melres
Concelho	Gondomar
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,05; -8,38. Vertente Sudoeste da Serra de Açores (ou Serra das Flores), próxima da nascente da Ribeira de Corgas.



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural e agrícola	
Área aproximada	212 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Sorte da Lameira é uma área florestal constituída por carvalhos, medronheiros, sobreiros (a maior fracção existente na Serra de Açores), azevinhos, pinheiro bravo e algumas espécies invasoras (acácias e eucaliptos, em menor extensão).
	Relevância social	É uma área agrícola ainda em exploração, com uma mina de água desactivada e canais de rega de antigos consortes. Em tempos, foi uma zona de exploração de minério (antimónio), actualmente desactivada. Ainda subsistem ruínas de habitação ligadas à exploração mineira.
	Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território	A Sorte da Lameira está classificada como área florestal de produção não condicionada no PDM de Gondomar. É propriedade pública da Junta de Freguesia de Melres. <b>Estatuto REN ou RAN?</b>

	<b>Ameaças à preservação</b>	Como principais ameaças à preservação do espaço, destacam-se os incêndios florestais e a invasão de espécies infestantes (eucaliptos e acácias).
	<b>Dinâmica local</b>	Na Sorte da Lameira, tem sido realizadas acções de limpeza e combate a espécies infestantes (iniciadas em 2003).
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Poderiam propor-se a criação de um horto municipal, o aproveitamento dos recursos hídricos do local e recuperação dos canais de rega existentes, a instalação de um centro de interpretação ambiental ou quinta pedagógica com envolvimento das escolas locais em actividades de educação ambiental e a criação de uma reserva de água na floresta para combate aos fogos florestais.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Poderiam envolver-se a Junta de Freguesia de Melres (com interesse já declarado na recuperação e gestão do espaço), a Câmara Municipal de Gondomar, o Parque Biológico de Gaia, a LIPOR e o Centro Distrital do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

[Ir para o índice](#)

# Maia

# Monte da Caverneira

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1915
Nome do espaço	Monte da Caverneira
Freguesia	Águas Santas
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,20; -8,58. Rua do Mosteiro (Mosteiro de Águas Santas - Património Nacional Classificado) - direcção da Rua Dr. António dos Santos

Limites





### 3. Critérios de avaliação e seleção

<b>Tipologia</b>	Área natural, Espaço verde	
<b>Área aproximada</b>	20 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	<p>O Monte da Caverneira é uma área que inclui uma antiga pedreira e conjuntos arbóreos. Constitui-se como uma importante área de suporte biofísico e paisagístico (ainda existem lebres no local).</p> <p>A Quinta da Caverneira situa-se num terreno elevado (o Monte da Caverneira), de onde se usufrui de ampla vista para a Serra da Agrela a nascente e sobre o vale do Leça a poente. O terreno da propriedade é um afloramento granítico por excelência. Situavam-se na sua envolvente imediata pedreiras de extração do granito amarelo. Os conjuntos arbóreos dentro da quinta incluem carvalhos, pinheiros mansos, loureiros, choupos, eucaliptos de jardim, camélias, azáleas, giestas, ericas, alfazemas, menta, rosmaninho, santolina, cidreira, camomila e salva.</p>
	<b>Relevância social</b>	<p>As construções da Quinta da Caverneira estão localizadas numa plataforma à cota mais alta da propriedade e simultaneamente da freguesia, onde se encontra um marco geodésico assinalando 165 m de altitude. A casa que se crê da última década do séc. XIX é claramente exemplo da “Casa de brasileiro”. Sabe-se ter sido construída por um industrial ligado ao têxtil. À data de aquisição da propriedade pela Câmara Municipal da Maia esta encontrava-se desabitada há cerca de 10 anos e em avançado estado de degradação, quer pelo abandono quer pelo vandalismo. Foi decidido que aqui se iria implantar um centro cultural pluridisciplinar e da área contígua restante decidiu-se criar um parque verde de dimensões razoáveis para compensar o elevado índice de construção da envolvente. A organização original da propriedade com um percurso central ladeado por camélias, a desembocar na Rua D. Afonso Henriques e descendo em escadaria pelos socalcos, com tanques de rega, moinho de vento e estufa, encontrava-se irreversivelmente perdida.</p> <p>Não havendo vestígios vegetais suficientes para recriar o jardim e quintal originais, optou-se por desenhar um jardim contemporâneo com referências ecléticas. A solução para vencer o terreno acidentado e granítico, prende-se novamente com a criação de socalcos. Os novos muros de suporte têm capeamento de granito amarelo irregular de demolição.</p> <p>Foi desenhado um novo percurso central que parte da casa da eira, descendo pelos socalcos à imagem do anterior, detendo-se num espaço de estadia com bancos, que funciona como miradouro sobre o jardim mais extenso. Perpendicularmente a este, outros caminhos foram traçados, organizando todo o espaço e acedendo aos vários terraços ajardinados. Os jardins desenvolvem-se segundo dois conceitos: os jardins formais em frente às construções e estendendo-se até à via e as matas laterais de reminiscências românticas. Os terraços fronteiros são grandes espaços relvados.</p> <p>A Quinta da Caverneira é já um espaço de lazer, onde funciona o Centro de Estudos da Ruralidade, o núcleo de investigação, a biblioteca/centro de documentação, auditório e sala de exposições. Está prevista na segunda fase da obra, ainda não executada a criação de um parque infantil e de um parque de estacionamento.</p>
	<b>Direitos de propriedade e condicionamentos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>É propriedade pública, da Câmara Municipal da Maia (o monte e a quinta). Não pertence à Reserva Agrícola Nacional nem à Reserva Ecológica Nacional. É considerada uma área florestal actualmente degradada e zona limite de aglomerados dispersos, pelo que a CM Maia prevê a criação de um parque urbano neste local. No PDM da Maia, na carta de uso do solo, está classificado como “área florestal” e “espaço educativo”.</p>
	<b>Ameaças à preservação</b>	<p>O abandono dos terrenos, a pressão urbanística e industrial, a invasão de espécies exóticas, a deposição de lixos são as ameaças mais significativas.</p>
	<b>Dinâmica local</b>	<p>O Monte da Caverneira é local para a prática recorrente de BTT.</p>

	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como possíveis utilizações propõe-se a requalificação do espaço pela transformação em parque público que inclua área de recreio e espaço desportivo (piscinas, por exemplo), cuidando, todavia, da preservação das suas qualidades enquanto ecossistema natural.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Águas Santas poderiam ser parceiras na preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

# Quintas e campos agrícolas em Águas Santas

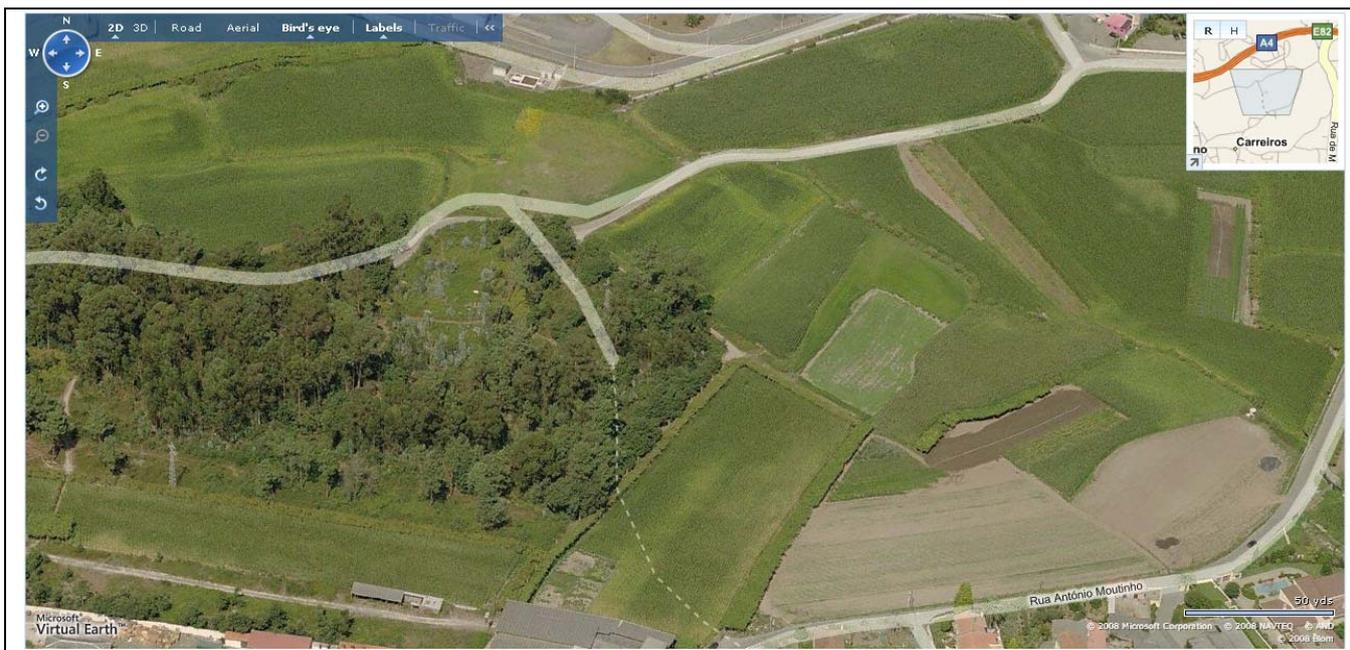
## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Vasco Alexandre Lopes Bessa Soares

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1851
Nome do espaço	Quintas e campos agrícolas em Águas Santas
Freguesia	Águas Santas
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,20; -8,57. A proposta inclui a Quinta da Granja situada a Norte da A4. Os outros campos agrícolas situam-se a Sul da A4, entre a Rua Manuel Francisco Araújo e a Rua dos Coriscos.





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Campos agrícolas, quintas	
<b>Área aproximada</b>	19,4 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	São áreas agrícolas com manchas arborizadas, atravessadas por redes viárias estratégicas (A4) e inseridas em densa malha urbana. As áreas agrícolas são compostas por pequenos espaços fragmentados por bouças. A principal cultura agrícola é o milho e o trigo, culturas extremamente produtivas que ocupam boa parte dos terrenos com aptidão agrícola. Alguns campos agrícolas surgem compartimentados por ramadas com vinha. Os espaços florestais existentes resumem-se a pequenas manchas ocupadas com eucaliptos e pinheiros-bravos, disseminadas na paisagem mais urbana e industrializada, compartimentando parcelas agrícolas. A Quinta do Castelo da Granja possui um belo jardim de buxo com japoneiras e azáleas seculares.
	<b>Relevância social</b>	O milho e o trigo representavam, no passado, a tradição e a riqueza agrícola das terras de Águas Santas. Em algumas dessas terras ainda surgem os esqueletos do que foram grandes casas de quintas agrícolas. Um bom exemplo é a Quinta da Granja ou do Castelo da Granja, uma residência nobre rural do séc. XVIII. O núcleo inicial tem origens no séc. XVII. Possui uma capela barroca e um belo jardim de buxo com japoneiras e azáleas seculares. A referência mais antiga desta propriedade de Águas Santas é a data de 1793, que se encontra gravada na padieira de granito de uma das portas da casa. Depois de passar por diversos proprietários, a Quinta é comprada em 1877 pelo comerciante da baixa portuense Manuel Francisco d'Araújo permanecendo, desde então, na posse da família dos actuais proprietários. Com a sua morte, o seu filho Manuel Francisco d'Araújo, herda a propriedade, construindo mais tarde o torreão anexo à casa. Na sala de jantar abre o janelão envidraçado que comunica com a nova varanda de madeira e ferro, sendo o desenho das ferragens "Arte Nova", ao gosto da época. Para a sua filha mais velha passar férias, constrói um edifício junto ao portão de entrada, em forma de castelo onde não faltam as ameias em granito bem como janelas e portões ogivais, projectado pelo seu amigo e pintor portuense, Xavier Pinheiro. Helena de Araújo Rosas da Silva, em 1948, herda de seus pais a propriedade onde já vivia há anos com o seu marido, Mário Rosas da Silva e os seus nove filhos. No ano de 1965, a pedido do Bispo do Porto e face à extensão e densidade populacional da freguesia de Águas Santas, é aberta ao público a capela de S. Domingos, adaptada e aumentada utilizando para esse fim o piso térreo do Castelo. Adjacente ao Solar da Quinta da Granja, está uma capela particular construída no Séc. XVIII com devoção a Nossa Senhora da Piedade. O seu altar-mor, ladeado pelas imagens de S. Sebastião e a do Sagrado Coração (em cujo lugar estava anteriormente, a de Santo António do séc. XVII), alberga no seu centro uma imagem de Nossa Senhora da Piedade do séc. XVII, esculpida em castanho e em tamanho natural. É de autoria de Frei Cipriano da Cruz, mestre entalhador, cuja obra mais conhecida é a Pietá, que se encontra no Museu Machado de Castro em Coimbra.
	<b>Direitos de propriedade e condicionamentos dos planos de ordenamento do território</b>	Os terrenos agrícolas estão definidos como Reserva Agrícola Nacional. Na carta de uso do solo e carta florestal, estão classificados predominantemente como áreas de floresta, agrícolas ou agro-florestais, entremeadas com algumas áreas habitacionais.
	<b>Ameaças à preservação</b>	O abandono da propriedade agrícola e a pressão urbanística são as principais ameaças a este espaço.
	<b>Dinâmica local</b>	A Quinta do Castelo da Granja dedica-se a turismo rural e organização de festas e eventos.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Sendo a envolvente fortemente urbanizada e atravessada por redes viárias e ferroviárias importantes, a manutenção do carácter agrícola destes espaços ainda rurais seria fundamental para garantir o equilíbrio natural da paisagem, através por exemplo de hortas pedagógicas, incentivando desta forma a prática da agricultura biológica e a perpetuação das tradições rurais do concelho da Maia. A Quinta da Granja, sendo um espaço em bom estado de conservação, poderia ser aberto ao público, através de parceria com o município, em horário e condições a definir.

<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Águas Santas poderiam ser parceiras na preservação deste espaço natural, mantendo-o longe da construção.
--	---

[Ir para o índice](#)

# Zona verde circundante ao rio Leça

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Nuno Proença, Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1893
Nome do espaço	Zona verde circundante ao rio Leça
Freguesia	Águas Santas
Concelho	Maia

**Outras referências** Coordenadas geográficas WGS84: 41,20; -8,60.  
 Esta proposta inclui os lugares de Parada e Venal (área a jusante da Ponte de Parada, atravessada pela Rua do Venal), Boi-Morto e o Parque de Infesta. Para chegar ao local, seguir o IP4/A4 em direcção a Matosinhos, saída para o lugar de Parada. Estes lugares localizam-se junto à fábrica da Milaneza.

<b>Limites</b>	
----------------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Área natural, espaço verde	
<b>Área aproximada</b>	20 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	<p>O rio Leça nasce no Monte de Santa Luzia, na freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, a uma altitude de cerca de 420 metros. Desde a sua nascente passa por quatro concelhos: Santo Tirso, Valongo (Alfena e Ermesinde), Maia (Águas Santas, Milheirós, Gueifães, Maia, Moreira), Matosinhos (S. Mamede de Infesta, Leça do Balio, Custóias, Santa Cruz do Bispo, Guifões, Matosinhos e Leça da Palmeira). É em Leça da Palmeira, no Porto de Leixões, que desagua no Oceano Atlântico, após um percurso de cerca de 48 Km. O rio Leça possui uma bacia hidrográfica com uma área de cerca de 190 km<sup>2</sup>. Possui uma extensão de 46,8 km desde a nascente até à foz do rio Leça, no Porto de Leixões. Durante o séc. XIX e princípios do séc. XX, o rio Leça era considerado um dos mais belos rios do Norte de Portugal. A partir da década de 60 do séc. XX, o rio Leça começou a ficar cada vez mais industrializado, tendo os primeiros protestos surgido dos pescadores, devido à mortalidade e desaparecimento dos</p>

	<p>peixes, que anteriormente eram abundantes no rio. Até aos anos 90, não foram tomadas medidas quanto à despoluição do rio Leça, sendo este considerado como um dos rios mais poluídos da Europa. De uma paisagem <i>bucólica</i> com funções não apenas ecológicas, mas também funcionando como local de lazer, o rio Leça e suas margens sofreram um processo de construção anárquica que, aliada à deposição de lixos e poluição, provocaram a alteração deste cenário, para o que se verifica hoje em dia. O troço final que vai até à foz do rio é maior e mais extenso, localizando-se aqui os núcleos urbanos e periurbanos dos concelhos da Maia e Matosinhos, com bastante industrialização, e com uma qualidade paisagística desqualificada. Neste troço (entre Alfena e Leça do Balio), o rio Leça entra numa zona com forte pressão urbanística e elevada densidade populacional. Denota-se uma desorganização do território, em que as áreas mais urbanizadas co-existem com zonas mais rurais, como existentes em Águas Santas, onde ainda se mantêm explorações agrícolas. As áreas agrícolas são compostas por pequenos espaços fragmentados, principalmente localizados junto ao leito do rio, enquanto as áreas florestais ocorrem principalmente em pequenas manchas no concelho da Maia, estreitas faixas descontínuas ao longo do leito do rio, fragmentadas por áreas urbanas e industriais. Em Águas Santas, a ocupação dominante do solo agrícola é as pastagens de Inverno para alimentar o gado, algumas hortícolas e árvores de fruto dispersas (como nespereiras, macieiras, castanheiros, oliveiras e loureiros), batatas, centeio e, no Verão, milho para fazer silagem para o gado bovino. No concelho da Maia, a principal cultura agrícola cultivada é o milho, cultura extremamente produtiva que ocupa boa parte dos terrenos com aptidão agrícola. Encontra-se principalmente nos vales de aluvião, nas margens dos cursos de água. Alguns campos agrícolas surgem compartimentados por ramadas com vinha. As maiores áreas florestais são constituídas principalmente por povoamentos mistos irregulares de eucalipto e pinheiro-bravo. Relativamente a flora, encontram-se presentes mosaicos de matos (urzes, tojos), alguma vegetação ripícola e palustre com salgueiros e/ou amieiros e bosquetes de Folhosas (carvalhos), que podem estar associados a outras espécies como sobreiros, castanheiros e/ou salgueiros. Apesar da baixa qualidade biológica da água e de haver ainda margens degradadas, os corredores ripícolas constituem um suporte importante de estrutura ecológica. No concelho da Maia os corredores ripícolas cobrem um total de 8,7 km, no estrato arbóreo destacam-se os choupos, os freixos e os amieiros, encontrando-se por vezes carvalhos, já ao nível do estrato sub-arbóreo existem salgueiros, vimeiros e as borrazeiras entre outras espécies. O lugar do Venal e o Monte de Infesta incluídos nesta proposta caracterizam-se como terrenos de encosta do rio Leça, sendo atravessados por esta linha de água, na freguesia de Águas Santas. O Lugar do Boi-Morto apresenta um elevado valor patrimonial e paisagístico. Inclui património edificado, campos agrícolas e áreas florestais. O terreno acompanha uma pequena linha de água - Ribeiro do Boi-Morto - que desagua no rio Leça. O lugar de Parada inclui terrenos marginais do rio Leça, com bosque de carvalhos, sobreiros, eucaliptos e algumas espécies ripícolas. Alberga uma fauna ornitológica rica, inclusivamente espécies aquáticas.</p>
<p><b>Relevância social</b></p>	<p>Em Águas Santas, a ocupação do solo agrícola principalmente nos vales de aluvião, nas margens dos cursos de água é uma actividade muito importante para a economia local. Junto ao Leça, existem campos cultivados e pequenas hortas, compostas principalmente com hortícolas (em grande quantidade, para vender), como cebolas, couves, nabos, etc., com bordaduras constituídas por ramadas de videiras. Surgem também as árvores de fruto dispersas, como nespereiras, macieiras, castanheiro e oliveiras, assim como loureiros. Mas a cultura agrícola mais dominante é o milho. Existe um património construído riquíssimo associado à agricultura constituído por celeiros, espigueiros, muros de compartimentação, casas rurais, etc., com maior expressão nas freguesias mais rurais do concelho da Maia (como é o caso do Lugar de Boi Morto).</p> <p>Existe um vasto património religioso nas margens do rio Leça na freguesia de Águas Santas. Perto da zona em causa, existe a capela de N.ª Sr.ª da Guadalupe, datada de 1633 a construção da primeira ermida de Guadalupe e de 1722 a actual capela, de traça barroca, composta por nave única e capela-mor rectangulares. O interior é integralmente revestido com pintura mural e as paredes são autoportantes. Está em meio urbano, isolada com adro murado e arborizado, e implantada no alto de um morro, que constitui um miradouro sobre São Mamede, Leça do Balio e Maia. A Ponte de Parada serve de ponto de passagem do Caminho Português de Santiago entre Porto, Braga e Ponte de Lima.</p>
<p><b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b></p>	<p>Desconhece-se o tipo de propriedade dos terrenos marginais do rio Leça, junto à Ponte de Parada. Os corredores verdes associados ao rio Leça, no concelho da Maia, estão integrados em Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional, assim como em domínio público hídrico. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o concelho da Maia estabelece a criação de corredores ecológicos ao longo do rio Leça. Esta zona verde está classificada na carta florestal e de uso do solo do PDM da Maia como área florestal e agro-florestal.</p>
<p><b>Ameaças à preservação</b></p>	<p>Estão ameaçados pela elevada carga orgânica das águas (sobretudo CBOs, azoto amoniacal, oxigénio dissolvido, coliformes fecais e sólidos suspensos totais), deposição ilegal de lixos nas margens e pressão urbanística e industrial. Outras ameaças são o corte de árvores, o abandono da propriedade agrícola e do património rural existente.</p>
<p><b>Dinâmica local</b></p>	<p>O programa “Corrente Rio Leça – Limpo por todos. Limpo para todos”, uma parceria das Águas de Valongo, Câmara Municipal de Valongo, CCDR-Norte, Junta de Freguesia de Alfena, Junta de Freguesia de Ermesinde e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, pretende a despoluição deste curso de água no concelho de Valongo, tendo a Câmara Municipal da Maia aderido ao mesmo em Julho de 2007, numa tentativa de esforço integrado para este objectivo. O Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta (Maia) promove acções de educação ambiental nas margens do rio Leça e da Ribeira do Arquinho, para o 1º, 2º, 3º ciclo e ensino secundário. A limpeza e manutenção das margens do rio Leça, assim como a requalificação de todo o seu percurso é o grande objectivo do protocolo entre a Câmara Municipal da Maia e mais de uma dezena de instituições, assinado em Junho de 2007 e com fim em 2011, o chamado “Projecto de Despoluição do Rio Leça no Concelho da Maia”.</p>
<p><b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b></p>	<p>Sendo áreas integrantes da Estrutura Ecológica Municipal, correspondentes a cursos de água com singularidades ambientais e paisagísticas, a protecção é indispensável pelo seu inquestionável valor. É prioritária a requalificação e renaturalização das margens do rio Leça no concelho da Maia. Algumas medidas são especialmente recomendadas: a fiscalização e controlo das descargas de águas residuais, a eliminação das ligações clandestinas às linhas de água, a limpeza de leitos e margens, a monitorização da qualidade da água, etc. Após estas intervenções, sugerem-se ainda a utilização do corredor natural fluvial para a criação de novas áreas verdes e corredores ecológicos, através da plantação de espécies autóctones, por exemplo. É também importante implementar acções de sensibilização à população, acções pedagógicas de educação ambiental nas escolas e promover o voluntariado, em torno da</p>

		<p>despoluição do rio Leça.</p> <p>Existe uma proposta da WSAtkins para a valorização do rio Leça no concelho da Maia que inclui a recuperação da galeria ripícola, criação de percursos pedonais e cicláveis e na construção de uma ludoteca no lugar de Parada. Está ainda previsto, caso seja possível, a ampliação da área do parque através da demolição de uma frente residencial. Este projecto encontra-se em avaliação pela autarquia.</p>
	<p><b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b></p>	<p>Todos os parceiros envolvidos no programa “Corrente Rio Leça – Limpo por todos. Limpo para todos” têm tido bons resultados na despoluição desta linha de água no concelho de Valongo, com repercussão e replicação agora no concelho da Maia. O município da Maia tem mostrado interesse neste programa, intervindo sobretudo nos afluentes principais: a Ribeira do Arquinho e a Ribeira de Leandro. Todos os parceiros envolvidos neste programa (Câmara Municipal da Maia, Juntas de Freguesia) serão importantes para a gestão e preservação dos corredores fluviais associados a estes cursos de água.</p>

[Ir para o índice](#)

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1843
Nome do espaço	Mãe de Água
Freguesia	São Pedro de Avioso
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,29; -8,62. A Norte do Parque de São Pedro de Avioso, segue-se pela Rua do Património e a EN318 e cortar na 1ª à direita. Seguir o caminho de terra batida com atenção ao lado esquerdo.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Área natural
Área aproximada	24 ha
Descrição do espaço	<p><b>Importância ecológica</b></p> <p>Abrigada pelo Monte Grande ou Palmazão, numa das suas encostas nasce o Rio Almorode/Ribeira do Arquinho, no local denominado Mãe de Água no extremo norte do Concelho da Maia. A água é puríssima, rebenta ali em borbulhões de areia por entre raízes dum carvalho secular. É um local de fácil observação de fauna e flora, típicas destes locais frescos e húmidos. Actualmente, está coberta por espécies infestantes. Esta é a nascente da Ribeira do Arquinho. Os povoamentos florestais contínuos de maiores dimensões encontram-se com maior expressão nesta freguesia a Norte do concelho da Maia, por apresentarem um relevo mais acentuado e solos de aptidão marcadamente florestal, com propriedade privada e em regime de monocultura intensiva. Constituem a matéria-prima para as indústrias de papel, madeira e seus derivados.</p> <p>A Ribeira do Arquinho, com uma bacia hidrográfica de 33 km<sup>2</sup> e um percurso de 11 km, também conhecida por</p>

	<p>Ribeira de Avioso ou Rio Almorode, nasce em S. Pedro de Avioso, passa pelas freguesias de Santa Maria de Avioso, Gondim, Barca, Vermoim, Nogueira, Gueifães, Milheirós e Águas Santas e é o maior afluente do Leça e o maior curso de água que nasce no concelho da Maia. Até há umas dezenas de anos, a ribeira do Arquinho tinha uma biodiversidade de fauna e flora notável. As cheias de Inverno tornavam os campos agrícolas das margens ainda mais produtivos, havendo um número significativo de moinhos ao longo do seu percurso. Outra actividade que girava à volta desta ribeira era a das lavadeiras da Maia, que lavavam as roupas nas águas do rio, antes do uso generalizado da máquina de lavar roupa. A partir de finais da década de 1960, a industrialização e a pressão urbanística poluíram e afectaram negativamente o rio. Com o encerramento de algumas indústrias poluidoras e de melhorias no saneamento básico na sua bacia, parece existir uma recuperação dos ecossistemas, com o regresso dos peixes e de outra vida selvagem. No passado dominariam os bosques dominados por carvalhos (com destaque para o carvalho-alvarinho, sobreiros, salgueiros e/ou amieiros. Em solos inundáveis, dominariam os bosques palustres dominados pelo amieiro e pelo salgueiro-negro. As galerias ripícolas da ribeira do Arquinho representam importantes espaços para o equilíbrio dos ecossistemas. Apesar da baixa qualidade biológica da água e de haver ainda margens degradadas, os corredores ripícolas constituem um suporte importante de estrutura ecológica. No concelho da Maia os corredores ripícolas cobrem um total de 8,7 km, no estrato arbóreo destacam-se os choupos, os freixos e os amieiros, encontrando-se por vezes carvalhos, já ao nível do estrato sub-arbóreo existem salgueiros, vimeiros e as borrazeiras, entre outras espécies. No Parque de Avioso, atravessado pelo rio Almorode, observam-se a existência de aves como o <u>cartaxo</u>, o <u>chapim</u>, o <u>gaio</u>, o <u>pisco-de-peito-ruivo</u>, o <u>corvo</u>, o <u>melro</u>, a <u>carrica</u>, a <u>pega</u> e o <u>verdelhão</u>; de mamíferos como o <u>coelho bravo</u>; de répteis como o <u>tritão</u>, o <u>lagarto de água</u> e a <u>salamandra</u>; de peixes como o <u>pimpão</u> existente no lago do Parque; de insectos como o alfaiate, a <u>libélula</u>, o <u>salitão</u> e a <u>borboleta</u>; de anfíbios como a <u>rã-verde</u> e o <u>sapo comum</u>. Há uma grande variedade de flora como o <u>salgueiro</u>, o <u>carvalho</u>, o <u>sobreiro</u>, o <u>choupo</u>, o <u>chorão</u>, o <u>amieiro</u>, o <u>feto</u>, a <u>tábua</u>, o <u>sanguinho-de-água</u>, o <u>junco</u>, a <u>giesta</u>, o <u>tojo</u>, a <u>hera</u> e os <u>líquens</u>.</p>
<b>Relevância social</b>	Situado na freguesia de S. Pedro de Avioso, o corredor estratégico do Arquinho levou à criação do Parque de Avioso, numa extensão total de 30 hectares de espaço verde, composto por zonas de prado (45 000 m <sup>2</sup> ) e zonas de relva (60 000 m <sup>2</sup> ), actualmente aberto ao público.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Desconhece-se o tipo de propriedade dos terrenos da nascente da Ribeira do Arquinho. Os corredores verdes associados à Ribeira do Arquinho, no concelho da Maia, estão integrados em Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional, assim como em domínio público hídrico. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o concelho da Maia estabelece a criação de corredores ecológicos ao longo do rio Leça e Ribeira do Arquinho. A nascente não está incluída em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. O Parque de Avioso é um dos parques públicos da Câmara Municipal da Maia. Segundo a carta de usos do solo e a carta florestal do PDM da Maia, está abrangida por uma zona florestal na envolvente do Parque de Avioso.
<b>Ameaças à preservação</b>	Por ser o troço junto à nascente do rio Almorode, não está ameaçada pela elevada carga orgânica das águas existente em outros troços deste rio. A deposição de lixos junto à nascente é a ameaça mais premente.
<b>Dinâmica local</b>	O Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta (Maia) promove acções de educação ambiental nas margens da Ribeira do Arquinho, para o 1º, 2º, 3º ciclo e ensino secundário, especialmente nos troços mais a jusante. A limpeza e manutenção das margens da Ribeira do Arquinho (afluente do rio Leça), assim como a requalificação de todo o seu percurso é o grande objectivo do protocolo entre a Câmara Municipal da Maia e mais de uma dezena de instituições, assinado em Junho de 2007 e com fim em 2011, enquadrado no “Projecto de Despoluição do Rio Leça no Concelho da Maia”.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Sendo áreas correspondentes a cursos de água com singularidades ambientais e paisagísticas, a protecção é indispensável pelo seu inquestionável valor. É prioritária a requalificação e renaturalização da Ribeira do Arquinho, desde a sua nascente. É também importante implementar acções de sensibilização à população, acções pedagógicas de educação ambiental nas escolas e promover o voluntariado, em torno da despoluição da Ribeira do Arquinho.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	O município da Maia tem mostrado interesse no programa “Corrente Rio Leça – Limpo por todos. Limpo para todos”, intervindo sobretudo no seu afluente principal: a Ribeira do Arquinho. Todos os parceiros envolvidos neste programa serão importantes para a gestão e preservação dos corredores fluviais associados a este curso de água.

[Ir para o índice](#)

# Núcleo rural de Cidadelha

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1896
Nome do espaço	Núcleo rural de Cidadelha
Freguesia	Santa Maria de Avioso
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,27; -8,59. Seguir pela EN14 na direcção Matosinhos/Maia, na rotunda junto ao Monte de Santo Ovídio e do Mercado do Castêl, virar na direcção da Igreja de Santa Maria de Avioso e seguir por essa rua em direcção ao Lugar de Cidadelha (Rua Central de Cidadelha)

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Campos agrícolas	
Área aproximada	71,6 ha	
Descrição do espaço	<b>Importância ecológica</b>	Este núcleo rural é constituído por importantes campos agrícolas, desde sempre ligada à actividade agrícola, característica do concelho da Maia. Os campos agrícolas são cultivados com milho e forragem para alimentar o gado. Existem algumas propriedades agrícolas de referência como a Quinta do Paço, entre outras.
	<b>Relevância social</b>	O núcleo rural de Cidadelha é constituído por um conjunto de casas de lavoura, que datam dos sécs. XVIII e XIX. O topónimo de Cidadelha existe desde 1258 e deriva de Cividade (onde existiu um castro). A norte da freguesia de Santa Maria de Avioso, no lugar de Ferreiró, no monte do Senhor da Agonia, encontra-se uma capela setecentista com o mesmo nome. Desta capela, durante as festas do Senhor da Agonia, parte a procissão das velas do 1º sábado de Setembro até ao alto de Cidadelha e a procissão de domingo até à capela de S. José. A arte sacra é o cartaz de visita da freguesia e também deste lugar, representada pelos escultores Amália Maia, José Ferreira Thedim e Filho, Martinho Sousa de Sá e Manuel Sá, entre muitos.

<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Na carta de uso do solo do PDM da Maia, está classificada como área agrícola e área habitacional, com algumas áreas florestais. Parte dos terrenos incluídos neste núcleo rural e agrícola estão incluídos em área de Reserva Agrícola Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	A maior ameaça é o abandono da propriedade agrícola e do património rural existente.
<b>Dinâmica local</b>	A Câmara Municipal da Maia, numa iniciativa do Pelouro do Turismo, organiza, desde 2003, vários circuitos de turismo interno, especialmente dedicados aos novos residentes, todos os terceiros sábados de cada mês, de manhã, acompanhados por um técnico do Turismo da Maia e num mínimo de 15 participantes, os cidadãos podem conhecer diversos locais nobres do Concelho, como o núcleo de casas rurais de Cidadelha em Santa Maria de Avioso, entre muitos outros.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Pretende-se a preservação do valor paisagístico e patrimonial desta paisagem rural e agrícola, através por exemplo do restauro das casas agrícolas e prática da agricultura biológica como forma de manutenção dos espaços agrícolas e naturais e dinamização do turismo rural.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Santa Maria de Avioso poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

# Monte de Santa Cruz

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Fernando Dionísio
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1788
Nome do espaço	Monte de Santa Cruz
Freguesia	Barca
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,25; -8,60. Av. do Senhor de Santa Cruz.

Limites	
---------	---

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural	
Área aproximada	25,5 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	O monte de Santa Cruz é um lugar bastante edificado de raiz antiga. A sua ascensão inicia-se do lado poente da encosta na Capela do Calvário até ao alto do monte pela Avenida Senhor Santa Cruz. A capela está envolvida por um adro pavimentado a cubinho de granito com alinhamentos de plátanos, carvalhos, plátanos e acer e enquadrada por um espaço relvado pontuado de árvores de porte considerável. Do lado nascente do recinto domina a paisagem envolvente, sobre áreas agrícolas e florestais e sobre a malha habitacional. Os eucaliptos dominam na encosta íngreme do monte. No sopé, corre o rio Almorode.
	Relevância social	É um local de culto e de romaria e espaço de lazer e miradouro. A Capela de Santa Cruz datada de 1693, localiza-se já do lado nascente, na meia encosta (110m), numa cota inferior à rua, sendo que se acede a esta por um escadório descendente a partir da rua. A Capela de Santa Cruz caracteriza-se pela simplicidade neoclássica misturada com elementos tardo-barrocos na fachada principal (capitéis duplos nos cunhais e remates contracurvados do frontão e sineira).

A Capela possui uma planta longitudinal composta por nave e capela-mor rectangulares, não existindo coincidência com o interior e exterior. Disposição horizontal das massas, com volumes escalonados e coberturas de duas águas. A fachada principal orientada a O. é de um só pano, com pilastras nos cunhais encimados por pináculos. Embasamento marcado não proeminente, portal de verga recta, encimado por um frontão interrompido e sobrepujado por um óculo octagonal; ladeia-o vãos rectangulares. A fachada é revestida a azulejo padronizado e rematada em empena truncada por campanário coroado por cruz latina. A fachada S. de dois panos apresenta a Capela do Calvário adossada. Ao centro do pano correspondente à nave, inscreve-se porta de verga recta sobrepujada por vão rectangular. O pano da capela-mor apresenta porta de menores dimensões e vão de iluminação rectangular. A Capela do Calvário apresenta a fachada em granito com portal de arco pleno fechado por gradeamento estruturado em duas folhas. É rematada por medalhão profusamente decorado. Na fachada N., de três panos, tem vãos de iluminação nos dois primeiros, e no terceiro porta de verga recta. A fachada E., com embasamento, é de dois panos correspondentes à capela-mor e à Capela do Calvário; No primeiro pano inscrevem-se dois vãos de iluminação sobrepostos, rectangulares de diferentes dimensões. As pilastras que delimitam o pano são rematadas por pináculos. Cruz latina no vértice. Na nave coro-alto com acesso por escadaria no sub-coro do lado da Epístola, lambril de azulejos padronizados e destituída de altares. Na capela-mor lambril de azulejos, andor com representação do Senhor dos Passos e altar-mor inscrito em capela que se encontra tratado como arco triunfal. Tecto de perfil curvo com painéis de madeira representativos da Via Sacra e colocados simetricamente.”

O Calvário é composto por seis capelas, situadas em ambiente periurbano, em destaque: 1 - Capela da Oração no Horto, a primeira do calvário, próxima da igreja matriz e inscrita em plataforma de cota mais elevada, à qual se acede através de escadas a E. e S.; 2 - Capela da Prisão de Jesus, em planície, à face da estrada, tendo a O. edifícios de habitação e a E. campos agrícolas; 3 - Capela da Flagelação de Jesus, em destaque no sopé do Monte de Santa Cruz em elevação relativamente à cota da rua; 4 - Capela da Coroação de Espinhos, em outeiro, assente em soco, adossada a N. por muro. 5 - Capela da Condenação de Jesus, situada na plataforma mais elevada do Monte de Santa Cruz, isolada em destaque; 6 - Capela da Crucificação, sexta e última das capelas do Calvário, adossada à fachada S. da Capela do Senhor de Santa Cruz.

As capelas apresentam a mesma estrutura: planta quadrada, com coincidência entre o interior e o exterior, massa simples, cobertura de três águas rebocadas. Fachadas principais em granito aparente, com vão em arco de volta perfeita formando frontão interrompido por cartela com elementos decorativos; ladeiam-no dois plintos quadrangulares, encimados por elemento terminal em fogaréu (Capela de Oração no Horto) ou pinha (Capelas da Prisão de Jesus, da flagelação, da coroação e condenação). Porta de duas folhas, em ferro chapeado com vãos de iluminação gradeados. As restantes fachadas são de um só pano, rebocadas e com cornija em granito aparente. Os interiores das capelas são abobadados. A Capela da Oração no Horto apresenta escadaria de acesso a S. de forma circular, e rectangular a de E.. No muro que flanqueia a fachada principal inscrevem-se duas pilastras rematadas por fogaréus. Na cartela insere-se um cálice de alto relevo, sobrepujado por uma concha e ornamento de motivos vegetais. Interior integralmente preenchido por supedâneo sobre o qual assentam três imagens de barro figurando Cristo orando e dois Apóstolos dormindo. Na Capela da Prisão de Jesus, orientada a N., a cartela é sobrepujada por uma concha, inserida em acrotério. Interior integralmente preenchido por supedâneo sobre o qual assentam três imagens de barro figurando Jesus preso, um centurião romano e Judas representado com a bolsa das trinta moedas. A Capela da flagelação, orientada a N., possui a cartela sobrepujada por uma concha, inserida em acrotério. Interior integralmente preenchido por supedâneo sobre o qual assentam cinco imagens de barro figurando Jesus flagelado e quatro centuriões romanos. A Capela da Coroação de Espinhos, orientada a O., possui cartela sobrepujado por uma concha, inserida em acrotério. Interior integralmente preenchido por supedâneo sobre o qual assentam quatro figuras em barro figurando Jesus coroado de espinhos, em escultura de pequenas dimensões e três centuriões romanos de grandes dimensões. A Capela da Condenação de Jesus, orientada a E., possui igualmente cartela sobrepujada por uma concha, inserida em acrotério. Interior integralmente preenchido por supedâneo sobre o qual assentam duas figuras de barro figurando Jesus e Pilatos. A Capela da Crucificação é diferente, tendo planta rectangular, adossada a N. à capela do Senhor de Santa Cruz. Fachada orientada a S., composta em portal de arco pleno fechado por gradeamento de duas folhas. Remate e em cartela profusamente decorada. Interior com imagem de barro figurando Cristo Crucificado, São João e a Virgem.

Duas semanas antes da Páscoa, celebra-se o Senhor dos Passos, com a procissão a sair da Igreja Matriz em direcção ao cimo do Monte. No percurso, atravessa as diversas capelinhas dos passos do século XVIII, que vão conduzindo os fiéis pela encosta acima. Durante a caminhada, dá-se o encontro entre o Senhor dos Passos e a Nossa Senhora do Encontro, na capelinha do encontro, juntando-se as duas imagens em direcção à capela do Senhor de Santa Cruz, que já contabiliza três séculos. A outra festividade, o Senhor de Santa Cruz, ocorre na segunda semana de Setembro. A procissão sai da capela com o mesmo nome, desce a encosta e inverte o seu percurso no largo do Gestalinho, voltando à capela de Santa Cruz. Esta romaria estende-se ao longo de quatro dias, com animação. O Senhor dos Passos veste-se de roxo, enquanto o Senhor da Santa Cruz, de vermelho. Ambos recolhem as "arrecuas" no fim da procissão. Diz a lenda que, se assim não for, os povos da freguesia vizinha de Vermoim podem vir 'roubá-lo'. Esta tradição tem origem no tempo em que Barca ainda não era freguesia e pertencia a Vermoim.

A sul da capela, adossada a ela encontra-se uma Estação do Calvário. O Monte de Santa Cruz constitui um local de culto e romaria popular. Durante as festas do Senhor dos Passos promove-se a Procissão do Encontro entre a Capela de Nossa Senhora do Encontro e a capela de Santa Cruz.

Existem vestígios arqueológicos no local. Trata-se de um possível povoado de altura (um crasto). Neste local foi recolhida parte de um dormente de uma mó de reboło, depositada no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia.

**Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território**

O povoado do Monte de Santa Cruz tem um perímetro de protecção arqueológica estabelecido. Parte dos terrenos encontra-se em Reserva Agrícola Nacional.

<b>Ameaças à preservação</b>	Encontra-se ameaçado pela presença de infestantes (acácias) e pela pressão urbanística, com construções na encosta.
<b>Dinâmica local</b>	Na envolvente, existem o Bar S.C. Sr. Santa Cruz, Escola EB1/JI de Santa Cruz e Lions Club. No acesso à capela, existem algumas casas rurais, abastadas mas descaracterizadas. Realizaram-se neste monte festivais de folclore integrados nas Festas do Senhor de Santa Cruz (2005 e 2007).
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como intervenções possíveis para a sua preservação, sugerem-se a eliminação das espécies exóticas (acácias e eucaliptos), plantação de espécies autóctones (folhosas), despoluição do rio Almorode, fiscalização mais eficiente da construção ilegal na envolvente do monte.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Como parceiros na preservação deste espaço, sugerem-se a Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Barca.

[Ir para o índice](#)

# Núcleo rural de Mandim

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Fernando Dionísio e Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1913
Nome do espaço	Núcleo rural de Mandim
Freguesia	Barca
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,25; -8,62. Seguir pela EN14 na direcção Matosinhos/Maia, chegar à Rotunda da EN14 junto à Decathlon, virar à esquerda e seguir na direcção de Mandim.

Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Quintas e campos agrícolas	
<b>Área aproximada</b>	53,2 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	É um antigo núcleo rural remanescente do processo de expansão urbana, com casas agrícolas, de lavoura e campos agrícolas. Encontra-se próximo de uma linha de água, o Ribeiro do Chiolo/Ribeira de Mandim que nasce em Gemunde, associada a alguma vegetação ripícola remanescente, apesar das margens mal conservadas. A par da Ribeira de Silva Escura, é dos principais afluentes do rio Almorode/Ribeira do Arquinho. Ainda subsistem alguns caminhos rurais, mas as ramadas desapareceram.
	<b>Relevância social</b>	Existem várias casas rurais, algumas restauradas e descaracterizadas. As mais genuínas em estilo arquitectónico estão abandonadas e em acelerada ruína. Os campos só em parte estão cultivados, outros estão em avançado estado de abandono. A origem desta povoação remonta, pelo menos, ao séc. XVI. Pelas características naturais do local, a ocupação humana pode ser mais antiga, talvez do período romano: em Mandim, há passagem de uma via romana que ligava Braga (Bracara) ao Porto (Cale) e seguiria depois pelos limites das freguesias de Barca e Moreira, atravessando a EN Porto-Braga. A povoação tem acesso à Linha Verde do Metro do Porto, através de uma estação.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	São terrenos de propriedade privada. O núcleo rural de Mandim inclui áreas agrícolas e florestais, segundo a Carta Florestal e a planta de uso do solo do PDM da Maia. Parte dos campos agrícolas do núcleo rural de Mandim estão incluídos em Reserva Agrícola Nacional.
	<b>Ameaças à preservação</b>	Está ameaçado pelo abandono/descaracterização da propriedade agrícola e património rural e pela pressão urbanística.
	<b>Dinâmica local</b>	Desconhecem-se actividades ou associações com dinâmica local.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Pretende-se a preservação do valor paisagístico e patrimonial desta paisagem rural e agrícola, através por exemplo do restauro das casas agrícolas, prática da agricultura biológica como forma de manutenção dos espaços agrícolas e naturais. Preserva-se assim como espaço verde natural inserido em tecido urbano consolidado.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Barca poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

# Monte Gonçalão

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Ana Rita Assunção e Vítor Silva
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1781
Nome do espaço	Monte Gonçalão
Freguesias	Folgosa e S. Pedro de Fins
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,27; -8,54. Na proximidade do Monte S. Miguel-o-Anjo. É delimitado pela Rua da Serra e Rua Dr. Domingos Paiva.

**Limites**

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Mata
-----------	------

<b>Área aproximada</b>	70 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	É uma zona elevada (220 m de altitude) de manchas florestais, dominadas pelo eucalipto e pelo pinheiro-bravo com outras espécies (folhosas) junto a várias linhas de água. Este monte situa-se a nascente do núcleo urbano de Folgosa e a Norte do Monte S. Miguel-o-Anjo, formando o conjunto um maciço rochoso contínuo. O monte Gonçalves integra o antigo Vale do Coronado, entre Maia e Trofa, sendo este formado por terrenos de aluvião e atravessado pela Ribeira da Mamoá, especialmente vocacionados para a prática da agricultura. Sendo o monte Gonçalves uma elevação de terreno na proximidade de um vale agrícola, poderia ter tido no passado a função de barreira natural de protecção ao vale do Coronado. Actualmente é abundante a vegetação rasteira e evidente a pouca diversidade de espécies arbóreas.
	<b>Relevância social</b>	É um espaço de referência turística da freguesia, embora não haja evidências de ser utilizado como espaço de lazer e convívio pelas populações ou ter uma função religiosa.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismo dos planos de ordenamento do território</b>	São terrenos privados e baldios. No PDM da Maia, esta classificado como área de "Transportes e Comunicações e Espaço Florestal". Está integrado na Reserva Ecológica Nacional em toda a sua extensão.
	<b>Ameaças à preservação</b>	Encontra-se ameaçado pelo abate de árvores, a proliferação das espécies exóticas (como o eucalipto), a deposição ilegal de lixos e os fogos florestais.
	<b>Dinâmica local</b>	Não se conhecem actividades ou associações de dinâmica local.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Este espaço poderia ser valorizado através da eliminação das espécies exóticas, plantação de espécies autóctones, criação de zonas pedonais e ciclovias e depois reconversão num grande espaço verde de utilização pública em conjunto com o Monte S. Miguel-o-Anjo, dada a localização próxima de um núcleo urbano. A função de barreira natural à prática agrícola deverá ser mantida e conservada. Existe uma proposta da Câmara municipal da Maia para a criação de um espaço verde de utilização colectiva, com carácter de recreio e lazer, no Monte Gonçalves. na linha do que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal. Propõe-se a concretização de alguns dos projectos para espaços verdes já elaborados.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia, as Juntas de Freguesia de S. Pedro de Fins e Folgosa deveriam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.	

[Ir para o índice](#)



# Terrenos florestais junto ao Aeródromo Municipal de Vilar da Luz

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Ana Rita Assunção e Vítor Silva
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1931
Nome do espaço	Terrenos florestais junto ao Aeródromo Municipal de Vilar da Luz
Freguesia	Folgosa
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,27; -8,52. EN105-2 entre Vilar da Luz (onde se designa Rua de Vilar da Luz) e Guimarei (Santo Tirso). Esta estrada dá acesso ao Aeródromo Municipal de Vilar da Luz.



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural, Espaço verde	
Área aproximada	220 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	Esta área inclui grandes manchas florestais na envolvente do Aeródromo Municipal de Vilar da Luz, importantes na unidade de paisagem envolvente, sobretudo do ponto de vista orográfico. A vegetação predominante é o eucalipto (90%), pinheiro (10%), silvas, fetos, vegetação rastejante diversa. Alguns baldios não têm qualquer utilização. Existem caminhos corta-fogo e pequenas linhas de água.
	Relevância social	A área é utilizada para produção florestal, servidão do aeródromo municipal e prática de desportos

	motorizados, nomeadamente Moto4. Confirmou-se no local que os percursos em terra batida são também utilizados por ciclistas. A zona é um local de prostituição assídua.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Os terrenos são públicos e privados. Alguns são baldios. No PDM da Maia, a área está reservada a “Transportes e Comunicações” e “Espaço Florestal”, pertencente parte à Reserva Ecológica Nacional. No Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Maia, prevê-se a criação de espaços verdes de enquadramento e integração paisagística de equipamentos como o aeródromo municipal, mas não se referem prazos quanto à sua execução.
<b>Ameaças à preservação</b>	Este vasto espaço florestal está ameaçado pelo abandono dos terrenos, pela poluição da água ou do solo devido a eventuais contaminações devido às operações de manutenção das aeronaves (oficinas, etc.), abate de árvores, pela deposição ilegal de resíduos e sobretudo pelos fogos florestais.
<b>Dinâmica local</b>	Exceptuando a utilização do aeródromo, desconhecem-se outras actividades ou associações de dinâmica local.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Para intervenções futuras, sugerem-se a valorização dos espaços interiores do aeródromo que se encontram semi-abandonados, sem locais propícios de lazer, com excepção do espaço envolvente ao parque das aeronaves e do café/escritórios; a criação de um parque público ou de manutenção para a prática de desporto, aproveitando equipamentos já existentes (parque de merendas, café, parque de estacionamento) e a definição de percursos pedonais e cicláveis, conciliando diferentes actividades de lazer e de contacto com a natureza compatíveis com a manutenção da densidade arbórea e a utilização do aeródromo existente. O aeródromo poderia funcionar assim como elemento dinamizador de toda a área envolvente, pelo que, em conjunto com a implementação de estratégias de desenvolvimento e valorização do aeródromo, faria sentido realizar acções de melhoria do espaço envolvente, desde a limpeza do entulho até o arranjo e marcação dos caminhos de terra existentes para percursos pedonais.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia, a Junta de Freguesia de Folgosa e empresas de exploração das actividades de lazer no espaço do aeródromo deveriam ser parceiras na gestão e preservação daquele espaço florestal.

[Ir para o índice](#)



# Parque Germano Vieira

## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	António Crasto Machado Pereira
<b>Espaço proposto por</b>	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1912
<b>Nome do espaço</b>	Parque Germano Vieira
<b>Freguesia</b>	Gueifães
<b>Concelho</b>	Maia
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,21; -8,61. Seguir pela Rua de Santana, contornar a Rotunda de Gueifães (Praceta D'El Espinar) e seguir depois pela Avenida Germano Vieira. O espaço localiza-se do lado direito, na Rua do Arco.



## 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Espaço verde, área natural, campos agrícolas	
<b>Área aproximada</b>	8 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	<p>Apesar da designação de “parque”, este espaço não se encontra (ainda) constituído como tal. A designação foi usada pelo proponente para indicar possivelmente a intenção da sua criação a curto/médio prazo.</p> <p>Inclui terrenos com conjuntos arbóreos, sobretudo pinhal, e alguns campos agrícolas. É atravessado por uma linha de água que desagua no Ribeiro do Arquinho, com terrenos pantanosos na sua envolvente. As espécies de fauna predominantes incluem aves (melro-preto, tordeia, pica-pau-malhado, estorninho-preto, gaio-comum, poupa, pega-rabuda, piso-de-peito-ruivo, rabirruivo-preto, coruja do mato, mocho galego, pardal-comum, carriça, cartaxo-comum, toutinegra-dos-valados, toutinegra-de-barrete, andorinha-dos-beirais, garça-boieira, pombo-doméstico, rola-turca, verdilhão), anfíbios (rã-verde, sapo-parteiro-comum, rã-ibérica, salamandra-de-pintas-amarelas), répteis (lagartixa-dos-muros, licranço), mamíferos (raposa), insectos (insecto-pau, grilos, borboleta-da-couve, borboleta-almirante-vermelho). As espécies de flora predominantes incluem eucaliptos, pinheiros-bravos, fetos, carvalhos, tábuas, plátanos e choupos.</p>

<b>Relevância social</b>	Não existem elementos de património ou relevância social.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Pensa-se que é propriedade privada, dos Sr. Quelhas e Sr. Campainhas (proprietário Casa do Arco). De acordo com o proponente, possui um importante valor paisagístico e ambiental, estando, por isso, actualmente, integrado em áreas de RAN e REN.
<b>Ameaças à preservação</b>	Este espaço está ameaçado pela pressão urbanística, a poluição das águas e solos, a deposição ilegal de lixos e a presença de espécies invasoras.
<b>Dinâmica local</b>	Não se conhecem actividades ou associações de dinâmica local.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Propõem-se a valorização ambiental do local, a despoluição de ribeiros e margens, a criação de um parque de lazer, a definição de percursos pedonais e cicláveis, a criação de um parque de manutenção, a instalação de uma quinta pedagógica com incentivo à agricultura biológica. O proponente refere-se à sua utilização futura como parque verde de uso colectivo com áreas de recreio, espaço lúdico e desportivo, que inclui pista de bicicleta, parques infantis, polidesportivos de rua e mini-campo de futebol.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Gueifães poderiam ser parceiros na preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

# Quinta dos Cónegos

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Rui Rodrigues

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1779
Nome do espaço	Quinta dos Cónegos
Freguesia	Maia
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,23; -8,63. Localiza-se na Rua do Souto, nº 363.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Jardim privado, quinta, espaço verde	
Área aproximada	22 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	Era a quinta de recreio dos Bispos do Porto, de que faz parte um solar do séc. XVIII com magníficos jardins, fontes monumentais e ermidas. Os chafarizes são da autoria de Nicolau Nasoni. Está envolvida por uma formosa moldura de arborização e verdura com tufos de tílias, pomares, espaçosos relvados e biombos de arvoredos.
	Relevância social	A quinta de recreio dos Bispos do Porto é considerada uma das mais belas moradias dos arredores do Porto, segundo o Guia de Portugal, integrada nos chamados "Jardins da Maia". Na quinta, existem fontes monumentais e ermidas, hoje mais os campos de ténis e piscina, com o fundo brasonado, em declives relvados e tratados pelos seus proprietários. A estatuária e exterior (e talvez a casa) são possivelmente da autoria de Nicolau Nasoni. Segundo o Guia de Portugal, a casa é constituída por andar térreo e piso nobre, destacando-se, a nascente, a capela particular em invocação à Sagrada Família, adossada ao edifício habitacional e datada de 1781, a escadaria, a varanda e do lado Norte, nove janelas com balcões de granito de balaústres e uma fonte com um dragão, possivelmente de autoria de Nasoni.

	<p>No interior, destacam-se a saleta do limiar, as salas de recepção, a sala de fumo e a sala de jantar. Na saleta do limiar, de tecto de madeira, apainelada e pintado, há diversos móveis antigos. Na capela, visível da saleta, há um valioso retábulo de talha dourada, do séc. XVII. Nas duas salas de recepção, de tectos de castanho, expõem-se, além de muitas peças de mobiliário do séc. XVII e XVIII, esmaltes, louças, bronzes, esculturas, uma tapeçaria mural francesa, um tapete persa, um quadro de Thomas Wyck (séc. XVII), um bom retrato – Jovem Aristocrata – do séc. XVIII, duas obras de mármore, porcelanas orientais. Na sala de fumo, expõe-se outra tapeçaria, um quadro de Jan Dirks-Both (1618-1658), outro tapete persa, contadores, boiões de faiança oriental e cadeiras do séc. XVII. Na sala de jantar, de tecto de madeira, valiosas louças e pratos, cadeiras joaninas, um centro de mesa, pinturas e esculturas, um enorme tapete de estilo oriental. No longo corredor (O-E), voltado para o pomar, sucedem-se as peças de mobiliário antigo, esculturas, arcas, vasos e bronzes. Na área da conservação e restauro, a Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva realizou em 2004 a recuperação do retábulo em talha dourada e policromada da Quinta dos Cónegos.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>É propriedade privada, gerida através de uma sociedade imobiliária, pertencente ao grupo BES. Segundo o Guia de Portugal, foi no passado propriedade de herdeiros de um milionário e amador de arte do Porto, que a converteu numa verdadeira casa-museu. Na carta de uso do solo do PDM da Maia, a Quinta dos Cónegos está integrada em área habitacional. Não está integrada em REN ou RAN.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>Sendo um espaço privado, de difícil visita, desconhecem-se as ameaças potenciais a este espaço.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>Existe a Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, S.A. para a gestão do património desta quinta, pertencente ao grupo BES. Tem uma boa acessibilidade de transportes: Metro (Parque, Forum), TUM e 10, 11, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 27, 30, 35 (Maia Transportes). Existe um percurso pedonal urbano que inclui esta quinta, entre outros pontos de interesse.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Pelo que foi possível apurar, a quinta tem sido bem preservada pelos seus proprietários ao longo dos anos, relativamente ao património natural e arquitectónico, definindo também utilizações como espaço de lazer (campos de ténis, piscina).</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>Os proprietários desta quinta, a Câmara Municipal da Maia e o IPPAR podiam ser parceiros na preservação deste espaço.</p>

[Ir para o índice](#)

# Rio Leça e à Ribeira do Arquinho

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1921
Nome do espaço	Rio Leça e à Ribeira do Arquinho
Freguesia	Águas Santas, Milheirós, Gueifães, Maia e Moreira (rio Leça), S. Pedro de Avioso, Santa Maria de Avioso, Gondim, Barca, Vermoim, Nogueira, Gueifães, Milheirós e Águas Santas (Ribeira do Arquinho)
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,21; -8,60.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Área natural, espaço verde	
Área aproximada	11,5 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	<p>O rio Leça nasce no Monte de Santa Luzia, na freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, a uma altitude de cerca de 420 metros. Desde a sua nascente passa por quatro concelhos: Santo Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos. No concelho da Maia, atravessa as freguesias de Águas Santas, Milheirós, Gueifães, Maia e Moreira. Tem, como principais afluentes, a Ribeira do Arquinho e a Ribeira de Leandro. O rio Leça possui uma bacia hidrográfica com uma área de cerca de 190 km<sup>2</sup>, enquadrando-se entre as bacias dos rios Ave e Douro. Possui uma extensão de 47 km desde a nascente até à foz do rio Leça, no Porto de Leixões. Durante o séc. XIX e princípios do séc. XX, o rio Leça era considerado um dos mais belos e poéticos rios do Norte de Portugal. A partir da década de 60 do séc. XX, o rio Leça começou a ficar cada vez mais industrializado, tendo os primeiros protestos surgido dos pescadores, devido à mortalidade e desaparecimento dos peixes, que anteriormente eram abundantes no rio. Até aos anos 90, não foram tomadas medidas quanto à despoluição do rio Leça, sendo este considerado como um dos rios mais poluídos da Europa. De uma paisagem bucólica com funções ecológicas e de espaço de lazer, o rio Leça e suas margens sofreram</p>

um processo de construção anárquica que, aliada à deposição de lixo e poluição, provocaram a alteração deste cenário, para o que se verifica hoje em dia. O troço final do rio Leça localiza-se em núcleos urbanos e periurbanos dos concelhos da Maia e Matosinhos, com bastante industrialização, forte pressão urbanística e elevada densidade populacional, com uma fraca qualidade paisagística coexistindo com zonas mais rurais, como existentes em Alfena, Milheirós e Águas Santas, onde ainda se mantêm explorações agrícolas. O uso florestal é o que domina a bacia do rio Leça, estando as maiores áreas florestais, constituídas principalmente por povoamentos mistos irregulares de eucalipto e pinheiro-bravo, localizadas no interior do território, como é o caso do concelho da Maia, junto à Ribeira do Arquinho. As áreas agrícolas são compostas por pequenos espaços fragmentados, principalmente localizados junto ao leito do rio, enquanto as áreas florestais ocorrem principalmente em pequenas manchas no concelho da Maia. No concelho da Maia, a principal cultura agrícola é o milho, cultura extremamente produtiva que ocupa boa parte dos terrenos com aptidão agrícola. Encontra-se principalmente nos vales de aluvião, nas margens dos cursos de água. Alguns campos agrícolas surgem compartimentados por ramadas com vinha. A partir de Alfena, e nos restantes troços para jusante do rio Leça, os espaços florestais existentes resumem-se a pequenas manchas ocupadas com eucaliptos e pinheiros-bravos, disseminadas na paisagem mais urbana e industrializada, ocupando essencialmente o cume de pequenas elevações e encostas com maior declive e, por vezes, compartimentando parcelas agrícolas. A Ribeira do Arquinho, com uma bacia hidrográfica de 33 km<sup>2</sup> e um percurso de 11 km, também conhecida por Ribeira de Avioso ou Rio Almorode, nasce em S. Pedro de Avioso, passa pelas freguesias de Santa Maria de Avioso, Gondim, Barca, Vermoim, Nogueira, Gueifães, Milheirós e Águas Santas e é o maior afluente do Leça e o maior curso de água que nasce no concelho da Maia. Até há umas dezenas de anos, a ribeira do Arquinho tinha uma biodiversidade de fauna e flora notável. As cheias de Inverno tornavam os campos agrícolas das margens ainda mais produtivos, havendo um número significativo de moinhos ao longo do seu percurso. Outra actividade que girava à volta desta ribeira era a das lavadeiras da Maia, que lavavam as roupas nas águas do rio, antes do uso generalizado da máquina de lavar roupa. A partir de finais da década de 1960, a industrialização e a pressão urbanística poluíram e afectaram negativamente o rio. Com o encerramento de algumas indústrias poluidoras e de melhorias no saneamento básico na sua bacia, parece existir uma recuperação dos ecossistemas, com o regresso dos peixes e de outra vida selvagem. No passado dominariam os bosques dominados por carvalhos (com destaque para o carvalho-alvarinho, sobreiros, salgueiros e/ou amieiros. Em solos inundáveis, dominariam os bosques palustres dominados pelo amieiro e pelo salgueiro-negro. As galerias ripícolas dos principais cursos de água da Maia (rio Leça e ribeira do Arquinho) representam importantes espaços para o equilíbrio dos ecossistemas. Apesar da baixa qualidade biológica da água e de haver ainda margens degradadas, os corredores ripícolas constituem um suporte importante de estrutura ecológica. No concelho da Maia os corredores ripícolas cobrem um total de 8,7 km, no estrato arbóreo destacam-se os choupos, os freixos e os amieiros, encontrando-se por vezes carvalhos, já ao nível do estrato sub-arbóreo existem salgueiros, vimeiros e as borrazeiras, entre outras espécies.

<p><b>Relevância social</b></p>	<p>Existe um vasto património religioso nas margens do rio Leça, no concelho da Maia: a capela de São Miguel-o-Anjo (São Pedro Fins), a capela de N.ª Sr.ª da Guadalupe (Águas Santas) data de 1722; a Igreja de N.ª Sr.ª do Ó (Águas Santas) fundada pelos Cavaleiros do Santo Sepulcro, antes da formação da nacionalidade. É um dos mais insólitos monumentos românicos portugueses, uma vez que a sua forma final, no século XIII, apresentava duas naves, desiguais entre si, caso único no contexto da arte nacional. No interior, existem retábulos de talha dourada barroca e neoclássica, dos sécs. XVII e XVIII. É monumento nacional desde 1910. Destacam-se ainda a capela de N.ª Sr.ª do Bom Despacho (Maia), a capela de N.ª Sr.ª Mãe dos Homens (Moreira), a capela do Senhor dos Amarrados (Moreira da Maia) e a Quinta do Mosteiro (Moreira) pertence ao mosteiro desde 1060.</p> <p>As Terras da Maia eram terras férteis, onde predominam os moinhos de rodízio para utilizar a força motriz da água. A actividade de moagem era muito importante desde os tempos medievais. Nos séculos mais recentes, a fertilidade do solo do concelho da Maia manteve em funcionamento dezenas de moinhos, com importância decisiva para a economia da época. Os moinhos de Ardegães, na Maia, constituem um conjunto de edificações em granito, ao longo do rio Leça, sendo que a grande maioria dos quais se encontra em ruínas. Foram aqui edificados bastantes moinhos, devido às condições que o rio aqui oferecia. O núcleo de Moinhos de Alvura, localizado em Águas Santas, constitui um grupo de edificações que data dos sécs. XVIII – XIX. Neste momento, estão a ser usados como habitação, existindo uma placa que os identifica como “Moinhos da Casa do Jericota”, embora em estado de degradação e verificando-se a presença de lixo e entulho no local. Os moinhos situavam-se maioritariamente no rio Leça, embora os houvesse também na ribeira do Arquinho/Almorode. Os moinhos do rio Leça eram os maiores, chegando a ter 15 rodas, ou seja 15 pares de mós. Os moinhos de rodízio nos rios Leça e Almorode já foram contabilizados em número superior a 60. Os núcleos rurais de Mandim (Barca), Calquim (Gondim), Fundevila (Milheirós), Casal (Nogueira) e Sá (Silva Escura) são alguns dos testemunhos da forte identidade agrícola das terras da Maia.</p>
<p><b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b></p>	<p>Desconhece-se o tipo de propriedade dos terrenos marginais ao rio Leça e à Ribeira do Arquinho na Maia. As propriedades agrícolas serão possivelmente privadas. Os corredores verdes associados ao rio Leça e à Ribeira do Arquinho, no concelho da Maia, estão integrados em Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional, assim como em domínio público hídrico. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o concelho da Maia estabelece a criação de corredores ecológicos ao longo do rio Leça e Ribeira do Arquinho. Os corredores fluviais atravessam áreas agrícolas, florestais e residenciais e equipamentos.</p>
<p><b>Ameaças à preservação</b></p>	<p>Estão ameaçados pela elevada carga orgânica das águas (sobretudo CBO<sub>5</sub>, azoto amoniacal, oxigénio dissolvido, coliformes fecais e sólidos suspensos totais), deposição de lixo nas margens e pressão urbanística e industrial, o abandono do património arquitectónico rural e das propriedades agrícolas.</p>
<p><b>Dinâmica local</b></p>	<p>O programa “Corrente Rio Leça – Limpo por todos. Limpo para todos”, uma parceria das Águas de Valongo, Câmara Municipal de Valongo, CCDR-Norte, Junta de Freguesia de Alfena, Junta de Freguesia de Ermesinde e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, pretende a despoluição deste curso de água no concelho de Valongo, tendo a Câmara Municipal da Maia aderido ao mesmo em Julho de 2007, numa tentativa de esforço integrado para este objectivo. O Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta (Maia) promove acções de educação ambiental nas margens do rio Leça e da Ribeira do Arquinho, para o 1º, 2º, 3º ciclo e ensino secundário. A limpeza e manutenção das margens do rio Leça, assim como a requalificação de todo o seu percurso é o grande objectivo do</p>

	protocolo entre a Câmara Municipal da Maia e mais de uma dezena de instituições, assinado em Junho de 2007 e com fim em 2011, o chamado “Projecto de Despoluição do Rio Leça no Concelho da Maia”.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Sendo áreas integrantes da Estrutura Ecológica Municipal, correspondentes a cursos de água com singularidades ambientais e paisagísticas, a protecção é indispensável pelo seu inquestionável valor. É prioritária a requalificação e renaturalização de toda a bacia do rio Leça e da Ribeira do Arquinho. Algumas medidas são especialmente recomendadas: a fiscalização e controlo das descargas de águas residuais, a eliminação das ligações clandestinas às linhas de água, a limpeza de leitos e margens, a monitorização da qualidade da água, etc. Após estas intervenções, sugerem-se ainda a utilização do corredor natural fluvial para a criação de novas áreas verdes e corredores ecológicos, através da plantação de espécies autóctones, recuperação de pontes e moinhos, abandonados e em avançado estado de degradação. É também importante implementar acções de sensibilização à população, acções pedagógicas de educação ambiental nas escolas e promover o voluntariado, em torno da despoluição do rio Leça e da Ribeira do Arquinho.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Todos os parceiros envolvidos no programa “Corrente Rio Leça – Limpo por todos. Limpo para todos” têm tido bons resultados na despoluição desta linha de água no concelho de Valongo, com repercussão e replicação agora no concelho da Maia. O município da Maia tem mostrado interesse neste programa, intervindo sobretudo nos afluentes principais: a Ribeira do Arquinho e a Ribeira de Leandro. Todos os parceiros envolvidos neste programa serão importantes para a gestão e preservação dos corredores fluviais associados a estes cursos de água.

[Ir para o índice](#)

# Núcleo de Moinhos de Alvura

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Joana Vieira e Catarina Leitão
Espaço proposto por	Rui Rodrigues

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1776
Nome do espaço	Núcleo de Moinhos de Alvura
Freguesia	Águas Santas
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,21; -8,59. Junto ao Restaurante Casa do Arco e Ponte do Arco (Rua do Rio Leça).

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural, espaço verde	
Área aproximada	10,1 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	O núcleo de moinhos de Alvura é uma zona verde, com pontes, açudes e moinhos fluviais, nas margens do Rio Leça. Desconhecem-se as espécies de fauna predominante. Junto ao Rio Leça, a galeria ripícola, constituída por amieiros ( <i>Alnus glutinosa</i> ), freixos ( <i>Fraxinus sp.</i> ), salgueiros ( <i>Salix sp.</i> ), choupos ( <i>Populus sp.</i> ), associada aos carvalhos-alvarinhos ( <i>Quercus robur</i> ), encontra-se relativamente bem representada. Podem também encontrar-se figueiras ( <i>Ficus carica</i> ), figueiras-do-diabo ( <i>Datura stramonium</i> ), azinheira ( <i>Quercus ilex spp rotundifolia</i> ). Nas encostas florestadas surgem espécies como: eucalipto ( <i>Eucalyptus globulus</i> ), mimosa ( <i>Acacia dealbata</i> ) e pinheiro-bravo ( <i>Pinus pinaster</i> ).
	Relevância social	Constitui um grupo de edificações que data dos sécs. XVIII – XIX. Neste momento, estão a ser usados como habitação, existindo uma placa que os identifica como “Moinhos da Casa do Jericota”, embora em estado de degradação e verificando-se a presença de lixo e entulho no local. Na malha urbana envolvente, existe

	<p>habitação unifamiliar e algumas construções abandonadas, subsistindo ainda a presença de campos agrícolas e muros de pedra de granito. Neste local, o rio Leça corre com ajuda de açudes, levando um caudal acentuado. Junto encontra-se a Ponte de Alvura ou Ponte do Arco, uma estrutura em granito, cujo tabuleiro se encontra assente sobre um único arco redondo. Os moinhos e açudes eram outrora utilizados para moer o milho e outros cereais cultivados nos campos agrícolas vizinhos. Alguns moinhos estão em ruínas abandonadas, outros foram restaurados e estão semi-ocupados.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Os terrenos e os moinhos são propriedade privada. Relativamente aos PDM ou outros planos, este núcleo de moinhos está classificado como património municipal a preservar. Este espaço está integrado em Reserva Ecológica Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	As ameaças à preservação do espaço são a poluição do rio Leça e das suas margens e o estado de abandono e degradação dos moinhos. A poluição da água tornou inoperacionais os moinhos. Observa-se ainda a deposição de lixos nas margens e leito do rio.
<b>Dinâmica local</b>	Alguns dos moinhos foram recuperados pelos seus proprietários.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como possíveis intervenções futuras, sugerem-se a despoluição das margens e do leito do Rio Leça, valorização ambiental da zona, criação de percursos pedonais e cicláveis, recuperação dos moinhos com a criação de um (ou vários) centro(s) de interpretação ambiental.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A gestão e conservação do local deveriam ser articuladas entre os proprietários e a Câmara Municipal da Maia. A dinamização do espaço poderia ser da responsabilidade da Câmara Municipal da Maia e das escolas do concelho, através de acções de educação ambiental.

[Ir para o índice](#)

# Núcleo de moinhos do Arquinho

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1842
Nome do espaço	Núcleo de Moinhos do Arquinho
Freguesia	Milheirós
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,21; -8,60. Seguir pela Via Norte, Av. Dr. Germano Vieira (Gueifães), seguindo a Av. Comendador Carlos Ferreira da Silva (Gueifães), até à Rua do Arco e Rua Nova do Arquinho. Uma outra panorâmica pode ser vista da Rua Luís da Silva Neves (Milheirós).

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural
Área aproximada	11,5 ha
Descrição do espaço	<p><b>Importância ecológica</b></p> <p>A Ribeira do Almorode, com uma bacia hidrográfica de 33 Km<sup>2</sup> e 11 km de percurso, nasce na freguesia de S. Pedro de Avioso (no actual Parque de Avioso) e passa pelas freguesias de Santa Maria de Avioso, Gondim, Barca, Vermoim, Nogueira, Gueifães, Milheirós e Águas Santas, onde vai desaguar no rio Leça. A ribeira de Almorode, ao longo do seu percurso, toma o nome das localidades por onde passa. Assim, as populações locais conhecem-na como o rio do Moutelo, o rio de Calquim, o rio de Porto Bom ou Varredouro, o rio das Levadas e o rio do Arquinho. Segundo relatos de alguns habitantes, esta ribeira encontrava-se cheia de peixes há 40 anos atrás, que foram desaparecendo devido a descargas feitas por algumas indústrias. A ribeira, ainda hoje bastante poluída, mantém, mesmo assim, uma boa galeria ripícola, composta essencialmente por amieiros e salgueiros. Nas margens da linha de água existem baldios com vegetação rasteira e terrenos agrícolas seguidos de manchas de eucaliptais. Ao longo de todo o percurso da ribeira, podem ainda encontrar-se carvalhos, <u>sobreiros</u>, <u>choupos</u>, <u>salgueiros-chorões</u>, <u>fetos</u>, <u>tábuas</u>, <u>sanguinhos-de-água</u>, <u>juncos</u>, <u>giestas</u>, <u>tojos</u>, <u>heras</u> e</p>

	<p><u>líquenes</u>. Da fauna existente, destaca-se ao longo desta ribeira, a presença de aves como o <u>cartaxo</u>, o <u>chapim</u>, o <u>gaio</u>, o <u>pisco-de-peito-ruivo</u>, o <u>corvo</u>, o <u>melro</u>, a <u>carrica</u>, a <u>pega</u> e o <u>verdelhão</u>; de mamíferos como o <u>coelho bravo</u>; de répteis como o <u>tritão</u>, o <u>lagarto de água</u> e a <u>salamandra</u>; de peixes como o <u>pimpão</u>; de insectos como o alfaiate, a <u>libélula</u>, o <u>saltitão</u> e a <u>borboleta</u>; de anfíbios como a <u>rã-verde</u> e o <u>sapo comum</u>.</p>
<b>Relevância social</b>	<p>O Núcleo do Arquinho é formado por um conjunto de moinhos e casas rurais, localizados no lugar do com o mesmo nome, atravessados pela ribeira de Almorode (aqui designada por ribeira do Arquinho), uma nascente de água e um lavadouro público. Existem duas pontes (pedonal e viária), entre outros pormenores de interesse. Os moinhos não são característicos apenas da freguesia de Milheirós. Ao longo de todo o percurso da ribeira, para montante, encontram-se vários moinhos que estão desactivados, como por exemplo, o de Moutelo (S. Pedro de Avioso), os de Calquim e Porto Bom (Gondim) e os da Várzea (Vermoim).</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>Está integrado em área agro-florestal e também residencial, segundo a carta florestal e de uso do solo do PDM da Maia. Parte dos terrenos está incluído em Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>A malha urbana de grande concentração de habitação, comércio e indústria cresceu em direcção à ribeira do Arquinho, dispondo-se muito próxima do núcleo de moinhos e casas rurais ali existente. É evidente a poluição das águas e margens da ribeira, a deposição de lixos e a degradação das casas rurais e dos próprios moinhos.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>Têm decorrido várias acções de limpeza e educação ambiental nas margens da Ribeira de Almorode, em toda a extensão do seu percurso.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Existe já um projecto para a requalificação da envolvente aos moinhos do lugar do Arquinho na ribeira com o mesmo nome, da responsabilidade da WSAtkins e da Câmara Municipal da Maia. Pretende-se a recuperação dos moinhos e do pontão, associado a um conjunto de socalcos e taludes, a requalificação ambiental da ribeira através de acções de limpeza e desassoreamento, a despoluição das águas, assim como estabilização e restabelecimento da galeria ripícola associada. Está ainda prevista a construção de uma área de estacionamento, de acesso ao local. Outras intervenções são a aposta na agricultura biológica como sistema de apoio à agricultura tradicional, a criação de percursos pedonais temáticos, numa perspectiva de valorização dos recursos paisagísticos e biofísicos (bacia do ribeiro do Arquinho, pontos de vista panorâmicos, parques verdes urbanos); do património edificado (moinhos, engenhos de água, quintas pedagógicas e agrícolas); do ambiente rural (recuperação dos caminhos tradicionais), como descreve o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do concelho da Maia.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>A Câmara Municipal da Maia, a Junta de Freguesia de Milheirós (e de todas as freguesias atravessadas pela Ribeira de Almorode/Ribeira do Arquinho) deveriam ser parceiras na gestão e preservação integradas desta linha de água.</p>

[Ir para o índice](#)

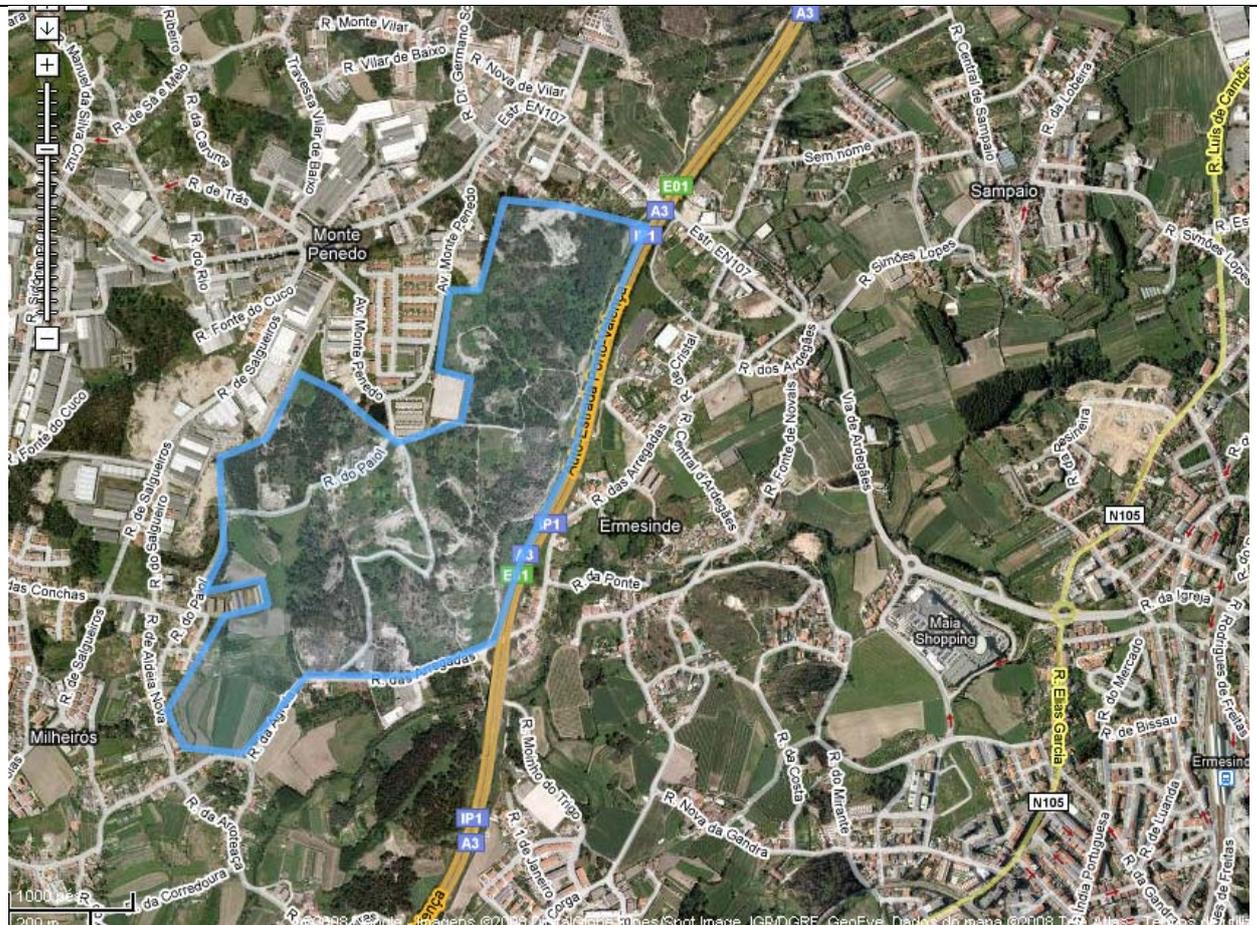
## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Joana Vieira e Catarina Leitão
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1916
Nome do espaço	Monte Penedo
Freguesia	Milheirós
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,22; -8,58. Seguir pela EN107 em direcção a Ermesinde e na rotunda com a Rua Dr. Joaquim Nogueira dos Santos, seguir em direcção à Avenida Monte Penedo.

## Limites



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural, espaço verde
Área aproximada	58,4 ha

<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	É uma área muito extensa e actualmente degradada como resultado da antiga exploração mineira. Inclui áreas arborizadas (sobretudo de pinheiro e eucalipto) e de significativo impacte junto a infra-estruturas existentes (A3).
	<b>Relevância social</b>	Os terrenos têm sido utilizados para a exploração de pedreiras. O Monte Penedo tem sido frequentemente invadido por cães vadios, onde há cerca de 2 anos se instalou um canil ilegal, mantido por Rosalina Santos e Carla Santos que ameaçava a saúde pública na imediação do espaço em causa. Em Maio de 2008, o canil foi desmantelado e transplantado para outro terreno, por intermédio da Câmara Municipal da Maia. Os pedreiros do Monte Penedo eram uma das profissões mais importantes e tradicionais da freguesia de Milheirós.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É mata de propriedade pública. Está classificada como “área agro-florestal” de acordo com o PDM da Maia. Parte está integrada em Reserva Ecológica Nacional.
	<b>Ameaças à preservação</b>	Este espaço tem sido ameaçado pelo abandono, deposição de lixos e entulhos, pressão urbanística e poluição de solos devido à exploração dos granitos em pedreiras.
	<b>Dinâmica local</b>	É utilizado como espaço de lazer e convívio por causa de um campo de futebol existente. É local para uma festa da francesinha e de provas regulares do campeonato de BTT dos Jogos Interfreguesias da Câmara Municipal da Maia. Algumas escolas têm realizado acções de educação ambiental no local.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Tendo sido um local de exploração de pedreiras, a área precisa de ser requalificada ambientalmente para depois ser criado um parque verde público. Propõe-se ainda a criação de um parque desportivo que inclua percurso pedonal, circuito de manutenção, campo de futebol, etc. para dinamização do espaço depois de intervencionado.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Milheirós poderiam ser parceiras na gestão e preservação do espaço em causa.

[Ir para o índice](#)

# Parque da Vessada

## 1. Dados pessoais

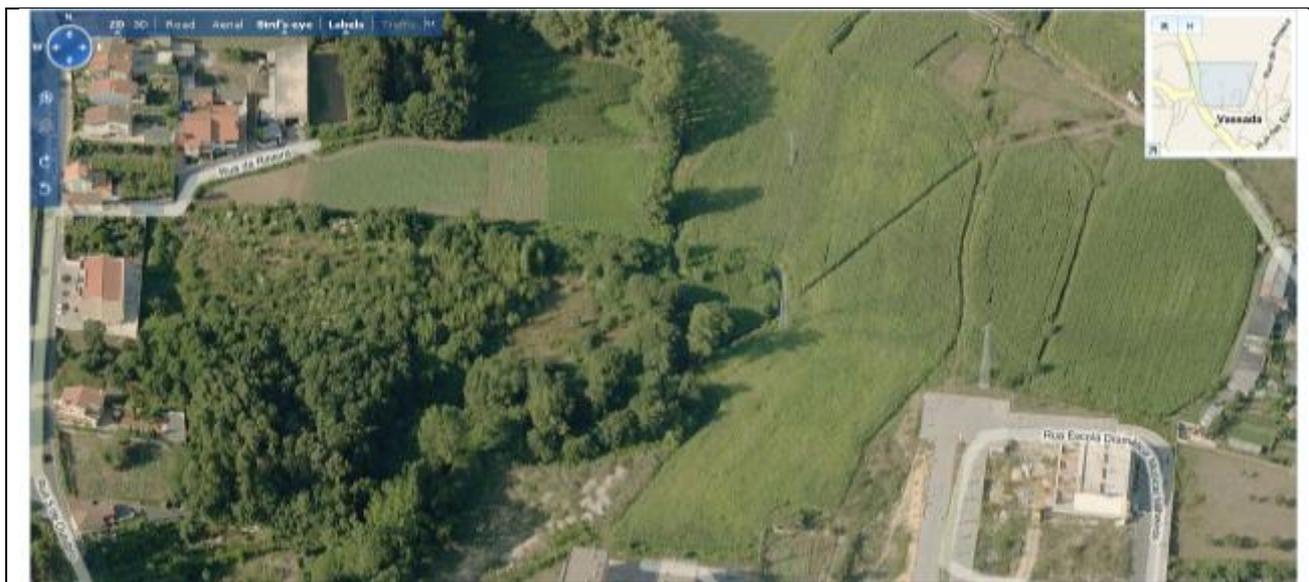
<b>Ficha preenchida por</b>	Mafalda Sousa
<b>Espaço proposto por</b>	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1919
<b>Nome do espaço</b>	Parque da Vessada
<b>Freguesia</b>	Milheirós e Gueifães
<b>Concelho</b>	Maia

**Outras referências** Coordenadas geográficas WGS84: 41,22; -8,59.  
EN 14 direcção Sul/Norte. Sair na primeira entrada para a Maia, em direcção à Rotunda do Lavrador. Seguir pela Rua 5 de Outubro, dirigindo-se para o lugar de Enxinhães.





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Área natural, Espaço verde	
<b>Área aproximada</b>	60 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	É uma área natural atravessada pela Ribeira do Arquinho, localizando-se aí um antigo moinho (parcialmente em ruínas). O espaço do parque apresenta uma elevada importância paisagística. É composto por terrenos agrícolas, eucaliptais e baldios, atravessados pela Ribeira do Arquinho (limitada em partes do seu troço, por muros de pedra de granito) e sua frondosa galeria ripícola (amieiros, salgueiros, freixos e choupos brancos), existindo também no local um moinho em ruínas. Existem alguns carvalhos.
	<b>Relevância social</b>	Existem alguns moinhos abandonados. A travessia da linha de água realiza-se através de uma pequena ponte de pedra, que permite a passagem da clareira agrícola para a zona florestada e vice-versa. Na envolvente destaca-se essencialmente uma zona industrial.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Actualmente, integra áreas de Reserva Ecológica Nacional e maioritariamente Reserva Agrícola Nacional. Desconhece-se a situação deste espaço em relação ao PDM da Maia.
	<b>Ameaças à preservação</b>	Encontra-se ameaçado pela poluição da Ribeira do Arquinho e abandono de campos agrícolas que favorecem actualmente a deposição de lixo nas margens.
	<b>Dinâmica local</b>	Neste momento, os terrenos são aproveitados para uso agrícola, mas pretende-se que no futuro tenha uso recreativo, cultural e desportivo, de acordo com as intenções da Câmara Municipal da Maia.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia e a WS Atkins realizaram um estudo para a Regularização Fluvial e Valorização Paisagística e Ambiental do Rio Leça e da Ribeira do Arquinho, da qual se inclui o Parque da Vessada. Prevê-se a utilização pública do parque que também inclui a requalificação das margens do Ribeiro, para além dos usos recreativo, cultural e desportivo. A zona desportiva integra percursos pedonais, pista de ciclo-turismo, campos de futebol, parque infantil, etc. Prevêem-se ainda a implementação de hortas pedagógicas, a recuperação dos moinhos, a gestão e manutenção da mata existente, e o aproveitamento da linha de água para a criação de um lago.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia, as Juntas de Freguesia de Milheirós e Gueifães podem ser parceiros na gestão e preservação deste espaço. As escolas locais poderão integrar programas de educação ambiental e de incentivo à prática de agricultura biológica.

[Ir para o índice](#)

# Quinta do Mosteiro

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Rui Rodrigues

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1778
Nome do espaço	Quinta do Mosteiro
Freguesia	Moreira da Maia
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,24; -8,65. Localiza-se na Rua Conselheiro Luís de Magalhães, a 100 metros do cruzamento do Padrão de Moreira. O Mosteiro de Moreira da Maia encontra-se assinalado por placas indicativas, estando a quinta adossada ao edifício do Mosteiro.

### Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Quinta, jardim privado, espaço verde	
<b>Área aproximada</b>	21,2 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	A Quinta do Mosteiro, situada no Alto do Padrão da Maia, a uns escassos 100 metros da EN13 em Moreira, é um exemplo das grandes propriedades com tradições agrícolas do concelho da Maia, aliadas à religiosidade imposta pelo mosteiro na sua envolvência. A quinta centenária do Mosteiro de Moreira da Maia alberga relvados, japoneiras, buxos, laranjeiras, canteiros floridos, lagos e um imponente tanque de pedra.
	<b>Relevância social</b>	Os primeiros registos históricos relativos ao Mosteiro de S. Salvador de Moreira, fundado pela Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho datam de há mais de mil anos. Nos primeiros tempos, o Mosteiro foi misto de frades e freiras mas essa situação terminou em 1162, quando as freiras foram transferidas para o Convento de São Cristóvão, em Rio Tinto. Nos finais do séc. XVI, estando o Mosteiro primitivo já muito degradado, deu-se início à construção dos actuais edifícios da Igreja de S. Salvador de Moreira e da Casa da Quinta do Mosteiro, trabalhos que se dariam por terminados em 1622. No séc. XIX, a Casa e a Quinta do Mosteiro foram separadas da Igreja (hoje a Igreja Paroquial de Moreira da Maia) e vendidas à família do Desembargador Vieira de Castro, cuja viúva as vendeu, por sua vez em 1874, a D. Rita de Moura Miranda, viúva do tribuno liberal, José Estevão Coelho de Magalhães. Seu filho, o Conselheiro Luís de Magalhães, estadista e um dos intelectuais da “geração de 70”, aí viria a estabelecer a sua residência nos últimos anos do séc. XIX, e durante a sua vida, muitos vultos da vida cultural e política portuguesa passaram pela Quinta do Mosteiro, que foi mesmo imortalizada por Eça de Queirós numa das Cartas de Fradique Mendes, sob o nome de Quinta de Refaldes. A Casa e a Quinta do Mosteiro são hoje propriedade de descendentes seus. A Igreja de S. Salvador de Moreira encontra-se ao fundo de uma alameda, à esquerda, de face voltada para um espaçoso terreiro com árvores ornamentais de ambiente repousante. A fachada barroca da igreja, de talha análoga à igreja do Mosteiro de Grijó, da mesma ordem, é regrada e insípida, mas o interior tem relativa grandeza e dignidade. O valor da obra vê-se na cobertura de pedra da galilé e sobretudo no amplo arco abatido que suporta o coro. A nave, de abóbada cilíndrica, de caixotões de granito (162), tem apreciável envergadura e altura (mais ou menos 12 por 20 metros). A cabeceira da abóbada também cilíndrica é toda revestida de azulejos. O cadeiral, o retábulo de talha do altar e o tecto de castanho da sacristia acusam a passada riqueza dos cónegos.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É propriedade privada das famílias Sottomayor e Vanzeller. Na carta de usos do solo do PDM da Maia, a Quinta do Mosteiro está definida como equipamento religioso (a área do Mosteiro) e áreas agrícolas e agro-florestais (a quinta propriamente dita). A Câmara Municipal da Maia define a Quinta do Mosteiro como um jardim/parque a propor, segundo a carta dos espaços verdes do concelho. A prática e a tradição agrícola desta quinta justificam a sua integração em Reserva Agrícola Nacional. O conjunto constituído pela Igreja e Casa do Mosteiro de S. Salvador de Moreira está em vias de classificação pelo IPPAR desde 1995.
	<b>Ameaças à preservação</b>	Sendo uma propriedade de grande extensão, há o risco do abandono da prática agrícola. Existe também a ameaça da pressão imobiliária, evidente sobretudo nas imediações da quinta e do seu mosteiro.
	<b>Dinâmica local</b>	A quinta serve para a realização de eventos empresariais e sociais.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Esta quinta poderia manter o seu carácter rural, com prática da agricultura tradicional da região e incentivo à agricultura biológica. A abertura ao público poderia ser considerada, em horário a definir, para visitas a grupos,

		enquadrada nos percursos pedonais urbanos do concelho da Maia.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Os actuais proprietários da Quinta do Mosteiro, a Câmara Municipal da Maia, a Junta de Freguesia de Moreira da Maia e o IPPAR poderiam ser parceiros na preservação desta quinta.

[Ir para o índice](#)

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Fernando Dionísio
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1785
Nome do espaço	Monte Senhora da Hora
Freguesia	Nogueira da Maia
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,24; -8,58. Situa-se no lugar de Barroso. Acede-se ao monte seguindo pela estrada de Parada/São Romão do Coronado, Rua Prof. Dr.ª Laurinda Dias da Silva e por um escadório que apontam para a escola e para a capela.

### Limites



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural, espaço verde	
Área aproximada	9,5 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	<p>Constitui um espaço de miradouro e romaria a Nossa Senhora da Hora, situado à cota de 100 m, num espaço sobranceiro à A42. Antigamente, era uma extensa zona de mato, tojo e giestas.</p> <p>Em 2005 foi alvo de um projecto de requalificação, os espaços foram devidamente ordenados, com caminhos de pedra, vegetação criteriosamente escolhida para as características do terreno, bancos para as pessoas desfrutarem dos espaços e pequenos jardins geometricamente traçados.</p> <p>O escadório é ladeado por uma alameda de choupos com plantações herbáceo-arbustivas que surgem alternadamente com cruzeiros e capela alusivos aos últimos passos da Via Sacra. Culmina o escadório no adro da igreja, pavimentado a cubo de granito e rodeado por <i>Magnolia soulangeana</i>. Existe ainda uma plataforma pavimentada com bancos que funciona como miradouro em direcção ao mar, com áreas habitacionais e resquícios de áreas agrícolas em primeiro plano. O cimo do monte mantém ainda o seu aspecto natural tendo sido introduzidos, entre os afloramentos rochosos revestidos por vegetação rasteira onde prevalecem</p>

	<p>nomeadamente urzes e tojos. Regista-se a recente plantação de <i>Pinus pinea</i>. Presença de eucalipto na envolvente da escola primária.</p> <p>Na encosta a nascente (não visível), havia extensos campos agrícolas num pequeno vale onde nasce um regato (o Regato da Pena), mas foram destruídos pela construção de habitações.</p>
<b>Relevância social</b>	<p>É um espaço de culto, zona de lazer e miradouro com parque de estacionamento. A capela datada de 1869 e restaurada posteriormente, virada a Sul, tem um adro que é simultaneamente um miradouro sobre o concelho da Maia. Tem romaria dedicada a Nossa Senhora da Hora. Neste sítio, para além da capela, localiza-se uma Unidade de Saúde, os Correios, a Junta de Freguesia de Nogueira, a Escola Primária e habitações unifamiliares. Existe um circuito pedonal, bancos, papeleiras e iluminação em redor da capela. Há muitos anos atrás, fazia-se ali uma feira.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>São terrenos públicos e privados. Está na envolvente de terrenos em Reserva Agrícola Nacional.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>É um espaço potencialmente ameaçado pela invasão de espécies exóticas, nomeadamente eucalipto, apesar do seu actual bom estado de conservação. A proximidade da A42 e presença de linhas de alta tensão podem trazer o risco de incêndios florestais. O crescimento habitacional na bordadura do monte é também um factor de ameaça.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>Realizou-se neste monte um festival de folclore organizado pela Junta de Freguesia de Nogueira da Maia (2005).</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Uma vez que foi recentemente intervencionado para ser um espaço de lazer, não se sugerem futuras intervenções, mas aconselha-se a manutenção e limpeza regular, assim como a eliminação das espécies exóticas na envolvente por parte da Câmara Municipal da Maia.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>A Junta de Freguesia de Nogueira da Maia e a Câmara Municipal da Maia podiam ser parceiras na preservação deste sítio.</p>

[Ir para o índice](#)

# Monte de S. Miguel-o-Anjo

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1786
Nome do espaço	Monte de S. Miguel-o-Anjo
Freguesia	S. Pedro de Fins
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,25; -8,53. Com acesso pela Av. de São Miguel-O-Anjo (em São Pedro de Fins), seguindo pela Rua do Santuário.



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural
Área aproximada	10 ha
Descrição do espaço	<p><b>Importância ecológica</b></p> <p>O Monte de São Miguel-O-Anjo é o ponto mais alto do concelho da Maia, situando-se numa elevação de geologia xistosa, a 255 metros de altitude. O Monte encontra-se florestado com povoamentos onde domina o eucalipto. O topo do Monte é um espaço de clareira onde no ponto mais alto se encontra a Capela de São Miguel-O-Anjo, orientada a poente, com o respectivo adro que funciona como miradouro.</p> <p>O Monte de São Miguel-o-Anjo é um espaço florestal com dominância do eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>) e do pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>). Surgem também mimosas e austrálias (<i>Acacia dealbata</i> e <i>Acacia melanoxylon</i>), espécies invasoras em Portugal. A vegetação autóctone está bastante presente e inclui o sobreiro (<i>Quercus suber</i>) e, em algumas áreas, observa-se o carvalho-alvarinho (<i>Quercus robur</i>), em regeneração e o padreiro (<i>Acer pseudoplatanus</i>). Ao nível do estrato arbustivo, há a presença do loureiro (<i>Laurus nobilis</i>) e do azevinho (<i>Ilex aquifolium</i>).</p>

	<p>No topo do monte, em redor da capela de São Miguel-O-Anjo, estão presentes inúmeras espécies de plantas ornamentais, entre elas, o plátano (<i>Platanus orientalis</i> var. <i>acerifolia</i>), tília (<i>Tilia tomentosa</i>), robínia (<i>Robinia pseudoacacia</i>), abrunheiro-dos-jardins (<i>Prunus cerasifera</i> var. <i>pissardi</i>), liquidâmbar (<i>Liquidambar styraciflua</i>), bordo-negundo (<i>Acer negundo</i>), choupo-negro (<i>Populus nigra</i>), alfenheiro (<i>Ligustrum lucidum</i>), pitospóro-da-china (<i>Pittosporum tobira</i>), criptoméria-do-japão (<i>Criptomeria japonica 'elegans'</i>), oleagno (<i>Elaeagnus pungens</i>), tuia-gigante (<i>Thuja plicata</i>), deutzia (<i>Deutzia</i> sp.), <i>Watsonia borbonica</i>, escalheiro (<i>Pyrus cordata</i>), carvalhos (<i>Quercus rubra</i> e <i>Quercus palustris</i>), abeto-da-noruega (<i>Picea abies</i>), romãzeira (<i>Punica granatum</i>), palmeira-das-canárias (<i>Phoenix canariensis</i>), teixo (<i>Taxus baccata</i>) e cedro-branco (<i>Chamaecyparis lawsoniana</i>).</p>
<b>Relevância social</b>	<p>É um local de culto religioso e romaria (1º domingo de Julho), espaço de lazer e miradouro. Existem mesas com bancos de pedra para piqueniques, um palco para festividades, elementos de água e a estátua de São Miguel-o-Anjo. Localiza-se próximo do Aeródromo Municipal de Vilar da Luz.</p> <p>Na envolvente, existe a Quinta de São Miguel-o-Anjo, situada na encosta do monte, vocacionado para diversos eventos. Aqui são também organizadas festas como o Carnaval, a Matança do Porco e o São João.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>Segundo a carta de espaços verdes do PDM da Maia, é uma mata pública. É uma área florestal, de acordo com a carta florestal e de uso do solo. A Câmara Municipal da Maia pretende criar um parque urbano de recreio e lazer no Monte de São Miguel-o-Anjo. Esta é uma intenção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o concelho da Maia. Na sua quase totalidade, o Monte de São Miguel-o-Anjo está integrado em Reserva Ecológica Nacional.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>Este espaço encontra-se ameaçado pela presença de infestantes (acácias), o abandono e mau estado de conservação.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>Desconhecem-se actividades ou associações com dinâmica local.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Possíveis intervenções para este espaço poderiam ser a criação de percursos pedonais e cicláveis e de um parque de manutenção/lazer.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de São Pedro de Fins poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.</p>

[Ir para o índice](#)

# Lugar de Taím

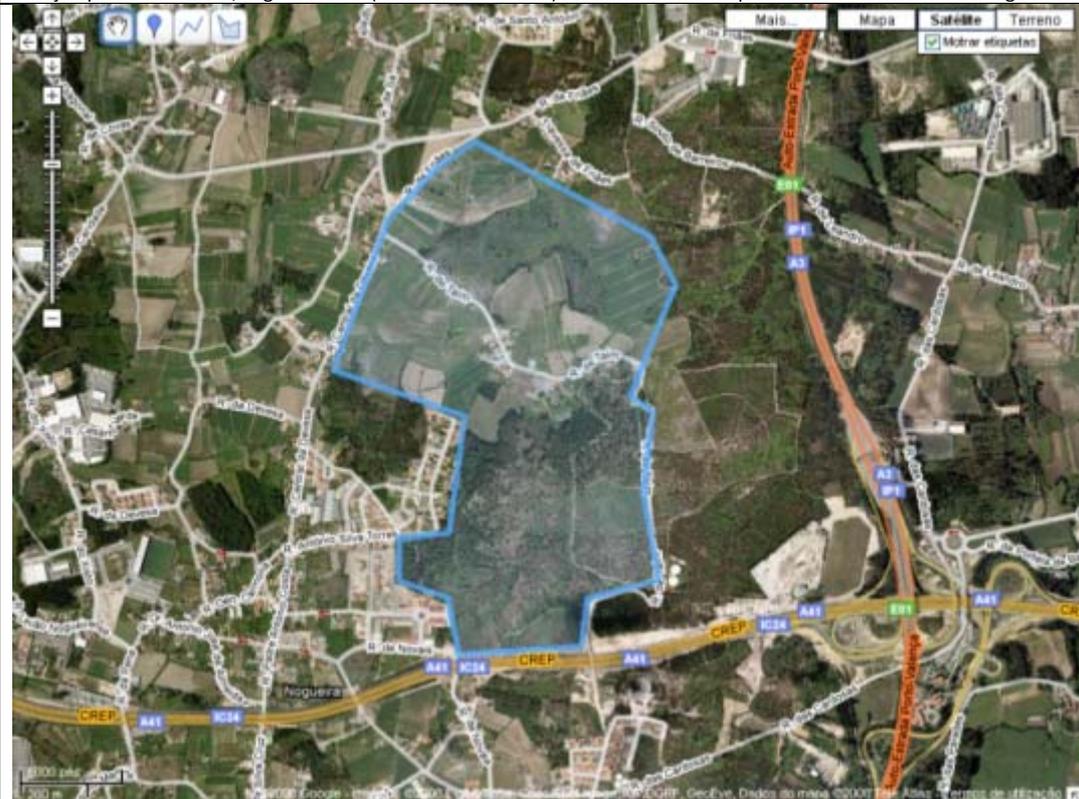
## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Fernando Dionísio e Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1920
Nome do espaço	Lugar de Taím
Freguesia	Silva Escura
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,25; -8,58. Seguir pela EN14 na direcção Matosinhos/Maia, depois pela EN107 na direcção Ermesinde, chegando ao cruzamento da EN318-1, toma-se a direcção para Silva Escura, Lugar de Taím (numa rua sem saída). A área encontra-se próxima à EN 318-1 e à Via Diagonal.

Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Quintas e campos agrícolas	
<b>Área aproximada</b>	75 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	A freguesia de Silva Escura foi, no passado, uma densa zona florestal, com predominância para o pinheiro e o castanheiro, como demonstram o seu brasão e o topónimo - “Silva” tem o sentido antigo de “bosque”, aludindo o adjectivo “Escura” à densidade da cobertura vegetal. O lugar de Taím é formado por um extenso vale de campos agrícolas, com prados de forragem para o gado no Inverno e milho no Verão. Nos terrenos à cota superior impera uma mata de eucaliptos, mas nos limites extremos dos campos, à cota baixa, existem pequenos bosques de carvalhos, com raros exemplares de castanheiros. As ramadas existentes nos terrenos agrícolas deixaram de ser vistas neste lugar. Existe um moinho pequeno. O Monte de Santo António e os lugares de Friães, Devesa, Taím e Frejufe fazem parte de um mesmo ecossistema que se estende sobre as margens da Ribeira de Silva Escura (que se encontra encanada), um dos principais afluentes da Ribeira de Almorode/Ribeira do Arquinho, pelo que pode considerar-se como parte de uma área mais vasta do que aquela que aqui se descreve.
	<b>Relevância social</b>	O lugar é dominado por algumas casas de lavoura, duas delas de grande dimensão. Estão bem restauradas. Existe ainda uma outra casa, muito antiga e em ruínas, escondida da via pública. Na envolvência deste lugar, encontram-se algumas vivendas, desenquadradas do ponto de vista arquitectónico, com as antigas casas rurais. Uma referência histórica ao lugar de Taím: o documento mais antigo referente a Silva Escura é um diploma do ano de 906, que se refere a um contrato de divisão de bens da Igreja de Silva Escura entre os bispos D. Nausto de Coimbra e D. Sismando de Iria. De instituição paroquial anterior ao século XII, Silva Escura era nesta época constituída pelas villas rústicas de Devesa, Friães, Frejufe, Sá, Silva Escura e Taím, todas elas com os respectivos casais, mencionadas nas Inquirições de 1258. O senhorio destas villas pertencia em geral a fidalgos e cavaleiros-fidalgos, e no caso de Devesa e Friães era repartido com aqueles e com o Mosteiro de Santo Tirso e o cónego da Sé do Porto (Pedro Mendes), respectivamente. No lugar de Taím, existem vestígios de uma mamoa, do período neo-calcolítico, com um diâmetro de cerca 2,5 metros de altura e 20 metros de diâmetro, com sinais evidentes de violação com a finalidade de retirar os esteios, o que prova o povoamento antigo desta zona.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Os terrenos agrícolas e casas rurais serão propriedade privada. O núcleo rural de Mandim inclui áreas florestais, segundo a Carta Florestal e a planta de uso do solo do PDM da Maia. Estes terrenos incluem-se em Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional.
	<b>Ameaças à preservação</b>	Está ameaçado pelo abandono/descharacterização da propriedade agrícola e património rural e pela pressão urbanística. No lugar de Taím, existe um projecto já aprovado para a construção de um motel, campos de golfe e vivendas de luxo. Os proprietários agrícolas têm sido pressionados a vender os terrenos e muitos já foram vendidos. As maiores propriedades têm-se mantido intactas, por força das vacarias existentes.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Pretende-se a preservação do valor paisagístico e patrimonial desta paisagem rural e agrícola, através por exemplo do restauro das casas agrícolas, prática da agricultura biológica como forma de manutenção dos espaços agrícolas e naturais.

[Ir para o índice](#)

# Matas da Rua de Friães

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Fernando Dionísio e Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1780
Nome do espaço	Matas da Rua de Friães
Freguesia	Silva Escura
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,25; -8,57. Rua de Friães ou Zona Industrial de Friães

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural
Área aproximada	43,8 ha
Descrição do espaço	<p><b>Importância ecológica</b></p> <p>A freguesia de Silva Escura foi, no passado, uma densa zona florestal, com predominância para o pinheiro e o castanheiro, como demonstram o seu brasão e o topónimo - “Silva” tem o sentido antigo de “bosque”, aludindo o adjectivo “Escura” à densidade da cobertura vegetal. As matas da Rua de Friães ficam situadas no sopé do Monte de Santo António e faria parte primitivamente do mesmo espaço natural. A vegetação hoje predominante inclui o pinheiro-bravo e o eucalipto, nas imediações de uma zona residencial e outra industrial. Friães tem também várias áreas de campos onde se pratica a agricultura tradicional. Os castanheiros abundam nas cercas limite dos campos e outras folhosas existem nos extremos das bouças. São abundantes os coelhos-bravos. As bouças de Friães são uma vasta área verde contínua em direcção a Folgosa, a Leandro (S. Pedro de Fins) e a Taím. Em Friães, nasce um regato que conflui em Taím com outro, formando o Ribeiro da Devesa, tributário da Ribeira da Silva Escura, esta por sua vez afluente do rio Almorode/Ribeiro do Arquinho que é dos principais afluentes de toda a bacia do rio Leça. O Monte de Santo António e os lugares de Friães, Devesa, Taím e Frejufe fazem parte de um mesmo ecossistema que se estende sobre as margens da Ribeira de Silva Escura,</p>

	um dos principais afluentes da Ribeira de Almorode/Ribeira do Arquinho, pelo que pode considerar-se como parte de uma área mais vasta do que aquela que aqui se descreve.
<b>Relevância social</b>	Este espaço encontra-se na envolverência de uma área residencial, uma zona industrial e da A3. Na povoação de Friães, localiza-se uma casa rural muito antiga (1719). Uma última referência histórica ao lugar de Friães: o documento mais antigo referente a Silva Escura é um diploma do ano de 906, que se refere a um contrato de divisão de bens da Igreja de Silva Escura entre os bispos D. Nausto de Coimbra e D. Sismando de Iria. De instituição paroquial anterior ao século XII, Silva Escura era nesta época constituída pelas villas rústicas de Devesa, Friães, Frejufe, Sá, Silva Escura e Taim, todas elas com os respectivos casais, mencionadas nas Inquirições de 1258. O senhorio destas villas pertencia em geral a fidalgos e cavaleiros-fidalgos, e no caso de Devesa e Friães era repartido com aqueles e com o Mosteiro de Santo Tirso e o cónego da Sé do Porto (Pedro Mendes), respectivamente.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Alguns terrenos são privados. As matas de Friães estão classificadas como “área florestal” na Carta Florestal da Maia e na planta de uso do solo do PDM da Maia. Não integra áreas de REN ou RAN. No Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Concelho da Maia, está previsto para a área que envolve o Monte de Santo António e Friães, o Parque Millenium, na zona de Silva Escura, o qual agregaria campo de golfe, centro polidesportivo, áreas de equipamento comercial e pequenos áreas de bairro e hortas. O arquitecto Javier Rosa idealizou um parque de grandes dimensões, à escala regional, com um conjunto de percursos para a contemplação da paisagem e zonas para desporto informal. Na área de implantação do projecto, destacam-se, por exemplo, a zona recreativa do Monte de Santo António e a parcela do hipódromo. Sublinha-se ainda a hipótese de interligação com equipamentos noutras áreas, como a Quinta da Gruta. Este plano ainda não está em implementação.
<b>Ameaças à preservação</b>	Está ameaçado pela invasão do eucalipto e espécies invasoras, a deposição de lixo, o abate de árvores, o abandono da propriedade agrícola, a pressão urbanística e industrial e os fogos florestais.
<b>Dinâmica local</b>	Desconhecem-se actividades ou associações com dinâmica local.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Propõe-se a manutenção deste espaço como área natural, com a substituição do eucalipto e espécies invasoras por espécies autóctones ou a criação de um parque público, com valências desportivas, à semelhança do previsto no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Concelho da Maia.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Silva Escura poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

# Monte de Santo António

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Fernando Dionísio e Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1787
Nome do espaço	Monte de Santo António
Freguesia	Silva Escura
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,26; -8,58. Estrada Parada/S. Romão do Coronado, na rotunda vira-se à direita em direcção a Friães que fica na encosta do monte. Seguir depois pela Rua João Paulo II.
Limites	

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural
Área aproximada	21 ha
Descrição do espaço	<p><b>Importância ecológica</b></p> <p>A freguesia de Silva Escura foi, no passado, uma densa zona florestal, com predominância para o pinheiro e o castanheiro, como demonstram o seu brasão e o topónimo - “Silva” tem o sentido antigo de “bosque”, aludindo o adjectivo “Escura” à densidade da cobertura vegetal. O Monte Santo António (156 m) situa-se no Lugar da Cavadinha, encontrando-se sobre a linha de cumeada que separa as bacias da ribeira do Arquinho e da ribeira de Leandro que coincide com a linha de separação dos concelhos da Maia e Trofa. O monte encontra-se densamente arborizado, prevalecendo os eucaliptos nesta área fortemente florestada, com a presença de outras espécies vegetais, nomeadamente, exemplares notáveis de sobreiros e carvalhos que se revelam como a vegetação autóctone primitiva. Surgem também mimosas e austrálias, robínias, todas consideradas plantas invasoras em Portugal, e ainda, choupos-negros e abrunheiro-dos-jardins. Para Poente, é possível avistar o centro da cidade da Maia cada vez mais urbanizado através do miradouro. O Monte de Santo António e os lugares de Friães, Devesa, Taím e Frejufe fazem parte de um mesmo continuum natural que se estende sobre</p>

	as margens da Ribeira de Silva Escura, um dos principais afluentes da Ribeira de Almorode/Ribeira do Arquinho, pelo que pode considerar-se como parte de uma área mais vasta do que aquela que aqui se descreve.
<b>Relevância social</b>	Na envolvência do espaço, existe um cruzeiro e a capela de Santo António, um campo de jogos, um parque de merendas, um miradouro e um parque de estacionamento, funcionando actualmente como lugar de culto e lazer assim como para a prática de desporto. Acede-se à capela de Santo António por uma escadaria. A capela está envolvida por um adro pavimentado e delimitado por muro de pedra. Sofreu um incêndio há alguns anos, tendo sido restaurada posteriormente. Actualmente, está a ser alvo de um projecto de requalificação na sua envolvência. O adro constitui um amplo espaço de romaria. No Monte de Santo António, realizam-se as festas a ele dedicadas a 13 de Junho. Adjacente a esta área, existe um hipódromo.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É uma mata de propriedade pública. Está classificado como “área florestal” na Carta Florestal da Maia. Uma ínfima parte do Monte Santo António está incluída em Reserva Ecológica Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	O espaço está ameaçado pela pressão urbanística que tem vindo a ser significativa nas suas encostas, retirando-lhe a sua beleza natural. O abate de árvores e a invasão do eucalipto e outras espécies exóticas invasoras (acácia, austrália, etc.) são também problemas a considerar.
<b>Dinâmica local</b>	Ser lugar de culto e de lazer e espaço para actividades desportivas.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	É um local de potencial interesse turístico que poderia ter melhores infra-estruturas para usufruto da população. A Câmara Municipal da Maia prevê a plantação de diversas espécies autóctones em grande quantidade no Monte de Santo António. O campo de futebol será convertido, a breve prazo, em diversos campos desportivos (ténis, polidesportivo e espaço radical), envolvidos por um talude relvado, aproveitando o acentuado declive natural do terreno, com a função de bancada naturalizada. Será também instalado um parque infantil junto da área pavimentada localizada mais a Poente.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Silva Escura poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

# Núcleo rural de Frejufe

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Fernando Dionísio e Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1920
Nome do espaço	Núcleo rural/agrícola de Frejufe
Freguesia	Silva Escura
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,25; -8,59. Seguir pela EN 14 na direcção Matosinhos/Maia, depois EN 107 na direcção Ermesinde, chegar ao cruzamento com a EN 318-1 e tomar a direcção de Silva Escura, em direcção ao lugar de Frejufe.

Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Quintas e campos agrícolas	
<b>Área aproximada</b>	25 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	A freguesia de Silva Escura foi, no passado, uma densa zona florestal, com predominância para o pinheiro e o castanheiro, como demonstram o seu brasão e o topónimo - “Silva” tem o sentido antigo de “bosque”, aludindo o adjectivo “Escura” à densidade da cobertura vegetal. O núcleo rural/agrícola de Frejufe é uma paisagem rural bastante extensa, desde sempre ligada à actividade agrícola, característica do concelho da Maia. Os campos agrícolas são cultivados com milho e forragem para alimentar o gado. Existem por perto algumas vacarias. O Monte de Santo António e os lugares de Friães, Devesa, Taim e Frejufe fazem parte de um mesmo ecossistema que se estende sobre as margens da Ribeira de Silva Escura (que se encontra encanada), um dos principais afluentes da Ribeira de Almorode/Ribeira do Arquinho, pelo que pode considerar-se como parte de uma área mais vasta do que aquela que aqui se descreve.
	<b>Relevância social</b>	Este núcleo rural inclui várias casas agrícolas, de lavoura, com o tempo descaracterizadas pelos seus proprietários. Só uma mantém a traça original das casas agrícolas deste concelho, porque está abandonada, não tendo sido ainda restaurada. No largo central de Frejufe, existia uma bela presa em pedra de dimensão razoável, povoada por rãs e outros anfíbios e plantas aquáticas, tendo sido destruída. No caminho que liga o largo de Frejufe à igreja de Silva Escura, estendem-se uma série de lotes e urbanizações, com o desaparecimento dos elementos de arquitectura rural maiata. Uma última referência histórica ao lugar de Frejufe: o documento mais antigo referente a Silva Escura é um diploma do ano de 906, que se refere a um contrato de divisão de bens da Igreja de Silva Escura entre os bispos D. Nausto de Coimbra e D. Sismando de Iria. De instituição paroquial anterior ao século XII, Silva Escura era nesta época constituída pelas villas rústicas de Devesa, Friães, Frejufe, Sá, Silva Escura e Taim, todas elas com os respectivos casais, mencionadas nas Inquirições de 1258. O senhorio destas villas pertencia em geral a fidalgos e cavaleiros-fidalgos, e no caso de Devesa e Friães era repartido com aqueles e com o Mosteiro de Santo Tirso e o cónego da Sé do Porto (Pedro Mendes), respectivamente.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Os terrenos agrícolas e casas rurais serão propriedade privada. O núcleo rural/agrícola de Frejufe inclui áreas, agrícolas, florestais e habitacionais, segundo a Carta Florestal e a planta de uso do solo do PDM da Maia. Parte dos campos agrícolas do núcleo rural de Frejufe estão incluídos em Reserva Agrícola Nacional.
	<b>Ameaças à preservação</b>	Está ameaçado pelo abandono/descharacterização da propriedade agrícola e património rural e pela pressão urbanística.
	<b>Dinâmica local</b>	Desconhecem-se actividades ou associações com dinâmica local.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Pretende-se a preservação do valor paisagístico e patrimonial desta paisagem rural e agrícola, através por exemplo do restauro das casas agrícolas, prática da agricultura biológica como forma de manutenção dos espaços agrícolas e naturais.

[Ir para o índice](#)

# Núcleo de Moinhos da Várzea

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Rui Rodrigues

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1777
Nome do espaço	Núcleo de Moinhos da Várzea
Freguesia	Vermoim
Concelho	Maia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,24; -8,60.

### Limites



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural, espaço verde, campos agrícolas	
Área aproximada	13,4 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	O núcleo de moinhos da Várzea é um conjunto de dois moinhos numa zona de várzea (veiga agrícola) e área envolvente com galerias ripícolas, em alguns troços bem desenvolvidas e preservadas, nas margens da Ribeira do Arquinho/rio Almorode que atravessa Vermoim de Norte para Sul. A Ribeira do Almorode, com uma bacia hidrográfica de 33 km <sup>2</sup> e 11 km de percurso, nasce na freguesia de S. Pedro de Avioso (no actual Parque de Avioso) e passa pelas freguesias de Santa Maria de Avioso, Gondim, Barca, Vermoim, Nogueira, Gueifães, Milheirós e Águas Santas, onde vai desaguar no rio Leça. A ribeira de Almorode, ao longo do seu percurso, toma o nome das localidades por onde passa. Assim, as populações locais conhecem-na como o rio do Moutelo, o rio de Calquim, o rio de Porto Bom ou Varredouro, o rio das Levadas e o rio do Arquinho. Segundo relatos de alguns habitantes, esta ribeira encontrava-se cheia de peixes há 40 anos atrás, que foram desaparecendo devido a descargas feitas por algumas indústrias. A ribeira, ainda hoje bastante poluída, mantém, mesmo assim, uma boa galeria ripícola, composta essencialmente por amieiros e salgueiros. Nas margens da linha de água existem baldios com vegetação rasteira e terrenos agrícolas seguidos de manchas

	de eucaliptais. Ao longo de todo o percurso da ribeira, podem ainda encontrar-se carvalhos, sobreiros, choupos, salgueiros-chorões, fetos, tábuas, sanguinhos-de-água, juncos, giestas, tojos, heras e líquenes. Da fauna existente, destaca-se ao longo desta ribeira, a presença de aves como o cartaxo, o chapim, o gaio, o pisco-de-peito-ruivo, o corvo, o melro, a carriça, a pega e o verdelhão; de mamíferos como o coelho bravo; de répteis como o tritão, o lagarto de água e a salamandra; de peixes como o pimpão; de insectos como o alfaiate, a libélula, o saltitão e a borboleta; de anfíbios como a rã-verde e o sapo comum.
<b>Relevância social</b>	Há uma tradição antiga em Vermoim: os mancebos que eram convocados para prestar provas para o serviço militar obrigatório tinham por tradição, na noite anterior à partida, percorrer as ruas da cidade a rufar bombos. A noite terminava, madrugada alta, com um banho colectivo, em pelota, no rio Almorode.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Os terrenos e os moinhos são propriedade privada. Relativamente aos PDM ou outros planos, este núcleo de moinhos está classificado como património municipal a preservar. Este espaço está integrado em Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	As ameaças à preservação do espaço são a poluição da Ribeira do Arquinho e das suas margens e o estado de abandono e degradação dos moinhos. A poluição da água tornou inoperacionais os moinhos. Observa-se ainda a deposição de lixos nas margens e leito do rio.
<b>Dinâmica local</b>	Tem havido algumas campanhas de limpeza do rio Almorode/Ribeira do Arquinho, com a retirada de toneladas de lixo do seu leito e margens, na freguesia de Vermoim.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como possíveis intervenções futuras, sugerem-se a despoluição das margens e do leito da Ribeira do Arquinho, a valorização ambiental da zona, a criação de percursos pedonais e cicláveis, a recuperação dos moinhos com a criação de um (ou vários) centro(s) de interpretação ambiental. Desconhece-se a existência de projectos de recuperação deste núcleo de moinhos pela Câmara Municipal da Maia.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A gestão e conservação do local deveriam ser articuladas entre os proprietários e a Câmara Municipal da Maia. A dinamização do espaço poderia ser da responsabilidade da Câmara Municipal da Maia e da Junta de Freguesia de Vermoim e das escolas do concelho, através de acções de educação ambiental.

[Ir para o índice](#)

# Parque dos Maninhos

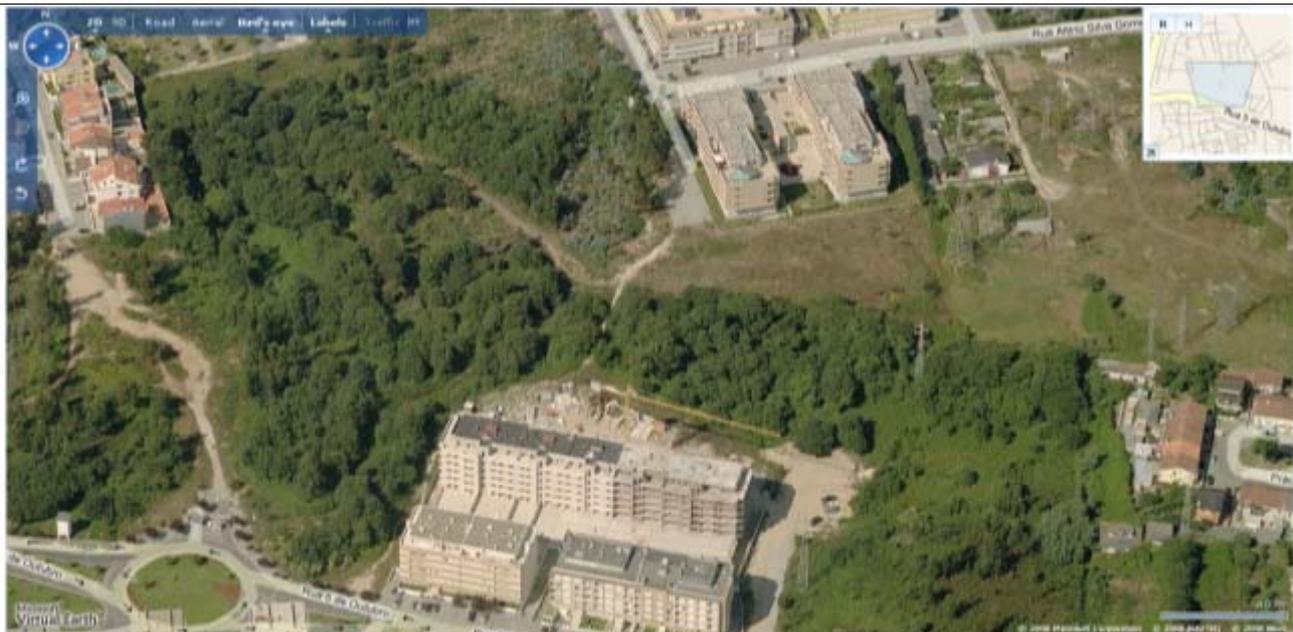
## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Joana Gomes Campos
<b>Espaço proposto por</b>	Câmara Municipal da Maia

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1914
<b>Nome do espaço</b>	Parque dos Maninhos
<b>Freguesia</b>	Gueifães
<b>Concelho</b>	Maia
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,23; -8,61. EN 14 direcção Sul/Norte - 1ª entrada para a Maia - direcção Rotunda do Lavrador - seguir pela Rua 5 de Outubro - na direcção do Lugar dos Maninhos. Tem uma entrada seguindo pela Rua São Romão e na rotunda virar na 1ª rua à direita (rua de Fernando Almeida). A Norte, Rua de Fernando Almeida; a Este, Rua Manuel Gonçalves Ramos; a Sul a Rua 5 de Outubro.

## Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Área Natural, Espaço Verde.	
<b>Área aproximada</b>	12,4 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	O Parque dos Maninhos, actualmente existente, é uma zona ajardinada com entrada pelas Ruas de Fernando Almeida e Rua de Manuel Gonçalves Ramos, constituída por conjunto arbóreo e atravessada por uma linha de água afluyente ao Ribeiro do Arquinho. Os carvalhos e outra vegetação ripícola predominam como flora mais representativa. Este espaço tem um grande potencial de expansão ou alargamento, inserido numa zona densamente urbanizada.
	<b>Relevância social</b>	Existem dois cafés e um parque infantil no parque.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É propriedade pública. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional nem Reserva Agrícola Nacional. O Parque dos Maninhos está definido como “jardim e parques propostos” e “Área florestal” na carta de uso do solo do PDM da Maia.
	<b>Ameaças à preservação</b>	Destacam-se como ameaças potenciais a pressão urbanística e a poluição das águas do ribeiro.
	<b>Dinâmica local</b>	Foi local para a realização do Vermudi-Festival Cultural de Vermoim em 2006.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como sugestões de intervenções futuras para a preservação deste espaço, refiram-se a valorização ambiental, a despoluição do ribeiro, a criação de um parque de lazer/recreio com usos desportivos, a definição de percursos pedonais e cicláveis e de um parque de manutenção. No estudo previsto para o local (Plano de Pormenor) ainda é considerada para esta área a criação de hortas pedagógicas e o tratamento da linha de água.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Maia, a Junta de Freguesia de Vermoim, a Quercus e a Lipor poderiam ser parceiros na preservação deste espaço depois de intervençionado.	

[Ir para o índice](#)

# Matosinhos

# Zona rural do Monte Espinho

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Miguel Barbosa

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1927
Nome do espaço	Zona rural do Monte Espinho
Freguesia	Leça da Palmeira
Concelho	Matosinhos
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,21; -8,69. Perto do Complexo Desportivo da Bateria, da Petrogal e do lado oposto ao Ikea no IC1 (depois do bairro social).



## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Campos agrícolas, área natural	
Área aproximada	7,9 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	Este é uma área ainda agrícola e verdejante, talvez o único espaço rural de Leça da Palmeira, entre a densa envolvente urbana, rodoviária e industrial do local. Tem alguns campos agrícolas, abandonados, com pastagens para o gado (sobretudo ovino e caprino) que por vezes ali apascenta. Em termos de vegetação arbórea, existem algumas bouças na bordadura dos campos agrícolas, com a predominância de pinheiros-bravos e eucaliptos.
	Relevância social	A urbanização do Monte Espinho tem vindo a crescer exponencialmente nos últimos anos, em parte devido ao crescimento da área industrial envolvente, relacionada com a Petrogal, a Exponor e a instalação de armazéns e outras empresas, e a exploração da área comercial, potenciada com a instalação da IKEA e de um novo centro comercial.
	Direitos de propriedade e condicionamentos dos planos de ordenamento do território	Uma pequena parte dos terrenos agrícolas estão incluídos em Reserva Ecológica Nacional. Na carta de Ordenamento do PDM de Matosinhos, esta área está classificada como residencial e de serviços de armazenagem. Há uma área verde muito pequena, quase vestigial, comparada com a actualmente existente.

<b>Ameaças à preservação</b>	A ameaça mais urgente e mais significativa é a pressão urbanística e industrial para construção de habitações, indústrias, armazéns e superfícies comerciais, dada a facilidade de transporte e acessos rodoviários.
<b>Dinâmica local</b>	Existe um núcleo provisório da Amnistia Internacional na Urbanização do Monte Espinho, em Matosinhos, que tem como visão promover a investigação e acção destinadas à prevenção e combate dos graves abusos à integridade física e mental, à liberdade de consciência e de expressão, sobre o direito à não discriminação, no contexto de uma promoção de todos os direitos humanos.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Este espaço deveria ser mantido nas suas actuais dimensões, como espaço livre de construção numa zona já por si excessivamente urbanizada e industrializada, servindo de corredor ecológico para a fauna e flora locais. Poderia ser mantido através de iniciativas de promoção da agricultura tradicional como as hortas biológicas.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Matosinhos e a Junta de Freguesia de Leça da Palmeira podem ser parceiros na preservação deste espaço, sobretudo mantendo o seu estado natural como corredor ecológico, evitando a potencial construção e consequentemente, a sua destruição e perda irreversível.

[Ir para o índice](#)

# Espaço centoecatorze

## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Ana Filipa Almeida
<b>Espaço proposto por</b>	Joaquim Torcato da Silva Pombal

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1929
<b>Nome do espaço</b>	Espaço centoecatorze
<b>Freguesia</b>	Leça do Balio
<b>Concelho</b>	Matosinhos
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,21; -8,63. Rua D. Frei Lourenço Esteves de Goyos, 114, 4465-672 Leça do Balio (próximo dos Bombeiros)

<b>Limites</b>	
----------------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Campo agrícola, Quinta, Espaço verde	
<b>Área aproximada</b>	2,3 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	<p>O Espaço Centoecatorze, para além da sua vocação como espaço de criação e promoção artístico, engloba uma área verde com um lago (piscina biológica), uma horta biológica e uma estação de tratamento através de plantas (ETAP). A necessidade de reciclar as águas do atelier e não poluir os solos, assim como ter um espaço de lazer onde a água isenta de químicos é condição primordial, levou ao contacto com Claudia Schwarzer, arquitecta paisagista e Udo Schwarzer, biólogo - pioneiros em Portugal neste tipo de projectos. A tecnologia da ETAP faz uma verdadeira reciclagem de todas as águas usadas no atelier e residências ligadas a este espaço. Assim, quando a água volta ao meio natural não compromete as utilizações posteriores, aproveitando-se para fins de rega. Com a abundância de água e a erradicação de adubos químicos e pesticidas na agricultura, a vida neste meio tornou-se muito rica favorecendo o reaparecimento de espécies de fauna como mochos, corujas, rãs, tritões, ouriços-cacheiros, pirilampos, borboletas, para além de uma fauna ornitológica muito rica. Para esta biodiversidade, contribuem também muitas espécies arbóreas e arbustivas, como a faia, o salgueiro, o ginkgo, o castanheiro, a ameixoeira, a macieira, a pereira,</p>

	a oliveira, o loureiro, o azevinho, o carvalho, o choupo, entre dezenas de outras.
<b>Relevância social</b>	É um lugar de sensibilização e fruição da ecologia, para além de um espaço de criação e promoção artística.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É propriedade privada de Joaquim Pombal (proponente do espaço). O espaço propriamente dito não está incluído em Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional, mas encontra-se próximo de terrenos abrangidos por estes estatutos de protecção, localizados junto ao Rio Leça. Segundo o proponente, no PDM de Matosinhos está projectada uma rua que divide a propriedade favorecendo no seu entender futuramente a investida quer dos privados, quer da expropriação por entidades oficiais para construções de carácter público. Nos anos 80, houve a ameaça da expropriação deste espaço para a construção de um equipamento camarário que acabou por ser construído em terrenos abandonados em zona habitacional, salvando assim este reduto de vida natural e agrícola.
<b>Ameaças à preservação</b>	Segundo o proponente e proprietário do espaço, existe a ameaça da construção de um novo arruamento, o que potencia a especulação imobiliária para o local.
<b>Dinâmica local</b>	O Espaço Centoecatorze, sendo um espaço para criação artística, é um projecto multifacetado que tem como missão acolher, procurar parcerias e desenvolver projectos artísticos. O espaço exterior está vocacionado para receber instalações, performances, concertos ou outras formas de expressão artística respeitando todo o ambiente natural envolvente. Em baixo, encontra-se um panfleto de divulgação de oficinas de cerâmica, escultura e azulejaria, promovidas pelos proprietários do espaço, o qual se pode encontrar em <a href="http://centoecatorze.blogspot.com/">http://centoecatorze.blogspot.com/</a> .
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	O Espaço Centoecatorze deveria ser alvo de uma valorização ambiental, com a definição de percursos pedonais e cicláveis, a criação de uma quinta pedagógica ou de um centro de interpretação ambiental, com incentivo à prática da agricultura biológica desenvolvida pelos seus proprietários. Este espaço poderia ser alargado aos terrenos circundantes que se encontram livres.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Matosinhos, a Junta de Freguesia de Leça do Balio e os proprietários poderiam constituir-se como possíveis parceiros na gestão e preservação do espaço, envolvendo ainda as escolas do concelho e associações locais interessadas nas iniciativas de educação ambiental (por exemplo, a Associação dos Amigos do Rio Leça). O interesse dos proprietários é evidente porque foram também eles os proponentes do espaço manifestando a sua preocupação “pela protecção deste ambiente natural com um elevado grau de biodiversidade e que ao mesmo tempo serve de acolhimento a várias actividades humanas, nomeadamente a agricultura biológica e a componente artística e cultural.”

[Ir para o índice](#)

# Envolvente do Largo da Ermida em S. Mamede de Infesta

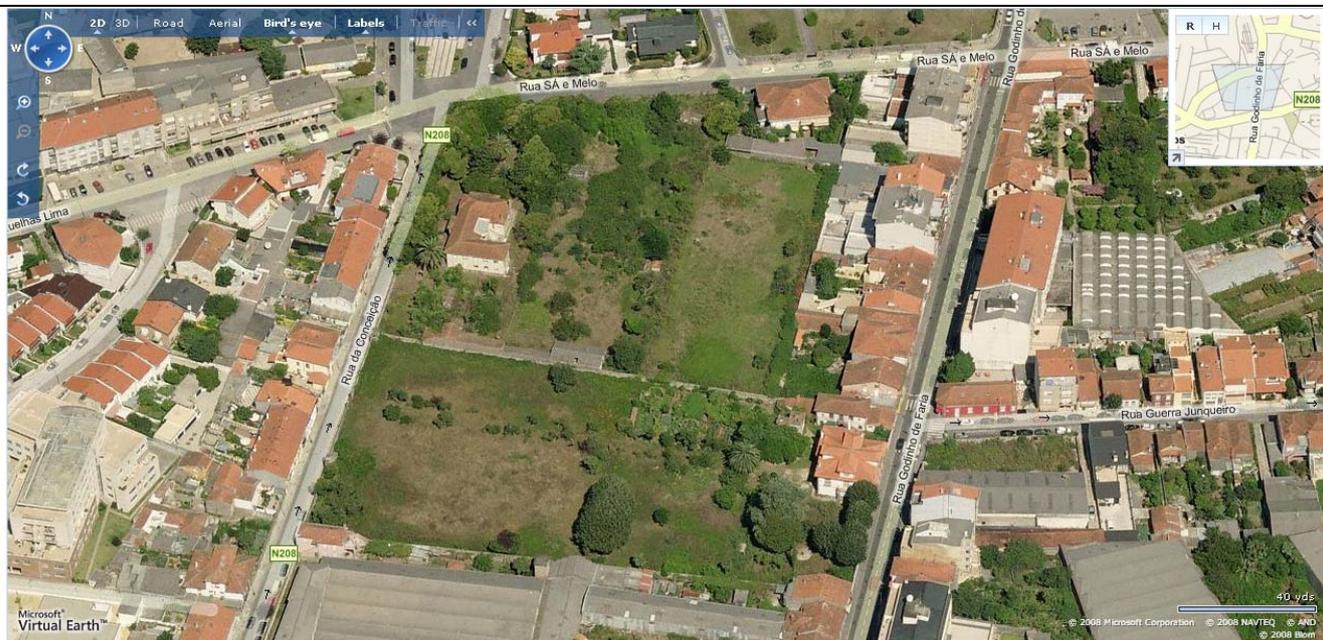
## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Vítor Quelhas

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1935
Nome do espaço	Envolvente do Largo da Ermida em S. Mamede de Infesta
Freguesia	S. Mamede de Infesta
Concelho	Matosinhos
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,20; -8,61. Largo da Ermida

### Limites



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Jardim privado, quinta agrícola, espaço verde	
Área aproximada	2,2 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A paisagem rural e agrícola é muito interessante na envolvência do largo da Ermida, com antigas quintas agrícolas e jardins.
	Relevância social	A proposta inclui vários espaços na envolvente do Largo da Ermida em S. Mamede de Infesta: um jardim e capela, presumivelmente do séc. XVII; um palacete do início do séc. XX onde actualmente funciona o Externato de S. Mamede (antigo Colégio Lúmen - S. Mamede), e respectivo jardim; a quinta designada por Quinta do Marques Pinto, sita no lado Norte do Largo da Ermida e que inclui um palacete dos finais do séc. XIX/início do séc. XX (300 m <sup>2</sup> ); e a quinta designada por Quinta do Eduardinho, sita no lado sul do Largo da Ermida (300 m <sup>2</sup> ). As quintas e o palacete têm interesse arquitectónico a preservar. A existência do Largo da Ermida induz a interpretações equívocas quanto à designação da Vila e da Capela que nele existe. Na Ermida, existe hoje a Capela de Nossa Senhora da Conceição que se julga datar de 1643 e que as "Memórias Paroquiais de 1758" dizem pertencer ao "Venerando Balio de Leça, a qual reedificaram os moradores à sua custa", tendo sido reconstruída em 1804 e foi Igreja Matriz durante a edificação da Igreja actual. A festa celebra-se no dia 8 de Dezembro. É um templo de fachada setecentista e torre

	(posterior) a destoar. Nas traseiras, está um jardim admirável, recanto repousante, com «chalets» das férias do tempo do paraíso dos subúrbios. Daqui partem várias ruas a explorar. Na entrada da Rua da N.ª. S.ª. da Conceição, encrustado num muro, pode ver-se o cruzeiro de 1717, com a legenda: “Bendito e Louvado o Santo Sacramento”. À direita da ermida, sai a Rua da Estrada Velha, descendo através de muros até Leça do Balio, com alguns dos últimos campos de S. Mamede e fábricas a romper a paisagem. Esta estrada é trecho da via romana de Lisboa a Braga que atravessava S. Mamede e que ligava à Arca D’Água, no Porto, por um caminho aberto em 1808. O Largo da Ermida é, apesar de tudo, um mosaico de arvoredos, quintais e quintas.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Este espaço não está incluído em Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional. Na carta de Ordenamento do PDM de Matosinhos, a área está classificada como residencial e de equipamentos (do futuro Parque Recreativo e Desportivo Nascente).
<b>Ameaças à preservação</b>	A ameaça mais premente, em função da classificação do PDM de Matosinhos, é a pressão urbanística para construção de mais habitações e equipamentos, o abandono das propriedades agrícolas, a degradação do património construído e do seu interesse cultural.
<b>Dinâmica local</b>	A Associação Académica de S. Mamede de Infesta teve a sua origem numa das quintas do Largo da Ermida.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Este espaço deverá manter as suas características rurais e agrícolas, importantes para manter o equilíbrio da paisagem, numa zona em expansão urbana crescente. A preservação do património rural construído é também um objectivo a ter em conta neste núcleo rural.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Matosinhos, o IPPAR e a Junta de Freguesia de S. Mamede de Infesta poderão ser parceiros na preservação da envolvente rural do Largo da Ermida, evitando a construção nesta área ainda com características rurais e património edificado a preservar.

[Ir para o índice](#)

# Espaço verde abandonado em S. Mamede de Infesta

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Daniel Carvalho
Espaço proposto por	Nuno Ricardo Carvalho Matos de Almeida

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1900
Nome do espaço	Espaço verde abandonado em S. Mamede de Infesta
Freguesia	S. Mamede De Infesta
Concelho	Matosinhos
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,19; -8,63. Localiza-se no sentido Monte dos Burgos - Padrão da Légua, do lado direito a seguir ao Lidl. A área é delimitada a Sul pela Estrada da Circunvalação, a Este por um conjunto de casas alinhadas pela Rua de Oliveira de Gaio, a Norte pela linha de caminho de ferro do Porto de Leixões e a Oeste, pela Rua de Silva Brinco e um aglomerado de casas.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Campos agrícolas, espaço verde	
Área aproximada	2,9 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	Trata-se de uma área dividida por três ou quatro proprietários, antigos lavradores, a nascente e a poente da Rua de Santo António. Rodeada por um imenso dormitório, é dos poucos locais onde ainda impera algum verde, ainda que ao abandono. Nos últimos anos, aquela área tem sido alvo de construção desenfreada. Situado numa zona que até aos anos 70/80 viveu da exploração agrícola (sobretudo plantação de batata), inclui ainda algumas casas de lavoura em sinais do passado rural. Sem fauna ou flora significativa, trata-se de um espaço bastante extenso com uma localização privilegiada. Parte dos terrenos são atravessados pela Ribeira de Picoutos, regularizada em muros de cimento.

<b>Relevância social</b>	<p>A linha de comboio delimita a zona e funciona apenas para transporte de mercadorias para o Porto de Leixões. Existem muitos planos de aproveitamento desta linha para transporte de passageiros. Algumas delas propõem que o metropolitano aproveite o canal. A linha outrora serviu para transporte de passageiros. Perto do local (a Oeste, junto à rua da Estação) existe uma antiga estação. Na parte Noroeste, existe uma zona rural com casas, caminhos de terra e muros de pedra.</p> <p>A zona de S. Mamede de Infesta era rica em gado vacum, devido às boas pastagens que os vários ribeiros que entrecortavam a freguesia regavam. Estes ribeiros também serviam para outra das actividades, típicas das mulheres de S. Mamede de Infesta: as lavadeiras.</p> <p>A Ribeira de Picoutos nasce algures no monte de Lamas, um outeiro portuense a crescer pela travessa e Rua de Lamas, pela Ruas Fonte do Outeiro, Honório de Lima, Júlio de Matos e Rua do Salgueiral. Tem vários nomes, dependendo por onde passa. Em Paranhos, rego das Consortes, em S. Mamede de Infesta, ribeiro de Picoutos e em Leça do Balio, ribeiro dos Queirões. Pelo caminho, recebe as águas do Ribeiro das Avessas. Na Ribeira de Picoutos, existiram vários e antigos moinhos.</p> <p>Apenas um cumpre hoje a sua missão. Muito bem conservado, aproveita a água do ribeiro para moer o grão que é consumido exclusivamente pelos seus donos.</p> <p>Uma referência ainda à capela de Santo António do Telheiro na envolvência deste espaço verde. Situa-se no largo do mesmo nome no Lugar do Telheiro está associada à lenda que assinala a passagem de Santo António por aquele local. Também nesse local se realizam as festas anuais ao Santo António do Telheiro que são das mais importantes que se realizam em S. Mamede de Infesta. Prolongam-se por mais de uma semana e decorrem no princípio do mês de Setembro.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	São terrenos privados. Não estão classificadas como REN ou RAN.
<b>Ameaças à preservação</b>	Estes terrenos estão ameaçados pelo abandono da prática agrícola, poluição das águas do Ribeiro de Picoutos (com efluentes de curtumes e efluentes domésticos sem tratamento), deposição ilegal de lixos e intensa pressão urbanística na sua envolvência.
<b>Dinâmica local</b>	O local já foi visitado por escolas em actividades de educação ambiental.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	A dimensão do espaço em causa e a proximidade a zonas densamente urbanizadas, assim como a existência de uma ribeira, tornaria interessante o desafio de recuperar o espaço como zona verde de proximidade para actividades de lazer, associado a um eco-museu ou agro-museu, incentivando a prática da agricultura biológica.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Matosinhos e a Junta de Freguesia de São Mamede de Infesta poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço, depois de intervençionado.

[Ir para o índice](#)

# Zona agrícola em S. Mamede de Infesta

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Pedro Macedo

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1665
Nome do espaço	Zona agrícola em S. Mamede de Infesta
Freguesia	S. Mamede de Infesta
Concelho	Matosinhos
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,19; -8,61.





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Campos agrícolas, espaço verde	
<b>Área aproximada</b>	64,5 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	Esta proposta inclui os campos agrícolas a nascente e poente da Rua de Santo António do Telheiro, entre a linha de caminho de ferro e a Rua das Flores. É uma extensa área de campos agrícolas atravessada pela ribeira de Picoutos com potencial para se transformar num grande espaço verde, e localização privilegiada entre as cidades do Porto e Matosinhos numa área com elevada densidade populacional, podendo funcionar como corredor ecológico. Pode ali observar-se um grande número de aves.
	<b>Relevância social</b>	Antigamente, era um lugar de características rurais e agrícolas muito tradicionais, com quintas, campos e gado a pastar nas margens do ribeiro de Picoutos, onde em tempos se lavava roupa e que provocava grandes inundações. Hoje, o ribeiro foi encanado e a vegetação das margens arrasada, os campos estão encolhidos, quase todos abandonados e com várias ocupações "clandestinas". Situada no Largo do mesmo nome no Lugar do Telheiro está associada à lenda que assinala a passagem de Santo António por aquele local. Também nesse local se realizam as festas anuais ao Santo António do Telheiro que são das mais importantes que se realizam em S. Mamede de Infesta. Prolongam-se por mais de uma semana e decorrem no princípio do mês de Setembro. Por aquele lugar, passava a estrada do Porto no caminho da Ermida (também em S. Mamede de Infesta). Diz a lenda que no sítio - sob um telheiro - dormiu Santo António em peregrinação. Primeiro, fizeram-lhe um nicho; depois, em 1788, construíram um templo, interessante, cuidado, revestido de azulejo e rodeado por um ambiente lembrando o bucolismo de outros tempos.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Estes terrenos agrícolas estão incluídos em Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional. Na carta de Ordenamento do PDM de Matosinhos, a área está classificada como de interesse arquitectónico/paisagístico.
	<b>Ameaças à preservação</b>	As ameaças são a pressão urbanística para construção de mais habitações e equipamentos na envolvente, o abandono das propriedades agrícolas e a poluição/degradação do leito e margens da Ribeira de Picoutos, provocados pela descarga ilegais de efluentes domésticos e industriais.
	<b>Dinâmica local</b>	O local já foi alvo de visitas escolares para sensibilização ambiental (nas margens do Ribeiro de Picoutos), a 9 de Maio de 2008, no âmbito do Projecto "Rios de Portugal", com alunos do 5º ao 8º ano da Escola Básica de Maria Manuela de Sá.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Este espaço deverá manter as suas características rurais e agrícolas, importantes para manter o equilíbrio da paisagem, numa zona em expansão urbana crescente. Existe a ideia para uma intervenção municipal junto às margens do Ribeiro de Picoutos, transformando uma zona que é, actualmente, profundamente degradada, que tem, hoje, problemas ambientais a resolver, num futuro parque de lazer. Será também importante a criação de um eco-museu ou centro de educação ambiental, com actividades regulares, para a sensibilização da população para a preservação daquele ecossistema.	

[Ir para o índice](#)

# Estrada da Circunvalação

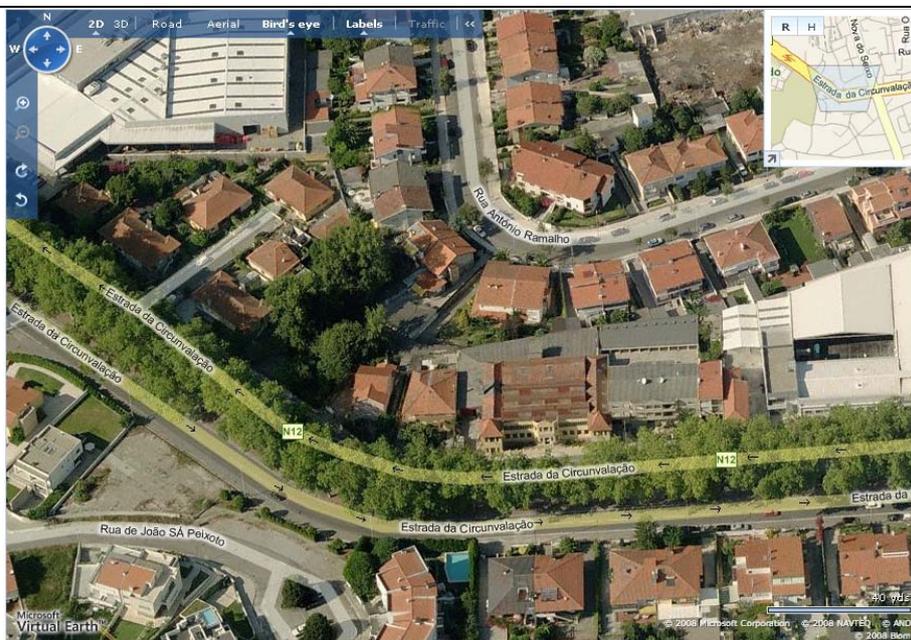
## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Jorge Braga

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1488
Nome do espaço	Estrada da Circunvalação
Freguesia	Aldoar, Paranhos, Ramalde, Campanhã (1), Matosinhos, Senhora da Hora, Custóias, S. Mamede de Infesta (2), Águas Santas (3), Ermesinde (4), Rio Tinto (5)
Concelho	Porto (1), Matosinhos (1), Maia (3), Valongo (4) e Gondomar (5)
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,18; -8,63.

### Limites



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Espaço verde	
Área aproximada	123 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Estrada da Circunvalação (EN12) é uma via de comunicação fundamental para a cidade do Porto e abrange um percurso de 16 km. Na maior parte do seu percurso serve de fronteira terrestre entre o Porto e os concelhos de Matosinhos, Maia, Valongo e Gondomar. É uma estrada com intenso tráfego automóvel, acima da capacidade de circulação para que foi projectada. Entre as faixas de rodagem em sentidos diferentes e os passeios, existem alguns exemplares arbóreos a preservar, servindo de pulmão verde e cortina arbórea a esta via estruturante. São espaços que devem ser mantidos para manter a coesão, a sobrevivência e a continuidade das espécies verdes existentes deste corredor ecológico, simultaneamente rodoviário, ao longo dos seus 16 km de extensão.
	Relevância social	A estrada da Circunvalação nasceu no final do séc. XIX na fronteira do Porto como barreira fiscal para salvaguarda do pagamento dos impostos municipais sobre alguns produtos de consumo para a população. No entanto, a ideia de construção de uma "circunvalação da cidade para melhor e mais fácil arrecadação dos direitos dos consumos" data de 1847. É expressa num decreto da "junta provisória do Governo Supremo do Reino". Reza a história, imortalizada

	<p>nas páginas do livro "As Barreiras da Cidade do Porto", de autoria do capitão Paulo Emílio de Figueiredo Garcia, que o Governo e a Câmara do Porto celebraram, a 20 de Dezembro de 1888, um "contrato provisório" para a construção da Estrada da Circunvalação - o contrato foi rectificado em Fevereiro de 1889. Assim, a autarquia contraiu um empréstimo de 400 contos para executar a nova via, ficando com o direito de cobrar impostos municipais naquela estrada que se prolongava de Campanhã até à frente marítima, a norte do Castelo do Queijo. A obra só ficou concluída no final de 1897. A nova estrada ladeava um "largo fosso ou vala, com extensão de 16,345 metros, cavado em volta da cidade, com o objectivo de dificultar o contrabando das mercadorias sujeitas a imposto". Com o passar dos anos, a tributação de impostos cessou, o fosso desapareceu e a estrada foi sofrendo alterações. Apesar de fortemente ocupada por habitações, fábricas e outros equipamentos, não perdeu ainda uma vocação de fronteira do Porto, em relação aos concelhos vizinhos.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>Segundo a carta de hierarquia rodoviária do PDM do Porto, concelho com maior área territorial atravessado pela Estrada da Circunvalação, esta encontra-se classificada como "eixo urbano estruturante e de articulação Intermunicipal". Segundo a carta de condicionantes do mesmo documento, atravessa várias zonas de protecção, sobretudo do Hospital da Prelada e do Quartel do Viso. Existem algumas matas de sobreiros na envolvente da Circunvalação e do Parque da Cidade, no limite com o concelho de Matosinhos. A carta de qualificação do solo define esta via estruturante como parte do sistema de circulação e mobilidade, atravessando áreas de diferente tipologia. Os espaços verdes ao longo da via não foram considerados para classificação no PDM do Porto e PDM de Matosinhos. Desconhecem-se as disposições relativas a outros PDMs (Valongo, Gondomar, Maia).</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>As ameaças são a poluição do ar e do solo que afectam a sobrevivência das espécies arbóreas existentes, o estacionamento desregrado, a intensificação do tráfego rodoviário, o corte de árvores, a deficiente manutenção e limpeza da vegetação e a construção excessiva em torno desta via estruturante dos concelhos por ela atravessados.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>A Estrada da Circunvalação foi convertida em pista para o Grande Prémio do Porto-Circuito da Boavista, em 2005, resultando no abate de algumas árvores. Em 2007, a Junta Metropolitana do Porto (JMP) abriu um concurso público para a requalificação da Estrada de Circunvalação e solicitou candidatura a fundos europeus do QREN (Quadro de Referência e Estratégia Nacional) a intervenção nesta via. Em Abril de 2007, foi assinado com a Sociedade Barbosa e Guimarães Lda. o contrato de prestação de serviços para a coordenação do projecto e dos trabalhos de reabilitação da Estrada da Circunvalação, tendo por base uma filosofia que promova a requalificação do território e a interconexão dos municípios envolventes desta via estruturante. No âmbito desta acção, em 2008, serão elaborados os cadernos de encargos e lançados os respectivos concursos para a reabilitação de alguns troços da Estrada da Circunvalação nomeadamente os compreendidos entre a Rotunda da Cidade do Salvador e a Rotunda dos Produtos Estrela e respectivas envolventes e o troço do H.G. S. João incluindo as articulações com a rede viária e rede de transportes colectivos, considerando os interfaces intermodais.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>O projecto de reabilitação da Estrada da Circunvalação pretende transformar esta via numa alameda urbana, alterando as suas articulações com a rede viária e a rede de transportes, mas é omissa relativamente ao futuro das espécies arbóreas dispostas em toda a sua extensão. Espera-se que este projecto traga a manutenção/aumento da área plantada com estas espécies, possivelmente com a introdução de mais e variadas espécies autóctones e/ou mais resistentes à poluição automóvel, não se consubstanciando o esperado corte de árvores para justificar novos enquadramentos paisagísticos que este tipo de reabilitação urbana geralmente acarreta, e reforçando o seu papel de corredor ecológico. Sendo esta via de múltipla jurisdição administrativa, julga-se também necessário considerar as espécies vegetais plantadas ao longo da Estrada da Circunvalação, como "áreas verdes de espaço canal" a considerar para efeitos de PDMs.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>O Instituto das Estradas de Portugal, a Área Metropolitana do Porto, as Câmaras Municipais do Porto, Maia, Matosinhos, Valongo e Gondomar são parceiros para a preservação destes espaços verdes sobre a Estrada da Circunvalação.</p>

[Ir para o índice](#)

# Montes Caulinos

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	João Branco

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1653
Nome do espaço	Montes Caulinos
Freguesia	Senhora da Hora e Custóias
Concelho	Matosinhos
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,19; -8,65. Por trás das urbanizações envolventes do Centro Comercial Londres.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural
Área aproximada	10,6 ha
Descrição do espaço	<p><b>Importância ecológica</b></p> <p>Os Montes Caulinos, na Senhora da Hora, são um espaço actualmente abandonado e degradado, resultante da exploração de caulinos que se realizava no Monte de São Gens, um afloramento granítico donde se fez a extracção de cantaria para os molhes do porto de Leixões e que constitui um apreciável jazigo de caulino, principalmente utilizado para o fabrico de porcelana de Vila Nova de Gaia (electrocerâmica) e para a Companhia Anglo-Saxónica de Caulinos. Os resíduos deste material, acumulados junto à exploração, formaram os conhecidos Montes Caulinos (visíveis de muitos pontos da cidade do Porto) e um grande lago artificial e perigoso, que se encontra hoje plenamente urbanizado e em crescente expansão. O lugar do Padrão da Légua, nas proximidades dos Montes Caulinos, era assim chamado por se encontrar a uma légua de distância da cidade do Porto, era até há menos de 20 anos uma zona rural, habitada por grandes lavradores, algumas unidades fabris (curtumes, têxtil) e alguns armazéns que se estendiam ao longo da antiga estrada da Póvoa. Hoje, a prática agrícola praticamente desapareceu e deu lugar a um “dormitório” periférico de cidade de Matosinhos. A par deste incremento habitacional, constata-se o aumento significativo do número de indústrias, no âmbito da electromecânica e construção civil, zonas comerciais e</p>

	outros serviços. Em termos de fauna e flora, os matos são a vegetação mais predominante. Já lá foram vistas raposas.
<b>Relevância social</b>	A exploração de caulinos na Senhora da Hora era no passado uma actividade muito importante para a economia local, atestada pela sua representação na bandeira da freguesia. No passado, foi a maior jazida de caulinos existente em Portugal. Os caulinos são explorados desde o início do século, estando datados os primeiros trabalhos, do ano de 1900, com vista ao seu aproveitamento para aplicação em diversos meios de fabrico de peças de cerâmica, branqueamento de papel e para componentes de produtos industriais. Embora as suas reservas estejam longe de esgotamento, o desenvolvimento urbano da região onde se situa acabou por paralisar a sua exploração. Durante o Cerco do Porto, o Monte de São Gens serviu de posto de observação do estado maior do exército miguelista. Foi daí que o Marechal Bourmont dirigiu contra a cidade o desesperado e badalado ataque de 25 de Julho de 1833.
<b>Direitos de propriedade e condicionamentos dos planos de ordenamento do território</b>	Na planta de ordenamento do PDM de Matosinhos, a área está classificada como área residencial e de equipamentos, com áreas verdes residuais. Os Montes Caulinos não estão integrados em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	As ameaças a este local são a poluição de águas e solos, derivadas da antiga exploração dos caulinos, a intensa pressão urbana e industrial,
<b>Dinâmica local</b>	Para além de ser uma zona densamente urbanizada e com uma dinâmica social muito própria, os montes caulinos encontram-se a poucos metros do Centro Comercial Londres, na Rua do Sobreiro, mesmo perto da estação do metro da Fonte do Cuco. O Centro Comercial Londres é um dos primeiros centros comerciais da zona norte de Portugal, com mais de 25 anos de existência. A Câmara Municipal de Matosinhos está a estudar uma nova centralidade para a zona dos Caulinos, na Senhora da Hora. O Museu de Jazigos Minerais Portugueses, em S. Mamede de Infesta, dá particular relevo à exploração de caulino da freguesia da Senhora da Hora no seu acervo museológico.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Sugere-se a requalificação ambiental e paisagística dos Montes Caulinos, enquadrada na criação de um futuro e extenso parque verde de proximidade, dada a envolvimento numa área urbana e residencial, assim como a criação de um eco-museu ligado à exploração dos caulinos naquela zona.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Matosinhos, a Junta de Freguesia da Senhora da Hora e o Instituto Geológico e Mineiro deverão constituir-se parceiros para a gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

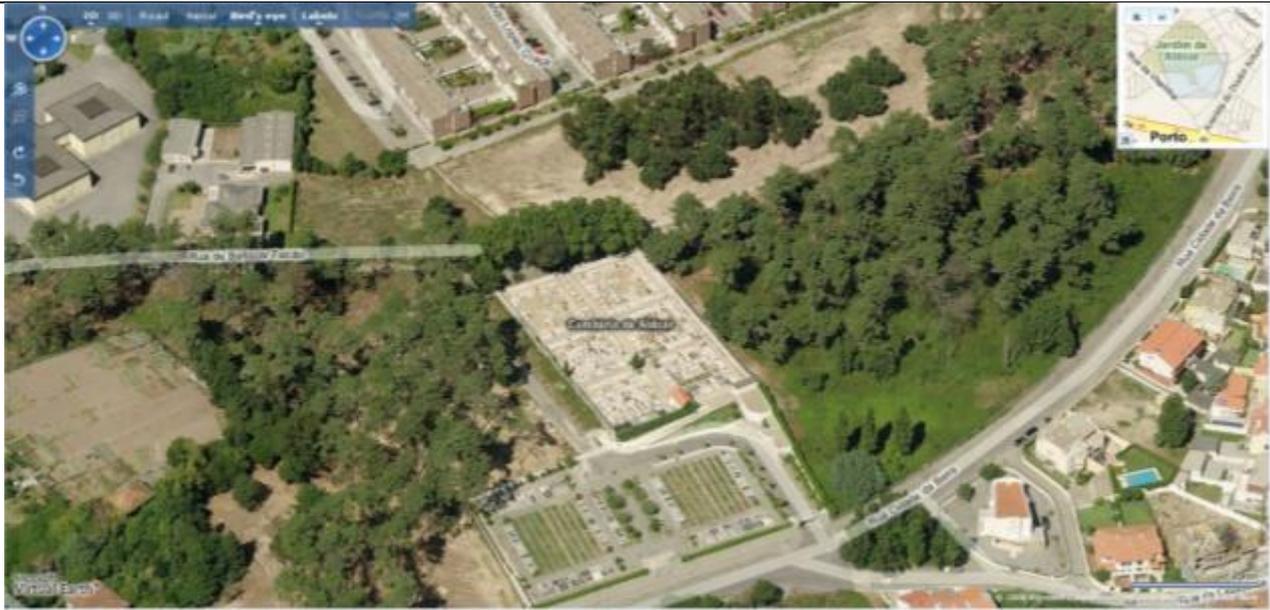
# Porto

# Pinhal de Aldoar

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
Espaço proposto por	Jorge Carvalho

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1447
Nome do espaço	Pinhal de Aldoar
Freguesia	Aldoar
Concelho	Porto
Outras referências	<p>Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,66.</p> <p>Quarteirão onde se localizam o cemitério de Aldoar, a Escola Secundária E.B. 2/3 Manoel de Oliveira e o Centro Isabel Brito e Cunha da APPACDM.</p> <p>Espaço delimitado pela Rua da Vilarinha, partes laterais e traseiras do cemitério de Aldoar, Ruas Cidade da Beira, Moçambique e Robert Auzelle, por um conjunto de moradias inseridas nas Ruas Soeiro Pereira Gomes, Álvaro Ferreira Alves, Fernando Lopes Graça e Teresa de Vasconcelos, pelo Centro Isabel Brito e Cunha da APPACDM, pela Escola Secundária E.B. 2/3 Manoel de Oliveira e pela Rua Baltazar Falcão.</p>
Limites	

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Espaço verde	
Área aproximada	4,3 ha	
Descrição do espaço	<b>Importância ecológica</b>	<p>É um dos últimos testemunhos da zona de floresta que antigamente existia na freguesia de Aldoar e limitrofes. Encontra-se abandonado e em degradação. Não se conhecem espécies de relevância faunística, para além dos passeriformes comuns que aproveitam o local para nidificação.</p> <p>Quanto à flora, existem alguns pinheiros de grande porte e um número reduzido de espécies autóctones e muito antigas como carvalhos, sobreiros, choupos e eucaliptos, assim como cinco plátanos e duas tílias na entrada traseira do cemitério. Não existem outros elementos de paisagem relevantes.</p>

<b>Relevância social</b>	O Pinhal de Aldoar envolvido por uma escola secundária, um centro da APPACDM, um conjunto de moradias e um bairro de habitação social. Não existem elementos arquitectónicos a preservar. Na frente para a Rua da Cidade da Beira, existe uma placa de anúncio de licenciamento de obras. Há vestígios de utilização do local para fins desconhecidos.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismo dos planos de ordenamento do território</b>	Segundo consulta à Junta de Freguesia de Aldoar, não se conhecem os proprietários do espaço, pelo que foi remetida a questão para a Câmara Municipal do Porto. Sabe-se que a família Mata será um dos proprietários do espaço. No PDM do Porto, o Pinhal de Aldoar está definido como “área de equipamento integrada em estrutura ecológica” (carta de qualificação do solo) e com “espécies arbóreas classificadas ou protegidas (mata de sobreiros e sobreiros isolados)” (carta de condicionantes). Não se encontra integrado em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	Nos últimos 20 anos, o espaço tem sido palco de queimadas, por incúria da vizinhança e com fins agrícolas. O espaço encontra-se abandonado e degradado, havendo a deposição de lixos, poda de árvores e invasão de matos. Existe um painel no local com o anúncio da autorização, por parte da Câmara Municipal do Porto, para a construção de um edifício para habitação. A probabilidade de construção de mais edifícios para habitação é grande.
<b>Dinâmica local</b>	Não existem associações ou iniciativas organizadas de preservação e dinamização do espaço, mas ele é utilizado por alguns moradores para jogos tradicionais (cartas, malha, etc.).
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Sendo esta uma zona residencial e de equipamentos escolares e de apoio social, sugere-se a preservação deste espaço como espaço de lazer/convívio e prática desportiva através da valorização ambiental com a criação de jardim público ou «jardim de proximidade», a definição de percursos pedonais e cicláveis, a instalação de um parque desportivo e de manutenção e um centro de educação ambiental.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A existência da Escola Secundária E.B. 2/3 Manoel de Oliveira, do Centro Isabel Brito e Cunha da APPACDM e dos bairros residenciais, poderão ser potenciais dinamizadores de actividades a desenvolver num espaço com dimensão adequada a diferentes utilizações, sejam de carácter recreativo, cultural e/ou de diversas iniciativas amigas do ambiente. A Câmara Municipal do Porto ou a Junta de Freguesia de Aldoar poderão igualmente dar idêntica contribuição para a gestão do espaço.

[Ir para o índice](#)

# Quinta da família Carneiro

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
----------------------	--------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1757
Nome do espaço	Quinta da família Carneiro
Freguesia	Aldoar
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,67. Entrada pela Rua da Vilarinha. Limitada pela Rua da Vilarinha a Norte e Este e pela Rua de Roriz a Norte e a Oeste.

### Limites



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Quinta, Jardim privado	
Área aproximada	2 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	É uma quinta constituída por um jardim arborizado e campo de cultivo em utilização. É um raro e encantador reduto rural. O proprietário não permitiu a visita ao local para identificação da flora e fauna predominantes.
	Relevância social	A Quinta da família Carneiro, conhecida como a Casa Manoel de Oliveira, foi o local de residência do realizador portuense. A casa de habitação, datada de 1939, uma obra maior do modernismo da cidade do Porto, é da autoria do Arqt. José Porto.
	Direitos de propriedade e condicionalismo dos planos de ordenamento do território	É propriedade privada de habitação permanente, pertencente a uma família de apelido Carneiro. Não integra Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. No PDM do Porto, a Quinta da Família Carneiro está classificada como "conjunto de interesse urbanístico e arquitectónico", com "imóveis de interesse patrimonial

	(carta de património), “zona de protecção (ZEP/ZAP) e área classificada ou em vias de classificação” (carta de condicionantes), estando identificada como “Casa na Rua da Vilarinha 431-475/Casa Manuel de Oliveira”.
<b>Ameaças à preservação</b>	Não se identificaram ameaças à preservação do local.
<b>Dinâmica local</b>	Não existem iniciativas de preservação e dinamização do local.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Esta quinta tem sido preservada pela família, sua proprietária, pelo que se não se sugerem intervenções futuras de relevo. No entanto, desconhece-se a existência (possível) de um inventário do património ecológico, histórico e arquitectónico das quintas da cidade do Porto. No caso de existir este inventário, a sua divulgação ao público seria um importante contributo para o turismo local.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Não se sugerem parceiros na gestão e preservação do espaço em questão, para além dos proprietários. A Câmara Municipal do Porto poderia contribuir para a divulgação ao público (por exemplo, através de um inventário das quintas da cidade disponível online no site da autarquia).

[Ir para o índice](#)

# Antiga quinta do Eng. Cunha-Lima

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
Espaço proposto por	Isabel Alves

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1931
Nome do espaço	Antiga quinta do Eng. Cunha-Lima
Freguesia	Campanhã
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,58. Em frente desta quinta, na R. da Lameira de Cima, existe o antigo Quartel da Belavista que outrora pertenceu à GNR. Hoje são instalações da PSP. Entre a R. São Roque da Lameira e a R. da Lameira de Cima. O portão principal está localizado na R. São Roque da Lameira, entre os nºs 1828 e 1860. Existe uma outra entrada sem nº pela R. da Lameira de Cima.



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Quinta	
Área aproximada	1,3 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A quinta do Eng. Cunha-Lima, muito provavelmente um dos seus antigos proprietários, consiste numa propriedade privada com algumas centenas de anos; contudo, encontra-se actualmente em total abandono. Possui no seu interior algumas árvores interessantes nomeadamente um <i>Quercus robur</i> centenário e alguns outros espécimes mais recentes, um <i>Pinus pinea</i> com aproximadamente um século, uma tília de grandes dimensões bem como algumas magnólias, entre outras árvores. Possui um túnel delimitado por japoneiras e ainda um pequeno lago artificial no interior.
	Relevância social	-
	Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território	É propriedade privada mas é desconhecido o seu actual proprietário. No PDM do Porto, está classificada como "área de frente urbana contínua em consolidação" na carta de qualificação do solo, parte da quinta está integrada em "zona de protecção" ao edifício do Quartel General da Bela Vista na carta de condicionantes e em

	“conjuntos de interesse urbanístico e arquitectónico” na carta de património. Não está classificada como REN ou RAN.
<b>Ameaças à preservação</b>	Existe ameaça de preservação desta quinta: a sua urbanização. Na entrada da R. da Lameira de Cima (frente ao nº 248) está afixado um painel/aviso da CMP que informa "Nos termos do DL Nº 555/99 de 16 de Dezembro a CMP torna público que em 06/02/2008 deu entrada um pedido de licenciamento para obras de edificação. Processo Camarário nº 19.227/08/CMP. Projecto em fase de apreciação. A operação urbanística não se encontra licenciada" .
<b>Dinâmica local</b>	Embora a quinta esteja abandonada, a arborização existente é magnífica, vista a partir do exterior.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	É um espaço ideal para exploração como espaço rural. A recuperação/restauração da habitação existente poderia ser destinada à instalação de uma organização com actividade relacionada com o espaço rural e aberta ao público em geral. Numa zona tão degradada da cidade do Porto, como é o caso desta freguesia de Campanhã, seria óptimo para um início de recuperação da freguesia que nos últimos anos tem sido invadida apenas por vias rápidas e desenfreada construção de imóveis que aumentam desmesuradamente a densidade de tráfego e, conseqüente, a poluição.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	As entidades que poderiam contribuir para a gestão do espaço, depois de intervencionado, seriam a Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia de Campanhã.

[Ir para o índice](#)

# Monte do Forte

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Isabel Alves
----------------------	--------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1882
Nome do espaço	Monte do Forte
Freguesia	Campanhã
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,15; -8,57. Beco do Meiral. Este espaço é limitado pelas seguintes ruas: Rua do Meiral, Rua da Granja e Rua 8 de Setembro. Os campos agrícolas entre a Rua 8 de Setembro e o espaço em causa não se encontram incluídos nele próprio.

Limites	
---------	---

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Espaço verde	
Área aproximada	5,1 ha	
Descrição do espaço	<b>Importância ecológica</b>	O Monte do Forte é uma pequena elevação, com vistas para Gaia, Bonfim e Antas, onde se podem encontrar eucaliptos, carvalhos, plátanos e falsas acácias ( <i>Robinia pseudoacacia</i> ) como espécies de flora predominantes, para além do mato em grande abundância. Relativamente à avifauna, podem aqui encontrar-se espécies comuns como pardais, alvéolas brancas, pombos, não havendo qualquer espécie de maior relevo.

<b>Relevância social</b>	A Capela do Forte é o elemento arquitectónico relevante no Monte do Forte. É um pequeno templo, de traça muito simples, edificado entre os finais do século XVIII e princípios do século XIX. Está situado no lugar do Forte, no mesmo local onde esteve sediado um aquartelamento de tropas miguelistas durante o período das guerras liberais que ficou célebre como o Cerco do Porto, razão pela qual é também conhecida por Capela do Forte. Em 1922, os seus bens foram entregues à Confraria do Senhor do Calvário, passando esta instituição a gerir e a promover os serviços e festividades religiosas relacionadas com a capela. A principal festa é a do Senhor da Pedra, que se realiza todos os anos, a 2 de Junho, em honra do Senhor do Calvário, cuja imagem é trabalhada num só bloco de pedra. Esta festa é referida no calendário de festas da Câmara Municipal do Porto. Existe ainda um crucifixo em pedra à entrada da Capela.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	O Monte do Forte é propriedade privada, pertence a uma família que a herdou há relativamente pouco tempo mas que não manifesta qualquer interesse pela manutenção do espaço. A Capela do Forte pertence à paróquia da N. Sra. do Calvário. Não estão definidos quaisquer estatutos de preservação (REN, RAN, Rede Natura) para o local em questão. No PDM do Porto, a área onde se insere o Monte do Forte está classificada como “protecção de espaços naturais” e “áreas verdes de utilização pública” (carta de qualificação do solo), com a existência de “espécies arbóreas classificadas ou protegidas – mata de sobreiros” (carta de condicionantes) e “perímetro especial de protecção arqueológica (PEPA)” e “zona de potencial arqueológico (ZOPA)” (carta de património).
<b>Ameaças à preservação</b>	As ameaças à sua preservação são a pressão urbanística (na encosta Norte, com a possibilidade do alargamento de uma cooperativa habitacional já existente), o estado de abandono e degradação (nomeadamente na encosta Sul, com casas abandonadas), os fogos florestais (na encosta Sudoeste) e a deposição ilegal de lixos.
<b>Dinâmica local</b>	A Junta de Freguesia de Campanhã tem desenvolvido acções de sensibilização junto das escolas relativamente ao património natural da freguesia. No entanto, desconhece-se a existência de acções para este local em específico.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como sugestão de intervenção futura para a sua preservação, seria bastante favorável uma valorização ambiental e do património existente.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A gestão do Monte do Forte pela Câmara Municipal do Porto seria bastante positiva. Embora seja propriedade privada, técnicos municipais têm visitado o local para avaliar a possibilidade de gestão da Câmara Municipal do Porto devido ao seu valor natural, o qual tem sido alvo de muitas pressões.

[Ir para o índice](#)

# Morro das mimosas

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Isabel Alves
----------------------	--------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1659
Nome do espaço	Morro das Mimosas
Freguesia	Campanhã
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,57. Rua S. Roque da Lameira (em frente aos números 71 a 95).

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural, Espaço verde	
Área aproximada	2000 m <sup>2</sup>	
Descrição do espaço	Importância ecológica	O Morro das Mimosas é uma pequena extensão de mimosas na escarpa de um monte, ao longo desta rua muito íngreme, em que apenas existem blocos de habitação em frente. Na flora, predominam as mimosas e na fauna, podem-se encontrar passeriformes comuns como pardais e pombas. Não existe elementos relevantes de paisagem porque o espaço é bastante reduzido, localizando-se no cimo de um muro com cerca de 3 m de altura.
	Relevância social	Este frondoso espaço verde foi durante muitos anos apreciado e regularmente mantido mas agora encontra-se abandonado.
	Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território	É propriedade pública, da Câmara Municipal do Porto. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. O Morro das Mimosas está identificado no PDM do Porto como “área de edificação isolada com prevalência de habitação colectiva” (carta de qualificação do solo), com um “sobreiro isolado” sendo esta uma espécie arbórea protegida (carta de condicionantes).
	Ameaças à preservação	O espaço está abandonado e não tem sido sujeito a qualquer tipo de limpeza. Para além disso, predominam espécies invasoras de flora (mimosas).
	Dinâmica local	Não existem iniciativas de preservação e dinamização do local.

	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Poderia sugerir-se a valorização daquele espaço verde, através da plantação de espécies autóctones, com usufruto da população, funcionando como um jardim de proximidade inserido em zona residencial.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia da Campanhã poderiam constituir-se como parceiros na gestão e preservação do espaço.

[Ir para o índice](#)

# Parque Oriental

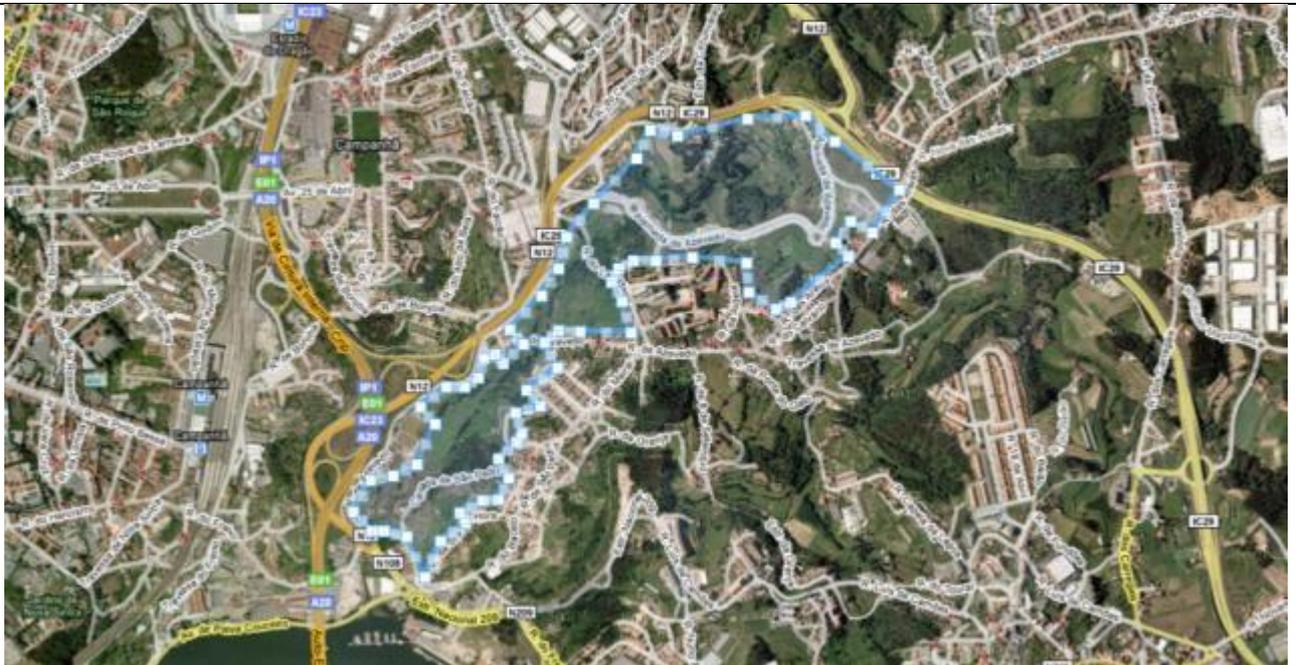
## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Nuno Quental
Espaço proposto por	Luís Miguel Amorim

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1443
Nome do espaço	Parque Oriental
Freguesias	Campanhã
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,57.

Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Espaço verde	
<b>Área aproximada</b>	80 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	Pelo Parque Oriental corre ainda livremente o rio Tinto e subsistem flora e fauna de grande valor ecológico, nomeadamente nas suas margens. Há terrenos agrícolas cultivados, separados por vezes por sebes vivas. Essas valências – únicas numa cidade que entubou quase todos os seus cursos de água, impermeabilizou uma parte significativa dos seus solos e quase baniu a actividade agrícola – deveriam ser cuidadosamente preservadas enquanto factores de diferenciação possuidores de uma identidade própria, conferindo à cidade uma paisagem mais diversa, alegre e estimulante. Existem ainda bosques de sobreiros, espécie protegida por lei.
	<b>Relevância social</b>	A agricultura que ainda é praticada em algumas zonas. A proximidade de áreas residenciais como o Bairro do Lagarteiro faz com que a área seja frequentada por muitos residentes. O parque poderá funcionar como âncora do desenvolvimento da zona oriental do Porto.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Só uma pequena parte dos terrenos é propriedade municipal (cerca de 22 ha). Os restantes são propriedade privada e por isso terão de ser expropriados. No PDM do Porto a maior parte da área está consignada a verde público, exceptuando-se as zonas já urbanizadas (ver figura em baixo).
	<b>Ameaças à preservação</b>	A maior ameaça já concretizada foi a construção da Alameda de Azevedo, que dividiu e segmentou desnecessariamente o parque. Uma análise custo-benefício revelaria que se tratou de uma opção errada, visto que as funções de mobilidade pretendidas poderiam ter sido supridas com um impacte ambiental muito menor. Está ainda prevista a construção da Colectora de Azevedo. Há ainda a referir a construção prevista de vários empreendimentos imobiliários que se destinam a custar parcialmente a criação do parque. Os



		pormenores desta operação são ainda desconhecidos, visto não foi dado seguimento à primeira versão, que previa uma densidade de ocupação excessiva.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	O município do Porto vai avançar durante o ano de 2009 com a criação de uma pequena parte do Parque Oriental (cerca de 10 ha) (segundo notícias divulgadas em Janeiro de 2009). Para os restantes 71 ha não há uma data prevista. No terreno, contudo, as obras não são ainda visíveis.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal do Porto, a Junta de Freguesia de Campanhã e associações cívicas dos bairros do Lagarteiro e do Cerco.

[Ir para o índice](#)

# Quinta da Bouça

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Rui Afonso
Espaço proposto por	Daniel Carvalho

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1711
Nome do espaço	Quinta da Bouça
Freguesia	Cedofeita
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,62. Entre a Rua de Alves Redol, Rua de Cervantes e a linha do Metro (ao lado da estação da Lapa).

Limites	
---------	---

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Quinta	
Área aproximada	3,4 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Quinta da Bouça é constituída na sua totalidade por explorações agrícolas na bacia da Ribeira de Massarelos, onde predominam as hortas e os pastos. De referir que os moldes deste aproveitamento agrícola são nitidamente de agricultura de subsistência dos moradores do perímetro desta Quinta. Não se conhecem espécies de relevância faunística, para além dos passeriformes comuns que aproveitam o local para nidificação. Existe uma palmeira ( <i>Phoenix canariensis</i> ), com relativo interesse de preservação. Encontram-se ali também vários choupos e eucaliptos. O interesse na preservação desta quinta agrícola reside na raridade de espaços com esta tipologia, inseridos numa densa malha urbana que é actualmente a cidade do Porto, sendo necessária para manter a qualidade de vida das populações que nela residem.
	Relevância social	Actualmente a quinta tem uma utilização agrícola. Por ali diz-se passar a antiga galeria que ainda levava a água do reservatório de Arca d'Água para a Praça dos Leões. Quem visitar o local poderá ver as janelas da galeria

	com grades no muro da quinta.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>É propriedade pública, da Câmara Municipal do Porto. No PDM do Porto, este espaço está integrado na UOPG nº 8 - Bouça (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão). Esta UOPG pretende criar uma área verde pública e colmatar o tecido urbano junto da Rua de Cervantes e da Rua de Salgueiros, prevendo a integração e a renaturalização do afluente do rio de Vilar (a Ribeira de Massarelos) que se encontra canalizado ao longo da rua de Cervantes, nos terrenos ainda com uso agrícola propostos para o Parque da Bouça, onde passava o antigo leito. A área destina-se a uma área verde pública central, admitindo-se a construção de habitação colectiva e usos complementares apenas nas suas franjas.</p> <p>A Quinta da Bouça está ainda classificada no PDM do Porto como “área de urbanização especial”, sendo atravessada por uma área de “protecção de espaços naturais”, associada à Ribeira de Massarelos, e integrada em “zona especial de protecção a edifícios públicos não classificados – EP3 Instituto de Reinserção de Menores”. Não está classificada como Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	Encontra-se ameaçada pela pressão urbanística, poluição da água e do solo, abate de árvores, deposição ilegal de lixos e a construção de uma estrada.
<b>Dinâmica local</b>	Não existem actividades ou associações de dinâmica local.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Deveria ser preservada através da despoluição de ribeiros e recuperação das margens, a criação de um espaço verde público e de um percurso pedonal, a instalação de uma quinta pedagógica com o incentivo à agricultura biológica, criação de um parque desportivo e de manutenção e um centro de educação ambiental.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal do Porto, a Junta de Freguesia de Cedofeita, as Águas do Porto e a LIPOR poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

# Quinta de Santo António de Águas Férreas

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
Espaço proposto por	Helena Lopes

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1489
Nome do espaço	Quinta de Santo António de Águas Férreas
Freguesia	Cedofeita
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,62. Localiza-se nas traseiras do Tribunal de Família e de Menores, do edifício do Serviço de Estrangeiros do Ministério da Justiça, da Escola de Formação Profissional Infante D. Henrique e do edifício da chamada tutoria. Defronte a este edifício estão as instalações do Instituto de Reinserção Social. Interior do quarteirão delimitado pela Rua dos Burgães, Rua do Melo, Linha do Metro do Porto e Rua do Barão de Forrester.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Quinta agrícola	
Área aproximada	2,6 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	É uma quinta com origens no séc. XVIII. Tem um denso contexto natural, composto por campos, vegetação, e um ribeiro. Tem ainda um palácio setecentista (classificado como Imóvel de Interesse Público), um jardim e elementos barrocos e neoclássicos. Para além de uma palmeira no pátio do palácio, a quinta encontra-se invadida por matos. Tem denso contexto natural, composto por campos, vegetação e um ribeiro. Existe ainda um chafariz.
	Relevância social	Segundo a "Toponímia Portuense" de Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, a quinta de Santo António da Boavista, chamada das Águas Férreas era assim denominada por ter uma fonte desta água junto aos seus muros. Era assim descrita a localização da fonte nesta quinta: "Está situada na parte externa da quinta que pertence à casa do Visconde de Veiros, [...] fica de plano inferior ao do terreno circumvizinho, num espaço ajardinado e murado, com alguns bancos de pedra destinados para descanso dos doentes e visitantes" (Lopes, 1892, 350). Lopes (1892)

	<p>descreve a análise química desta água férrea e da sua temperatura (20º), feita pelo farmacêutico do Exército Manuel Nepomoceno em 1863, concluído que são “tónicas e reconstituintes e como tal têm sido empregues”. É possível ainda encontrar-se um chafariz dentro da quinta.</p> <p>Actualmente, no espaço delimitado pelas ruas acima referidas, estão instaladas várias entidades públicas designadamente o Tribunal de Família e de Menores, o edifício dos Serviços de Estrangeiros do Ministério da Justiça, a Escola de Formação Profissional Infante D. Henrique e o edifício da chamada tutoria.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	A quinta pertence ao Ministério da Justiça. NO PDM do Porto, está definida como “zona de urbanização especial” e “área de frente urbana contínua em consolidação” na carta de qualificação do solo, como “zona especial de protecção a edifícios públicos” com “linha de água a descoberto” e “antigos leitos de ribeiras” enquadrados no domínio público hídrico na carta de condicionantes do solo.
<b>Ameaças à preservação</b>	Pensa-se que a conversão da quinta no futuro Campus da Justiça do Porto irá preservar os valores de património existente.
<b>Dinâmica local</b>	Não existem actividades ou associações de dinâmica local.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	No âmbito do programa Thémis XXI – Programa de Modernização do Sistema Judicial, a Quinta de Santo António de Águas Férreas será convertida no futuro Campus da Justiça do Porto, com Tribunal Cível, Tribunal Criminal, Registos e Notariado e Instituto Nacional de Medicina Legal, mantendo os edifícios já existentes com remodelação.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	O Ministério da Justiça, a Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia de Cedofeita poderiam ser parceiros na preservação desta quinta.

[Ir para o índice](#)

# Quinta do Monte

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Rui Afonso
Espaço proposto por	Vicente Olazabal

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1591
Nome do espaço	Quinta do Monte
Freguesia	Foz do Douro
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,15; -8,67. Foz Velha, entre a Rua Padre Luís Cabral e a Travessa Alegre. Fica perto da Capela N. Sr.ª da Conceição na R. Diogo Botelho.

Limites



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Quinta	
Área aproximada	1,6 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Quinta do Monte, integrada na Foz Velha classificada como Zona Histórica, é composta por um lindo jardim com árvores centenárias, mas algumas, de há um tempo para cá têm estado a morrer. O jardim dispõe de diversas árvores de grande porte e de espécies nobres, como castanheiros, aceres e tílias. Trata-se do único espaço verde da Foz Velha que ainda não foi destruído, em cujos jardins têm nidificado vários papagaios e periquitos, bem como, ao que parece, um falcão e um gaio. Não se conhecem espécies de relevância faunística, para além dos passeriformes comuns que aproveitam o local para nidificação. Existem várias palmeiras ( <i>Phoenix canariensis</i> ), várias tílias, aceres e castanheiros.
	Relevância social	A Quinta do Monte, do século XVIII mas com origens bastante anteriores, tem uma grande história na Foz Velha, ligada originalmente aos Beneditinos e também ao Castelo da Foz. Pertenceu ao couro de S. João baptista da Foz do Douro, propriedade do Mosteiro Beneditino de Santo Tirso. Conhecem-se todos os foreiros desde 1600 e poucos. Nos finais do séc. XVIII e princípios do séc. XIX, pertencia a um senhor de Guilherme de

	<p>Nassau, do qual era procurador Charles Butler. Os seus herdeiros irão queixar-se dos danos causados pelos bombardeamentos de 1833-34, durante o Cerco do Porto. Foi residência da família de John Alexander Fladgate (1º Barão de Roeda, Comendador da Ordem de Cristo) em meados do século XIX, que ali fixou residência. Já no século XIX, esteve nas mãos dos Bessa Ribas, dos Guedes de Almeida e, finalmente, dos Folhadela (mais concretamente António Folhadela Almeida). Após a morte deste, a quinta foi vendida, desconhecendo-se o actual proprietário. Sobre esta quinta, Pinho Leal, no seu «Portugal Antigo e Moderno», faz algumas referências. Já sobre o Barão de Roeda, veja-se o que diz Charles Sellers, no «Oporto Old and New», e o seu sucessor, no «Oporto Older and Newer». Segundo um descendente do anterior proprietário, existe um túnel que liga a Quinta do Monte à Igreja S. João da Foz. A importância patrimonial do conjunto arquitectónico é muito grande, mas tem sido votado ao abandono.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>A Quinta é privada e tem sido alvo de especulação imobiliária. Já existiram projectos para a total urbanização da Quinta, mas foram travados através da intervenção da Junta de Freguesia da Foz do Douro. Neste momento, há suspeitas de que o mesmo ou outro projecto esteja a ser preparado.</p> <p>Não está classificada como Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional.</p> <p>NO PDM do Porto, está classificada como “Área de Frente Urbana Contínua em Consolidação” (50%) e “Área verde de utilização pública (onde se inclui a casa senhorial)” (50%), na carta de qualificação do solo; como “área classificada ou em vias de classificação” e “zona de protecção ZEP/ZAP”, na carta de condicionantes. A capela de Nossa Senhora da Conceição na envolvente da quinta está em vias de classificação.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>A quinta tem sido ameaçada pela pressão urbanística, abate de árvores e abandono do palacete.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>Não se conhecem actividades ou associações de dinâmica local.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Esta quinta poderia ser intervencionada para turismo rural e espaço verde público, associado à perspectiva de preservação do património natural e histórico da quinta.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>Como possíveis parceiros na gestão e preservação do espaço, sugerem-se a Câmara Municipal do Porto, o IPPAR e a Junta de Freguesia da Foz do Douro.</p>

[Ir para o índice](#)

# Ribeira da Granja

## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Artur Duarte e Rui Afonso
-----------------------------	---------------------------

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1606
<b>Nome do espaço</b>	Ribeira da Granja
<b>Freguesias</b>	Lordelo do Ouro e Ramalde
<b>Concelho</b>	Porto
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,65. Troço de Lordelo do Ouro - acesso pela Rua de Grijó. Troço de Ramalde - acesso pelas Ruas José da Silva Passos, Ramalde do Meio ou D. João Coutinho. Troço de Lordelo do Ouro - adjacente às Ruas de Serralves e Grijó. Troço de Ramalde - adjacente às Ruas José da Silva Passos, Ramalde do Meio ou D. João Coutinho.

<b>Limites</b>	<p>(Troço de Lordelo do Ouro)</p>  <p>(Troço de Ramalde)</p>
----------------	---



### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Ribeira	
<b>Área aproximada</b>	Troço de Lordelo do Ouro: 3 ha; troço de Ramalde: 5 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	<p>A Ribeira da Granja é conhecida por várias designações: Ribeira da Agra, de Ramalde, de Lordelo, de Grijó, do Senhor da Ajuda, de Penoucos, das Ratas, do Ouro e das Naus.</p> <p>Nasce nos Montes Caulinos, em Matosinhos, atravessa o Porto passando pelas freguesias de Paranhos, Ramalde e Lordelo do Ouro, e desagua no rio Douro, junto ao Jardim de António Calém. A bacia hidrográfica desta ribeira ocupa 25% da área do Concelho do Porto, com a extensão total de 6,5 km de linha de água, 80% do seu troço canalizada.</p> <p>Apesar desta ribeira estar entubada em quase toda a sua extensão, apresenta ainda vários troços a descoberto. Um deles fica localizado na freguesia de Lordelo do Ouro e outro em Ramalde.</p> <p>Não existe fauna fluvial porque a Ribeira da Granja encontra-se ainda muito poluída. Existe uma conduta que descarrega ilegalmente efluentes para a ribeira. As aves existentes são maioritariamente passeriformes.</p> <p>Quanto à flora predominante, no troço de Lordelo, do lado nascente, e margem direita existem amieiros, choupos, uma espécie do género <i>Ligustrum</i>, uma nespereira, uma figueira e um pessegueiro. A margem esquerda está interdita, com densa arborização pertencente à urbanização ali existente. No lado poente, não existe arborização e um terço da área apresentada na planta está para construção. No troço de Ramalde, existe uma plantação recente de salgueiros, amieiros e choupos.</p> <p>Têm sido realizados vários estudos sobre esta ribeira desde 2003 e destacou-se um grupo de trabalho da Ribeira da Granja, pela Câmara Municipal do Porto para o início do processo de concretização das ligações dos efluentes industriais aos colectores de saneamento instalados, levado a cabo pelas Águas do Porto, E.M..</p>
	<b>Relevância social</b>	<p>O troço de Lordelo é um espaço abandonado que está a ser tomado para construção de prédios. Os dois socalcos superiores, na margem direita, estão a ser ocupados por materiais de construção civil e iniciaram-se ali escavações. Neste troço, do lado nascente, e na margem direita, existe uma casa sem qualquer valor patrimonial e em ruínas. No lado poente, também na margem direita, existe um açude e uma construção em ruínas que terá funcionado como moinho.</p> <p>O troço de Ramalde teve uma recente intervenção camarária. A margem esquerda é delimitada por quintais de pequenas casas e pelo Bairro Social de Ramalde do Meio; a margem direita é delimitada por um arruamento (R. José da Silva Passos) com moradias de dois pisos e por um espaço onde vai ser iniciada uma construção de edifício urbano, conforme painel de publicitação colocado no local da obra.</p>
	<b>Direitos de propriedade e condicionamentos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>Os terrenos são privados. No PDM do Porto, os troços de Ramalde e Lordelo do Ouro da Ribeira da Granja estão classificados como “áreas verdes de espaço canal”, “protecção de espaços naturais” (carta de qualificação do solo), “leito de cheia”, “presumíveis antigos leitos de ribeiras em aquedutos de águas pluviais” e “linhas de água descobertas” (carta de condicionantes), “espaço verde e imóvel de interesse patrimonial” (Ramalde) (carta de património). Ambos os troços não estão integrados em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.</p>
	<b>Ameaças à preservação</b>	<p>As principais ameaças à preservação do espaço são a especulação imobiliária, a deposição ilegal de resíduos, as descargas de efluentes industriais ilegais (troço mais poluído entre o Bairro do Viso e o lavadouro público de Francos), com conseqüente degradação das águas balneares das praias da Foz do Douro, a deposição ilegal de lixos e o abandono. Estes espaços, quer pela sua beleza, quer pela diversidade que conferem à cidade do Porto, merecem ser salvaguardados da especulação imobiliária, a que estão sujeitos.</p>

<b>Dinâmica local</b>	O Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro - Grupo Ecologista (NDMALO-GE), uma associação ambientalista fundada em 1978 na freguesia de Lordelo do Ouro, tem focado a sua intervenção na sensibilização dos cidadãos para a defesa dos recursos hídricos, e mais concretamente para a defesa da Ribeira da Granja. A associação Campo Aberto tem divulgado comunicados e desenvolvido acções sobre a Ribeira da Granja desde 2002.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como possíveis intervenções futuras, sugerem-se a valorização ambiental e requalificação do leito e margens, despoluição da ribeira, a criação de percursos pedonais e ciclovias, a criação de um parque/jardim ou passeio público e de um centro de interpretação ambiental. Os dois socalcos existentes no lado poente, em cada uma das margens no troço de Ramalde, seriam bons locais para transformação em jardins ou passeio públicos. A empresa Águas do Porto tem empreendido acções já neste sentido, através de intervenções de limpeza e desobstrução para evitar futuras cheias, estando já em progresso a sua despoluição através da instalação de 4500 metros de colectores e pela ligação ao saneamento de cerca de 800 casas já totalmente localizados e referenciados. Brevemente (em 2008) irão decorrer os trabalhos de desentubamento da Ribeira da Granja na zona da Casa do Rio, no ramal que vem da Prelada, de modo a que a ribeira fique a descoberto. Segundo a mesma empresa, estão também previstas intervenções ao nível do tratamento das margens, de modo a criar dois percursos pedonais: um entre a Circunvalação e a estação do Metro de Ramalde (articulando urbanizações, escola e o Metro) e outro a ligar a zona da Boavista ao Douro, incluindo a recuperação de um moinho, na zona de Lordelo, uma belíssima peça patrimonial, histórica e cultural, que urge preservar.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Como possíveis parceiros para a gestão e preservação do espaço, depois de intervencionado, deverão incluir-se a Câmara Municipal do Porto, as Juntas de Freguesia de Lordelo do Ouro e Ramalde e as Águas do Porto, E.M.. As associações NDMALO-GE e Campo Aberto, pela sua experiência em acções de defesa da Ribeira da Granja, poderiam desenvolver acções conjuntas de educação ambiental, dirigidos para as escolas e a população local.

[Ir para o índice](#)

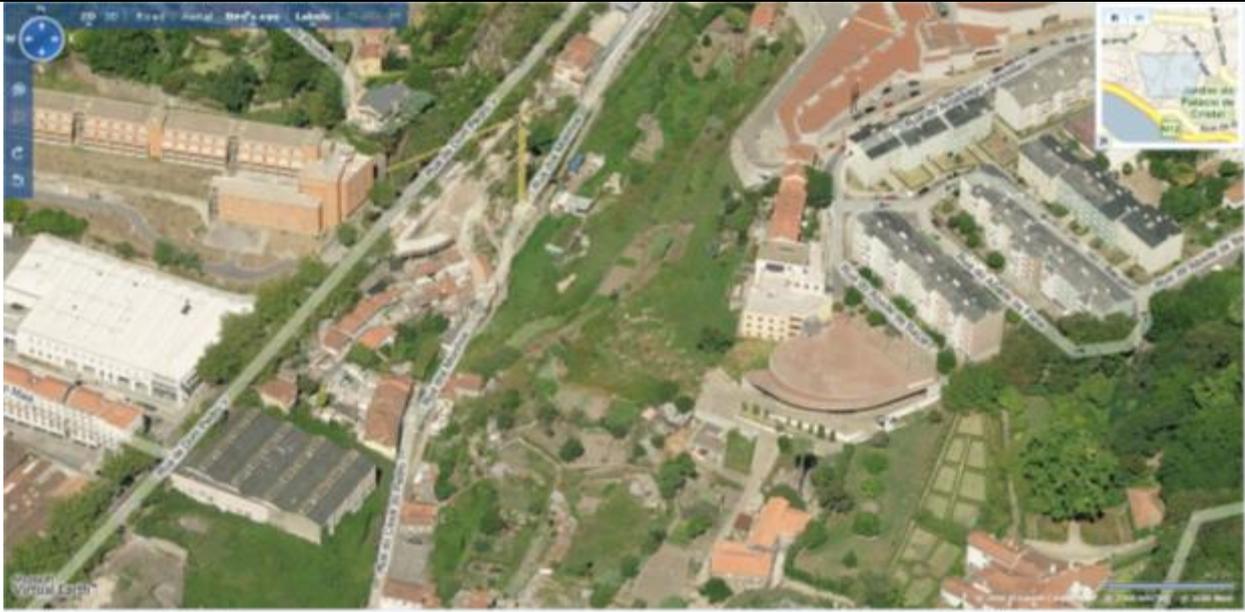
# Caminhos do Romântico

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
----------------------	--------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1626
Nome do espaço	Caminhos do Romântico
Freguesia	Massarelos
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,15; -8,63. Acesso pela Rua de Entre-Quintas e Rua da Macieirinha. Acessível também pelas traseiras do Seminário de Vilar, pela Rua do Abade de Baçal e pela Rua Arcediago Vanzeller. Rua D. Pedro V, Ruas de Entre-Quintas e Macieirinha e traseiras do Seminário de Vilar.

Limites	
---------	---

## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Espaço verde	
Área aproximada	1,9 ha	
Descrição do espaço	<p><b>Importância ecológica</b></p>	<p>Os Caminhos do Romântico são cinco percursos pedonais, apoiados em painéis informativos, desenhados no vale de Massarelos, que lograram escapar à voracidade da especulação imobiliária e transportar até ao século XXI o carácter rural das suas hortas, quintas, fontes e lavadouros do período romântico. Traçados pela Arqt. Graça Nieto, são um convite atractivo a um mergulho no passado, a passear pelo Porto das vielas estreitas e escuras, das camélias e do cheiro a rosas para desfrutar de vistas fabulosas sobre o Douro. O ponto de partida é a rua de Entre-Quintas, perto do portão de acesso ao Museu Romântico. O percurso dos Caminhos do Romântico abrange uma vasta área, que vai do Palácio de Cristal à Faculdade de Arquitectura, na zona do Campo Alegre.</p> <p>Ao longo dos diferentes percursos propriamente ditos, existem um reduzido número de árvores e a fauna predominante são os passeriformes comuns. Existem outros elementos da paisagem relevantes como as vistas sobre o rio Douro e as suas margens e a bacia hidrográfica da Ribeira de Massarelos, no Vale de Vilar.</p>

<b>Relevância social</b>	Em alguns dos cinco percursos, foram feitos aproveitamentos agrícolas dos terrenos, com o cultivo de hortas pelos moradores locais, criando um ambiente rural em plena cidade do Porto. Nas proximidades, encontram-se alguns dos mais emblemáticos locais turísticos da cidade do Porto como a Casa Tait, o Museu Romântico da Quinta da Macieirinha e os Jardins do Palácio de Cristal. Os Caminhos do Romântico são um percurso obrigatório para quem queira conhecer a história da cidade do Porto e foram alvo de requalificação (incompleta) dos espaços públicos durante a Capital Europeia da Cultura – Porto 2001. Depois destas intervenções, o abandono e a degradação do espaço público transformaram-se numa realidade, com a proliferação crescente da criminalidade.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Os terrenos agrícolas são privados. A área não está inscrita em Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional. No PDM do Porto, a área abrangida pelos Caminhos do Romântico está classificada como “área de habitação unifamiliar”, “área histórica”, “protecção de espaços verdes” e “áreas verdes mistas” (carta de qualificação do solo), “presumíveis antigos leitos de ribeiras em aquedutos de águas pluviais” (carta de condicionantes), com “conjuntos de interesse urbanístico e arquitectónico” e “imóveis de interesse patrimonial”, estando ainda definida um “perímetro especial de protecção arqueológica (PEPA) e “zona de potencial arqueológico (ZOPA)” (carta de património).
<b>Ameaças à preservação</b>	Existem ameaças reais e potenciais à preservação do local, nomeadamente a pressão urbanística (com efeitos visíveis na vertente da Rua D. Pedro V), a poluição da Ribeira de Massarelos e vandalismo e abandono dos espaços públicos, após a reabilitação efectuada em 2001. Os sinais de degradação do espaço público e do ambiente social são visíveis pelos lixos depositados na rua, ausência de limpeza das ruas, paredes pintadas com grafitos e degradação do mobiliário urbano (candeeiros e painéis explicativos dos percursos).
<b>Dinâmica local</b>	A actividade hortofrutícola nos campos agrícolas ao longo dos Caminhos do Romântico denota algum esforço de preservação do local, mantendo o clima de ruralidade em ambiente urbano. Existem também várias actividades de pedestrianismo relacionadas com os Caminhos do Romântico, incluindo ou não percursos históricos da cidade.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como intervenções futuras de preservação, sugerem-se a valorização ambiental e a requalificação do património existente e o incentivo à prática da agricultura biológica através de quintas pedagógicas. Um dos percursos, com óptima exposição solar, seria adequado para a criação de jardim público, o qual possibilitaria um bom ponto de observação da paisagem sobre o rio Douro e as margens. Justifica-se também um esforço na divulgação destes percursos históricos e turísticos da cidade após a intervenção e a manutenção regular dos espaços públicos.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	As entidades que poderiam contribuir para a gestão e preservação do espaço, depois de intervencionado seriam a Câmara Municipal do Porto, a Junta de Freguesia de Massarelos e o Seminário de Vilar.

[Ir para o índice](#)

# Parque e cemitério da Igreja de Saint James

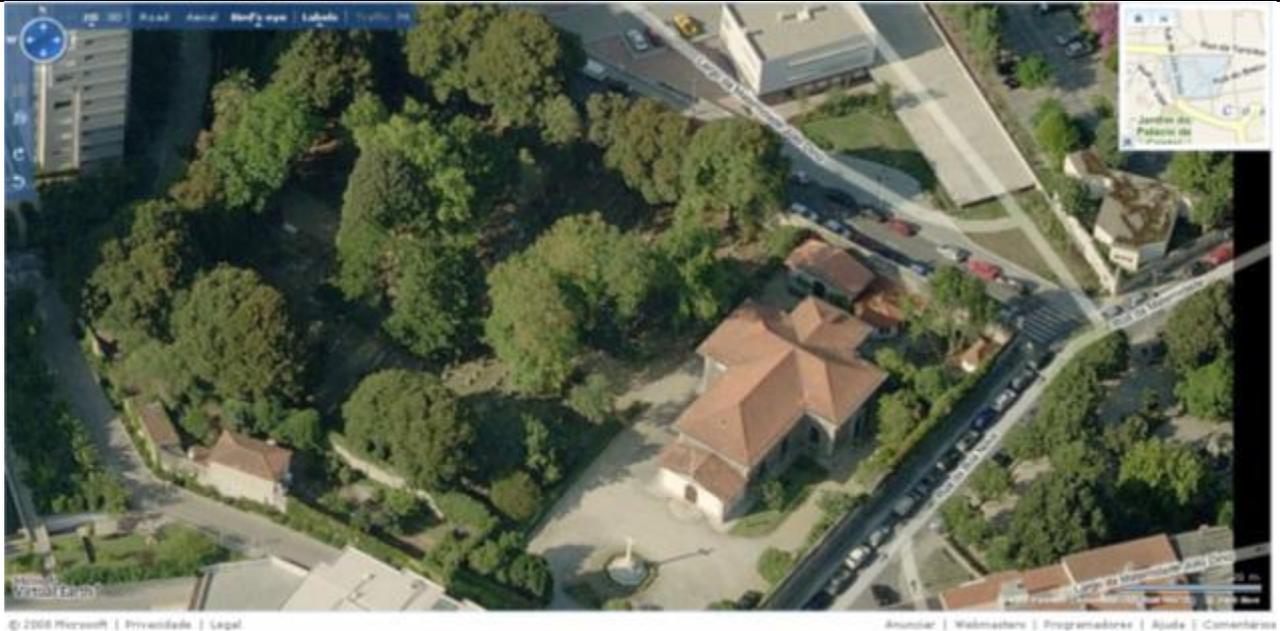
## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
----------------------	--------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1760
Nome do espaço	Parque e cemitério da Igreja de Saint James (vulgo Cemitério Inglês)
Freguesia	Massarelos
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,15; -8,62. Frente para o Largo da Maternidade de Júlio Dinis.

### Limites



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Jardim privado, espaço verde.	
Área aproximada	1 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	O cemitério e jardim da Igreja anglicana de Saint James é uma propriedade murada, com elegantes portões. Possui um jardim romântico de canteiros, com árvores frondosas e lindíssimas. Como espécies de flora mais significativas, destacam-se as árvores ornamentais, algumas anteriores a 1900 como magnólias (3), japoneiras, loureiros, tílias (17), castanheiros da Índia (6), liquidambares (2), plátanos (3), bétulas (3), cerejeiras (6), ciprestes (5), um carvalho americano, um suspiro ( <i>Lagerstoemia indica</i> ) e um teixo. Não se conhecem espécies de fauna predominantes, para além de passeriformes comuns.
	Relevância social	No 1º quartel do séc. XIX, o Largo da Maternidade era conhecido por Largo dos Ingleses, devido ao facto da colónia inglesa instalada no Porto ter naquele largo a capela e o cemitério, bem conhecido, ainda hoje, pelo Cemitério dos Ingleses. A pequena igreja ainda existente em estilo neoclássico tem culto religioso actual associado e foi edificada junto ao cemitério inglês, cujo terreno havia sido comprado por John Whitehead em 1785, cônsul britânico no Porto. O primeiro cemitério protestante na cidade foi construído em 1787, por sua ordem, em local fora das muralhas e bem afastado da urbe. Actualmente a Igreja de Saint James pretende ser mais ecuménica junto da

	<p>comunidade inglesa instalada na cidade. O cemitério é privativo hoje sem grande uso corrente. Encontram-se aqui as sepulturas de muitas das famílias ligadas ao Vinho do Porto, mas também, famílias germânicas e de outras nacionalidades de credos protestantes. Destacam-se os mausoléus de Eduardo Moser (o Conde de Moser), grande negociante estabelecido no Porto, bem como o do cônsul John Withehead, erigido em 1820 e fundador do cemitério, o qual ocupa a posição central do recinto. Chamam a atenção os mausoléus de Diederich Feuerheard, Edward Kebe, Frederick Brindle ou Frederick Jebb, até porque a relativa monumentalidade destes contrasta com as pequenas estelas, típicas da arte funerária britânica. Neste cemitério encontra-se o túmulo do Barão de Forrester.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismo dos planos de ordenamento do território</b>	<p>É propriedade privada. Não está integrado em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. No PDM do Porto está incluído em área de “imóveis de interesse patrimonial” e “conjuntos de interesse urbanístico e arquitectónico”.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>Não se vislumbram ameaças reais ou potenciais à preservação do local.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>Existem iniciativas de dinâmica local a destacar. A capelania da Igreja de Saint James edita uma publicação bimensal, The Well, onde é indicada a calendarização das actividades religiosas e divulgar os eventos na comunidade para o período abrangido.</p> <p>Entre 11 de Outubro e 2 de Novembro de 2007, a CM Porto promoveu o IV Ciclo Cultural dos Cemitérios Municipais que incluiu uma visita ao cemitério inglês a 20 de Outubro, organizada pelo Prof. Francisco Queiroz. No mesmo sentido, a autarquia promoveu a 3 de Janeiro de 2008 na Quinta da Bonjónia uma sessão pública sobre “Os Ingleses e a cidade do Porto” com a intervenção do Prof. César Silva, professor e Investigador em História, Toponímica e História da Cidade do Porto. Nesta sessão, abordou-se a Igreja e Cemitério de Saint James como marcas indeléveis deixadas pelos ingleses no património histórico e cultural da cidade.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Não há necessidade de intervenções futuras, uma vez que este espaço encontra-se bem preservado pelos seus proprietários.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>Não há necessidade de recorrer a outras entidades para a gestão deste espaço, para além dos seus proprietários. No entanto, seria importante reforçar a divulgação deste local pelo seu interesse ecológico e patrimonial ao público em geral, através de visitas guiadas enquadradas em circuitos históricos pedestres já existentes (ver Pelouro do Turismo da CM Porto) ou visitas organizadas por personalidades da cidade (Profs. César Silva, Francisco Queiroz, Hélder Pacheco).</p>

[Ir para o índice](#)

# Antigos terrenos agrícolas em Aldoar e Nevogilde

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
Espaço proposto por	Jaime Prata

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1898
Nome do espaço	Antigos terrenos agrícolas em Aldoar e Nevogilde
Freguesias	Aldoar e Nevogilde
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,67. Terrenos situados entre a Avenida da Boavista e a Praça do Império. Conjunto dos 3 espaços entre a Avenida da Boavista e a Praça do Império: 1. Espaço entre a Praça do Império e a Rua do Crasto; 2. Espaço entre a Rua do Crasto e a Rua do Molhe; 3. Espaço entre a Rua do Molhe e a Avenida da Boavista.

Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Espaço natural	
<b>Área aproximada</b>	25 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	As três áreas que compõem este espaço possuem um pequeno número de espécies arbóreas; há zonas sem qualquer aproveitamento agrícola e outras onde são cultivadas pequenas hortas. São terrenos agrícolas banhados pela Ribeira de Aldoar, com vegetação natural, típica da sucessão ecológica de terrenos agrícolas abandonados e alguma vegetação ripícola. É um espaço importante não só por ser uma área de relativa grande dimensão, inserida numa zona urbana muito massificada. Apresenta uma ribeira que desagua no mar, e constitui uma zona de máxima infiltração. É um importante corredor ecológico, ligando a zona do Parque da Cidade ao Parque da Pasteleira, às zonas verdes da foz e, conseqüentemente ao rio, permitindo um fluxo genético entre a fauna destas zonas e permitindo a manutenção duma elevada biodiversidade. Proporciona um contacto físico entre estes espaços que poderá ser aproveitado de futuro como um contínuo para o lazer activo das populações.
	<b>Relevância social</b>	Existem pequenas hortas, onde se pratica a agricultura de subsistência.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	São propriedade privada. No PDM do Porto, estes terrenos estão largamente incluídos em “área de urbanização especial” e de “habitação de tipo unifamiliar” e, em menor escala, de “edificação isolada com prevalência para habitação colectiva”. Uma ínfima parte está destinada a “área verde de utilização pública”, segundo a carta de qualificação do solo.
	<b>Ameaças à preservação</b>	Para além da alameda que tem sido falada de ligação entre a Praça do Império e a Avenida da Boavista (a alameda Nun’Alvares, inserida num plano de urbanização com uma área de implantação de 342 mil metros quadrados), seguramente que é um espaço que estará a ser reservado para construção imobiliária.
	<b>Dinâmica local</b>	Desconhecem-se actividades ou associações de dinâmica local, à excepção do movimento de cidadãos em torno da construção da nova alameda.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Propõe-se a intervenção da autarquia no sentido de preservar este espaço natural viabilizando o objectivo da sua importância ecológica, salvando assim este espaço da especulação imobiliária. Deveria ser realizado um estudo sobre a importância ecológica deste local e sua futura conservação num parque público, por exemplo.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal do Porto, as Juntas de Freguesia de Aldoar e Nevogilde podiam ser parceiros na preservação destes espaços agrícolas.

[Ir para o índice](#)

# Quinta da família Botelho de Lacerda Lobo Vilares

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
----------------------	--------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1758
Nome do espaço	Quinta da família Botelho de Lacerda Lobo Vilares
Freguesia	Nevogilde
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,68. Em frente à Igreja de Nevogilde. Limitada a Norte pela Av. Da Boavista, a Poente pela Rua de Nevogilde e a Sul e Nascente pela Rua Júlio Dantas.

Limites	
---------	---

## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Quinta, Jardim privado	
Área aproximada	1,1 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Quinta da família Botelho de Lacerda Lobo Vilares integra uma casa senhorial com jardim e área agrícola. Não se conhecem espécies de fauna ou flora predominantes, porque o proprietário não autorizou visita ao local. Segundo o proponente, esta quinta possui um lindíssimo jardim com arruamentos de buxo, árvores exóticas (entre elas um jacarandá), fontes, tanques, relvados, canteiros, etc. Apresenta ainda uma zona de bosque e área agrícola abandonada.
	Relevância social	Segundo indicação do proponente, é uma quinta com casarão brasonado (painel de azulejos) que se mantém na posse da família que o edificou. Durante décadas esteve alugada à família Sousa Pinto Lopes Agrellos, dos viscondes de São Mamede de Riba Tua, que a conservou impecavelmente. Possui ainda construções utilitárias de interesse etnográfico ligadas à prática agrícola.
	Direitos de propriedade e condicionalismo dos planos de ordenamento do território	É propriedade privada e residência não permanente dos proprietários. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. No PDM do Porto, a Quinta da família Botelho de Lacerda Lobo Vilares está classificada como “área de habitação do tipo unifamiliar” e integrada em Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (carta de qualificação do solo) e como “conjunto de interesse urbanístico e arquitectónico” (carta de património).

<b>Ameaças à preservação</b>	As ameaças à preservação deste espaço dependem, essencialmente, do destino que os proprietários e ou seus herdeiros possam querer dar a este espaço. A pressão urbanística é uma ameaça possível.
<b>Dinâmica local</b>	Não se conhecem iniciativas de preservação e dinamização do local.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Esta quinta tem sido preservada pela família, sua proprietária, pelo que se não se sugerem intervenções futuras de relevo. No entanto, desconhece-se a existência (possível) de um inventário do património ecológico, histórico e arquitectónico das quintas da cidade do Porto. No caso de existir este inventário, a sua divulgação ao público seria um importante contributo para o turismo local.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Não se sugerem parceiros na gestão e preservação do espaço em questão, para além dos proprietários. A Câmara Municipal do Porto poderia contribuir para a divulgação ao público (por exemplo, através de um inventário das quintas da cidade disponível online no site da autarquia à semelhança do que acontece actualmente com os jardins históricos).

[Ir para o índice](#)

# Villa Monte Crasto

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira
----------------------	---------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1756
Nome do espaço	Villa Monte Crasto
Freguesia	Nevogilde
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,68. Junto do cruzamento da Rua Marechal Saldanha com a Rua da Índia.

Limites	
---------	---

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Jardim privado	
Área aproximada	1,6 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Villa Monte Crasto tem um jardim de estilo inglês e um pequeno pinhal com eucaliptos e pinheiros. As árvores ornamentais, algumas seculares, incluem-se magnólias, eucaliptos de flor (encarnada e cor-de-laranja), palmeiras, japoneiras, araucárias, etc.
	Relevância social	Este espaço é um local histórico desde épocas primitivas e durante as guerras liberais (século XIX). Tem como património relevante balastradas e corrimão de balaústres do século XX, uma casa de fresco/pavilhão de jardim (destruído) e taças rectangulares com água (destruídas).
	Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território	A Villa Monte Crasto foi propriedade da família inglesa Cobb e depois da família Marques Pinto. Desde a década de 90 que pertence a empresas. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. No PDM do Porto, está classificada como "área verde privada a salvaguardar" (carta de qualificação

	do solo), com “conjuntos de interesse urbanístico e arquitectónico” e “imóveis de interesse patrimonial” e classificada como “perímetro especial de protecção arqueológica (PEPA) e zona de potencial arqueológico (ZOPA)” (carta de património).
<b>Ameaças à preservação</b>	A Villa Monte Crasto encontra-se ameaçada pelo abandono e ruína.
<b>Dinâmica local</b>	-
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como intervenções futuras de preservação, a Villa Monte Crasto deveria ser alvo de recuperação do seu património e jardim privado e protecção contra espécies infestantes.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam envolver-se a Junta de Freguesia de Nevogilde, a Câmara Municipal do Porto e o proprietário da quinta.

[Ir para o índice](#)

# Jardins do Hospital Conde de Ferreira

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Margarida Vieira e Alcina Silva
----------------------	---------------------------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1621
Nome do espaço	Jardins do Hospital do Conde de Ferreira
Freguesia	Paranhos
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,59. Rua de Costa Cabral. Delimitado pelas ruas de Costa Cabral, quintais de casas da Rua Honório de Lima e a Via de Cintura Interna (VCI)

Limites	
---------	---

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Jardim privado, espaço verde, campo agrícola	
Área aproximada	9,1 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	Numa área considerável distribuem-se uma série de espaços ajardinados e agrícolas em conjugação com a planimetria do edifício hospitalar. Em termos de fauna, predominam melros, pardais, chapins e ratos. Relativamente à flora, existem 280 árvores, muitas delas com mais de 100 anos, como plátanos, tílias, coníferas, ligustres, carvalhos americanos, criptomérias do Japão, liquidambares, sequóias, diospireiros, caneleiras e cedros. Foi realizado um estudo da história clínica das árvores, estando-se actualmente a proceder a alguns abates, tratamentos e podas. Existe ainda um poço com 50 m de profundidade, linhas de água e dois reservatórios para rega. Com a execução da VCI, o espaço foi parcialmente amputado. Por estar próximo de uma zona de grande tráfego automóvel e poluição, é um pulmão da cidade.
	Relevância social	O Hospital Conde de Ferreira é o primeiro centro para o tratamento de doenças do foro mental em Portugal, construído de raiz. Nos seus jardins, pode-se apreciar a estátua do benemérito, mais conhecido por Conde Ferreira, numa obra do escultor português, Soares dos Reis. Por disposição testamentária do Conde de Ferreira (falecido em 1866), o Hospital foi mandado edificar por Joaquim Ferreira dos Santos em 1868 e inaugurado em 24 de Março de 1883. O projecto é da autoria do Arqt. Manuel d'Almeida Ribeiro. Foi edificado no antigo Largo das Regateiras, hoje Largo da Cruz. Era assim denominado, pois as vendeiras que

	<p>vinham das terras da Maia à cidade paravam neste largo para vender, regateando os preços, cantando e dançando. Este largo pertencia à antiga Quinta da Cruz das Regateiras.</p> <p>A existência de jardins, prados e terrenos cultiváveis foram sempre considerados factores indispensáveis na terapêutica psiquiátrica neste local. Actualmente, continua a servir este objectivo e é um espaço de lazer para uso exclusivo de doentes e seus familiares. Existe uma capela com culto religioso católico 3 vezes por semana. Realizam-se alguns festejos populares no local.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Actualmente, o hospital e os espaços envolventes são propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Porto. O campo de cultivo encontra-se abandonado. Não integra Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. No PDM do Porto (planta referente ao património), os Jardins do Hospital do Conde Ferreira estão classificados como “Espaços verdes com valor patrimonial”.
<b>Ameaças à preservação</b>	Há ameaças de utilização do espaço para outros fins que não seja a agricultura ou espaço verde.
<b>Dinâmica local</b>	Não se conhecem associações ou actividades de dinâmica local.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Este espaço tem ainda uma área de potencial capacidade agrícola. Os jardins apresentam exemplares vegetais de qualidade e alguns de grande porte que devem ser valorizados e protegidos para conhecimento geral do público. Em 2006, no âmbito das comemorações do 123.º aniversário do Centro Hospitalar Conde Ferreira, foi apresentado o plano de desenvolvimento para os próximos 10 anos no qual se pretende transformar os jardins em espaços municipais (Ver Outros Documentos).</p> <p>Deverá repensar-se a funcionalidade pedagógica dos espaços agrícolas e a fruição pública dos jardins em conjugação com o serviço hospitalar. Existe vontade de preservação, embora não hajam neste momento verbas para concretizar os estudos realizados.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Santa Casa da Misericórdia do Porto e a Câmara Municipal do Porto, na prossecução das intenções do plano de desenvolvimento do Centro Hospitalar de Conde de Ferreira.

[Ir para o índice](#)

# Quinta dos Frades Menores Capuchinhos

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
----------------------	--------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1605
Nome do espaço	Quinta dos Frades Menores Capuchinhos
Freguesia	Paranhos
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,18; -8,62. Rua Nova do Tronco. Delimitado a Norte e Oeste pela Rua Nova do Tronco; a Sul e Este por moradia particular e por uma instalação industrial.

### Limites



## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Quinta agrícola, Jardim privado	
Área aproximada	5,7 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Quinta dos Frades Menores Capuchinhos é composta por jardins e espaços exteriores dedicados à exploração agrícola. Possui um grande número de japoneiras ( <i>Camellia japonica</i> ) e várias árvores de fruto (incluindo nogueiras e nespereiras). Há ainda 2 araucárias de Norfolk ( <i>Araucaria heterophylla</i> ), uma criptoméria ( <i>Cryptomeria japonica</i> ), e uma coralina ( <i>Erythrina crista-galli</i> ). A fauna é maioritariamente constituída por passeriformes, típica de locais arborizados e de pequeno espaço rural inserido em área urbana. Não existem outros elementos de paisagem relevantes.
	Relevância social	A Quinta e a Casa do Tronco, situada na freguesia de Paranhos, na zona do Amial, junto da Estrada da Circunvalação foi pertença da família Pinto Leite e posteriormente comprada pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos a 8 de Março de 1941. A palavra tronco tem origem num acontecimento antigo, pois era nesta zona que havia um tronco onde se prendiam os cavalos para serem ferrados. Estes cavalos é que puxavam as carroças e as diligências que se dirigiam de Coimbra para Braga e de Braga para Coimbra, através das antigas estradas ou calçadas. Também se aproveitava esta paragem do Tronco para alimentar e dar de beber aos cavalos. Fazem parte desta zona do tronco a Rua do Tronco, a Rua Nova do Tronco e parte da Rua do Amial e

	<p>da Circunvalação. A Quinta do Tronco era um solar com jardins e uma pequena capela dedicada à Imaculada Conceição, cuja imagem do século XVIII ainda se encontra na capela do convento. Nesta Quinta do Tronco, antes da chegada dos Capuchinhos, costumavam fazer retiro muitos sacerdotes da diocese do Porto, visto ser um lugar sossegado, convidativo para o recolhimento e a oração. Em 1952 começou a pensar-se em construir uma igreja na Casa do Tronco, porque a capela aí existente era muito pequena para acolher os fiéis que a frequentavam. Em 7 de Dezembro de 1958 foi solenemente benzida a nova igreja, dedicada à Imaculada Conceição. Presidiu ao acto o Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, onde estiveram presentes autoridades civis, militares e académicas. Foi autor do projecto da cripta e da igreja do Amial e o seu principal animador, o Eng. Fernando Borges de Avelar. A linda imagem da Imaculada Conceição, colocada num nicho por detrás do altar-mor, foi obra do famoso escultor português José Ferreira Thedim. Mede de altura dois metros e quarenta centímetros.</p> <p>Foi nesta igreja que foi sagrado o primeiro bispo capuchinho português, D. Francisco da Mata Mourisca. Em 1966 foi inaugurado o novo convento da casa do Tronco a fim de acolher os estudantes capuchinhos de Filosofia e Teologia. Desde 1974 que os Franciscanos Capuchinhos são párocos da paróquia do Amial e esta igreja é, desde 1980, a sede desta paróquia, com o título de Nossa Senhora do Amial, com culto religioso regular.</p> <p>Os Franciscanos Capuchinhos do Porto têm-se dedicado à evangelização dos fiéis, à pregação das «Missões Populares», ao apostolado bíblico, ao ministério da Confissão, à catequese das crianças e dos adultos, à assistência dos doentes nos hospitais de Santa Maria e Oncologia, à ajuda das mães solteiras, à reintegração dos toxicodependentes e à assistência dos idosos, para o qual construíram um Centro Paroquial da Terceira Idade.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É propriedade privada, pertencente à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. No PDM do Porto, não tem classificação relevante. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional
<b>Ameaças à preservação</b>	Não existem ameaças, conhecidas ou potenciais, à preservação do local.
<b>Dinâmica local</b>	Existem as actividades inerentes à vida desta ordem religiosa.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	É um espaço amplo, onde se podia criar um local verde, agradável e ponto de atracção para uma zona da cidade do Porto bastante negligenciada e rodeada de bairros de habitação social, que apenas poderiam beneficiar da requalificação deste espaço e sua abertura ao público. Contudo, poderia tornar-se um espaço a ceder para fins ecológicos de usufruto pela população, bem compatível com uma perspectiva franciscana de defesa e protecção da natureza, através de uma quinta pedagógica com incentivo à prática da agricultura biológica, por exemplo.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, a Câmara Municipal do Porto, a Junta de Freguesia de Paranhos poderiam ser parceiros na preservação deste local. Outros parceiros poderiam constituir-se como associações ligadas a actividades de agricultura biológica.

[Ir para o índice](#)

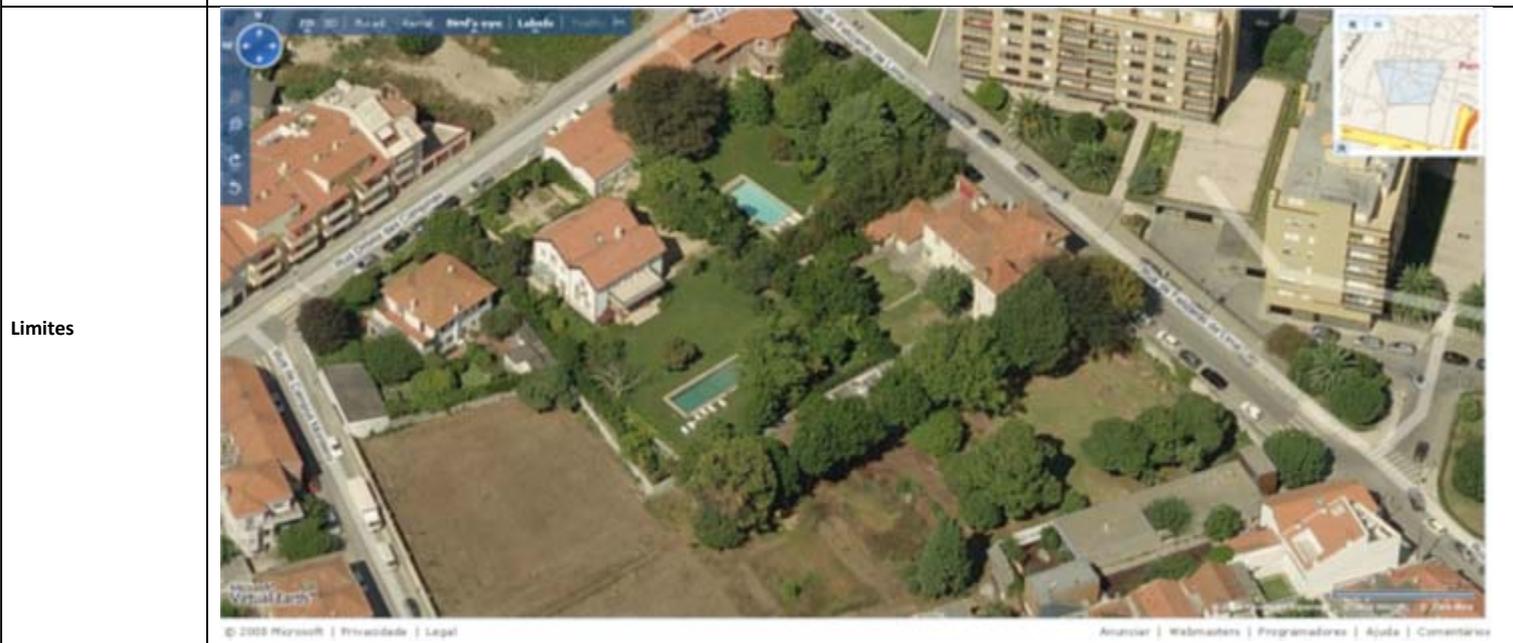
# Casa da Família Robinson

## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Artur Duarte
<b>Espaço proposto por</b>	José Manuel de Seabra da Costa Reis

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1759
<b>Nome do espaço</b>	Casa da Família Robinson
<b>Freguesia</b>	Ramalde
<b>Concelho</b>	Porto
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,65. Localizada no quarteirão delimitado pela Rua Felizardo de Lima, as traseiras da Rua do Dr. Melo Leote, a Rua de Campos Monteiro e as traseiras da Rua Direita de Campinas.



## 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Quinta agrícola, Jardim privado	
<b>Área aproximada</b>	1 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	Quinta com jardim e quintal que foi construída por Frank Robinson (1879-1949), súbdito britânico radicado no Porto na primeira metade do século XX. Algumas obras posteriores não desvirtuaram o interesse do imóvel. Foi vendida pelos herdeiros. O jardim encontra-se danificado e integra faias, cedros, castanheiros, limoeiros, cameleiras, etc. Tem uma modesta estufa, relvados e anexos agrícolas.
	<b>Relevância social</b>	Este é um espaço necessário no interior de uma cidade que, a manter-se na sua condição actual de casa + quintal + jardim, contribui para o descongestionamento da zona envolvente, transmitindo uma sensação de tranquilidade e de saúde, dada a sua proximidade com a natureza viva, ao invés do que acontecerá com a transformação do espaço existente.

<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É propriedade privada. No PDM do Porto, está classificada como “área de frente urbana contínua em consolidação” e uma pequena parte em “área verde privada a salvar”, na carta de qualificação do solo; e ainda como “área de servidão aeronáutica” na carta de condicionantes. Não está integrada em Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	Esta quinta está ameaçada pela pressão urbanística. Está afixado um painel/aviso da CMP que informa "Nos termos do DL N.º 555/99 de 16 de Dezembro a CMP torna público que deu entrada na CMP em 10/11/2006 um PEDIDO DE LICENCIAMENTO para loteamento. Processo Camarário n.º 24.915/08/CMP. Projecto em fase de apreciação. A operação urbanística não se encontra licenciada". Existe também um painel da BASCOL (www.bascol.pt) com o alvará 1779 para construção. No topo da R. Felizardo de Lima, existem prédios recentes, o local foi completamente transformado pelo asfalto, granito e alvenaria.
<b>Dinâmica local</b>	Não há associações ou actividades de dinâmica local. Pelo painel/aviso de pedido de licenciamento tudo leva a crer que a dinâmica vai ser no sentido de obras de construção imobiliária.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Sugere-se a utilização desta propriedade com fins idênticos aos que até aqui teve (habitação) ou outra que mantenha activa a utilização do espaço como quintal e jardim que poderá ser aberto ao público.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia de Ramalde seriam bons parceiros na preservação deste espaço verde.

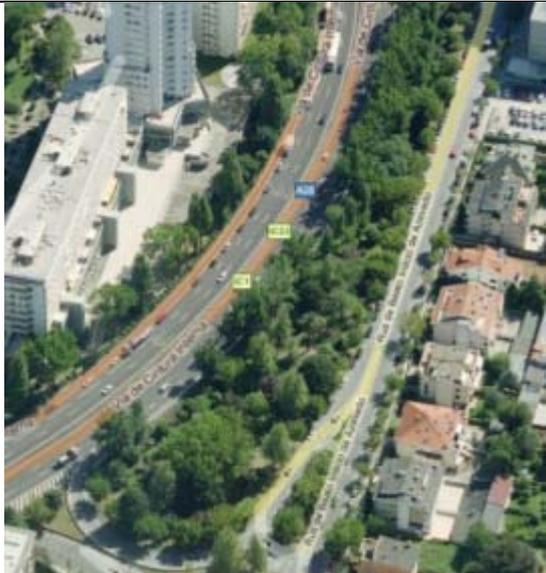
[Ir para o índice](#)

# Jardim de Espaço Canal

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
Espaço proposto por	Xavier Neves

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1793
Nome do espaço	Jardim de Espaço Canal
Freguesia	Ramalde
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,65. Delimitado a nascente pela VCI, a ponte pela Rua do Beato Inácio de Azevedo, a Norte pelo nó de acesso da A1 para a Boavista e Parque da Cidade e a Sul pela Avenida da Boavista.
Limites	

## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Espaço verde	
Área aproximada	1,3 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	É um espaço muito bem arborizado, limpo e ajardinado que deveria servir de exemplo a todos os espaços que marginam a VCI que servem simultaneamente de barreira arbórea e espaço verde de proximidade. A flora existente inclui vários Cupressus, tílias, cerejeiras de jardim, palmeiras ( <i>Phoenix canariensis</i> ), pináceas ( <i>Picea sitchensis</i> ), áceres, salgueiros, freixos e choupos. A fauna característica inclui os passeriformes comuns.
	Relevância social	Dada a proximidade da VCI é grande o impacto da poluição sonora e do ar nas proximidades deste pequeno jardim, não reunindo este as melhores condições para uso de lazer da população. No entanto, no que se refere ao enquadramento paisagístico cumpre totalmente a sua missão e é um bom exemplo a aplicar em espaços que ladeiam as vias rápidas urbanas, pelo que a sua relevância social é integralmente cumprida.
	Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território	É propriedade pública. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. No PDM do Porto, está classificado como "Área verde de enquadramento de espaço canal" na carta de qualificação do solo e pertence à "UOPG 13 - VCI", estando ainda classificada como "zona de alinhamento especial - IC1"

	na carta de condicionantes. A UOPG 13 – VCI (art.º 88 do regulamento do PDM) “pretende minorar o impacte negativo, em termos de qualificação urbana, introduzido pela construção da VCI, que provocou graves problemas ambientais e paisagísticos, designadamente um elevado índice de ruído e uma ruptura nos tecidos urbanos da cidade; os estudos a efectuar deverão eliminar estes inconvenientes, promovendo a reconversão da área através de obras de urbanização que diminuam o efeito de “ruptura” e que garantam, sempre que possível, a continuidade urbana; deverão ser elaborados planos de monitorização de ruído, por forma a não contrariar os níveis sonoros máximos admissíveis, definidos pelo DL nº 292/2000 de 14 de Novembro. Esta UOPG deverá ser concretizada através de unidades de execução.”
<b>Ameaças à preservação</b>	Está ameaçado pela poluição proveniente da VCI, um dos maiores eixos rodoviários do Porto.
<b>Dinâmica local</b>	Não se conhecem actividades ou associações de dinâmica local.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	O proponente deste espaço refere a transformação do espaço verde em jardim de acesso público, com garantia de acessos e condições de segurança para os seus utilizadores.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	O espaço tem sido preservado e mantido pela Câmara Municipal do Porto, pelo que assim deve continuar.

[Ir para o índice](#)

# Jardim junto à VCI

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
Espaço proposto por	Xavier Neves

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1792
Nome do espaço	Jardim junto à VCI
Freguesia	Ramalde
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,65. Junto à urbanização Foco do lado Norte e adjacente à VCI. Confina com a VCI no lado poente e com o viaduto das Andresas no lado norte. Situa-se entre a VCI, o viaduto das Andresas e a Rua Prof. Damião Peres.
Limites	

## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Espaço verde	
Área aproximada	0,7 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	O viaduto das Andresas passa sobre o jardim do lado poente da VCI. O jardim propriamente dito é apenas um espaço com relvado e algumas árvores, sobretudo choupos. Este espaço, apesar da sua dimensão reduzida, tem duas funções importantes: serve como jardim de proximidade para a população residente e de cortina arbórea para diminuir o impacto visual de um dos nós rodoviários mais importantes da cidade do Porto. As aves existentes são sobretudo passeriformes e aparecem por ali em resultado da vegetação existente no terreno anexo da urbanização Foco.
	Relevância social	Serve como jardim de proximidade para as populações da urbanização Foco e da Escola Secundária Fontes Pereira de Melo. Foram já notados alguns problemas de alergias associados à vegetação existente nestes espaços canal (choupos) entre a população residente.

<p><b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b></p>	<p>É propriedade pública. Não está integrada em Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional. No PDM do Porto, está definida como “Área de frente urbana contínua em consolidação” e “Área verde de enquadramento de espaço canal” e enquadrada em “Unidade Operativa de Planeamento e Gestão – UOPG 13 - VCI” na carta de qualificação do solo; estando ainda classificada como “zona de alinhamento especial – IC1” na carta de condicionantes.</p> <p>A UOPG 13 – VCI (art.º 88 do regulamento do PDM) “pretende minorar o impacte negativo, em termos de qualificação urbana, introduzido pela construção da VCI, que provocou graves problemas ambientais e paisagísticos, designadamente um elevado índice de ruído e uma ruptura nos tecidos urbanos da cidade; os estudos a efectuar deverão eliminar estes inconvenientes, promovendo a reconversão da área através de obras de urbanização que diminuam o efeito de “ruptura” e que garantam, sempre que possível, a continuidade urbana; deverão ser elaborados planos de monitorização de ruído, por forma a não contrariar os níveis sonoros máximos admissíveis, definidos pelo DL nº 292/2000 de 14 de Novembro. Esta UOPG deverá ser concretizada através de unidades de execução.”</p>
<p><b>Ameaças à preservação</b></p>	<p>Dada a sua localização confinante com a VCI e o viaduto das Andresas, o estado actual de conservação denota pouca vegetação e pouco variada e um forte impacto da poluição e ruído.</p>
<p><b>Dinâmica local</b></p>	<p>Não existem actividades ou associações com dinâmica local.</p>
<p><b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b></p>	<p>O proponente deste espaço refere ser interessante transformar este espaço "vazio" em jardim, um espaço mais amplo, ajardinado e arborizado, idêntico ao existente do outro lado da VCI, entre esta via, a Avenida da Boavista e a Rua do Beato Inácio de Azevedo. Esta transformação que seria desejável que fosse aplicada a todos os espaços adjacentes à VCI em idêntica situação de vazio e abandono, daria à cidade, ao longo de toda a Via de Cintura Interna, um aspecto paisagístico que a valorizaria de forma apreciável e seria o primeiro passo para transformar esta via numa área mais amigável. A plantação de espécies autóctones (folhosas variadas) com mais resistência à poluição induzida pelo tráfego rodoviário poderia ser uma acção importante para beneficiar este espaço. O proponente deste espaço (Xavier Neves) apresenta uma proposta de intervenção no quarteirão da Rua das Andresas e o Viaduto das Andresas (ver Outros Documentos), a exemplo do que pode ser realizado em outros espaços com a mesma tipologia.</p>
<p><b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b></p>	<p>A gestão do espaço e preservação do espaço, depois de intervencionado deveria estar a cargo da Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia de Ramalde. Ao longo da VCI, e no caso de uma intervenção sistemática, outras freguesias marginais da VCI poderiam ser gestoras destes espaços verde canal. No caso em apreço, a Escola Secundária Fontes Pereira de Melo poderia colaborar em acções de educação ambiental, através da limpeza e manutenção do jardim e plantação de espécies autóctones. A Comissão da VCI do Porto poderia ter um papel importante na sensibilização das populações para a importância destes espaços verdes de proximidade e simultaneamente, barreira acústica.</p>

[Ir para o índice](#)

# Pinheiros Mansos e logradouros adjacentes

## 1. Dados pessoais

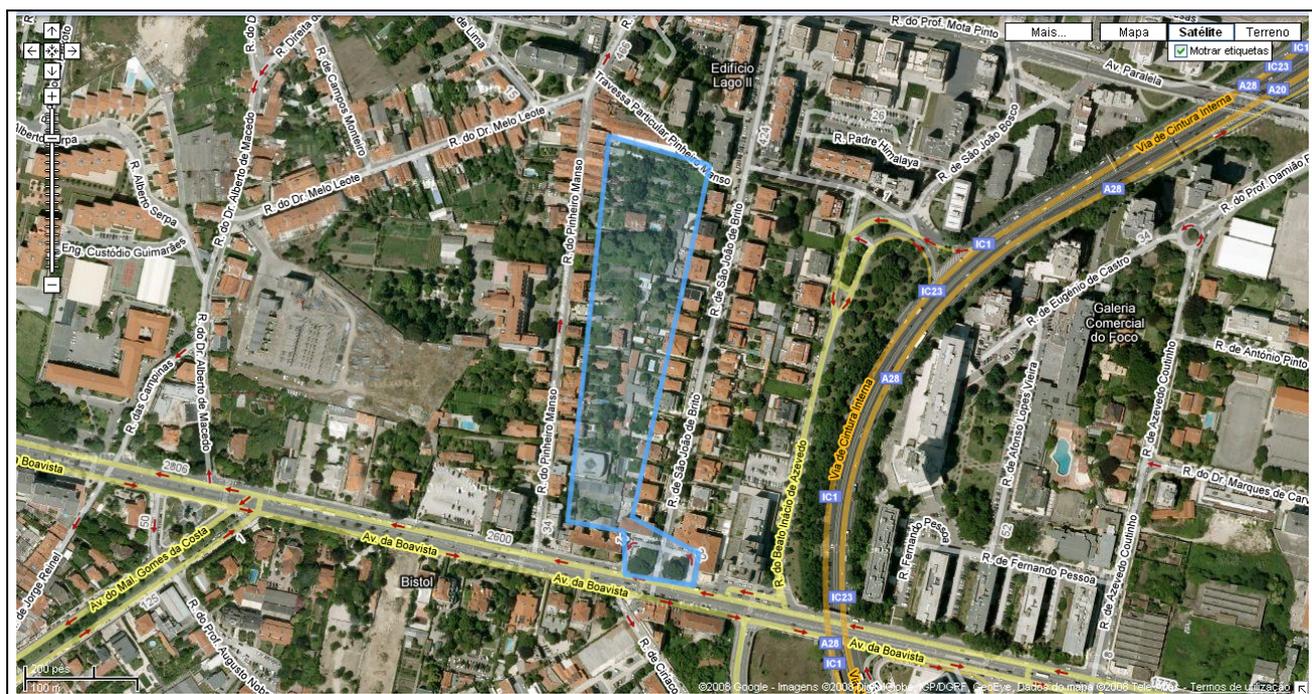
Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Maria da Conceição Gagean de Vasconcelos

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1548
Nome do espaço	Pinheiros Mansos
Freguesia	Ramalde
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,65. Cruzamento entre a Rua de S. João de Brito com a Av. da Boavista

Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Espaço verde	
<b>Área aproximada</b>	2 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	São dois pequenos espaços verdes, na zona do Pinheiro Manso, num cruzamento entre a Rua de S. João de Brito com a Av. da Boavista, no Porto. Em cada um, existem frondosos pinheiros mansos que devem ter mais de meio século de existência. O primitivo pinheiro-manso que deu o nome à rua com o mesmo nome estava no jardim de um palacete magnífico datado de 1925 e demolido em 1971, onde está actualmente um prédio com uma churrasqueira. Foi derrubado durante o ciclone de 1941. Há postais antigos do Porto que o mostram ainda de pé. Depois foi substituído por outro, não sendo claro o que aconteceu a este segundo (se caiu por si ou se o deitaram abaixo já nos anos 90 do séc. XX), mas era magnífico, quase da altura do prédio ao lado. Agora está lá um terceiro exemplar.
	<b>Relevância social</b>	A Av. da Boavista, cuja construção foi iniciada nos finais do séc. XIX, foi concluída entre 1915 e 1917. Durante muitos anos, era uma autêntica alameda, coberta de sombras, com duas filhas de velhos plátanos. A intensificação do trânsito e a urbanização acelerada determinou, porém a destruição das frondosas árvores, alterando a perspectiva desta avenida. O recuo de alguns cruzamentos e moradias permitiu manter a existência de alguns relvados, jardins e tufo de arvoredo, compensando a destruição das fileiras de plátanos. Ramalde é uma freguesia ligada às batalhas sangrentas do Cerco do Porto, em 25 de Julho de 1833, onde se debateram mais de 43 000 homens. As linhas dos miguelistas iam desde Monte Crasto, na Foz, pelo alto da Ervilha e Serralves, até ao Carvalhido. As defesas dos liberais estavam compreendidas entre a Igreja de Lordelo, o reduto da Rua de Van-Zeller e o fortim da Ramada Alta, donde D. Pedro dirigiu a prolongada luta. A zona do Pinheiro Manso era no passado o reduto de vivendas e palacetes luxuosos, enfeitados pelos mirantes, pérgulas, varandins e festões de buganvílias e glicínias.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	São propriedade pública. Na carta de uso do solo do PDM do Porto, os espaços em questão estão classificados “área de frente urbana contínua em consolidação”. Na carta de condicionantes e de património, os espaços em questão estão incluídos em “zona de protecção (ZEP/ZAP)” e “área classificada ou em vias de classificação”. O conjunto urbano da Av. da Boavista, entre o Pinheiro Manso e a Av. Marechal Gomes da Costa encontra-se em vias de classificação pelo IPPAR.
	<b>Ameaças à preservação</b>	A densificação do trânsito automóvel e a crescente urbanização no envolvente da Av. da Boavista e da Rua de S. João de Brito podem ser ameaças reais para a saúde destes exemplares de pinheiro-manso. A falta de cuidados de manutenção também pode contribuir para a sua destruição.
	<b>Dinâmica local</b>	Desconhecem-se actividades ou associações com dinâmica local.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Dada a pequena extensão do espaço verde e da sua função como jardim de proximidade e cortina arbórea relativamente à Av. da Boavista, julga-se importante manter o espaço em boas condições de limpeza e manutenção da estrutura vegetal para sua preservação para o futuro.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal do Porto, a Junta de Freguesia de Ramalde e o IPPAR são possíveis parceiros para a gestão e preservação deste espaço verde.	

# Quinta agrícola perto da Prelada

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
Espaço proposto por	Silvino Bacelar

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1593
Nome do espaço	Quinta agrícola perto da Prelada
Freguesia	Ramalde
Concelho	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,18; -8,63. Espaço de cada um dos lados do Caminho das Congostas e entre a R. de Requesende (entrada pelo nº 557) e a Estrada Interior da Circunvalação. Perto do Parque de Campismo da Prelada. 1º Espaço delimitado pelo Caminho das Congostas, Travessa da Senhora do Porto, traseiras da R. Senhora do Porto, traseiras da R. Daniel Filipe e R. de Requesende. 2º Espaço delimitado pelo Caminho das Congostas, Rua e Travessa de Requesende, R. José da Silva Passos, R. das Cegonhas, Estrada Interior da Circunvalação e R. de João de Sá Peixoto.
Limites	

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Quinta agrícola	
Área aproximada	16 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	Trata-se de uma quinta agrícola, ainda com estruturas tradicionais, cujo caseiro foi há poucos anos desactivado. Tem um vasto terreno por onde pastam cavalos. Juntamente com os terrenos adjacentes que se prolongam até à Circunvalação, bem poderia constituir o Parque (Norte) Central da cidade do Porto. Um dos terrenos é atravessado pela Ribeira da Granja num troço a descoberto. É de grande importância preservar estes raros espaços de matriz rural, inseridos na densa malha urbana da cidade do Porto.
	Relevância social	São terrenos ainda utilizados para a agricultura e pastorícia.
	Direitos de propriedade e	Desconhece-se o tipo de propriedade (pública ou privada). No PDM do Porto, os espaços 1 e 2 estão incluídos em

<b>condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>áreas significativas de “edificação isolada com prevalência de habitação colectiva” e “frente urbana contínua em consolidação” na carta de qualificação do solo. A maioria do espaço, na sua totalidade, está também incluído na UOPG 4, com uma pequena parte a NO consagrada como “área de protecção de espaço natural” junto à Ribeira da Granja. Na carta de condicionantes, uma pequena área de “mata de sobreiros”, adjacente à Ribeira da Granja, está identificada. Existe uma proposta de ligação viária a atravessar os dois espaços incluídos nesta proposta.</p> <p>De acordo com o regulamento do PDM do Porto, a UOPG 4 – Requesende Norte/Viso abrange a zona Sul da Ribeira da Granja e as áreas envolventes ao Quartel do Viso, compatibilizando-a com o atravessamento e requalificação da ribeira, criando uma zona verde de ligação ao futuro parque da Prelada. A zona a Sul da Ribeira da Granja destina-se a uma área predominantemente de habitação colectiva, podendo incluir serviços e comércio. A zona adjacente ao Quartel do Viso destina-se a habitação do tipo unifamiliar e usos complementares.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	Dado o enquadramento urbano de grande densidade de construção, a existência de nós rodoviários de acesso à cidade do Porto e o descrito no PDM do Porto, existe a forte probabilidade de construção imobiliária neste espaço, sendo apetecível para especulação imobiliária.
<b>Dinâmica local</b>	Alguma actividade agrícola e pastoril ainda existente.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Os terrenos destes dois espaços e os adjacentes que se prolongam até à Circunvalação poderiam constituir um futuro parque urbano a Norte da cidade do Porto. Uma outra utilização seria como quinta de agricultura biológica, dando hipótese aos cidadãos do Porto de usufruírem de uma forma de agricultura verdadeiramente sustentável, em pequenos talhões num regime de exploração de vizinhança.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A utilização como quinta de agricultura biológica poderia ter como parceiro a Lipor para a exploração do espaço, pela sua experiência na matéria, com cursos e acções de formação para o efeito. A Junta de Freguesia de Ramalde e a Câmara Municipal do Porto poderiam ser parceiras na definição e manutenção de um futuro parque público a instalar, caso se optasse por esta intervenção para usufruto das populações enquanto espaço de lazer.

[Ir para o índice](#)

# Quinta da Prelada

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Artur Duarte
Espaço proposto por	Júlia Maria Lourenço

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1763
Nome do espaço	Quinta da Prelada
Freguesias	Ramalde
Concelhos	Porto
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,63. Espaço localizado de ambos os lados da VCI, adjacentes ao Hospital da Prelada e ao Parque de Campismo da Prelada. Limitada a Norte pela Rua de Maria Lamas, Rua de Santa Luzia e Rua de Monte dos Burgos, a Sul pela Travessa da Prelada. O espaço é atravessado pela VCI, o Hospital da Prelada localiza-se a nascente e a Escola EB2/3 de Maria Lamas a poente.
Limites	

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Jardim privado, Quinta agrícola, Área natural, Espaço verde	
Área aproximada	22,8 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	A Quinta da Prelada é uma grande quinta, com um valiosíssimo património a preservar, que se encontra parcialmente esventrado pela Via de Cintura Interna na freguesia de Ramalde e por isso inserida numa zona densamente urbana da cidade do Porto. Os primeiros proprietários da Quinta da Prelada promoveram, entre 1743 e 1758, a construção de uma residência de verão na quinta, obra entregue ao italiano Nicolau Nasoni. Também a ele se deve o traçado do jardim com labirinto de bucho, de acordo com o gosto oitocentista, e de todo o envolvimento paisagístico da casa. Pela mata sucediam-se fontes, chafarizes e lanços de escadarias, em granito. No recinto do lago, numa pequena ilha, erguia-se um castelinho de recreio, constituído por um corpo circular ameado com um torreão a eixo. O lago era enquadrado pela imponente e amena paisagem projectada por Nasoni, onde se encontra hoje o Parque de Campismo da Prelada e cuja paisagem é dominada por

	<p>pinheiros e eucaliptos. A fauna existente é a característica de um espaço rural e florestal ainda que inserido no núcleo urbano da cidade do Porto. A Quinta da Prelada integrava a Mata da Prelada, com árvores centenárias no seu interior. Visíveis do exterior observam-se 2 tílias de grande porte, 1 araucária e alguns choupos.</p>
<b>Relevância social</b>	<p>Referenciada nas Inquirições do séc. XIII com o nome de <i>Petra Lata</i>, em Ramalde, alguns elementos decorativos desta quinta foram transferidos para outros locais. O chafariz e os obeliscos hoje encontram-se no Passeio Alegre, na Foz do Douro. Os expedicionários liberais desembarcados ao Sul do Mindelo, em 8 de Julho de 1832, entraram na cidade na manhã do dia seguinte, pelo caminho que flanqueava essa quinta, ficando desde então associados ao movimento liberal. Os obeliscos marcavam a entrada das reduzidas forças de D. Pedro IV. Estes dois elegantes obeliscos prismáticos, encimados por tochas, actualmente recolocados no jardim do Passeio Alegre, na Foz do Douro, tal como o chafariz conhecido como a Fonte do Cágado. A construção do Parque de Campismo da Prelada resulta justamente da aquisição da quinta pela Câmara Municipal do Porto, que procedeu ao deslocamento de alguns elementos da propriedade, cortada pela Via de Cintura Interna da cidade (desde 1989). Parte da Quinta da Prelada é hoje ocupada pelo Parque de Campismo da Prelada, desactivado e abandonado. Noutra parte da quinta, no topo da Rua dos Castelos, localiza-se a casa "senhorial" com o portão de entrada principal. Este portão barroco é mais antigo que a própria casa, mandada construir em 1754; é dos fins do séc. XVII e é notável pela riqueza decorativa do brasão de família e das suas sereias. Segundo desenho inicial de Nasoni, a casa senhorial da Quinta da Prelada data do início da 2ª metade do século XVIII. Foi residência da família Noronha de Meneses até 1904, data em que foi doada à Santa Casa da Misericórdia do Porto.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>É privada, da propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Pertenceu à família Noronha de Meneses até 1904, data em que foi doada à Santa Casa da Misericórdia do Porto. O lago, fontes e escadaria que restam da Quinta da Prelada e os obeliscos do jardim do Passeio Alegre são Imóveis de Interesse Público desde 1938. NO PDM do Porto, mais concretamente na carta de qualificação do solo, a Quinta da Prelada está classificada como "Espaço verde de utilização pública" e "Área de habitação unifamiliar" e integrada em 2 UOPG: a UOPG 13 – VCI e a UOPG 5 – Prelada.</p> <p>A UOPG 13 – VCI (art.º 88 do regulamento do PDM) "pretende minorar o impacte negativo, em termos de qualificação urbana, introduzido pela construção da VCI, que provocou graves problemas ambientais e paisagísticos, designadamente um elevado índice de ruído e uma ruptura nos tecidos urbanos da cidade; os estudos a efectuar deverão eliminar estes inconvenientes, promovendo a reconversão da área através de obras de urbanização que diminuam o efeito de "ruptura" e que garantam, sempre que possível, a continuidade urbana; deverão ser elaborados planos de monitorização de ruído, por forma a não contrariar os níveis sonoros máximos admissíveis, definidos pelo DL nº 292/2000 de 14 de Novembro."</p> <p>A UOPG 5 – Prelada (art.º 88 do regulamento do PDM) "pretende a intervenção urbanística com o objectivo de viabilizar a ligação entre as duas margens da VCI, o seu acesso ao nó do Regado e a criação de uma área verde pública associada à Quinta da Prelada. Pretende ainda a valorização da área incluída na zona de protecção da Quinta da Prelada e a unidade de execução a desenvolver deve considerar a reposição, a céu aberto, da linha de água existente, que deve ser associada à área verde proposta. Como parâmetros urbanísticos, a área deve ser ocupada predominantemente por habitação e verde público".</p> <p>Na carta de condicionantes do PDM do Porto, apresenta-se integralmente enquadrada em área de espécies arbóreas classificadas ou protegidas como "mata de sobreiros", com bordadura nos seus limites de "área classificada ou em vias de classificação" e "Zona de Protecção ZEP/ZAP" sobre a Casa e Quinta da Prelada. Uma pequena parte da quinta está classificada em "Zona de Alinhamento Especial para o IC23 (VCI)". Na carta de património do PDM do Porto, está classificada como "Espaço Verde de Valor Patrimonial" com "Zona Especial de Protecção/Zona Arqueológica de Protecção". Não integra Zona Ecológica Nacional ou Zona Agrícola Nacional, inexistentes na cidade do Porto.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>Constitui um dos espaços agrícolas semi-abandonados remanescentes da cidade do Porto, a qual acresce o seu património valiosíssimo para a história da cidade do Porto. Encontra-se em avançado estado de degradação apesar da sua ocupação actual e com ameaça de pressão imobiliária em partes dos seus terrenos.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>A Quinta da Prelada constitui também um dos espaços agrícolas e semi-abandonados remanescentes da cidade do Porto. Algumas das áreas estão a ser aproveitadas para a prática da agricultura.</p> <p>A Invicta Film foi uma produtora portuguesa de cinema, sediada na cidade do Porto, cuja actividade se destacou nos anos vinte, com um número significativo de filmes relevantes para a história do cinema em Portugal e teve estúdios instalados na Quinta da Prelada.</p> <p>A Comissão de Jovens de Ramalde tem defendido a preservação da Quinta da Prelada como futuro espaço verde público da cidade.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>A requalificação e valorização do património natural e construído de toda a quinta (incluindo o curso de água que a atravessa) seriam importantes numa primeira fase. Em seguida, a ideia apresentada pelo proponente do espaço seria a criação de uma rede ecológica a partir desta quinta. Poderia ser de futuro, um espaço verde uno, inserido numa zona densamente urbana da cidade, aproveitando o viaduto abandonado sobre a via rápida para ligação das duas áreas verdes com a função de corredor ecológico suspenso sobre a VCI, bem integrado na paisagem. Existem precedentes para este tipo de projecto: uma ponte verde numa cidade perto de Frankfurt e outra em Londres (ver outros documentos). Uma outra utilização interessante seria a criação de uma quinta pedagógica, para actividades de educação ambiental. Apesar das propostas previstas pela Câmara Municipal do Porto, descritas no PDM, actualmente não se conhecem estudos para a requalificação desta quinta, em curso ou em projecto.</p>

[Ir para o índice](#)

# Póvoa de Varzim

# Campos de Masseira

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Nuno Costa
Espaço proposto por	Maria Augusta Azeredo e Isilda Sampaio Amorim

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1648
Nome do espaço	Campos de Masseira
Freguesias	Aguçadoura, Estela e Apúlia (em Esposende)
Concelho	Póvoa de Varzim e Esposende
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,45; -8,77.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Campos agrícolas	
Área aproximada	453 ha	
Descrição do espaço	<b>Importância ecológica</b>	<p>As masseiras ou campos de masseira constituem uma forma de agricultura única no mundo existente nas freguesias da Estela e Aguçadoura na Póvoa de Varzim e da vizinha Apúlia em Esposende (concelho não incluído nesta campanha).</p> <p>Os campos-masseiras são uma estrutura agrícola característica da região Litoral Norte, mais concretamente desde a foz do Neiva até às terras situadas a norte da Póvoa de Varzim e constituem-se por terrenos em areias de duna, rectangulares ou quadrados, com aproximadamente três metros de profundidade e em que o seu fundo se aproxima do nível freático, dividido em talhões para culturas agrícolas (geralmente hortícolas) de elevada fertilidade.</p> <p>Esta forma de agricultura ancestral consiste em fazer uma cova larga e rectangular numa das praias largas e arenosas da região. Nas paredes inclinadas que a delimitam conhecidos como os “valos” ou “moios” quase</p>

	<p>sempre encimados por caniçais e pinheiros, são cultivadas vinhas, de forma a proteger a área central dos ventos do Norte. Na área central, no chão da masseira, encontra-se água doce, não salgada como se poderia supor, e tudo pode ser cultivado sobretudo hortícolas, mas são necessárias grandes quantidades de água e sargaço para que o que é cultivado germine e se desenvolva. Com esta cova de apenas alguns metros consegue-se um aumento térmico, que aliado aos quatro vales e às vinhas, protege o campo dos ventos e fazem com que as masseiras funcionem como uma espécie de estufa. Este é um processo inteligente de produção intensiva em pequenas explorações agrícolas que obtêm excelentes produções, impensáveis em terrenos arenosos e, portanto, inorgânicos. Existem elementos da paisagem relevantes como as dunas litorais e a fauna mais predominante nestes locais são os passeriformes comuns.</p>
<b>Relevância social</b>	Os campos-masseira - também conhecidos como campos-gamela ou campos-tabuleiro – são uma forma de agricultura inventada no século XVIII por monges beneditinos da Abadia de Tibães e são hoje em dia visitados pelas escolas em percursos de educação ambiental e por turistas que visitam a região.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	São propriedade privada de pequena dimensão e estão integrados em áreas de Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	Existem ameaças reais e potenciais à preservação do local como a pressão urbanística, a poluição de águas e solos, a deposição ilegal de lixos, o abandono das explorações agrícolas e a extracção de areias para a construção civil. É um tipo de agricultura em riscos de extinção devido à popularização das estufas na região.
<b>Dinâmica local</b>	<p>Em 2002, o prémio internacional Slow Food para a Defesa da Biodiversidade concedeu um lugar na final aos produtos biológicos cultivados em campos de masseiras, o que prova o elevado valor deste tipo de agricultura tradicional.</p> <p>Foi realizado um estudo pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo [ESTG - IPVC], em articulação com o Parque Natural do Litoral Norte [PNLN] que revela a ameaça exercida sobre os campos-masseiras da Apúlia e da Aguçadoura, onde a principal actividade laboral dos seus habitantes é a agricultura. O estudo propõe a aplicação de um conjunto de medidas agro-ambientais para aquele efeito, possibilitando a organização de uma bolsa de agricultores de campos-masseira, recorrendo-se a apoios de Programas Comunitários e do próprio Ministério da Agricultura, por forma a incentivar a prática de uma produção agrícola biológica mais saudável, possibilitando a preservação destas unidades fundiárias, conforme defende Duarte Figueiredo, Director do PNLN, já que aquelas terras estão integradas no actual Parque Natural do Litoral Norte.</p> <p>Cruz Lopes, investigador responsável da ESTG – IPVC e a sua equipa de trabalho, por sua vez, defendem também que recorrer a incentivos, procurando motivar a agricultura tradicional e típica da região, constituiria um valor acrescentado, inculcando desta forma nos proprietários daquelas terras uma noção do valor patrimonial destas áreas, desistindo da extracção de areias para reiniciar a exploração agrícola, o que trará benefícios para o progressivo desenvolvimento e, conseqüentemente, pressão urbanística que começa a fazer-se sentir, havendo já a necessidade de delimitar terrenos que são da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional e assim reordenar o uso sustentável do território municipal.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Poderiam sugerir-se como intervenções futuras a criação de percursos pedonais e ciclovias junto aos campos de masseira e a criação de um agro-museu ou centro de interpretação ambiental, com a possibilidade de estabelecer pequenas quintas pedagógicas para actividades de educação ambiental, com a promoção da agricultura biológica e defesa dos valores agrícolas da região. Outra intervenção de relevo poderia ser o aproveitamento dos campos de masseira para a promoção do turismo rural das freguesias em que esta forma de agricultura existe associado às praias.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	As Juntas de Freguesia de Aguçadoura, Estela e Apúlia, e as Câmaras Municipais de Póvoa de Varzim e Esposende poderiam constituir-se como parceiros na gestão e preservação dos campos de masseira. Poderiam igualmente envolver-se associações locais como o Grupo dos Sargaceiros da Casa de Povo da Apúlia ou de âmbito nacional como a AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica na preservação desta forma de agricultura.

[Ir para o índice](#)

# Monte de S. Félix

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Pedro Lanhas e Isabel Gonçalves
----------------------	---------------------------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1897
Nome do espaço	Monte de S. Félix
Freguesia	Laúndos e Rates
Concelho	Póvoa de Varzim
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,43; -8,71. Saída 16 (Póvoa/Amorim) da A28 em direcção a Braga/Barcelos. Seguir na EN 205 cerca de 4 Km até chegar a Laúndos. Virar à direita seguindo a indicação para o Monte de S. Félix.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Espaço verde	
Área aproximada	52,5 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	<p>O Monte de São Félix (202 metros) é o monte mais alto da Serra de Rates e do concelho da Póvoa de Varzim. Destaca-se na paisagem por ser uma elevação em frente a uma planície litoral. Em termos de fauna, predominam os esquilos (caçadores), raposas (vistas há 2 anos), perdizes (há 10 anos), rolas. Diversas espécies de chapins, fringílídeos. Águias-de-asa-redonda (<i>Buteo buteo</i>) são regularmente observadas e, ocasionalmente, gaviões (<i>Accipiter nisus</i>). Estas zonas são especialmente importantes no decurso das migrações outonais, durante as quais são muito abundantes os papa-moscas (<i>Ficedula hypoleuca</i>) e as várias espécies de andorinhas que aqui param e se alimentam da abundante fauna de insectos. Relativamente à flora, predominam os pinheiros, eucaliptos, carvalhos, castanheiros, sobreiros e plátanos. O Monte de S. Félix é atravessado pelo Ribeiro de Rapejães que seca durante o Verão. No Monte de São Félix nasce o Rio Alto que desagua na freguesia da Estela, precisamente na Praia do Rio Alto.</p>

<b>Relevância social</b>	O Monte de S. Félix possui uma vista panorâmica sobre a cidade e as suas praias e por isso é um espaço de lazer e de convívio das populações locais, com um miradouro e um parque de merendas. Tem moinhos, alguns convertidos em residências de férias e a Estalagem de São Félix, não muito longe situa-se o Campo de Tiro de Rates. No sopé do monte encontra-se a capela de N. Sr.ª da Saúde (romaria no 1º Domingo de Agosto) e no cume a capela de S. Félix (romaria no 1º Domingo de Setembro). Na Romaria da Senhora da Saúde o andar percorre uma distância de 7 km entre a Igreja Matriz da Póvoa de Varzim e a Capela da N. Sr.ª da Saúde. No Monte de S. Félix, existem ainda vestígios de um castro muito enterrado e destruído. Acredita-se que neste monte viveu outrora São Félix (o eremita), responsável por ter encontrado o corpo de São Pedro de Rates, primeiro bispo de Braga, que terá dado origem à igreja de São Pedro de Rates e justificado a primazia de Braga, em termos religiosos, na Península Ibérica.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	O Monte de S. Félix pertence a vários proprietários privados. Está incluído em Reserva Ecológica Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	O espaço encontra-se ameaçado pela pressão urbanística e turística (possibilidade de construção de outro estabelecimento de hotelaria), abate de árvores, deposição ilegal de lixo, presença de espécies invasoras (eucaliptos e austrálias) e fogos florestais.
<b>Dinâmica local</b>	Sempre que solicitado pelas escolas, a ASSAL (Associação dos Amigos de Laúndos - Ambiente e Património) organiza visitas guiadas aos moinhos.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Podiam propor-se como futuras intervenções a exposição dos dois moinhos melhor preservados ao público. Um deles, estando totalmente conservado, deveria ser reactivado. A criação de um parque público, com a definição de percursos pedonais e cicláveis, também seria possível e desejável. A Câmara Municipal da Póvoa de Varzim pretende aproveitar o troço da linha férrea para uma via ciclável. A instalação de um ecoponto também seria importante no local.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, a Junta de Freguesia de Laúndos e a Associação dos Amigos de Laúndos - Ambiente e Património poderiam ser potenciais parceiros na gestão deste espaço.

[Ir para o índice](#)

# Valongo

# Margens do rio Leça em Alfena

## 1. Dados pessoais

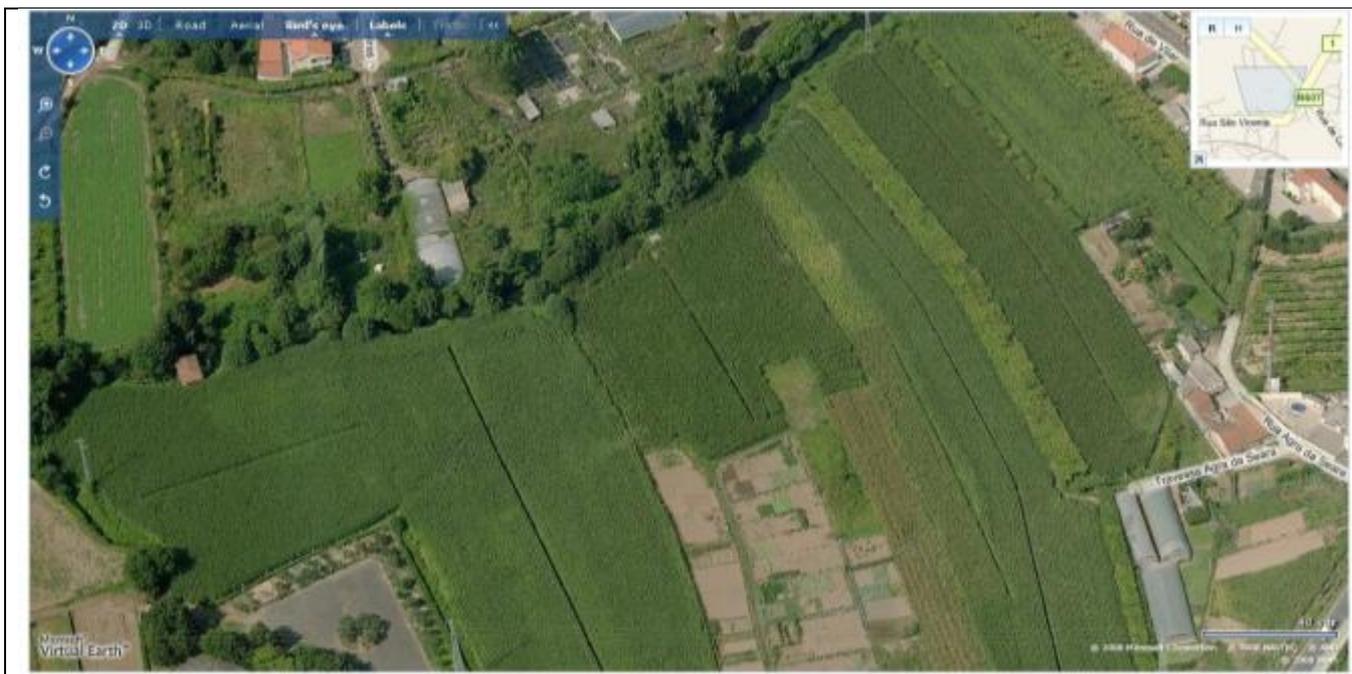
Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Vitor Leal

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1926
Nome do espaço	Margens do rio Leça em Alfena
Freguesia	Alfena
Concelho	Valongo
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,23; -8,53. Entre a Ponte de São Lázaro e a Av. Padre Nuno Maria Cardoso

Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Campos agrícolas, espaço verde	
<b>Área aproximada</b>	57 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	<p>O rio Leça nasce no Monte de Santa Luzia, na freguesia de Monte Córdova (Santo Tirso), a uma altitude de cerca de 420 metros. Desde a sua nascente passa por quatro concelhos: Santo Tirso (freguesias de Monte Córdova, Refojos, Reguenga, Agrela e Água Longa), Valongo (freguesias de Alfena e Ermesinde), Maia (freguesias de Águas Santas, Milheirós, Gueifães, Maia, Moreira), Matosinhos (freguesias de S. Mamede de Infesta, Leça do Balio, Custóias, Santa Cruz do Bispo, Guifões, Matosinhos e Leça da Palmeira). É em Leça da Palmeira, no Porto de Leixões, que desagua no Oceano Atlântico, após um percurso de cerca de 48 km. Tem como principais afluentes a Ribeira do Arquinho e a Ribeira de Leandro. O rio Leça possui uma bacia hidrográfica com uma área de cerca de 190 km<sup>2</sup>, enquadrando-se entre as bacias dos rios Ave e Douro.</p> <p>Durante o séc. XIX e princípios do séc. XX, o rio Leça era considerado um dos mais belos do Norte de Portugal. Existem referências aos cenários de rara beleza que o rio Leça possuía, na área entre Alfena e Ardegães, possuindo moinhos e açudes, ao longo de campos com flores, vinha, produtos hortícolas, linho e milho, regados com água do rio. A partir da década de 60 do séc. XX, o rio Leça começou a ficar cada vez mais industrializado, tendo os primeiros protestos surgido dos pescadores, devido à mortalidade e desaparecimento dos peixes, que anteriormente eram abundantes no rio. Até aos anos 90, não foram tomadas medidas quanto à despoluição do rio Leça, sendo este considerado como um dos rios mais poluídos da Europa. De uma paisagem bucólica com funções ecológicas e espaço de lazer, o rio Leça e suas margens sofreram um processo de construção anárquica que, aliada à deposição de lixos e poluição, provocaram a alteração deste cenário, para o que se verifica hoje em dia. O rio Leça, na freguesia de Alfena, apresenta já um carácter periurbano e industrializado, diminuindo a qualidade da paisagem, com a forte pressão urbanística e elevada densidade populacional. Denota-se uma desorganização do território, em que as áreas mais urbanizadas coexistem com zonas mais rurais, como as existentes em Alfena, onde ainda se mantêm explorações agrícolas. Este troço estende-se desde Alfena (Valongo) até Leça do Balio (Matosinhos).</p> <p>Relativamente a flora, encontram-se presentes na bacia do rio Leça mosaicos de matos com tojos e urzes, vegetação ripícola e palustre que contêm bosques ripícolas e palustres com salgueiros e/ou amieiros e bosquetes de carvalhos, que poderão estar associados a outras espécies como sobreiros, castanheiros e/ou salgueiros.</p> <p>No vale do Leça, ainda existem locais com uma diversidade florística notável, particularmente no seu curso superior. O amieiro é o representante mais comum na galeria ripícola, mas no rio Leça também é de destacar a abundância em alguns locais de choupos, salgueiros, sabugueiro, freixos, sanguinho-d'água, etc. Os carvalhos, especialmente o carvalho-alvarinho e sobreiro destacam-se pelos exemplares de grandes dimensões existentes e pela constância na paisagem. No leito do rio surgem bolbosas como a tábua-larga e a <i>Alisma plantago-aquatica</i>. No passado dominariam os bosques dominados por carvalhos (com destaque para o carvalho-alvarinho, sobreiros, salgueiros e/ou amieiros).</p> <p>Relativamente a fauna, existe, na Bacia do Rio Leça, uma área de bastante importância: o vale do Ribeiro de Tabãos, localizado na freguesia de Alfena, em Valongo.</p> <p>Em Valongo, já foram avistadas lontras e enguias, estas últimas particularmente em Alfena, junto à Azenha do Barrela. Na bacia do rio Leça, presumivelmente, poderão encontrar-se mamíferos como a toupeira-de-água, musaranho-anão e a doninha. Devido à expansão urbana, à poluição do rio e ao desaparecimento da agricultura e do habitat de nidificação das aves, faz com que a avifauna se resuma praticamente às espécies que toleram a presença humana. É possível a ocorrência de espécies de répteis, como o licranço, o sardão, o lagarto-de-água, a lagartixa, a cobra-de-água viperina e a cobra-de-colar e de anfíbios como: salamandra-lusitânica, salamandra-de-pintas-</p>

	<p>amarelas, tritão-de-patas-espalmadas, tritão-marmorado, sapo-parteiro, discoglossos, sapo-de-unha-negra, sapo, sapo-corredor, rela, rã-ibérica e a rã-verde, sendo estes bastante raros, devendo limitar-se aos troços iniciais e afluentes do rio Leça, devido às condições das linhas de água, bastante poluídas. A ictiofauna é bastante reduzida ou inexistente em vários troços do rio, tendo já aqui existido as seguintes espécies: lampreia, enguia, sável, panjorca, verdemã do norte e boga, que são consideradas vulneráveis e/ou em perigo ou ameaçadas. Entre as freguesias de Alfena e Ermesinde, é de destacar a vinha, em alguns locais instalada em bardos, e os prados de Inverno. Junto ao Leça, existem campos cultivados e pequenas hortas, compostas principalmente com hortícolas, com bordaduras constituídas por ramadas de videiras. Surgem também as árvores de fruto dispersas, castanheiros e oliveiras, assim como loureiros. Aqui, podem ser observados alguns terrenos agrícolas abandonados. Em Alfena, desagua no rio Leça a Ribeira de Cabeda. A partir de Alfena, e nos restantes troços do rio Leça, os espaços florestais existentes resumem-se a pequenas manchas ocupadas com eucaliptos e pinheiros-bravos, disseminadas na paisagem mais urbana e industrializada, ocupando essencialmente o cume de pequenas elevações e encostas com maior declive e, por vezes, compartimentando parcelas agrícolas.</p>
<b>Relevância social</b>	<p>Existe algum património religioso de relevo nas margens do rio Leça em Alfena: a Capela de São Lázaro e a Capela da Sr.ª do Amparo. A capela da Senhora do Amparo e o calvário de Transleça situam-se numa encosta na margem esquerda do rio Leça, de onde se obtém um amplo panorama do vale do rio, quando este entra na freguesia de Alfena, no concelho de Valongo. Nas proximidades da capela, no vale agrícola, destaca-se a vinha, instalada em bardos, e os prados de Inverno. Também existem algumas árvores de fruto dispersas, como nespereiras, macieiras e castanheiros. Nesta zona o rio Leça apresenta uma galeria ribeirinha jovem e algo descontínua. O calvário da Costa situa-se numa encosta na margem esquerda do rio Leça, muito perto da ponte de São Lázaro, de onde se obtém uma ampla visão para o vale do rio. O calvário de Aldeia Nova data de 1733, situa-se no cimo de uma encosta virada para o rio Leça. Em Alfena, na zona de Lazer de S. Lázaro, localiza-se o Moinho de São Lázaro, actualmente recuperado e reconvertido em infra-estrutura de apoio a este parque. A Ponte de S. Lázaro localiza-se nessa zona de lazer. É uma ponte de origem românica que fazia parte no caminho velho que ligava Alfena a Água Longa, integrando-se no caminho medieval que seguia do Porto para Guimarães. Encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Municipal. A Ponte do Arquinho localiza-se na Rua da Barreira (Alfena), inserida numa área agrícola. Foram avistadas bastantes noras (engenhos de rega que retiravam a água do rio para regar os campos agrícolas) no vale agrícola do rio Leça em Alfena, todas desactivadas e por vezes semi-cobertas de vegetação. A Zona de Lazer de S. Lázaro localiza-se em Alfena, nas duas margens do rio Leça, sendo interligada através de uma antiga ponte romana e de uma nova ponte, em madeira. A ponte romana, em granito possui dois arcos, estando actualmente encerrado a trânsito automóvel, efectuando a ligação entre a Rua de S. Lázaro (na margem direita) e as Rua das Cabanas e Rua Central da Costa (na margem esquerda). Junto ao rio Leça, a vegetação ripícola encontra-se reduzida a apenas alguns choupos e amieiros, que se encontram junto à margem. No parque, existem choupos, carvalhos e um pinheiro. Em 1996, a Câmara Municipal de Valongo promoveu o arranjo das margens do rio, regularizando o seu curso e definindo esta zona de lazer de S. Lázaro, um ano após efectuar obras de consolidação da estrutura da ponte, substituindo o lajeado da ponte e reconstruindo guardas em granito e impermeabilizando o tabuleiro.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>Desconhece-se o tipo de propriedade dos terrenos marginais ao rio Leça em Alfena e a sua classificação no PDM de Valongo. O troço do rio Leça, na freguesia de Alfena, atravessa áreas de Reserva Agrícola Nacional, em domínio público hídrico.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>Está ameaçado pela elevada carga orgânica das águas, deposição de lixo nas margens e pressão urbanística e industrial. De acordo com o programa Corrente do Rio Leça, existem três pontos de amostragem em Alfena para aferir a qualidade da água do rio: 1 – Portal do Ribeiro, 3 - Ponte de S. Lázaro e 5 - Ponte do Punhete. A progressiva degradação da qualidade, em termos microbiológicos e físico-químicos, deve-se à destruição dos corredores ripícolas, com a intensificação do uso agrícola e da ocupação urbana e industrial nos três pontos de amostragem.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>O programa “Corrente Rio Leça – Limpo por todos. Limpo para todos”, com a colaboração entre as Águas de Valongo, a Câmara Municipal de Valongo, a CCDR-Norte, a Junta de Freguesia de Alfena, a Junta de Freguesia de Ermesinde e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, pretende a despoluição deste curso de água e tem realizado diversas iniciativas como acções de limpeza das margens do rio Leça em Alfena, nas zonas de Transleça, Ponte de S. Lázaro e Ponte do Punhete.</p> <p>Existem actividades frequentes de BTT e TT nas margens do rio Leça em Alfena e projectos de educação ambiental na Escola Secundária de Alfena. A Amileça - Associação de Amigos do Rio Leça, sediada em Leça da Palmeira nasceu em 1992 e tem chamado a atenção do poder político e do público em geral para a situação do rio Leça.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>É prioritária a requalificação e renaturalização de toda a bacia do rio Leça, não apenas na freguesia de Alfena, mas em todo o seu percurso dentro da Área Metropolitana do Porto. Algumas medidas são especialmente recomendadas: a fiscalização e controlo das descargas de águas residuais, a eliminação das ligações clandestinas às linhas de água, a limpeza de margens, a monitorização da qualidade da água, etc. Após estas intervenções, sugerem-se ainda a utilização do corredor natural fluvial para a criação de novas áreas verdes e corredores ecológicos, através da plantação de espécies autóctones, recuperação de pontes e moinhos, abandonados e em avançado estado de degradação. É também importante implementar acções de sensibilização à população, acções pedagógicas de educação ambiental nas escolas e promover acções de voluntariado, em torno da despoluição do rio Leça.</p>

[Ir para o índice](#)

# Ribeira de Tabãos

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal de Valongo

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1706
Nome do espaço	Ribeira de Tabãos
Freguesia	Alfena
Concelho	Valongo
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,23; -8,51. Para chegar à Ribeira de Tabãos: Seguir EN205 até ao Largo da Codiceira, virar à direita para Rua N. Sr.ª do Amparo, depois novamente à direita para Rua Vasco da Gama e seguir até ao Largo Vasco da Gama e aí virar para Rua Infante D. Henrique.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural	
Área aproximada	106 ha (segundo o proponente)	
Descrição do espaço	Importância ecológica	<p>A Ribeira de Tabãos, afluente da margem esquerda do rio Leça, é um local de especial interesse pois possui uma beleza singular e fragmentos de vegetação ripícola autóctone. Este local possui azenhas e locais propícios a percursos pedestres. A Poente na Ribeira encontra-se um moinho.</p> <p>A Ribeira de Tabãos possui um corredor ripícola bem conservado, composto por amieiros (<i>Alnus glutinosa</i>) e Salgueiros (<i>Salix sp.</i>), bem como algumas áreas de carvalho e espécies autóctones (incluindo feto-real). Existe a presença de <i>Drosophyllum lusitanicum</i> (erva-pinheira-orvalhada ou pinheiro-baboso). É uma planta carnívora, iberomarroquina de distribuição altamente localizada em Portugal. Nesta área, mais a Sul, ocorre um núcleo importante destas plantas carnívoras (parecer de Dr. Fernando Sequeira, CIBIO-UP).</p> <p>Destacam-se como espécies de fauna com particular interesse a presença de 3 espécies que constam no anexo</p>

	<p>II da Directiva Habitats, como o lagarto-de-água (<i>Lacerta schreiberi</i>), a salamandra-lusitânica (<i>Chioglossa lusitanica</i>) e o morcego-de-ferradura-grande (<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>). Duas espécies incluídas no anexo A-I do DL n.º 140/99 - Espécies de aves de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas de protecção especial - Guarda-rios (<i>Alcedo atthis</i>) e Felosa-do-mato (<i>Sylvia undata</i>).</p> <p>A Ribeira é utilizada para a reprodução de numerosas espécies de anfíbios (<i>Rana iberica</i>, <i>Rana perezi</i>, <i>Alytes obstetricans</i>, <i>Salamandra salamandra</i>, <i>Lissotriton boscai</i>), apresentando igualmente o vale da ribeira uma fauna diversificada.</p> <p>O sítio engloba igualmente a presença de numerosas espécies de aves florestais (peto-verde, chapins, cuco, gaio, trepadeira-comum, etc.), répteis (<i>Chalcides striatus</i>, <i>Psammotromus algirus</i>, etc.) e mamíferos (e.g. <i>Vulpes vulpes</i>), bem como um charco, alimentado por um ribeiro subterrâneo (com alta densidade de Salamandra-lusitânica – <i>Chioglossa lusitanica</i>), com adultos e larvas de <i>Triturus marmoratus</i>, <i>Lissotriton boscai</i>, <i>Rana perezi</i>; larvas de <i>Chioglossa lusitanica</i> e <i>Salamandra salamandra</i>; adultos de <i>Natrix maura</i>.</p>
<b>Relevância social</b>	Actividades de educação ambiental são realizadas com frequência nas margens deste curso de água.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Os terrenos atravessados pela Ribeira de Tabãos incluem-se em áreas de Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional. Os terrenos com utilização agrícola são propriedade privada.
<b>Ameaças à preservação</b>	O vale da Ribeira de Tabãos encontra-se sob pressões urbanas e industriais que colocam em causa o seu equilíbrio e manutenção das espécies de fauna e flora.
<b>Dinâmica local</b>	Os escuteiros de Alfena, a Escola Secundária de Alfena e o grupo da Pastoral da Juventude Alfena têm actividades regulares junto às margens da Ribeira de Tabãos.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como possíveis intervenções futuras, aconselha-se a criação de áreas de lazer que não impliquem grandes alterações morfológicas deste ecossistema natural, como por exemplo, através da criação de corredores pedonais ou cicloviários.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A gestão deste espaço deveria ser realizada através de uma parceria entre Câmara Municipal de Valongo, a Junta de Freguesia de Alfena, o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, a Universidade do Porto e a CCDR-Norte. A dinamização do espaço com actividades de educação ambiental poderia ser realizada em parceria com as escolas e os escuteiros locais.

[Ir para o índice](#)

# Quinta do Dr. Lage

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Câmara Municipal de Valongo

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1857
Nome do espaço	Quinta do Dr. Lage
Freguesia	Ermesinde
Concelho	Valongo
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,22; -8,55. Seguir A4 na saída de Ermesinde. Seguir pela ponte em direcção à Rotunda da Igreja de Santa Rita, virar à esquerda, seguindo as indicações do Fórum Cultural de Ermesinde até ao centro da cidade. Aí encontra-se o Parque Urbano Dr. Fernando Melo, o qual confina com a Quinta do Dr. Lage. Este espaço localiza-se no gaveto da Rua José Joaquim Ribeiro Teles com a Rua Vasco da Gama.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Jardim privado
Área aproximada	1,3 ha
Descrição do espaço	<b>Importância ecológica</b> A Quinta do Dr. Lage é propriedade privada. De acordo com o parecer do Prof. Doutor F. Barreto Caldas, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, «este jardim encerra uma grande diversidade de espécies de árvores e arbustos, que em conjunto ultrapassam as trinta espécies, sendo de salientar a presença de bidoeiro, castanheiro, carvalho americano, cedro do Líbano, cedro do Atlântico, azevinho, loureiro, tília, magnólia, japoneira, rododendro, azálea, etc. Não há nenhuma espécie muito rara, mas existe um número elevado que quase transforma este jardim num jardim botânico em miniatura. É de assinalar especialmente o porte e diâmetro de tronco de uma árvore do âmbar ( <i>Liquidambar styraciflua</i> ).» Além da riqueza florística, esta área oferece excelentes condições como habitat para a fauna urbana, não se destacando no entanto nenhuma espécie em particular.
	<b>Relevância social</b> Não possui valores arquitectónicos a destacar.

<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	A Quinta do Dr. Lage é propriedade privada. De acordo com o proponente, o PDM de Valongo não prevê qualquer figura de protecção para o local. Na revisão do mesmo, foi proposto pelo Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Valongo que esta área fosse integrada na Estrutura Ecológica Urbana. Não está actualmente integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	A maior ameaça à sua preservação é a pressão urbanística.
<b>Dinâmica local</b>	Desconhecem-se actividades ou associações com dinâmica local. No entanto, pela sua localização privilegiada relativamente ao espaço em causa, destaca-se o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental de Valongo, situado na Villa Beatriz, um espaço privilegiado de informação, divulgação e sensibilização ambientais no concelho de Valongo.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Sendo um espaço privado, seria importante salvaguardar esta quinta como espaço natural em meio urbano, salvaguardando, através dos planos municipais de ordenamento, de potenciais utilizações do espaço para construção pelos seus actuais proprietários. Dado o seu elevado valor botânico, é um espaço privilegiado para visitas ao público, através de parcerias entre a autarquia e os proprietários, em horário e condições a definir.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Os actuais proprietários desta quinta e a Câmara Municipal de Valongo poderiam ser parceiros na preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

# Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Luís Oliveira e Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Freguesia de Valongo

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1669
Nome do espaço	Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal
Freguesia	Sobrado, São Martinho do Campo e Valongo (2); São Pedro da Cova, Foz do Sousa e Covelo (1); Aguiar de Sousa e Sobreira (3)
Concelho	Valongo (1), Gondomar (2) [Paredes(3)]
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,48.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural, Espaço verde
Área aproximada	1250 ha

<p>Descrição do espaço</p>	<p>Importância ecológica</p>	<p>É considerada o «pulmão» da Área Metropolitana do Porto. A Serra de Santa Justa e Pias possui um vasto património natural e cultural que proporcionam um misto de paisagens aprazíveis. Esta área é atravessada pelo Vale de Couce onde podemos encontrar o rio Ferreira, moinhos, o povoado de Couce, vestígios de povoados associados à exploração mineira, as fragas, pequenas nascentes de água, fauna e flora endémicas. Uma área considerável destas serras encontra-se incluída na Lista Nacional de Sítios da Rede “Natura 2000” (Sítio “Valongo” PTCON00024). Para esta classificação contribuiu a presença de habitats naturais como minas e fojos, bem como a ocorrência de espécies faunísticas pertencentes ao anexo B-II do DL nº 140/99. Alguns dos habitats que apresenta, principalmente o vale do rio Ferreira e seus afluentes, zonas de floresta mistas, e os fojos e minas proporcionam condições particulares para a existência de espécies como o Bordalo (<i>Squalius alburnoides</i>), o Ruivaco (<i>Chondrostoma macrolepidotus</i>), a Boga (<i>C. duriense</i>), o Lagarto-de-água (<i>Lacerta schreiberi</i>), a Salamandra-lusitânica (<i>Chioglossa lusitanica</i>), o Morcego-deferradura-grande (<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>), e o Morcego-de-pelucho (<i>Miniopterus schreibersi</i>). De realçar que as minas e fojos de Valongo constituem os locais de reprodução mais importantes para a salamandra-lusitânica, espécie endémica do Noroeste da Península Ibérica, em toda a sua área de distribuição. Os fojos albergam ainda diversas colónias do Morcego-de-ferradura-grande e do Morcego-de-pelucho, os quais se encontram actualmente classificados pelo Livro Vermelho dos Vertebrados como em perigo de extinção e vulnerável, respectivamente. Esta área está sujeita a intensa exploração florestal, pressão urbana e poluição aquática. Os valores naturais que fazem da serra de Santa Justa um Sítio pertencente à Rede Natura 2000. Os habitats naturais e semi-naturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 existentes no Sítio Valongo são:</p> <p>3260 Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>;  4020* Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i> (habitat prioritário);  4030 Charnecas secas europeias;  8220 Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica;  8230 Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo albi-Veronicion dillenii</i>;  8310 Grutas não exploradas pelo turismo;  91E0* Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>) (habitat prioritário);  9230 Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>.</p> <p>As Espécies da Flora constantes do anexo B-II e B-IV do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02, existentes no Sítio Valongo são:  1420 <i>Culcita macrocarpa</i>;  1862 <i>Narcissus cyclamineus</i>;  1421 <i>Trichomanes speciosum</i>.</p> <p>Outras Espécies de flora dos Anexos B-IV e B-V do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02 existentes no Sítio Valongo são:  <i>Arnica montana</i> (anexo V)  <i>Lycopodium cernuum</i> (anexo V)  <i>Lycopodium inundatum</i> (anexo V)  <i>Narcissus triandrus</i> (anexo IV)  <i>Ruscus aculeatus</i> (anexo V)  <i>Scilla beirana</i> (anexo IV)  <i>Spaghnum capillifolium</i> var. <i>capillifolium</i> (anexo V)  <i>Spaghnum squarrosum</i> (anexo V)</p> <p>As espécies da Fauna constantes do anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02 existentes no Sítio Valongo são:  1116 <i>Chondrostoma polylepis</i>  1127 <i>Rutilus arcasii</i>  1123 <i>Rutilus alburnoides</i>  1135 <i>Rutilus macrolepidotus</i></p> <p>As Espécies da Fauna constantes do anexo B-II e B-IV do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02 existentes no Sítio Valongo são:  1172 <i>Chioglossa lusitanica</i>  1259 <i>Lacerta schreiberi</i>  1301 <i>Galemys pyrenaicus</i>  1355 <i>Lutra lutra</i>  1310 <i>Miniopterus schreibersi</i>  1304 <i>Rhinolophus ferrumequinum</i></p> <p>Outras espécies de fauna dos Anexos B-IV do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02 existentes no Sítio Valongo são:  <i>Discoglossus galganoi</i><sup>1</sup></p> <p>A vegetação autóctone existe sobretudo na envolvente do Fojo das Pombas. O vale do rio Ferreira, que atravessa o Parque Paleozóico de Valongo tem vegetação ripícola a este associada. Vários carvalhais e sobreirais tem presença no vale do Rio Ferreira.</p>
	<p>Relevância social</p>	<p>O Parque Paleozóico de Valongo é delimitado a norte pela cidade de Valongo, inclui a Serra de Santa Justa, parte</p>

da Serra de Pias e parte do Vale do Rio Ferreira entre as duas serras. O Parque Paleozóico foi inaugurado em 14 de Dezembro de 1998. Deveu-se a projecto conjunto da Câmara Municipal de Valongo e do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Foi criado principalmente com o objectivo de sensibilização, conhecimento e preservação das jazidas fossilíferas de Valongo e da fauna e flora endémicas, visando a criação de um espaço físico aberto onde os visitantes pudessem, através de circuitos interpretativos, poder contactar com os vários aspectos relacionados com a terra e a sua evolução. Possui uma área de cerca de 2553 hectares. O Parque Paleozóico possui várias entradas: uma junto ao Centro de Interpretação Ambiental, outra em Campo, junto às Fragas do Castelo e uma terceira, no estradão que liga Beloi à serra, no início do concelho de Valongo.

Foi implantada uma rede de percursos pedestres pela serra de Santa Justa, sendo que no seu início e final, existem sinalizadores, que indicam as plantas cartográficas da área, delimitações de parque, outros percursos e locais de passagem importantes. Durante o percurso existem postes indicativos dos diferentes percursos ou de perigo.

Nestes percursos, pode visitar-se:

- Moinhos hidráulicos em funcionamento;
- O rio Ferreira e o seu vale;
- Vista sobre o vale do rio Ferreira, a partir das Fragas do Castelo;
- Vale da Tranquilidade;
- Locais de exploração mineira, como o Fojo das Pombas, Fojo da Valéria, Três Fojos Sagrados e a Mina do Campo de Trabalho;
- Locais de exploração mineira mais recentes, como a Mina de Vale do Inferno;
- A Aldeia de Couce;
- "Variabilidade" litológica;
- Prática de desportos de montanha, como escalada e alpinismo.

Os percursos possuem diferentes cores, com diferentes temáticas e dificuldades. O percurso lilás inicia na ponte próximo dos Moinhos do Cuco, terminando na Estrada Nacional que liga Valongo a S. Pedro da Cova. Possui uma extensão de cerca de 3 200 metros e uma dificuldade média. Devido aos declives bastante acentuados, existe a possibilidade da prática de escalada junto ao Vale da Tranquilidade. Podem também, visitar-se moinhos hidráulicos em funcionamento, Fojos (como o Fojo das Pombas, Fojo da Valéria, Três Fojos Sagrados), a Mina do Campo de Trabalho, explorações mineiras mais recentes (como a Mina do Vale do Inferno), o Vale da Tranquilidade e uma vista para o rio Ferreira.

O percurso amarelo começa também na ponte junto aos Moinhos do Cuco, onde acaba, após uma passagem pelas Fragas do Castelo. Com uma extensão de cerca de 1 200 metros, possui um grau de dificuldade entre média a elevada. No seu decorrer, existe a possibilidade de visitar moinhos hidráulicos em funcionamento, poços de antigas explorações mineiras, avistar o vale do rio Ferreira e, no final do percurso, a possibilidade de praticar alpinismo e escalada.

O percurso verde inicia e termina na ponte junto aos Moinhos do Cuco, passando pela Aldeia de Couce. Apesar da sua extensão de cerca de 4 800 metros, possui um grau de dificuldade médio a baixo. Tem, como principais pontos de interesse: os moinhos hidráulicos em funcionamento, o rio Ferreira, a Aldeia de Couce, a variabilidade litológica.

Perto da cidade de Valongo, na subida para a serra de Santa Justa, localiza-se o Centro de Interpretação Ambiental, que possui, na sua envolvente o Fojo das Pombas.

Apenas se encontra aberto às quartas-feiras, de manhã e tarde, e aos domingos, apenas de tarde. Foi inaugurado em Maio de 2004, visando a "promoção do património natural e cultural da Serra de Santa Justa e Pias". Existe, neste centro, bastante informação, na forma de painéis, cartazes, vídeos, acerca da serra e temas ligados ao ambiente. O CIA encontra-se identificado por uma placa localizada junto ao caminho de acesso, que indica tanto o Centro de Interpretação Ambiental, como o Parque Paleozóico de Valongo, que tem aqui a sua recepção. Existe também um sinal que indica a direcção a seguir para a serra de Santa Justa. O trilho vermelho inicia neste local, encontrando-se uma placa com informação sobre a Serra de Valongo, no seu início. Conduz, entre outros locais de interesse, ao Fojo das Pombas.

Os fijos resultam da actividade de exploração mineira de vários povos que passaram por Valongo: celtas, fenícios, cartagineses, árabes, têm mais de 2.000 anos, tendo existido uma maior exploração na época da ocupação romana, principalmente durante o reinado do imperador Augusto durante o Século I da nossa era. A exploração mineira foi bastante importante para este território, principalmente com o desenvolvimento das formas de ocupação e povoamento e da rede viária. O facto de ter aqui existido uma exploração aurífera provocou um aumento populacional, com um desenvolvimento da actividade agrícola. A população começou a deslocar-se para as áreas de vales férteis, tendo gerado os núcleos originais das freguesias actualmente existentes.

<p><b>Direitos de propriedade e condicionamentos dos planos de ordenamento do território</b></p>	<p>Integra terrenos públicos e privados, com predominância dos últimos, estando classificada como Reserva Ecológica Nacional. As Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, separadas entre si pelo vale do rio Ferreira, afluente do rio Sousa e delimitadas por este a Sul, integram o Sítio Valongo (PTCON0024), que foi classificado como Sítio de Importância Comunitária (SIC) pela Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004. O sítio abrange uma área de 2 553 ha de Rede Natura 2000, localizada aproximadamente a 12 km NE da cidade do Porto distribuída pelos concelhos, da seguinte forma:</p> <table border="1" data-bbox="778 342 1342 586"> <thead> <tr> <th></th> <th>Área (ha)</th> <th>% do concelho classificado</th> <th>% do sítio no concelho</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Gondomar</b></td> <td><b>649</b></td> <td><b>5</b></td> <td><b>26</b></td> </tr> <tr> <td><b>Paredes</b></td> <td><b>1080</b></td> <td><b>7</b></td> <td><b>42</b></td> </tr> <tr> <td><b>Valongo</b></td> <td><b>824</b></td> <td><b>11</b></td> <td><b>32</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>O substrato xistoso, a presença de um sistema de minas e fojos e a existência de nascentes e pequenas linhas de água fornecem a este local boas condições para acolher importantes espécies de fauna e de flora, particularmente os fojos, sendo este Sítio o único em Portugal Continental onde “podem ser observados os fetos reliquiais <i>Culcita macrocarpa</i> e <i>Trichomanes speciosum</i>, espécies de distribuição restrita, sob elevado grau de ameaça”. No Sítio, ocorre ainda o <i>Narcissus cyclamineus</i>, um endemismo ibérico raro e em perigo de extinção e <i>Lycopodium cernuum</i>, o único local de ocorrência em toda a Europa Continental. É também um dos sítios mais importantes para a salamandra-lusitânica (<i>Chioglossa lusitanica</i>), incluindo vários locais de reprodução confirmados para esta espécie endémica na Península Ibérica.</p>		Área (ha)	% do concelho classificado	% do sítio no concelho	<b>Gondomar</b>	<b>649</b>	<b>5</b>	<b>26</b>	<b>Paredes</b>	<b>1080</b>	<b>7</b>	<b>42</b>	<b>Valongo</b>	<b>824</b>	<b>11</b>	<b>32</b>
	Área (ha)	% do concelho classificado	% do sítio no concelho														
<b>Gondomar</b>	<b>649</b>	<b>5</b>	<b>26</b>														
<b>Paredes</b>	<b>1080</b>	<b>7</b>	<b>42</b>														
<b>Valongo</b>	<b>824</b>	<b>11</b>	<b>32</b>														
<p><b>Ameaças à preservação</b></p>	<p>Nas últimas décadas, o abandono do pastoreio e a instalação de povoamentos florestais com espécies de rápido crescimento (pinheiro bravo e eucalipto) tem modificado drasticamente a paisagem, ocorrendo perda de biodiversidade, alterando o regime hidrográfico e a morfologia do solo, aumentando o risco da ocorrência de fogos florestais. Estes traduzem-se em grandes perdas económicas e ambientais, pois o solo fica nu e sem vegetação que impeça a erosão das encostas das serras; o arrastamento das partículas de solo e dos resíduos da vegetação queimada pela água das chuvas vai desregular o equilíbrio hidrológico dos cursos de água cuja bacia hidrográfica abrange a área das serras. As movimentações de solo executadas nas operações de florestação e reflorestação, bem como a abertura de aceiros e novos caminhos florestais, provocam graves impactos, principalmente a nível paisagístico e ambiental, facilitando o acesso a veículos e a prática de desportos motorizados em locais não licenciados. A propagação de espécies invasoras (especialmente acácias), a recolha não autorizada de espécimes vegetais e animais raros ou com elevado valor ambiental, a deposição de lixo e entulhos, a poluição dos cursos de água, a descaracterização das serras e a pressão urbanística nas faldas das serras são outros problemas que afectam as Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal. Uma grande parte das serras está coberta por povoamentos florestais de produção, principalmente sob gestão de empresas de celulose, as quais são proprietárias ou arrendatárias de grandes áreas. A florestação maciça com eucalipto da maior parte das serras de Valongo, pela pobreza florística associada, com a quase inexistência de estrato herbáceo e arbustivo, diminui a biodiversidade e aumenta os riscos de erosão do solo.</p>																
<p><b>Dinâmica local</b></p>	<p>Para a conservação das Serras de Santa, Justa e Pias, foram desenvolvidos projectos e acções, nomeadamente a criação do Parque Paleozóico de Valongo, o projecto de conservação de 4 Espécies raras, a criação da equipa de Sapadores Florestais, a reabilitação das linhas de água, a requalificação de espaços construídos e reflorestação da Serra de Santa Justa e Pias. Para o efeito, a Câmara Municipal de Valongo estabeleceu parcerias com diversos grupos e instituições, nomeadamente a Universidade do Porto – Faculdade de Ciências / Centro de Geologia; ICETA – Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-alimentares, entre outros. Este espaço natural proporciona a prática de desportos de natureza como a escalada, rappel, espeleologia, BTT, oferecendo também condições para caminhadas ao longo dos trilhos definidos do Parque Paleozóico.</p>																
<p><b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b></p>	<p>Propõem-se as seguintes acções: a despoluição do rio Ferreira e do rio Sousa e seus afluentes, o combate a espécies infestantes (acácias), a reflorestação de zonas aridas com espécies autóctones da região, o incentivo a práticas florestais e agrícolas mais sustentáveis, a prevenção de incêndios mais efectiva, a identificação das áreas correspondentes a habitats prioritários e implantação e medidas de salvaguarda, a preservação do património cultural das serras (pontes, aldeias, moinhos, fojos, etc.), mais programas de educação ambiental nas serras e a criação do estatuto de área protegida/parque metropolitano.</p>																

[Ir para o índice](#)

# Vila do Conde

# Monte Grande

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Nuno Costa
Espaço proposto por	Carmina Teixeira

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1603
Nome do espaço	Monte Grande (Santa Eufémia)
Freguesias	Guilhabreu e Canidelo (1), S. Pedro de Avioso (2)
Concelhos	Vila do Conde (1), Maia (2)
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,29; -8,62. Seguir a N318, passar cruzamento de Macieira/Junqueira, até ao Santuário Santa Eufémia (km 5.5).

Limites	
---------	---

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Espaço verde	
Área aproximada	313 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	O Monte Grande (Santa Eufémia) é uma grande área florestal na confluência de três concelhos: Vila do Conde, Trofa e Maia. As espécies de fauna mais predominantes são os passeriformes. Nas espécies de flora, incluem-se sobreiros, plátanos e eucaliptos. Existem algumas nascentes e minas de água que brotam naquela área.
	Relevância social	É um espaço de lazer e de convívio frequentado pela população local, derivado do culto religioso associado. Existem miradouros, parques de merendas/jogos populares e pequenos bares. A festa religiosa em homenagem a Santa Eufémia da Carriça celebra-se no 3º domingo de Setembro. Conhecida como umas das mais conhecidas romarias do Norte do país, é visitada por milhares de romeiros vindos dos concelhos vizinhos e de terras mais distantes. É já secular esta tradição que atrai pescadores, homens da terra e operários, motivados pela programação religiosa e civil e pelas conhecidas feiras do melão,

	<p>dos alhos e das louças de barro.</p> <p>Existem elementos arquitectónicos a preservar como é o caso do Santuário de Santa Eufémia, e vários imóveis de culto religioso. Para além disso, existe o Castro de Alvarelhos do período castrejo, romano e medieval, classificado desde 1910 como Monumento Nacional e localizado na freguesia de Alvarelhos (Trofa), numa elevação de média altura, na margem direita do Ribeiro da Aldeia. Desempenhou um papel importante durante a ocupação romana, altura em que foi construída a estrada que ligava Bracara Augusta (Braga) a Cale (Porto). Em Setembro de 2007, a Câmara Municipal da Trofa anunciou publicamente a apresentação da candidatura dos castros do Noroeste Peninsular (de que se inclui o Castro de Alvarelhos) a património da Unesco.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>É propriedade pública. A área do Monte Grande incluída no concelho de Vila do Conde está incluída em Reserva Ecológica Nacional, enquanto a parte integrante no concelho da Maia não está incluída em qualquer reserva de protecção. Relativamente à área pertencente ao concelho da Trofa, esta não está integrada no âmbito da campanha dos 50 espaços verdes, sendo de todos os 3 concelhos a mais extensa. Segundo o site da CM Trofa, está classificada como “área agrícola que permite estabilidade ecológica” e “manchas florestais densas a preservar e qualificar” (<a href="http://www.mun-trofa.pt/metro/patrimonio-nat-edificado.html">http://www.mun-trofa.pt/metro/patrimonio-nat-edificado.html</a>).</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>Existem ameaças reais ou potenciais à preservação do local, sobretudo o abandono e degradação nos últimos dois anos devido a incêndios, construção clandestina, instalação de uma pista de autocross e de várias indústrias, abertura de amplos acessos, extracção de terras em larga escala (observável nas imagens de satélite) para as obras do metro, abate indiscriminado de árvores no pós-incêndio, lançamento de esgotos domésticos recolhidos pelas cisternas de alguns agricultores, deposição ilegal de lixos e presença de espécies invasoras (eucalipto).</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>Existe alguma divulgação no âmbito da promoção do turismo local, referenciando este local como visita obrigatória dos concelhos abrangidos.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Deveria ser feito o levantamento do património religioso e arqueológico existente, no sentido da sua protecção e reabilitação e a realização de mais actividades culturais e recreativas neste local. O Monte Grande tem ainda potencial para a criação de um grande parque metropolitano, abrangendo uma área verde significativa dos 3 concelhos.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>A Câmara Municipal de Vila do Conde, Trofa e Maia deveriam ser parceiras na gestão e preservação deste local.</p>

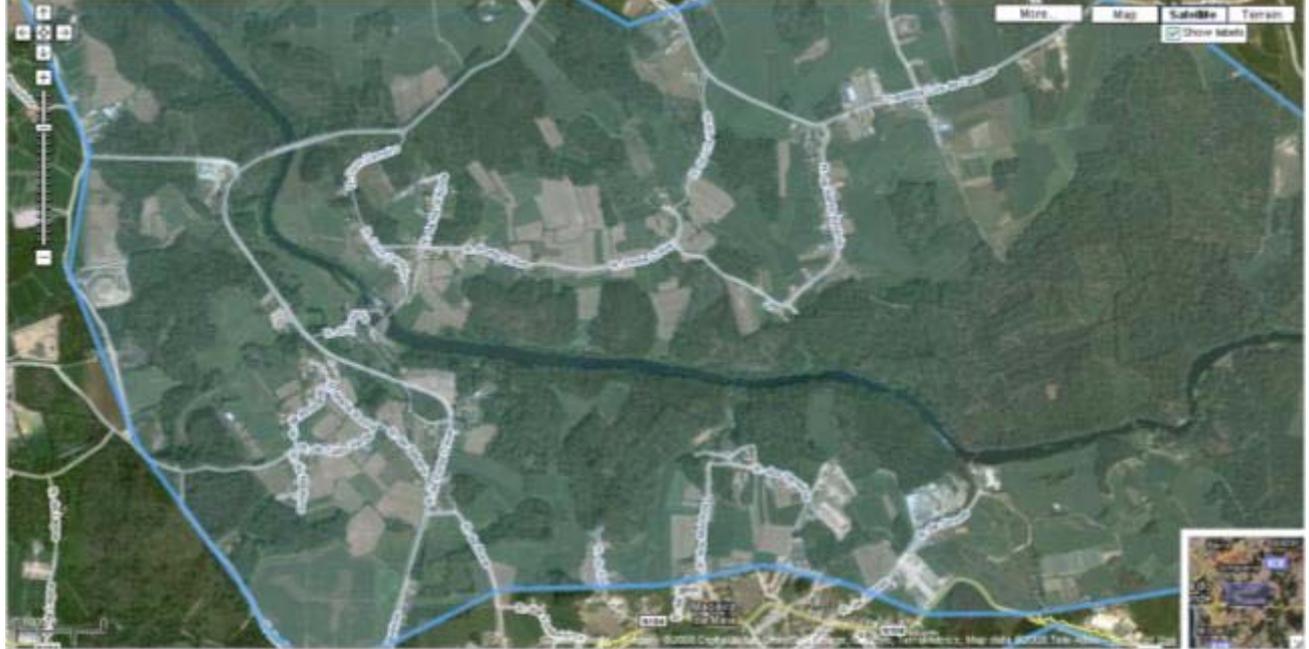
[Ir para o índice](#)

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Nuno Costa
----------------------	------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1737
Nome do espaço	Cavadas
Freguesia	Macieira da Maia
Concelho	Vila do Conde
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,35; -8,67. Margem esquerda do Rio Ave, do extremo da freguesia até à zona envolvente da Ponte D. Zameiro/Portas da Maia. EN Junqueira /Vilarinho, a seguir à ponte sobre o Rio Ave, virar à esquerda na indicação Ponte D. Zameiro. Está referenciada na Câmara Municipal de Vila do Conde como Ponte do Ave.

Limites	
---------	---

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Espaço verde /Área natural/Campo agrícola	
Área aproximada	1000 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	<p>Em termos de fauna e segundo o CIBIO - UP, foram encontradas em Cavadas as seguintes espécies de morcego, algumas raras na Europa, utilizando um detector de ultra-sons:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Pipistrellus pygmaeus</i>: É provavelmente a espécie de morcego mais abundante em Portugal e na Europa.</li> <li>- <i>Pipistrellus kuhli</i>: Também é das espécies mais abundantes embora menos frequente que a anterior</li> <li>- <i>Nyctalus leisleri</i>: Espécie arborícola relativamente abundante no Norte e Centro de Portugal.</li> <li>- <i>Eptesicus serotinus</i>: Espécie generalista de elevada abundância.</li> <li>- <i>Barbastella barbastellus</i>: Das espécies mais raras da Europa estando frequentemente associada a bosques maduros autóctones (daí a sua raridade). Considerado VU (Vulnerável) pela IUCN e DD (dados Insuficientes) pelo Livro Vermelho dos Vertebrados. Protecção legal: a) Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril, Anexo B-II e B-IV, transposição da Directiva Habitats (92/43/CEE), de 21 de Maio de 1992; b) Decreto-Lei nº 31/95, de 18 de Agosto (aprovação do Acordo sobre a Conservação dos Morcegos na Europa); c) Decreto nº 103/80, de 11 de</li> </ul>

	<p>Outubro, transposição da Convenção de Bona, Anexo II; d) Decreto-Lei nº 316/89, de 22 de Setembro, transposição da Convenção de Berna, Anexo II.</p> <p>Para além de morcegos, podem ainda encontrar-se várias espécies de avifauna.</p> <p>Em termos de flora, o espaço é composto por choupos, carvalhos, salgueiros e amieiros. Existem ainda campos de milho na envolvente. Como elementos relevantes da paisagem, existe um açude, com moinhos de água (azenhas) no Rio Ave.</p>
<b>Relevância social</b>	<p>É um secular e importante ponto de passagem do Rio Ave, reunindo interesses variados que vão do lazer ao cultivo de campos de milho.</p> <p>Construída no século XI, a ponte D. Zameiro, com 130 metros de comprimento e 3,5 metros de largura, é constituída por um tabuleiro em cavalete, assente em oito arcos de volta perfeita de dimensões desiguais. Tem talhamares a montante e largos contrafortes a jusante. As guardas são de cantaria com remates a Sul apresentando volutas. Esta ponte ligava as freguesias de Macieira da Maia a Bagunte. A travessia está inserida num troço da EN306 e, desde 1996, consta das listagens do IPPAR como monumento em vias de classificação (com despacho de abertura). A designação “Ponte D. Zameiro” surge num passo das ‘Inquirições’ de 1220, referentes à freguesia de Bagunte. A estrutura actual mantém o essencial da primitiva traça românica, apesar de ter sofrido diversas remodelações ao longo dos séculos.</p> <p>A Ponte D. Zameiro encontra-se actualmente desactivada e em estado de ruína desde 2004. Era o ponto de passagem sobre o rio Ave da Via Vetera, que vinha da Arrábida (Porto) atravessando o Leça na ponte de D. Goimil e seguia para norte, ligando à Galiza (por Barcelos e Esposende). Daí que esta ponte assuma um papel preponderante na definição do caminho que os peregrinos tomavam para Santiago de Compostela, estando actualmente referenciada como o local de passagem do Rio Ave no Caminho Português de Santiago. Foi proposta a sua recuperação através de concurso público pelo IEP – Estradas de Portugal, SA a 24 Outubro de 2007, orçamentada em 660.000€ e num prazo de 150 dias.</p> <p>Existem ainda outros elementos arquitectónicos a preservar, como é o caso de um moinho, um açude, duas azenhas e a fachada de uma casa senhorial.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Os terrenos são propriedade pública. Em termos de estatuto de preservação, o lugar de Cavadas é parcialmente Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Para além disso, está incluído em Domínio Público Hídrico.
<b>Ameaças à preservação</b>	A poluição de águas (sobretudo em Vilarinho, após a Ponte D. Zameiro) e solos, o abate de árvores, a deposição ilegal de lixos, o abandono e a presença de espécies invasoras (eucaliptos) são ameaças à preservação do local.
<b>Dinâmica local</b>	Existem iniciativas de preservação e dinamização do local, estando relatadas em algumas notícias que dão conta de um esforço da autarquia para recuperar aquele espaço. Actualmente, é um local muito utilizado para fazer piqueniques.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Sugere-se a criação de um centro de interpretação ambiental, a despoluição do Rio Ave e suas margens, a valorização ambiental e do património existente, a criação de um parque público/parque de merendas, a definição de percursos pedonais, a criação de condições para praticar desportos náuticos e pesca desportiva.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	O IPPAR, a Câmara Municipal de Vila do Conde e a Junta de Freguesia de Macieira da Maia poderiam contribuir para a gestão do espaço, depois de intervencionado.

[Ir para o índice](#)

# Monte da Pinta

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Nuno Costa
----------------------	------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1738
Nome do espaço	Monte da Pinta
Freguesia	Macieira da Maia
Concelho	Vila do Conde
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,34; -8,65. EN104, km 8, Travessa da Pinta. Estrada Nacional Santo Tirso/Trofa. 3,5 Km, café à direita, subir e virar à direita (campo de jogos).



## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Espaço verde	
Área aproximada	39 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	O Monte da Pinta é uma área florestal maioritariamente constituída por eucaliptos e pinheiros. Não existem outros elementos da paisagem relevantes.
	Relevância social	Na sua proximidade, existe um campo de jogos.
	Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território	Pensa-se que a propriedade seja pública, tendo sido desmatada pela anterior Junta de Freguesia. Uma pequena parte faz parte da Reserva Ecológica Nacional.
	Ameaças à preservação	Como principais ameaças à preservação do espaço, destacam-se a pressão urbanística e industrial e a invasão de eucaliptos como espécie invasora.
	Dinâmica local	A entidade que fez a proposta foi a própria Junta de Freguesia de Macieira da Maia, pelo que deve ter intenção de preservar e dinamizar este espaço.

<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como possíveis intervenções futuras para a preservação deste espaço, existem boas possibilidades para zona de lazer, por exemplo através de um parque desportivo e/ou de manutenção.
--	--

[Ir para o índice](#)

# Reserva Ornitológica do Mindelo

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Pedro Macedo
Espaço proposto por	Pedro Macedo

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1470
Nome do espaço	Reserva Ornitológica do Mindelo
Freguesias	Azurara, Árvore, Mindelo, Vila Chã e Labruge
Concelho	Vila do Conde
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,31; -8,73. Litoral a sul do Rio Ave.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Área natural
Área aproximada	600 ha
Descrição do espaço	<p><b>Importância ecológica</b></p> <p>Na Reserva Ornitológica do Mindelo (ROM), foram observados ao longo dos anos um recorde de aves: cerca de 153 espécies de rolas e garças, águias e galinhas d'água, borrelhos e gaios, chapins e pica-paus, chascos e narcejas, rabirruivos e andorinhas, cartaxos e alvéolas, abibes e patos, maçaricos e cucos, corujas e mochos, poupas e pegas, carriças e rouxinóis, piscos e tordos, pintassilgos e escrevedeiras, etc. A destacar a nível nacional o importante refúgio para os anfíbios, com a presença de 14 das 17 espécies de anfíbios de Portugal, onde se destacam as presenças do tritão palmado (claramente o anfíbio mais raro em Portugal), e das populações costeiras conhecidas mais a norte de sapinho de verrugas verdes, sapo de unha negra e salamandra de costelas salientes.</p> <p>Na ROM podem ainda ser encontradas diferentes espécies de mamíferos, entre os quais esquilos, coelhos, raposas, ouriços-cacheiros, vários roedores e morcegos, e ainda répteis como o lagarto de água.</p>

	<p>As manchas florestais são constituídas por pinheiros, carvalhos, sobreiros, castanheiros, loureiros, amieiros, choupos e salgueiros, para além de muitas outras dezenas de espécies, embora com grande número de exóticas como o eucalipto. De salientar o bom estado das matas ribeirinhas e das sebes dos campos agrícolas. Destaca-se a flora dunar com a presença de diversas espécies endémicas do Noroeste Ibérico, incluindo dois endemismos exclusivamente lusitanos.</p> <p>O que caracteriza melhor o património natural da ROM é o mosaico valioso constituído por dunas, zonas húmidas, extensa mata e campos agrícolas. Esta diversidade de habitats permite albergar um grande conjunto de espécies animais, constituindo um refúgio essencial para aves migratórias e anfíbios. Actualmente é um espaço único em Vila do Conde e em toda a Área Metropolitana do Porto.</p>
<b>Relevância social</b>	<p>Apesar de não existirem estruturas de recepção dos visitantes é uma área muito procurada para actividades de lazer. Foi local de estudos científicos durante muitos anos, essencialmente de aves. O interesse manifestado pelos cientistas pela região de Mindelo remonta aos finais do séc. XIX, existindo registos de valiosas observações ornitológicas efectuadas por Reis Júnior, naturalista da Universidade do Porto, então a trabalhar na Estação Aquícola do Ave.</p> <p>Nos anos que se seguiram à sua criação, a Reserva Ornitológica de Mindelo serviu de base a numerosos estudos científicos cuja importância ultrapassou as fronteiras nacionais. A ROM foi, em 2 de Setembro de 1957, a primeira área protegida instituída em Portugal, criada com o apoio expresso de todos os proprietários, que participaram activamente na sua gestão, nomeadamente nas actividades de anilhagem (com destaque para os "Roleiros de Mindelo"). É um local de eleição para os piqueniques do Dia do Anjo (segunda-feira de Páscoa) que traz visitantes de toda a região. Existem na ROM casas de lavoura, azenhas e moinhos, para além da "Vila Corina", dos campos masseira e a Igreja de São Francisco de Azurara.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>Os terrenos que integram a ROM são públicos e privados, com predominância desta última tipologia. A área da ROM ainda se encontra submetida ao regime florestal, embora na prática este já não seja cumprido (Diário do Governo n.º 204 de 2 de Setembro de 1957 e Diário do Governo n.º 115 de 11 de Maio de 1959). Existem áreas de REN e RAN e áreas defendidas ao abrigo do POOC. É Biótopo Corine (n.º C11400138), refúgio de caça (reserva de caça VLC 1, com 411 ha), instituída pela Portaria n.º 725-E/93. No Plano de Ordenamento da Orla Costeira, a Reserva Ornitológica de Mindelo apresenta uma importância regional inegável, constituindo uma das pequenas zonas húmidas de litoral mais bem conservadas entre Caminha e Espinho. "Um importante refúgio a conservar a todo o custo." Reafirma-se ainda a "criação da Reserva Ornitológica do Mindelo".</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>A pouco e pouco foi aumentando a apetência urbanística dos terrenos onde a ROM está implantada, surgindo urbanizações, acessos rodoviários e infra-estruturas portuárias. A área da ROM tem sofrido uma pressão urbanística fortíssima. De 1958 a 2000 os terrenos urbanos e industriais aumentaram 600%, passando de 4% a 26% da área total, com um crescimento médio de 89 m<sup>2</sup> por dia. Anteriormente estes terrenos tinham maioritariamente ocupação florestal. As zonas húmidas reduziram-se em 70%.</p> <p>As areias das principais dunas foram extraídas, depositaram-se lixos, poluíram-se as ribeiras, permitiu-se a expansão de espécies exóticas e proliferou a captura e abate ilegais de aves. Acresce ainda o avanço do mar devido à destruição do cordão dunar. Nos últimos anos, surgiram os incêndios de origem duvidosa. O seu estatuto de protecção não é respeitado, não foi incluída na lista nacional de áreas protegidas e as entidades competentes não promovem quaisquer actividades de defesa ou gestão.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>Nas últimas duas décadas foram realizadas pelos Amigos do Mindelo campanhas de sensibilização da população local e foi criado o Movimento PROMindelo – Pela Reserva Ornitológica de Mindelo que envolveu literalmente milhares de pessoas. Desde Julho de 2007 que a ROM conta com o trabalho permanente do "Guardião da Natureza", contratado pelos Amigos do Mindelo, sendo responsável por acções de vigilância, requalificação e educação ambiental. Estão em criação vários percursos pedestres e têm sido realizadas visitas guiadas. Espera-se que esta actividade culmine na criação pela Câmara Municipal e pelo Governo de um novo estatuto de protecção: para 2008 foi anunciada a Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde mas nada está ainda garantido.</p> <p>A ROM encontra-se à espera da aprovação pelo Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) para passar a ser a "Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde". Após esta etapa o documento terá de ser levado para aprovação na Assembleia Municipal de Vila do Conde e sujeito a um período de discussão durante um mês. Entretanto será enviado novamente para o ICNB que o remeterá para a Secretaria de Estado do Ambiente para ser aprovado em Conselho de Ministros. Esta nova área irá abranger as freguesias de Azurara, Árvore, Mindelo, Vila chã e Labruge, numa proposta feita pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Terá uma área de 365 ha que privilegia os valores patrimoniais associados ao litoral Sul de Vila do Conde e da quase totalidade da bacia da ribeira de Silvares. Esta área tem uma costa com a extensão de 8,6 km. Segundo este estudo há nove razões para ser criada a área de paisagem protegida:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>presença de uma considerável diversidade de habitats naturais;</li> <li>presença de uma surpreendente diversidade florística;</li> <li>ocorrência de uma fauna diversificada;</li> <li>o carácter pioneiro da ROM na história da conservação da natureza em Portugal e no mundo;</li> <li>presença de uma extensão considerável de áreas permeáveis;</li> <li>manutenção de um agro-ecossistema, suportado pela complementaridade aldeia/campo/bouça;</li> <li>um repositório singular do património paisagístico do litoral da região;</li> <li>um assinalável potencial científico e demonstrativo;</li> <li>existência de um conjunto de instrumentos de ordenamento do território.</li> </ol>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Pretende-se no futuro a criação de uma área que simultaneamente proteja o património natural e seja local de promoção de actividades económicas sustentáveis, turismo e lazer, e de uma actividade educativa em meio natural, como defendem os Amigos do Mindelo. Em 2006/2007, finalistas da licenciatura de Arquitectura Paisagística da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto propuseram a criação de um agroparque, um modelo que combina a prática agrícola sustentável com outras actividades, com destaque para o recreio e a</p>

		educação para a sustentabilidade, estabelecendo uma cadeia de associações entre essas actividades: a conservação da natureza, a qualificação da paisagem, a valorização dos produtos, o recreio das populações e o investimento imobiliário.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Vila do Conde, a Junta de Freguesia de Mindelo, a CCDR-Norte, a Universidade do Porto e as empresas da região (Qimonda, Nassica, Lactogal, Mindelo Park, etc.) poderiam assumir-se como parceiras na preservação desta área protegida. Os Amigos do Mindelo e os Ecoclubes poderiam dinamizar com actividades de educação ambiental, dirigidas à população e escolas da região.

[Ir para o índice](#)

# Monte de Santo Ovídeo

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Luís Miguel Morais Torres

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1589
Nome do espaço	Monte de Santo Ovídeo
Freguesia	Vairão
Concelho	Vila do Conde
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,32; -8,68. Largo de Santo Ovídeo

Limites



## 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Espaço verde	
Área aproximada	30 ha	
Descrição do espaço	<b>Importância ecológica</b>	O Monte Crasto situa-se a 123 metros de altitude. No ponto mais alto do monte, encontra-se uma capela, orientada a nascente, rodeada por um adro e à qual se acede a partir do Largo de Santo Ovídeo e do seu cruzeiro, através de uma rampa de forte inclinação em típica calçada portuguesa. As encostas do Monte são revestidas por um prado. No topo, existe um conjunto de sobreiros centenários, assim como por outras espécies de grande porte (acácias). Nas cotas mais baixas e mais plana, encontra-se um parque de merendas, com bancos e mesas que se distribuem no prado à sombra de vários sobreiros.

	<p>Na área envolvente da Tapada da Amora e Monte Crasto, distinguem-se áreas agrícolas (com campos de forragem, ladeados por fileiras de matos e eucaliptal), prados (com castanheiros, bordados com zonas de eucalipto, carvalho-alvarinho e bidoeiro e zonas de carvalho com pinheiro-bravo, onde os matos dominam a vegetação no substrato arbustivo), áreas de bouça/carvalhal (com espécies autóctones como sobreiros, carvalhos-alvarinho e borrazeira-negra, onde abundam os matos e zonas dominadas pela exóticas austrálias); arboretos (plantações florestais de eucalipto com pequenas zonas de pinhal jovem e eucaliptal, e pequenas plantações de árvores exóticas: carvalho-americano, bétula, aveleira de Byzance, plátanos e bordo e alguns matos). A Este existe uma pequena área agrícola, sendo a restante área dominada por uma plantação de eucaliptal, rica em pinheiro-bravo, carvalho-alvarinho e sobreiro. Possui algumas espécies exóticas como o loureiro-cereje e as espécies infestantes mimosa e austrália.</p> <p>No que diz respeito à fauna, foi confirmada a presença de alguns mamíferos, como o ouriço-cacheiro, a toupeira, o coelho-bravo e o esquilo-vermelho. No caso das aves, já foram contabilizadas um total de 61 espécies observadas. De entre as espécies residentes ou estivais, salienta-se a presença de aves de rapina como o açor (considerado “Vulnerável” pelo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal), o gavião e o buteo, bem como a ocorrência de um grande número de espécies protegidas ao abrigo da Directiva das Aves (anexos B-I ou B-II), como o noitibó-cinzento, pombo-das-rochas, laverca, gralha-preta, gaio, tordo-pinto e tordoveia. Na área é também possível observar um número elevado de espécies típicas de ecossistemas agrícolas (estorninhos, andorinha-dos-beirais, mocho-galego e coruja-das-torres), florestais (pica-paus, chapins, trepadeiras, lugre e coruja-do-mato), de matos (toutinegras e felosas) e prados (petinha-dos-prados e galinhola). Quanto a anfíbios, já foi confirmada a presença do sapo-comum e da rã-verde. Ao nível dos répteis, há presença do licranço, sardão, lagarto-de-água, lagartixa-de-Bocage, cobra-bordalesa, cobra-rateira e víbora-cornuda.</p>
<b>Relevância social</b>	<p>O Monte de Santo Ovídeo é um local de culto (com capela e cruzeiro) e recreio e lazer (parque de merendas, miradouro). Na envolvente do Largo de Santo Ovídeo, existem algumas habitações de arquitectura rural, associada a grandes propriedades agrícolas. A capela é um notável miradouro sobre a paisagem agrícola envolvente como campos, bouças e núcleos rurais de Vila do Conde, nomeadamente sobre a freguesia de Vairão, incluindo o Campus Agrário com a quinta do Crasto e a Tapada da Amora.</p> <p>Na Idade Média, localizou-se no Monte de Santo Ovídeo uma importante fortificação, o Castro Boi, um castelo que dominava militarmente quase todo o sul do concelho de Vila do Conde, muito embora, em períodos anteriores, tenha sido um castro, como se conclui da análise realizada aos fragmentos de cerâmica encontrados no local. Actualmente, faz-se agroturismo neste castro.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>Desconhece-se a disposição deste espaço relativamente ao PDM de Vila do Conde. Na envolvente deste local, nas suas encostas, os terrenos agrícolas estão classificados como Reserva Agrícola Nacional.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>O estado de conservação deste local pode ser uma potencial ameaça. No presente momento, existe uma lixeira, onde são depositados lixos de demolição e construção. A invasão de espécies exóticas como a acácia e a Austrália é uma ameaça a considerar, assim como o abandono da prática agrícola.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>Desconhecem-se actividades ou associações com dinâmica local.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Sugere-se a requalificação paisagística do espaço relativamente à pedreira ali existente, a eliminação de espécies exóticas, a dinamização do castro e da envolvente agrícola com a prática da agricultura biológica, assim como uma manutenção e limpeza mais regulares.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>A Câmara Municipal de Vila do Conde, a Junta de Freguesia de Vairão e o Campus Agrário de Vairão poderiam contribuir para a preservação deste espaço.</p>

[Ir para o índice](#)

# Quinta do Eng. Carvalho (Pinhal do Menéres)

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Cristina Pinto

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1743
Nome do espaço	Quinta do Eng. Carvalho (Pinhal do Menéres)
Freguesia	Vila do Conde
Concelho	Vila do Conde
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,36; -8,75. Frente marítima de Vila do Conde, na direcção das Caxinas.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Jardim privado, quinta	
Área aproximada	16 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	Na frente marítima de Vila do Conde, existe uma propriedade vulgarmente conhecida por Quinta do Engenheiro Carvalho, ou mais comumente, Pinhal do Menéres. Rodeada por prédios de habitação de grande volumetria a Norte, Este e Sul, ocupando um quarteirão inteiro, existe ainda uma área considerável de pinhal e dunas, encerrada numa propriedade privada com cerca de 18 hectares. Parece tratar-se de um testemunho único do que foi, no passado, a zona litoral de Vila do Conde, agora quase totalmente construída. A quinta constitui o remanescente das formações dunares e pinhal do litoral de Vila do Conde, em bom estado de conservação. O Pinhal de Menéres constitui a única mancha verde que se abre para o mar e que ainda mantém algumas características morfológicas e topográficas que denunciam o modo como a urbe se articulava com a marginal, na forma de um pequeno parque natural inserido na malha urbana.
	Relevância social	Situada na marginal de Vila do Conde, em direcção às Caxinas, depara-se com um longo muro de granito que

	protege a casa onde viveu o criador da Têxtil de Mindelo. Este espaço é, sem dúvida, a maior área privada delimitada em toda a zona urbanizada da cidade. O espaço ainda pertencerá à viúva, apesar dos rumores a darem como propriedade de uma conhecida empresa de construção.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	O espaço é propriedade privada. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. Desconhecem-se as disposições relativas à Quinta do Eng. Carvalho no PDM de Vila do Conde.
<b>Ameaças à preservação</b>	A maior ameaça à preservação deste espaço é a pressão urbanística sobre a marginal já por si com excessiva construção de elevada volumetria.
<b>Dinâmica local</b>	O Programa Polis de Vila do Conde incluiu a realização de um estudo estratégico para a Quinta do Eng. Carvalho, de autoria do Arq. Alcino Soutinho, na forma de um Plano de Pormenor. Para este espaço emblemático da cidade de Vila do Conde, com 18 hectares, cerca de 6 vezes o novo parque urbano, está prevista a construção de mais de 20 edifícios com 6 pisos, para além de uma área verde.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	A solução passaria pela construção de um parque público, aproveitando o mais possível a vegetação natural e a topografia existente, eventualmente com equipamentos desportivos e lúdicos, perfeitamente integrados na paisagem envolvente, a qual ajudariam a área a tornar-se mais apelativa ao público. Esta área deverá ser preservada, em termos de planeamento municipal, enquanto património natural, livre de qualquer tipo de construção.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Vila do Conde e a Junta de Freguesia de Vila do Conde, assim como os actuais proprietários da quinta, deverão ser parceiros na preservação deste espaço natural.

[Ir para o índice](#)

# Vila Nova de Gaia

# Quinta dos Ananases

## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Anabela Gonçalves e Artur Duarte
-----------------------------	----------------------------------

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1670
<b>Nome do espaço</b>	Quinta dos Ananases
<b>Freguesias</b>	Arcozelo
<b>Concelho</b>	Vila Nova de Gaia
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,07; -8,63. Em Arcozelo, próximo do lugar das Grades Verdes, na antiga EN Porto-Espinho.

<b>Limites</b>	
----------------	--



### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Quinta agrícola	
<b>Área aproximada</b>	13,6 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	As espécies de fauna predominantes são chamariz, pèga, rola, pardal-comum, pisco-de-peito-ruivo, pintassilgo, pombo-doméstico, andorinha-dos-berais, alvéola-branca, milhafre-preto, melro-preto, gaio-comum e outros passeriformes, bem como raposa, coelho-bravo, ouriço cacheiro, esquilo, aves de rapina (diurnas e nocturnas). As espécies de flora predominantes são pinheiros, acácias, plátanos, carvalhos, palmeiras, sobreiro, choupos, tílias, araucária, castanheiros-da-índia, árvores pera-abacate, cedro e loureiros. A entrada principal da Quinta dos Ananases apresenta uma longa alameda de árvores de grande porte, de uma rara beleza e que fazem lembrar outros tempos.
	<b>Relevância social</b>	Existe uma casa senhorial, em estado de abandono e ruína, e uma construção semelhante a uma torre de menagem junto à EN.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Esta quinta em tempos produzia ananases (daí o nome pelo qual é conhecida) e hoje está aparentemente abandonada. A Quinta dos Ananases ou Quinta das Grades Verdes foi adquirida inicialmente por António Domingos Teixeira do Vale que nela construiu um palacete, casa de lavoura, cavalariça e arrecadação (posterior atelier). Vendida a Cardoso Pinto cuja esposa cedeu o espaço para a instalação da Associação Recreativa e Desportiva da Boavista da Estrada. Passou depois para a posse de Onofre Sousa Mateus que a tornou célebre com a cultura de ananases, entrou em declínio no início da década de 90 do século XX. Segundo populares, a Quinta pertenceu depois à família Bravos de Canelas e é actualmente propriedade privada de um banco. Segundo a Planta de Ordenamento/Carta de Qualificação dos Solos o espaço surge com zona de transição em área urbana. Não está enquadrada em Reserva Agrícola ou Reserva Ecológica Nacional.
	<b>Ameaças à preservação</b>	As ameaças são o abandono e o estado de degradação (em Novembro de 2007 foi parcialmente desmatada a alameda de árvores da sua entrada principal) e a pressão urbanística que já se faz sentir no extremo Sul-Sudeste da Quinta. Segundo populares, surge como o futuro mais provável desta Quinta.
	<b>Dinâmica local</b>	A Oeste, num casario da própria quinta, localiza-se a sede das Lavradeiras de Arcozelo, um grupo folclórico local.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Este espaço deveria ser recuperado para fins culturais através de uma fundação (tipo Fundação de Serralves), quinta pedagógica ou mesmo turismo rural, pois trata-se de uma quinta com uma casa senhorial de elevado valor patrimonial.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a Junta de Freguesia de Arcozelo, as associações culturais locais e o proprietário da quinta poderiam constituir-se como parceiros na gestão e preservação do espaço.

[Ir para o índice](#)

# Arboreto da Escola EB2 de Canelas

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Anabela Gonçalves e Artur Duarte
----------------------	----------------------------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1765
Nome do espaço	Arboreto da Escola EB2 de Canelas
Freguesias	Canelas
Concelho	Vila Nova de Gaia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,08; -8,60. A partir da A28, saída para Canelas centro, seguir indicação das escolas. A EB2 fica por trás da Escola Secundária (a sul desta última). O espaço verde localiza-se no interior da referida escola.

Limites	
---------	---

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Espaço verde, Jardim privado	
Área aproximada	2 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	O Arboreto é um espaço verde integrado na Escola EB2 de Canelas, embora se caracterize pela sua descontinuidade relativamente à área de ocupação. As espécies de fauna mais predominantes são chamariz, pardal, andorinha e outros passeriformes. Das espécies de flora, destacam-se 3 freixos, 8 quercus, 2 larícios, 3 sorbus, 8 bordos, 2 choupos, ciprestes, tuias, pinheiros, abetos, oliveiras e zambujeiros, adernos, cadornos, lilazeiros, videeiros, carpino, amieiros, ulmeiros, lóðãos, tílias, eucaliptos, liquidambares, ginkgos, hibiscos, azevinhos, azereiros, folhados, loureiros, pilriteiros, teixos, pados, cerejeira, ginjeira, amendoeira, macieiras, pessegueiros, ameixieiras-de-jardim, aroeiras, gilbardeiras, aromáticas, entre outras arbustivas e espécies de jardim.
	Relevância social	O Arboreto está integrado no espaço da Escola EB2 de Canelas como espaço de educação ambiental. Foi criado no ano lectivo de 1997/98 com o apoio do Parque Biológico de Gaia. Foi inicialmente um projecto de descoberta contínua porque tanto o professor responsável como os seus alunos colaboradores não percebiam muito de

	botânica. As colaborações da Eng.ª Maria Domingas e do Dr. Henrique Alves do Parque Biológico e do Dr. Jorge Marinho da Escola Secundária de Valadares tornaram o projecto mais consistente. Começou por se limpar o terreno, erradicar infestantes, definir espaços e caminhos, vedar canteiros, passando-se depois à plantação das espécies que hoje existem.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É propriedade pública do Ministério da Educação. Não está integrada em Reserva Ecológica ou Reserva Agrícola Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	Com o fim de integrar os três ciclos de ensino (1.º, 2.º, 3.º CEB), mais o ensino secundário no espaço actualmente ocupado pelas 3 escolas - que confinam entre si - o arboreto poderá estar em risco de desaparecer.
<b>Dinâmica local</b>	Desde 1997 que o arboreto foi criado com objectivos educativos e, de uma forma activa, os alunos (com idades compreendidas entre os 10 e os 13 anos) inscritos no Clube de Ar Livre, semanalmente cuidam do espaço e aí plantam as diversas espécies vegetais, proporcionando "aulas vivas" nas disciplinas de Ciências da Natureza, Educação Visual Tecnológica, Educação Musical e Português. De destacar que a educação ambiental ao estar no conjunto dos objectivos da criação do arboreto faculta hoje uma ferramenta à formação cívica para desenvolver o "saber-estar" em espaços verdes, parques e reservas. Actualmente, estão inscritos no Clube Ar Livre 150 alunos e tem um sítio na Internet para divulgar as suas actividades ( <a href="http://arboretocanelas.planetaclix.pt">http://arboretocanelas.planetaclix.pt</a> ), embora ainda em construção.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	A valorização ambiental numa perspectiva de integração na estrutura verde do concelho aliada à importante função de educar para a cidadania, através de um centro de interpretação ambiental ou quinta pedagógica poderia ser fundamental para a preservação deste espaço.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	O Ministério da Educação, mais especificamente a Direcção Regional de Educação do Norte, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a Junta de Freguesia de Canelas, a Associação de Pais da Escola EB2 de Canelas e o Parque Biológico de Gaia poderiam constituir-se como parceiros na gestão e preservação deste espaço, especialmente dedicado à educação ambiental.

[Ir para o índice](#)

# Serra de Negrelos

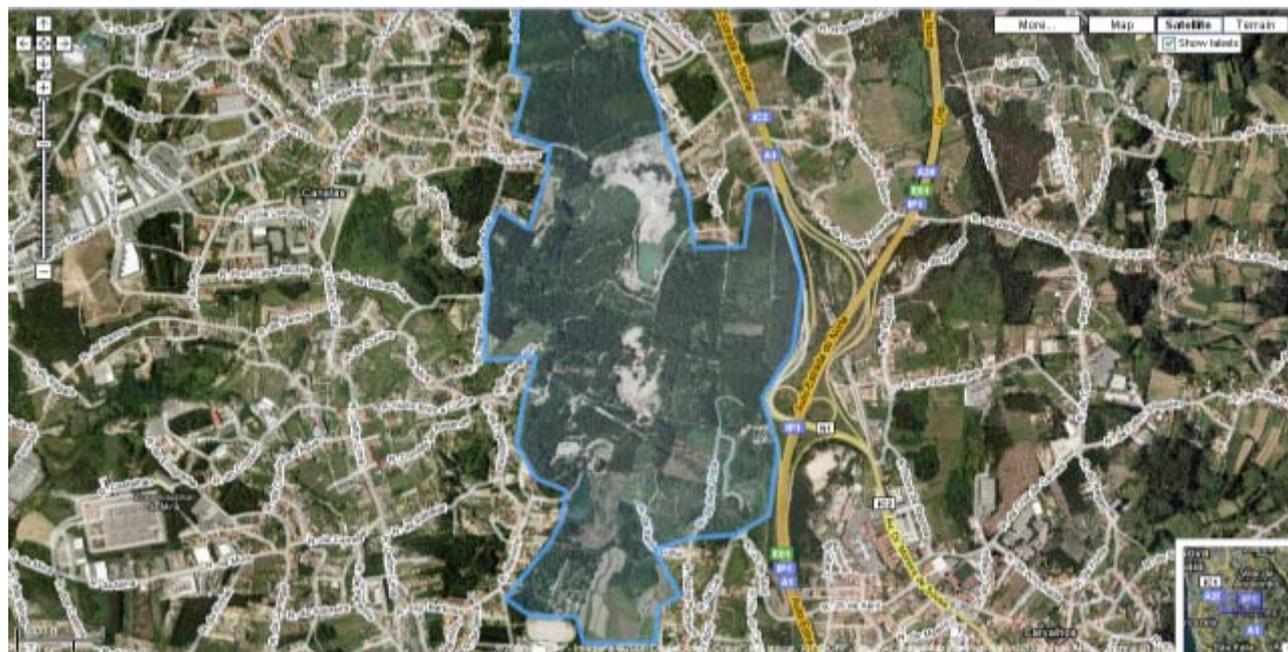
## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	António Maia

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1566
Nome do espaço	Serra de Negrelos
Freguesias	Canelas e Perosinho
Concelho	Vila Nova de Gaia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,07; -8,59. Lugar de Canelas de Cima

Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Área natural	
<b>Área aproximada</b>	170 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	<p>A Serra de Negrelos localiza-se no centro do concelho de Vila Nova de Gaia. É uma formação montanhosa granítica com declives acentuados, atingindo cerca de 243 m de altitude. Constitui, juntamente com o Monte da Senhora da Saúde (241 m de altitude) e outros, um ponto de referência na paisagem, fazendo parte da linha de fecho, com direcção NNW-SSE que separa a parte litoral da parte interior do concelho de V. N. de Gaia. Constitui uma linha de fecho principal, localizando-se aqui a nascente da Ribeira de Canelas e da Ribeira da Granja. Com relevo acidentado, na Serra de Negrelos, predominam as vertentes voltadas a oeste, a sudoeste e a sul, com declive acentuado a muito acentuado, declive superior a 8%. Encontra-se limitada a Oeste pela A1. É uma área vasta considerada por muitos o «pulmão de Gaia», sendo uma das suas maiores áreas verdes. A Serra de Negrelos é um espaço natural, com a função (original) de proteger as terras agrícolas dos ventos marítimos. A Serra de Negrelos, pela existência de habitats de elevado valor ecológico, que coroam a paisagem com o seu denso coberto vegetal, constitui um elemento de elevado valor paisagístico e torna-se um privilegiado miradouro sobre o Oceano Atlântico. O seu coberto vegetal é essencialmente constituído por pinheiros, eucaliptos e acácias e pontuações de castanheiros, sobreiros, carvalhos-alvarinho (que seriam a cobertura vegetal primitiva) e alguns maciços de silvas. Na vegetação mais rasteira, podem encontrar-se azeda, bule-bule, cardo-leiteiro, dedaleira, urze, tojo, giesta, dente-de-leão, etc.. No que toca à fauna, ainda se podem encontrar esquilos, doninhas, coelhos, raposas, gaviões, águia-de-asa-redonda, coruja-do-mato, coruja-das-torres, peto-verde, pica-pau-malhado grande, noitibós, garça-real, etc. Outros aspectos interessantes são a rede de minas de água (por exemplo, no lugar da Boavista), presas, pequenos aquedutos etc., que poderiam converter este local num verdadeiro museu natural da água.</p>
	<b>Relevância social</b>	<p>Existem vestígios de uma antiga via romana na Senhora do Monte que depois seguiria para a Igreja Paroquial de Perosinho, de onde prosseguia para Crasto e através de um ramal para o Monte Murado. Os melhores vestígios desta antiga calçada romana localizam-se na Rua da Bela Vista. Esta via romana passava também na Estrada da Rechousa e ligava Olisipo a Bracara Augusta.</p> <p>Existe como património religioso a destacar a Capela do Senhor do Calvário, datada de 1839, voltada a poente, com acesso através de uma calçada à portuguesa, e cruzeiros ao longo do caminho de pedra, sendo o percurso limitado entre muros. Localiza-se a meia encosta e tem acesso através de uma escadaria com espaços ajardinados de carvalhos, ciprestes, entre outros. No patamar inferior, existe um parque de merendas.</p> <p>Encontra-se próximo da Escola Primária, sendo que a envolvente arborizada é maioritariamente constituída por eucalipto e acácia. Possui abertura de vistas, para poente, sobre o mar e a freguesia de Canelas. Para Norte existe um caminho com bancos que culmina num cruzeiro de pedra.</p>
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>No PDM de Vila Nova de Gaia (versão provisória de 2007), a Serra de Negrelos integra a Estrutura Ecológica Municipal e a Carta Verde do Município. A carta de qualificação do solo integra as categorias “áreas florestais de protecção” e “áreas florestais de produção” do Solo Rural. A carta de condicionantes identifica a área como Reserva Ecológica Nacional e uma pequena parte como Reserva Agrícola Nacional (a Sul). Os ecossistemas em presença são “cabeceras de linhas de água” e “áreas com risco de erosão”.</p>
	<b>Ameaças à preservação</b>	<p>A extracção de granito em pedreiras, na sua grande maioria desactivadas e abandonadas, o seu conseqüente transporte em camiões, a poluição de solos e águas, a deposição de entulhos, a pressão urbanística, o abandono de terrenos, a expansão de espécies invasoras como o eucalipto e a acácia, o abate de árvores autóctones e os fogos florestais constituem-se como as principais ameaças deste potencial espaço de lazer e convívio. A limpeza dos terrenos evitaria acidentes infelizes como o que aconteceu há pouco tempo, a morte</p>

	de um jovem nas suas famosas lagoas. Existem 3 pedreiras na Serra de Negrelos. A Pedreira da Junta de Freguesia de Canelas encontra-se inactiva e foi invadida por capim-dos-Pampas e eucalipto. Junto ao campo de futebol da Junta de Freguesia de Canelas existem plantações de plátanos e bordo pseudoplátano, tílias, pinheiro bravo e bordo. A pedreira da Civopal, adjacente à pedreira da JF de Canelas, também se encontra inactiva. A pedreira da Benjor apresenta indícios de se encontrar em funcionamento. Pertencente a esta existe, na direcção sul, uma lagoa sobre uma antiga zona de exploração.
<b>Dinâmica local</b>	Esta serra já é utilizada como parque de lazer, com piqueniques e actividades afins. A Trilha de Interpretação da Natureza delineada pela Escola EB 2/3 de Canelas, desde 1983, tem sido utilizada como instrumento de educação ambiental e que tem permitido chamar a atenção para o interesse da recuperação da Serra de Negrelos como espaço verde fundamental do concelho de Gaia. Apesar das ameaças à sua preservação, a serra ainda atrai muitos praticantes de desporto de natureza dado ter excelentes condições naturais, nomeadamente futebol BTT, tendo-se já sido realizados neste espaço campeonatos nacionais desta última modalidade. De referir também a utilização do campo de futebol existente em uma das suas vertentes. A Junta de Freguesia de Perosinho organiza passeios ecológicos à Serra de Negrelos com as escolas locais. O Movimento Cívico da Vila de Canelas tem alertado para o estado de conservação da Serra de Negrelos.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Existe um estudo para a valorização da Serra de Negrelos realizado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, do qual se desconhecem pormenores. A Serra de Negrelos precisa de várias intervenções urgentes, por forma a ser preservada como um local de atracção turística e de convívio com a natureza como a erradicação das lixeiras e pedreiras espalhadas pelo seu território; despoluição de nascentes de água e ribeiros; reconversão paisagística das lagoas; erradicação de espécies exóticas como o eucalipto e a acácia e progressiva reflorestação progressiva com espécies autóctones; valorização do património, especialmente os vestígios arqueológicos da calçada romana; criação de percursos pedonais e cicláveis, aproveitamento do potencial hídrico para a criação de espelhos de água, instalação de equipamentos desportivos, etc. Um espaço verde público na Serra de Negrelos permitiria a prática de actividades desportivas, de recreio e lazer. A definição de trilhos para a prática de BTT e outras actividades afins e de percursos pedonais definidos por grau de dificuldade seriam boas alternativas para dinamizar o espaço, associadas a um parque desportivo e de manutenção, com espaço para desportos radicais (por exemplo, escalada). As lagoas existentes criariam boas condições naturais para um eco-museu da água, ao ar livre, atendendo à riqueza em água onde abundam minas de água, presas e aquedutos. Associado a um centro de educação ambiental, envolveria os mais jovens para a preservação e enriquecimento do mesmo. Alguns equipamentos públicos poderiam ser instalados apenas de apoio a actividades desportivas, de recreio e lazer, bem como de manutenção e segurança do espaço. Propõe-se ainda um levantamento e catalogação das espécies de flora e fauna a preservar e eliminação de infestantes. Um trilho interpretativo da riqueza biológica e geológica do espaço seria criado e inserido nas actividades do Centro de Educação Ambiental. Uma outra medida necessária, tendo em conta a actualização actual do espaço, seria a interdição total do acesso dos veículos motorizados ao espaço a preservar, devendo ser criados espaços de estacionamento fora da área do mesmo.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, as Juntas de Freguesia de Canelas e Perosinho, o ICNB, a Forestis – Associação Florestal de Portugal e o Parque Biológico de Gaia poderiam ser parceiros estratégicos na gestão e preservação da Serra de Negrelos.

[Ir para o índice](#)

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Anabela Gonçalves
Espaço proposto por	Margarida Azeredo

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1660
Nome do espaço	Cabedelo
Freguesia	Canidelo
Concelho	Vila Nova de Gaia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,14; -8,67. Estuário do Rio Douro

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área Natural
Área aproximada	67,8 ha
Descrição do espaço	<p><b>Importância ecológica</b></p> <p>É uma área de grande beleza natural, local de invernada para um grande número de aves aquáticas. Os estuários são importantes "nurseries" (viveiros de repovoamento das zonas costeiras), bem como áreas de passagem para peixes migradores, como a enguia e a solha. Toda esta zona tem importância vital para as aves marinhas, nomeadamente as aves migratórias, que fazem dela área privilegiada de descanso nas suas rotas. Espécies migratórias como o corvo-marinho, ou a garça real, utilizam-na como "aeroporto de escala", como refúgio e zona de repouso, podendo também servir como área de nidificação para algumas espécies, como o penereiro e o falcão-peregrino. Estão recensadas mais de uma centena de espécies de aves que utilizam as areias do Cabedelo e a Baía de S. Paio e que aqui se alimentam, descansam e se reproduzem. Tem-se nos estuários numerosas espécies de avifauna, sobretudo aquáticas, sedentárias ou migradoras, como andorinhas-do-mar, pilritos maçaricos-das-rochas, garças-reais, corvos-marinhos, guarda-rios, borrelhos, águia-pesqueira, guinchos e gaivotas (ver Revista Parque Biológico de Gaia, N.º 14, pg. 33). É suporte para alguns mamíferos, répteis e anfíbios. No que diz respeito à flora, é possível observar-se</p>

	<p>associações de quenopodiáceas halófitas como gramata, valverde-dos-sapais, salicornia, bem como juncos e outras espécies como sirgo, limo-mestre, limo-de-fita, murraça, malmequer-da-praia, campana-da-praia; plantas dunares como cana-galega, cardo-das-dunas, cordeirinhos-da-praia, estorno, lírio-das-praias. O Cabedelo é uma zona de estuário do rio Douro, com restinga de areias, dunas, sapal na Baía de S. Paio (à descoberta na baixa-mar), e lodos intertidais (entre marés) e constitui elemento de referência na ligação entre o rio e o mar. A zona ribeirinha de Gaia está sujeita a inundações frequentes devidas às características do estuário e da bacia de drenagem do rio.</p>
<b>Relevância social</b>	<p>O local tem sido utilizado para recreio e lazer, durante todo o ano. É utilizado para a pesca e a prática de desportos aquáticos, mas durante o Verão é utilizado pelos veraneantes e actividades de desportos radicais (BTT, por exemplo). O Cabedelo do Douro no Porto é um dos melhores sítios em Portugal para a prática do bodyboard. A Câmara Municipal de Gaia têm promovido na Praia do Areíño o Festival Marés Vivas que irá decorrer de 17 a 19 Julho de 2008.</p> <p>É provável a presença de vestígios arqueológicos nas areias do Cabedelo, devido a naufrágios de embarcações antigas. Alguns objectos como âncoras romanas têm sido encontrados em redes de pescadores locais. O local é especialmente visitado por birdwatchers ou observadores de aves aos fins-de-semana.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>O Cabedelo é propriedade pública. Segundo a Planta de Ordenamento/Carta de Qualificação dos Solos de Vila Nova de Gaia, surge como área natural a preservar, enquadrada em Reserva Ecológica Nacional. Existe um Plano de Pormenor para a Baía de S. Paio, mas desconhecem-se as suas orientações.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>A zona do Cabedelo tem estado sujeita a algumas ameaças: a poluição e a falta de limpeza das margens do Rio Douro, a utilização turística ou recreativa desapropriada, a construção dos molhes do Douro e a extracção de areia que pode levar eventualmente à própria destruição do local.</p> <p>A construção dos molhes do Douro previa a construção de um Molhe Norte, do lado do Porto, com 350 metros de extensão e sete metros de altura acima do nível das águas, e de um molhe Sul, na margem de Vila Nova de Gaia com um quebra mar com 450 metros de extensão e com seis metros de altura. O reforço do Cabedelo também faz parte do projecto. O objectivo da obra seria proteger a marginal do Porto e melhorar a acessibilidade marítima ao rio Douro e a estabilização sedimentar do Cabedelo, mantendo a capacidade de escoamento das cheias do rio são os motivos que estiveram na base da construção dos molhes do Douro.</p> <p>Terminado em Dezembro de 2003, o estudo de impacto ambiental para a construção dos molhes do Douro valorizava a empreitada. O documento referia que, com a obra feita, "serão melhoradas as condições para incrementar a navegação fluvio-marítima até Espanha", assim como "o uso diário da barra do Douro pelos pescadores, barcos de recreio e tráfego local". Também no estudo de impacto ambiental destaca-se como factor "muito importante" a redução do risco de cheias nas ribeiras do Porto e de Gaia. Na obra de construção dos molhes da barra do Douro está ainda prevista a criação de uma série de zonas de lazer dotadas de um conjunto de jogos de divertimento e aventura, um bar esplanada e um espaço de aluguer de bicicletas e patins. Os molhes terão ainda dois passeios, um superior e ao ar livre, aberto sobre o mar e de utilização condicionada à meteorologia, e outro interior, em galeria fechada, com janelas rasgadas a sul e acesso permanente ao farol. Esta será uma galeria que possibilitará o uso dos molhes nos meses de Inverno, podendo assim as pessoas aceder até ao farol de Felgueiras e daí observar o mar.</p> <p>Encontram-se a decorrer também obras da empreitada de execução da via marítima do Cabedelo e marginal no Vale de São Paio: 3.ª fase, da responsabilidade da GAIAPOLIS, SA.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>Existem actividades e iniciativas de preservação da importância ecológica do local pelo Parque Biológico de Gaia, associações ambientalistas (como o Movimento dos Amigos do Ambiente de Canidelo), visitas de escolas e universidades.</p> <p>A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves tem promovido actividades para a observação de aves no Cabedelo. A pensar na preservação, o Parque Biológico de Gaia já tem o acordo da Administração do Porto de Douro e Leixões (APDL) para a criação de um refúgio ornitológico e observatório de aves. O Partido Comunista Português elaborou uma proposta de classificação da Baía de S. Paio como área protegida.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>É um espaço a ser integrado na Estrutura Biofísica do concelho de Vila Nova de Gaia, que dará corpo à Carta Verde de Gaia. Neste sentido, este espaço deveria tornar-se um espaço com vocação de educação ambiental e monitorização do ecossistema natural, complementada com a vocação de recreio e lazer. As intervenções a efectuar deverão aproximar mais a população desta zona ribeirinha, talvez com locais agradáveis para se passear a pé e andar de bicicleta. Deveria tentar travar-se a extracção de areia, com uma fiscalização eficaz e rigorosa e proceder-se o mais possível à despoluição do rio e suas margens. A sensibilização e educação ambiental poderiam ser uma boa medida de incentivo à preservação deste espaço, através de um centro de interpretação ambiental e da afixação de cartazes informativos nas zonas pedonais e cicláveis.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>A Câmara Municipal de Gaia, a Administração dos Portos do Douro e Leixões, o Parque Biológico de Gaia, o Instituto Nacional da Conservação da Biodiversidade, a Junta de Freguesia de Canidelo, associações locais de protecção do ambiente (como a Associação dos Amigos do Ambiente de Canidelo e a Onda Verde), assim como escolas e universidades poderiam ser parceiros no estudo e preservação deste ecossistema de grande importância para a região do Douro.</p>

[Ir para o índice](#)

# Quinta dos Passais

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	<b>ID 1790</b>
<b>Nome do espaço</b>	<b>Quinta dos Passais (ou Quinta do Paço)</b>
<b>Freguesias</b>	Canidelo
<b>Concelho</b>	Vila Nova de Gaia
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,13; -8,65. Entre a Rua do Meiral e Largo da Igreja (junto ao cemitério e Igreja Matriz)

Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Quinta agrícola	
<b>Área aproximada</b>	11,7 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	A Quinta dos Passais (ou do Paço, como é mais conhecida) tem características eminentemente agrícolas. Parte encontra-se em exploração para agricultura biológica (como viveiro de plantas aromáticas). As espécies de fauna predominantes são gaviões, águia-de-asa-redonda, coruja-do-mato, coruja-das-torres, noitibós, garça-real, e vários passeriformes, bem como coelhos, raposas, esquilos e aves de rapina. As espécies de flora predominantes são loureiros, choupos, pinheiros mansos e carvalhos (não incluem as espécies integradas no Cantinho das Aromáticas). Existe ainda um pequeno ribeiro.
	<b>Relevância social</b>	Canidelo foi concelho autónomo por outorga do Rei D. Pedro I em 1363. Este Rei também doou o padroado da Igreja de Santo André de Canidelo a D. Inês de Castro, com quem aqui terá vivido, razão do nome de Paço à Quinta existente junto à Igreja Matriz. Nesta Quinta, existe uma casa senhorial de fundação medieval e muito transformada ao longo dos séculos, mas de grande riqueza arquitectónica e artística e uma pequena construção com funções de miradouro.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É propriedade privada do Eng. Rui Leite de Castro, estando parte à exploração pela empresa Cantinho das Aromáticas do Eng. Luís Alves. Toda a Quinta dos Passais está integrada em Reserva Agrícola Nacional.
	<b>Ameaças à preservação</b>	A Quinta dos Passais não apresenta ameaças identificáveis, reais ou potenciais.
	<b>Dinâmica local</b>	Como iniciativa de preservação e dinamização do local, destaca-se a instalação do Cantinho das Aromáticas ( <a href="http://www.cantinhodasaromaticas.pt/">http://www.cantinhodasaromaticas.pt/</a> ) que se destina à produção e comércio de plantas aromáticas, medicinais, condimentares, bem como outras espécies espontâneas da nossa flora, aliando os princípios da agricultura biológica aos métodos de produção, afirmando-se como a <b>primeira e única</b> do género em Portugal, contando já com uma produção de cerca de 150 espécies e variedades distintas. Tem uma área de produção de 3.000 m <sup>2</sup> , ocupando na totalidade cerca de 1 hectare. Comporta uma área coberta com 600 m <sup>2</sup> onde estão cultivadas as plantas-mãe, que dão origem às sementes e propágulos vegetativos utilizados na propagação de todas as plantas, sendo que inicialmente a sua recolha, na maior parte dos casos, foi efectuada a partir de exemplares espontâneos, assegurando a origem do material genético, fundamental para a futura adaptação das plantas às nossas condições edafo-climáticas. O seu grande objectivo é poder apresentar no mercado plantas da flora mediterrânica, como verdadeiras alternativas para a construção de espaços verdes, recuperação de jardins históricos, introdução em parques naturais e zonas protegidas, recuperação de zonas degradadas, taludes, dunas e zonas costeiras, e produção em agricultura biológica.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Tendo em conta a prática agrícola relacionada com as plantas medicinais e aromáticas como actividade de exploração da Quinta dos Passais, seria interessante promover neste espaço actividades de educação ambiental, dirigidas a escolas e a outros interessados sobre as aplicações destas plantas e as suas vantagens para a saúde e promover cursos de agricultura biológica e jardinagem, através de uma quinta pedagógica.

[Ir para o índice](#)

# Quinta Marques Gomes

## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Anabela Gonçalves
<b>Espaço proposto por</b>	Artur Nunes

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1446
<b>Nome do espaço</b>	Quinta Marques Gomes
<b>Freguesia</b>	Canidelo
<b>Concelho</b>	Vila Nova de Gaia
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,14; -8,65. Rua Marques Gomes e Rua Lago do Linho (rua que sobe da Afurada para Canidelo, em frente ao Cabedelo/Foz do Douro)

<b>Limites</b>	
----------------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Campo agrícola, Quinta, Área natural, Espaço verde	
<b>Área aproximada</b>	33 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	<p>O estuário do rio Douro ainda conserva valores naturais de grande relevância ambiental e paisagística. A localização privilegiada, abrigada dos ventos e protegida do bater das ondas pelas areias do Cabedelo, a Quinta Marques Gomes é a extensão natural do estuário. Também chamada Quinta do Montado é uma vasta propriedade que integra a Baía de S. Paio e alterna áreas cultivadas, pastagens e prados selvagens com uma vasta zona floresta, num conjunto notável, como que emoldurando o belo cenário estuarino, com a sua paisagem bela e surpreendente.</p> <p>As espécies de fauna mais relevantes são gaviões, águia de asa redonda, coruja do mato, coruja das torres, noitibós, garça-real, e vários passeriformes, bem como coelhos, raposas, esquilos, aves de rapina. As espécies de flora predominantes são o metrosideo gigante (com raízes aéreas), pinheiros (bravo e manso), eucaliptos,</p>

	<p>castanheiros, carvalhos, japoneiras, tílias, amoreiras, camélias, palmeiras-das-Canárias, melaleuca, araucárias, acácias, pereiras e laranjeiras. Na quinta, persistem ainda campos agrícolas cultivados e mantidos por um caseiro.</p>
<b>Relevância social</b>	<p>Manuel Marques Gomes, antigo proprietário da quinta com o seu nome, foi um rapaz que nasceu pobre, filho de pescadores, em Santo André do Canidelo. Viveu os primeiros anos da sua vida sempre ao sabor da sorte. Com nove anos uma senhora de bom coração e dinheiro tira-o da rua e dá-lhe educação. Em 1885, com dezoito anos parte para o Brasil, dizendo-lhe a sua benemérita que só voltasse quando fizesse fortuna.</p> <p>No Pará, imediatamente integrou-se no comércio, na firma Nunes &amp; Almeida Lda. que em pouco tempo, se iria transformar em Marques Gomes &amp; Ca. Importavam aguardente, café e açúcar em grosso.</p> <p>Conhece e casa-se com Dona Rosalina dos Santos Gomes, brasileira com pais portugueses da Figueira da Foz. Como o nome indica, era uma família muito rica e assim a bola de neve dos negócios de Marques Gomes vai crescendo, criando com outros sócios a Empresa de Navegação do Grão-Para.</p> <p>Sempre se dedicou aos movimentos sociais com destaque para a cultura. Chegou até várias instituições como a Venerável Ordem Terceira de São Francisco. Isto mostra a sua personalidade, facilmente se torna líder como aconteceu no Grémio da Literatura e outros mais.</p> <p>Em 1890 com problemas de saúde, devido ao clima do Pará ser bastante húmido, volta a Portugal com a mulher e treze filhos. Podendo viver como um rei, mas tendo ainda a alma de um pobre rapaz, exerce a actividade mercantil em Matosinhos, na firma Bento Cunha &amp; Ca, exportadora de vinhos. Inicia nessa altura a construção do seu palacete, na Alumiara, Canidelo, na conhecida Quinta do Montado. Fixado na terra que lhe tinha servido de berço constrói um apeadeiro em Coimbrões, uma Escola Primária, a lembrar-se da sua infância de tantas dificuldades. Jamais se esquecia dos pobres, distribuindo por eles grandes quantias de dinheiro. Chegou a electricidade ao Canidelo e pensou na juventude da terra, construindo o campo de futebol, ainda bem conhecido. Na sua quinta, ergueu a fábrica da conserva do peixe, dando trabalho a muita gente. À volta do seu palacete mandou plantar uma frondosa floresta, com árvores únicas na região e grandes jardins.</p> <p>Faleceu em Janeiro de 1932, com a idade de 65 anos, deixando ao povo de Canidelo uma grande herança. Com o decorrer dos anos, os treze filhos deitam tudo a perder, com inúteis e desastrosas partilhas. Desabitado, no 25 de Abril de 1974, a Cercigaia utiliza o grande espaço para fins sociais, juntamente com um infantário. Entre 1975 e 1991, no edifício esteve instalado o Centro Popular de Canidelo e a Cooperativa para a Educação de Crianças Inadaptadas. Mas a posse era ilegal.</p> <p>Apareceu então um novo proprietário chamado Pereira Júnior, que comprou a quinta aos herdeiros. Pretendia construir um empreendimento turístico. Esbarrou com a anulação deste projecto pela Câmara Municipal de Gaia, porque Marques Gomes deixou no seu testamento o desejo, que a Quinta fosse um sítio que fizesse feliz todos aqueles que o habitassem. A propriedade é depois vendida ao Banco Espírito Santo, seu actual proprietário.</p> <p>Embora propriedade vedada em toda a sua bordadura, é um espaço de lazer utilizado para a prática de BTT, através de entradas clandestinas dos seus velhos portões. É um miradouro privilegiado sobre o estuário e Foz do Douro.</p> <p>No centro da quinta existe um palacete de finais do século XIX, construção única no país, actualmente a necessitar de obras urgentes de recuperação. O palacete é uma casa ampla e de boa traça, com 37 salas, rés-do-chão e dois andares, ladeada de árvores frondosas e um jardim. No interior tem tectos lavrados e paredes ornamentadas com frescos. Tem ainda uma casa agrícola e um espigueiro. Na casa agrícola, viveu o irmão do antigo proprietário Manuel Marques Gomes que se suicidou por um ataque de ciúmes. Actualmente, é ocupada por um caseiro que mantém cultivados os campos agrícolas.</p> <p>A quinta é propriedade da ESAF - Espírito Santo Fundos Imobiliários (Banco Espírito Santo) que apresentou um projecto que previa a construção de 1.100 casas ocupando uma área de 148 mil metros quadrados à Câmara Municipal de Gaia. Este ambicioso projecto construtivo gerou muita polémica, levando a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte a chumbá-lo. Por acordo com a Gaia Polis e a Câmara Municipal de Gaia, a entidade promotora acabou por aceitar uma redução em dois terços da capacidade construtiva, apenas sendo ocupados 50 mil metros quadrados numa antiga fábrica em ruínas. Para além disso, prevê-se preservar 100 mil metros quadrados de espaço verde que, cedidos à autarquia, irão permitir a criação do Parque Urbano do Vale de São Paio que deverá estar concluído no Verão de 2008, e cuja construção está dependente das vias marginais a construir no âmbito do Polis.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionamentos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>É actualmente propriedade privada do Banco Espírito Santo. Segundo informações de populares, o espaço verde que está circunscrito pela Rua Marques Gomes, Rua Lago do Linho e Rua da Marginal é um espaço que se divide em três Quintas sendo: Quinta Marques Gomes, Quinta de Pereira Júnior, cuja posse passou, por compra, para Benito Garcia (do Algarve), e Quinta do Zagala, pelo que, a ser verdade, a área da Quinta Marques Gomes é inferior à indicada pelo proponente. A Quinta Marques Gomes está integrada na Estrutura Ecológica Municipal e Reserva Ecológica Nacional.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>A língua de areia do Cabedelo e a Baía de S. Paio é um vasto património natural, de uma riqueza e diversidade biológica enorme. Encontra-se hoje fortemente condicionada pela enorme pressão urbana, facto que explica o nível de degradação e destruição nas áreas pantanosas, como a crescente deterioração da qualidade de água e consequentemente, a perda da elevada biodiversidade que caracteriza este ecossistema aquático. A pressão urbanística é a principal ameaça sobre a Quinta Marques Gomes e esta será responsável pela perda de valor ecológico desta quinta muito brevemente.</p> <p>Neste momento, apesar da colocação de placas alusivas a "propriedade privada" e da presença de um caseiro, o espaço apresenta-se muito pouco cuidado.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>A Quinta Marques Gomes tem sido um cavalo de batalha de várias associações de defesa do ambiente da região do Porto na tentativa de travar a ameaça da pressão urbanística ao longo dos anos, de que são exemplo a Campo Aberto, a TerraViva e o MAAC – Movimento dos Amigos do Ambiente de Canidelo. Existem iniciativas muito activas de preservação deste local através do Movimento dos Amigos do Ambiente de Canidelo, que tem realizado acções de sensibilização sobre a Quinta Marques Gomes nas escolas da freguesia com exposições fotográficas. Para além disso, tem exercido pressão sobre o poder político para cumprir o seu objectivo de “relevar a importância que toda a área do Estuário do Douro tem no equilíbrio de todo o ecossistema ambiental, único em</p>

	<p>toda a área do grande Porto, sensibilizando a população, para a necessidade de proteger todo aquele património ambiental".</p> <p>O público alvo a atingir é o mais jovem incidindo a acção nas escolas EB1/JI, as escolas EB 2/3 e secundária, mas também junto das Associações Recreativas e Culturais da Freguesia.</p>
<p><b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b></p>	<p>Pretende-se para esta quinta a valorização ambiental numa perspectiva de integração na estrutura verde do concelho, constituindo um importante "pulmão" para a AMP. Neste sentido, deveria tornar-se um espaço aberto ao público - onde a população pudesse desfrutar de convívio e de lazer - com um acesso relativamente vigiado de modo a não colocar a riqueza em flora e fauna, em perigo. Para tal, seria igualmente importante que fosse feita uma gestão da área semelhante à Mata da Serra do Buçaco e da Serra de Sintra. A existência de um posto (in)formativo também seria de importância relevante para as pessoas que visitassem a Quinta. A criação do novo Parque Urbano do Vale de S. Paio poderá eventualmente trazer as valências que aqui se propõem, numa réstia da área sobrance de construção.</p>
<p><b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b></p>	<p>Propõem-se como possíveis parceiros para a gestão e preservação da Quinta a Câmara Municipal de Gaia, a Junta de Freguesia de Canidelo, o Parque Biológico de Gaia, a APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões. O actual proprietário da Quinta Marques Gomes, sendo uma instituição bancária de relevo, poderia constituir-se como parceiro através do mecenato ambiental como compensação pelo projecto imobiliário de que vai beneficiar. As associações ambientalistas com interesse na preservação da quinta poderiam também ser parceiros na dinamização do espaço, através de programas de educação ambiental e de defesa do património.</p>

[Ir para o índice](#)

# Encostas declivosas do Rio Douro

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Maria José Amaral
Espaço proposto por	Vilma Silva

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1875
Nome do espaço	Encostas declivosas do Rio Douro
Freguesias	Crestuma
Concelhos	Vila Nova de Gaia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,07; -8,51. A proposta inicial faz referência às encostas declivosas do Rio Douro em Crestuma. Outras áreas poderão ser identificadas com as mesmas características nos concelhos vizinhos de Porto e Gondomar.

Limites



### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Área natural	
<b>Área aproximada</b>	952 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	<p>O Vale do Rio Douro e suas encostas declivosas representam uma área paisagística singular no contexto da Área Metropolitana do Porto. Ao nível do território continental, pode dizer-se que este canal navegável e respectivas encostas têm um carácter único, apresentando-se assim como uma área natural deve ser potenciada e valorizada, tanto do ponto de vista ecológico como paisagístico. As encostas declivosas do Rio Douro estendem-se por mais de 20 km, nos concelhos de Gaia, Porto e Gondomar. Nesta área, predominam os povoamentos de pinheiro e eucalipto, sendo actualmente um espaço que urge requalificar e valorizar.</p> <p>A encosta do Rio Douro em Crestuma, Vila Nova de Gaia, é constituída por uma área de floresta dominada pelo eucalipto (<i>Eucalyptus globus</i>) e pinheiro bravo (<i>Pinus pinaster</i>) e manso (<i>Pinus pinea</i>), com acácia-mimososa (<i>Acacia dealbata</i>), acácia-de-folhas-longas (<i>Acácia longifolia</i>) e sabugueiro (<i>Sambucus nigra</i>) também muito comuns. Não foi possível agregar informação sobre fauna neste local.</p> <p>No Rio Douro, espécies indígenas, como o escalo, a enguia e a truta, têm sido dizimadas ou pela pesca à rede descontrolada e/ou pela modificação das condições ambientais (parte do ano estão perto do limite de resistência de algumas espécies). Após a construção da barragem de Crestuma-Lever, foi feita a introdução da carpa que, podendo atingir acima dos 20 kg, tem a propriedade de se alimentar de tudo, fazendo a limpeza das barragens mesmo em condições precárias de oxigenação das águas. Mais recentemente, surgiram o achigã, a perca, o lúcio (peixes carnívoros) e o lagostim-vermelho (todos eles originários de outros países). Pode ainda encontrar-se, com abundância, a boga e o barbo e até mexilhão (idêntico ao do mar).</p> <p>Viajando até junto do Douro, que serpenteia entre as arribas, pode ver-se onde vivem e/ou nidificam abutres, grifos, águias (nas encostas mais a montante do Rio Douro, não incluídas nesta campanha), pombos bravos, andorinhas, etc., e nas ladeiras do mesmo, a perdiz, a rola, o estorninho, o melro, o papa figo, etc.</p>
	<b>Relevância social</b>	<p>A maior parte do espaço em Crestuma não é acessível ao público devido ao forte declive, apenas sendo visível a partir do leito do rio ou da margem oposta. Na zona mais superior, junto à estrada existe um espaço aberto com entulho, com provável utilização agro-pecuária. Relativamente perto existe um parque de merendas e um miradouro virado para a barragem de Crestuma-Lever.</p>
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>As encostas declivosas do Rio Douro estão enquadradas em Domínio Público Hídrico, uma margem de 50 m a partir das águas navegáveis ou flutuáveis e na Unidade Homogénea de Planeamento Baixo Douro-Litoral definida pelo Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Douro. Desconhecem-se as disposições relativas às encostas nos Planos de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever, no Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro (PROZED) dos concelhos ribeirinhos integrantes da bacia visual do Douro a montante de Crestuma. Em termos de zonamento, o PROZED (Decreto regulamentar nº 60/91 de 21 de Novembro) procura estabelecer uma disciplina da edificabilidade por forma a permitir a preservação dos valores patrimoniais, urbanísticos e paisagísticos, pelo que grande parte das áreas directamente ligadas ao rio são designadas como áreas de protecção ao património natural. Mas este plano incide sobre as encostas declivosas do concelho de Gondomar (Medas, Melres, Lomba e parte do Covelo).</p> <p>O Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever envolve a definição de zonas de protecção e zonas reservadas, bem como a regulamentação dos usos. A zona reservada engloba as faixas marginais às albufeiras numa largura de 50m a partir do nível de pleno armazenamento (NPA), com descontinuidades nas áreas urbanas, de recreio e de acostagem de embarcações, enquanto que a zona de protecção envolve uma faixa de 500m a partir do NPA. Significa isto que, numa perspectiva espacial, em alguns locais esta faixa não se estende muito além deste valor mas noutros, devido às condições topográficas, prolonga-se por uma área mais vasta. As encostas do Rio Douro em Vila Nova de Gaia e Gondomar estão em áreas de Reserva Ecológica Nacional.</p>
	<b>Ameaças à preservação</b>	<p>A encosta do Rio Douro em Crestuma é dominada por espécies de flora invasora. Na zona aberta junto à estrada ocorre alguma deposição ilegal de lixos e corte de árvores. Pode haver um risco potencial de incêndio dado o forte declive de terreno sobre o rio.</p>
	<b>Dinâmica local</b>	<p>Não existem iniciativas ou associações com dinâmica local. Foi adjudicada a 22 de Abril de 2008 a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento das Encostas do Douro (PEDEP) entre Crestuma e o Centro Histórico de Gaia., pela Câmara de Gaia, a Luís Ramos, especialista em questões de Planeamento e Ordenamento do Douro, da Universidade de Trás-os-Montes. O plano para as encostas do Douro tem como principal aposta a criação de zonas residenciais de baixa densidade urbanística (as quintas no Douro), que poderão ter características urbanas ou rurais. Aposta ainda na navegabilidade do Douro, por forma a permitir alguns desportos aquáticos e também o aproveitamento dos espaços verdes para a prática de golfe. O PEDEC deverá ter em conta a protecção e valorização do rio e das encostas, estabelecendo como estratégias o recreio e lazer, a prevenção do risco de erosão e de inundação e o ordenamento florestal.</p>
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>O espaço das encostas de Crestuma no estado actual, apesar de ser uma área verde, tem pouco interesse ambiental, uma vez que a flora é dominada por espécies invasoras. A zona é de muito difícil intervenção quer pela dificuldade de acesso quer pela quantidade de árvores invasoras. A requalificação ambiental passaria por um combate à expansão das plantas invasoras em toda a encosta do Rio Douro. No espaço aberto junto à estrada poderia criar-se uma zona de acesso público. A estrada é bastante usada por ciclistas durante os fins-de-semana e poderia criar-se uma zona de descanso com alguma informação sobre a importância deste tipo de encostas para a valorização do Rio Douro.</p>

[Ir para o índice](#)

# Rio Uíma

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Maria José Amaral
Espaço proposto por	Maria Fernanda Amorim de Sousa

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1886
Nome do espaço	Rio Uíma
Freguesias	Sandim, Olival, Lever e Crestuma
Concelho	Vila Nova de Gaia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,06; -8,49. A proposta inicial deste espaço refere um troço específico do Rio Uíma, na Rua da Fontinha (sem saída), perto do centro de Crestuma, seguindo pela EN222. No entanto, o rio estende-se ao longo de outras freguesias com troços potencialmente interessantes em termos de preservação, como Sandim, Olival e Lever.

### Limites



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Vale de rio ou ribeira, Espaço verde	
Área aproximada	22,3 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	O Rio Uíma é um afluente da margem esquerda do Rio Douro. Nasce no lugar de Duas Igrejas, na freguesia de Romariz, concelho de Santa Maria da Feira e tem a sua foz em Crestuma, no concelho de Vila Nova de Gaia, ligeiramente a jusante da Barragem de Crestuma-Lever. Da nascente até a foz percorre, predominantemente de Sul para Norte, as freguesias de Romariz, Pigeiros, Caldas de São Jorge, Lobão, Fiães, Vila Maior (todas do concelho de Santa Maria da Feira), Sandim, Lever e Crestuma (do concelho de Vila Nova de Gaia). É o principal curso fluvial do concelho de Santa Maria da Feira. Outrora um rio rico em trutas e outros peixes fluviais, desde

	<p>há muito anos que tem sido maltratado com descargas de efluentes industriais, inicialmente provenientes de indústrias ligadas a puericultura e brinquedos, localizadas nas Caldas de São Jorge e mais recentemente provenientes das pedreiras de extracção de granito, também da mesma zona.</p> <p>O troço do rio em Crestuma é constituído por uma galeria ribeirinha, leito do rio heterogéneo com zonas de rápidos e zonas de menor velocidade de água com zonas rochosas expostas, num vale bastante encaixado. Existem algumas estruturas construídas pelo homem no leito do rio. As condições actuais do corredor ribeirinho permitem a existência de diversas espécies de diferentes grupos, no entanto para as inventariar seriam necessários estudos mais detalhados quer nas margens (pequenos mamíferos, répteis e anfíbios) quer no leito do rio (peixes e invertebrados aquáticos).</p> <p>Relativamente a répteis e anfíbios, foram encontrados no Rio Uíma tritão marmorado (<i>Triturus marmoratus</i>), tritão-de-ventre-laranja (<i>Lissotriton boscai</i>), salamandra-de-pintas- amarelas (<i>Salamandra salamandra</i>), rã castanha (<i>Rana iberica</i>), salamandra lusitânica (<i>Chioglossa lusitanica</i>), sapo-comum (<i>Bufo bufo</i>), cobra-de-água-viperina (<i>Natrix maura</i>), fura-pastos (<i>Chalcides striatus</i>), licranço (<i>Anguis fragilis</i>), lagarto-de-água (<i>Lacerta shreiberi</i>), lagartixa-do-mato (<i>Psammotromus algerus</i>) e lagartixa-ibérica (<i>Podarcis hispanica</i>).</p> <p>Em relação as aves, registaram-se pardais (<i>Passer domesticus</i>) e rolas (<i>S. turtur</i>), entre outras. A fauna invertebrada terrestre é bastante variada, na superfície do rio existiam muitos alfaíates. Em 1990, Almeida dizia que a fauna piscícola num passado recente era mais abundante que a do Febros e incluía trutas, bogas, escalos, barbos e enguias. O coberto vegetal é não é contínuo, sendo mais extenso na margem esquerda (~70%), até ao aparecimento de pequenas plantações agrícolas, do que na margem direita (~40%). A comunidade arbórea é dominada por choupos (<i>Populus spp.</i>), freixos (<i>Fraxinus spp.</i>), salgueiros (<i>Salix spp.</i>) e amieiros (<i>Alnus glutinosa</i>). Ocorrem também eucaliptos (<i>Eucalyptus globulus</i>) principalmente na zona superior da vertente esquerda. Menos abundantes são (<i>Prunus spp.</i>), figueiras (<i>Ficus spp.</i>) e pinheiros bravos (<i>Pinus pinaster</i>), mimosas (<i>Acacia dealbata</i>). Existem algumas árvores de fruto dispersas, nomeadamente limoeiros e laranjeiras. Na parte inferior a flora é dominada por silvas (<i>Rubus fruticosus agg.</i>), trevos (<i>Trifolium sp.</i>), heras (<i>Hedera helix</i>), feto comum (<i>Pteridium aquilinum</i>) e urtigas (<i>Urtica dioica</i>). Ocasionalmente ocorre tojo (<i>Ulex spp.</i>) e giestas. No leito do rio havia alguns jacintos (<i>Hyacinthus sp.</i>).</p> <p>Na margem direita do Rio Uíma em Crestuma, podem ser vistas algumas casas e campos agrícolas ainda em utilização. A vegetação ripícola é exuberante, entremeada de matos localizados junto aos edifícios abandonados de velhas indústrias, em estado de ruína.</p>
<b>Relevância social</b>	Em Crestuma, não existe nenhum espaço adaptado à utilização pública para lazer. Existem alguns acessos ao rio, mas não é possível realizar um percurso em toda a extensão das suas margens. Existe uma estrutura que desvia parte do leito para o interior das fábricas actualmente abandonadas que abundam nas suas margens, constituindo o espólio do património industrial da freguesia de Crestuma. Nas freguesias de Olival e Sandim, no troço superior do rio, são muitos os elementos arquitectónicos ligados à presença do Rio Uíma (moinhos, açudes, pontes, fontes e antigas fábricas do papel) com história, pelo que fazem parte do património cultural das populações. O Rio Uíma está também ligado à lenda da Moura Encantada da freguesia de Sandim.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Os terrenos da margem do rio são na sua maioria privados. Integram Domínio Público Hídrico com diversas infra-estruturas privadas em diferentes estados de conservação. Ao longo do tramo, mas principalmente junto à foz do rio existem diversas zonas de plantação agrícola. Os terrenos adjacentes ao rio Uíma pertencem a Reserva Ecológica Nacional e, em menor extensão, à Reserva Agrícola Nacional. Desconhece-se a sua classificação relativamente a outras condicionantes do PDM de Vila Nova de Gaia.
<b>Ameaças à preservação</b>	Na extensão do rio em Crestuma, a principal ameaça é a degradação das margens envolventes. Quer através do aumento de entulho proveniente dos edifícios degradados existentes em seu redor, quer pelo aumento de plantas invasoras. No entanto, a extensão do rio reflecte também o impacto que este sofre a nascente: na Feira é habitual a ocorrência de descargas de poluentes. No final de 2007, foi entregue um requerimento ao Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território relacionado com estas descargas. Em Sandim, também foram descritos diversos incidentes de poluição do rio. Estes impactos têm um efeito na qualidade da água em Crestuma. Numa primeira avaliação, o leito do rio está coberto de sedimento escurecido indiciando uma falta de oxigenação do sedimento. A água do rio também aparenta ser demasiado limpa, o que pode ser sinal da inexistência de uma cadeia alimentar típica num rio. Foram realizadas algumas limpezas das margens do rio, para remoção de vegetação e lixos ali depositados, mas são pontuais.
<b>Dinâmica local</b>	A interacção com a população local faz-se apenas através do uso da água para rega. Actualmente as preocupações ambientais são maiores, existindo uma associação ambientalista, os Amigos do Uíma que tem procurado lutar pela sua preservação, sobretudo no concelho da Feira. Tem realizado inúmeras actividades, entre as quais descidas do rio em kaiake e passeios de BTT nas suas margens e denunciado sistematicamente casos de poluição. Os <u>parques de lazer</u> junto às belas margens do Uíma em Santa Maria da Feira são já muito visitados, nomeadamente o de <u>Nadaís-Escapães</u> , o da <u>Várzea-Pigeiros</u> e outros mais, para além do <u>Parque das Termas</u> , na freguesia de Caldas de S. Jorge. A Junta de Freguesia de Sandim, em Vila Nova de Gaia, criou uma rota dos moinhos que existem ao longo do Rio Uíma.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Este rio necessita de uma intervenção ao longo de toda a sua extensão que vise a despoluição do mesmo e das suas margens. Em particular na zona de Crestuma é necessária uma requalificação urgente das suas margens e dos diversos edifícios abandonados em elevado estado de degradação. Alguns destes edifícios poderiam ser intervencionados para a criação de infra-estruturas de apoio a uma zona de utilização pública ou de educação ambiental, como um fluvial, um centro de interpretação ambiental e zonas pedonais e cicláveis. Com uma

		<p>intervenção mais de fundo, seria possível criar um percurso pedestre ao longo da margem. Uma vez que existem algumas hortas ao longo das margens do rio, pode-se incentivar os agricultores à utilização de práticas mais ecológicas, nomeadamente na utilização das águas de rega e produtos químicos.</p>
	<p><b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b></p>	<p>Qualquer intervenção só faz sentido de uma maneira coordenada entre os municípios ao longo de toda a extensão do rio, por isso quer a Câmara de Vila Nova de Gaia quer a da Feira são possíveis parceiros, assim como as empresas municipais Águas de Gaia e GAIURB e Juntas de Freguesia atravessadas por este rio. O Parque Biológico de Gaia coordenou a recuperação do Rio Febras e por isso poderia ter um papel activo na preservação do Uíma, já que são rios bastantes semelhantes. O Rio Uíma foi classificado no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Douro como ecossistema a recuperar, por isso o Ministério do Ordenamento e Ambiente e o Instituto da Água são também possíveis entidades parceiras. No município da Feira existe um grupo de cidadãos – os Amigos do Uíma bastante activos na protecção e preservação do mesmo que podiam incentivar futuramente actividades de educação ambiental. A Câmara Municipal da Feira já tentou conseguir financiamento europeu para a requalificação do Uíma, pelo que poderia ser uma boa oportunidade a explorar.</p>

[Ir para o índice](#)

# Quinta do Mosteiro de Grijó

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Alberto Caeiro Pereira de Sousa

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1477
Nome do espaço	Quinta do Mosteiro de Grijó
Freguesia	Grijó
Concelho	Vila Nova de Gaia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,03; -8,58. Saída A1 em Grijó, seguir a indicação de Mosteiro de Grijó (em direcção a Santo António de Grijó)

Limites	
---------	---

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Quinta agrícola, Espaço verde	
Área aproximada	104 ha	
Descrição do espaço	<b>Importância ecológica</b>	<p>O Mosteiro de Grijó situa-se numa elevação, no lugar de Murracezes. O acesso ao Mosteiro faz-se a ponte pela Avenida Mosteiro Grijó.</p> <p>O Mosteiro é antecedido por um terreiro murado, com portal no centro do qual se ergue um cruzeiro simples. Este é ladeado por alinhamentos de carvalhos-alvarinho, tílias, palmeiras, cedros-do-Líbano, bétulas, azáleas e relva no estrato herbáceo. Duas placas centrais ajardinadas definem vias de acesso automóvel e local de estacionamento.</p> <p>A Quinta do Mosteiro de Grijó tem entrada pelo lado oposto ao edifício da Junta de Freguesia. Outrora pertenceu ao clero. Actualmente é privada. A área proposta para conversão em parque público é uma pequena faixa da Quinta do Mosteiro encostada ao muro, perto da rotunda de Santo António. Esta faixa estende-se até depois da ponte do Cabouco (na Rua da Guarda, quem desce a partir do Largo de Santo António) e nela corre um pequeno ribeiro. É uma área muito arborizada, com árvores de grande porte, sobretudo eucaliptos e</p>

	<p>também com algumas espécies autóctones. Essa porção está densamente arborizada e é cercada por um muro bastante alto. A função social pretendida seria a de um parque público, com bancos, zonas de lazer, um pequeno lago (se possível) e com um circuito de manutenção, a exemplo do Parque da Cidade de Aveiro. As espécies arbóreas do terreno do mosteiro são tílias, bétulas, tamareira-das-Canárias, cedro-do-Líbano, carvalho-alvarinho. No estrato arbustivo surgem rododendros.</p>
<p><b>Relevância social</b></p>	<p>A norte do adro, está implantado o edifício da Junta de Freguesia de Grijó, sendo que no extremo oposto se estabelece um outro edifício que teria sido a Casa do Professor e Maestro Joaquim Teixeira. Adossado, a sul, à Igreja localiza-se o claustro, no qual se encontra o Túmulo de D. Rodrigo Sanches. O claustro possui planta quadrangular, pavimentada a laje de granito, com um chafariz ao centro e painéis de azulejos no espaço circundante.</p> <p>A Rua da Guarda e Rua da Cerca delimitam, através de muros altos de pedra, a área de terreno pertencente à cerca do Mosteiro. No extremo oposto ao mosteiro, fora da cerca, com construções recentes na envolvente, nomeadamente a escola C+S de Grijó, e com alguns troços cobertos por vegetação encontra-se o Aqueduto das Amoreiras. O Mosteiro encontra-se em fase de obra – 1.ª fase, num projecto co-financiado pela EU, integrado no Programa Operacional da Cultura.</p> <p>O Mosteiro de São Salvador de Grijó está classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1938. Segundo a tradição, o primitivo Mosteiro de São Salvador de Grijó foi fundado em 922, no lugar de Muraceses por dois clérigos, Guterre e Ausindo Soares, adoptando a regra e hábito de Santo Agostinho em 938. No ano de 1112 foi transferido para a localização onde se encontra actualmente, mas a nova igreja só seria sagrada na centúria seguinte, em 1235, pelo bispo do Porto, D. Pedro Salvador. No início do século XVI o convento encontrava-se em ruínas, e em 1535 D. João III autorizou a transferência do mosteiro para a Serra de São Nicolau, em Gaia. No entanto, nem todos os clérigos concordaram com a transferência, e por isso em 1566 o Papa Pio V separou os dois mosteiros. Com a volta dos monges a Grijó, a comunidade verificou que o mosteiro necessitava ser reformado, e como tal em 1572 contratou o arquitecto Francisco Velasquez, mestre de obras da Sé de Miranda do Douro, para desenhar o novo projecto. Dois anos depois, a 28 de Junho de 1574, era lançada a primeira pedra do dormitório. Até 1600 estavam concluídas duas alas do claustro, o refeitório e a sala do capítulo. No entanto a construção da igreja arrastou-se por mais cerca de trinta anos, uma vez que a capela-mor só seria fechada em 1629. No ano de 1770 o convento era extinto, passando os seus bens para o Convento de Mafra. O complexo conventual é constituído pela igreja, de planta longitudinal de nave única, e pelas dependências conventuais, situadas à direita, com claustro de planta quadrada. A fachada principal da igreja divide-se em três registos, possuindo no primeiro galilé, à qual se tem acesso por arcada. Sobre esta, um entablamento divide este espaço do segundo registo, que possui ao centro janelão rasgado a toda a altura, ladeado por dois nichos com as imagens de São Pedro e São Paulo, encimados por janelas quadradas. As pilastras que ladeiam os nichos são estriadas, com terço inferior decorado por motivos florais. O registo é rematado por entablamento. A fachada é coroada por frontão triangular interrompido, antecedido por varandim, com duplos pináculos sobre acrotério e relógio ao centro, emoldurado por motivos roll werk e encimado por pináculos e cruz.</p> <p>A fachada de São Salvador de Grijó apresenta um modelo retabular, que destaca a verticalidade e a sobreposição de ordens arquitectónicas, numa ambiguidade tipicamente maneirista. São evidentes as semelhanças entre esta fachada e a do templo do Mosteiro de São Salvador de Moreira da Maia, para a qual Grijó deve ter servido de modelo.</p> <p>Interiormente, o templo possui nave única coberta por abóbada de caixotões, possuindo seis capelas colaterais comunicantes com retábulos de talha maneiristas. O arco triunfal é ladeado por pilastras coríntias e rematado por entablamento decorado. A capela-mor, coberta por abóbada de caixotões decorada por motivos geométricos, possui painéis de azulejos enxaquetados, tendo um cadeiral de madeira e retábulo-mor de talha, elaborado em 1737 pelo mestre António Vidal, com painel representando a Transfiguração de Cristo pintado em 1795 por Pedro Alexandrino.</p> <p>De elementos de arte contemporânea, destacam-se os vitrais do mestre Júlio Resende, que representam a Trindade e a Criação e a escultura de Irene Vilar, que representa o Menino Jesus Salvador do Mundo no colo da sua mãe, é outra peça de arte sacra contemporânea que sobressai no mosteiro. Esta peça foi colocada junto à entrada da igreja para assinalar o Jubileu, no ano 2000.</p> <p>No espaço adjacente à igreja foi construído o claustro, de planta quadrada, com dois registos, tendo no primeiro a ordem jónica e no segundo a ordem coríntia. O registo superior é coberto por tecto de madeira. No espaço do claustro existem diversos painéis de azulejos policromos com figurações de apóstolos e doutores da igreja. Ao centro do espaço claustal foi edificado um chafariz de modelo flamengo, decorado por carrancas e motivos roll werk. Na ala norte do claustro foi colocado o túmulo de D. Rodrigo Sanches, filho ilegítimo de D. Sancho I.</p> <p>O Túmulo de D. Rodrigo Sanches encontra-se classificado como Monumento Nacional desde 1910. É talvez, o mais antigo exemplar dos monumentos funerários portugueses a possuir estátua jacente, se exceptuarmos o túmulo dito de D. Urraca, presente na Igreja do Mosteiro de Alcobaça, sobre o qual existem dúvidas de identificação e cronologia.</p> <p>O bastardo régio, filho de D. Sancho I, morto em combate nas Lides de Gaia (1245), às mãos de Martim Gil de Soverosa, só veio a receber tumulação monumental alguns anos mais tarde, por vontade de sua mãe, D. Constança Sanches. Sendo esta filha de D. Sancho I uma monja do Convento das Donas de Coimbra, e sendo o túmulo do cavaleiro esculpido em calcário brando das pedreiras de Coimbra, os diferentes autores que escreveram sobre esta obra, tendem a ver o sarcófago de Rodrigo Sanches como uma realização das chamadas oficinas de Coimbra que, a partir do século XIII, deixam mostras da sua qualidade em túmulos como os dos bispos D. Egas Fafes e D. Tíburcio (Sé Velha de Coimbra).</p> <p>Na actualidade, devido à inserção do túmulo em arcossólio numa das paredes do claustro do mosteiro, situação que ocorreu no século XVII, apenas é visível uma das faces da arca e a tampa, com a sua estátua jacente e outras figuras que a acompanham. O tratamento plástico das composições figurativas e arquitectónica é essencialmente de perfil românico.</p>

	<p>O Aqeduto das Amoreiras ou Aqeduto de Murracezes está classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1974. Fundado no século X em Muraceses, o mosteiro agostinho de São Salvador de Grijó foi edificado na sua localização actual no século XIII. No início do século XVI, devido ao estado de ruína do cenóbio, foi ordenado à comunidade que se transferisse para a Serra de São Nicolau, em Gaia. No entanto, parte do grupo de monges voltaram a Grijó em 1566, e como o mosteiro se encontrava em ruínas, foi contratado em 1572 o arquitecto Francisco Velasquez, mestre de obras da Sé de Miranda do Douro, para desenhar um novo conjunto monacal; as obras do mosteiro iriam arrastar-se até 1629. Em meados do século XVIII os monges de Grijó patrocinaram uma nova obra, a edificação de um aqeduto fora da cerca, possivelmente em substituição de uma conduta de água mais antiga, que abastecia o mosteiro. A construção seria terminada em 1765, data inscrita no pano murário da cerca onde desemboca o aqeduto. A estrutura sólida apresenta alçado direito e cobertura abobadada, tendo a particularidade de alguns troços serem encimados por arcas de água troncopiramidais. O troço final do aqeduto possui uma arcada com catorze arcos plenos, de grandes dimensões e pé direito baixo. O aqeduto termina no interior da cerca num chafariz com tanque e espaldar rectangular.</p>
<p><b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b></p>	<p>A Quinta do Mosteiro é privada (da propriedade de Fernanda e Américo Amorim). O PDM de Vila Nova de Gaia (em fase provisória de 2007), na carta de qualificação do solo, integra as categorias de “áreas de expansão urbana de uso geral”, “áreas de quinta em espaço rural” e “áreas naturais – áreas ribeirinhas”. A área adjacente ao mosteiro integra a categoria “áreas para equipamentos correntes existentes”. Em matéria de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, a carta de condicionantes do PDM em revisão identifica a Reserva agrícola Nacional, a Reserva Ecológica Nacional e a Zona de protecção ao mosteiro de Grijó, ao claustro e à cerca da quinta.</p> <p>O túmulo de D. Rodrigo Sanches apresenta-se classificado como Monumento Nacional (MN) – Mosteiro de Grijó. O Conjunto formado pela Igreja, Sacristia, Claustro, e Cerca, com Chafariz apresenta-se classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP).</p> <p>O Decreto de 16 de Junho de 1910 classifica como Monumentos Nacionais vários imóveis, entre os quais o Túmulo de D. Rodrigo Sanches (Grijó). O Decreto 28:536 de 22 de Março de 1938 – Classifica monumentos nacionais e de interesse público vários imóveis entre os quais o Mosteiro de Grijó (Conjunto formado pela Igreja, Sacristia, Claustro, e Cerca, com Chafariz) (IIP).</p>
<p><b>Ameaças à preservação</b></p>	<p>A quinta encontra-se em bom estado de conservação pelos seus proprietários.</p>
<p><b>Dinâmica local</b></p>	<p>Além do culto religioso, a Paróquia também se preocupa com a dimensão histórica do mosteiro. O sino partido e o relógio manual, que deixaram de ter serventia, foram conservados e estão expostos nos claustros do mosteiro, conjuntamente com pedras do mosteiro primitivo, encontradas nas escavações arqueológicas.</p>
<p><b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b></p>	<p>A área proposta para conversão em parque público é uma pequena faixa da Quinta do Mosteiro encostada ao muro da cerca, junto à rotunda de Santo António. Esta faixa estende-se até depois da ponte do Cabouco (na Rua da Guarda, quem desce a partir do Largo de Santo António) e nela corre um pequeno ribeiro. É uma área muito arborizada, com árvores de grande porte, sobretudo eucaliptos e também com algumas espécies autóctones. A função social pretendida seria a de um parque público, com zonas de lazer e um espelho de água.</p>
<p><b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b></p>	<p>Os proprietários da quinta, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o Parque Biológico de Gaia, o IPPAR e a Junta de Freguesia de Grijó poderiam contribuir para a gestão e preservação do espaço.</p>

[Ir para o índice](#)

# Dunas de Mira

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Anabela Gonçalves
----------------------	-------------------

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1899
Nome do espaço	Dunas de Mira
Freguesias	Arcozelo
Concelho	Vila Nova de Gaia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,06; -8,65. Esta área é contígua, a poente, à linha do comboio e às zonas de protecção dessa mesma linha, bem como ao campo de golfe de Miramar, dunas e praia.



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural	
Área aproximada	57,2 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	Contém ainda partes sobrantes das antes bem desenvolvidas Dunas de Mira, que deram o nome ao local e a algumas ruas da zona. A importância deste espaço reside na sua grande dimensão e mosaico de vários

	<p>ecossistemas distintos (agrícola, florestal e ripícola), na existência de um resquício de duna terciária ou duna castanha (único em Vila Nova de Gaia) e de dunas quaternárias com vegetação dunar e pinheiros (visíveis em algumas fotografias), bosquetes mistos de pinheiro, eucalipto, carvalho e sobreiro (existentes em solos abandonados), bem como vegetação ripícola ao longo da ribeira do Espírito Santo que atravessa o lugar. Serve de zona de descanso, alimentação e de nidificação para várias espécies de aves migradoras e de aves marinhas. Quanto à fauna, predominam a pêga-rabuda (<i>Pica pica</i>), o gaio (<i>Garrulus glandarius</i>), a rôla brava (<i>Streptopelia turtur</i>), a rôla turca (<i>Streptopelia decaoto</i>), o guarda-rios (<i>Alcedo Atthis</i>), o melro preto (<i>Turdus merula</i>) e o pintassilgo (<i>Carduelis carduelis</i>), para além de outros passeriformes. Existem também predadores como a águia-de-asa-redonda (<i>Buteo buteo</i>), o falcão peneireiro vulgar (<i>Falco tinnunculus</i>), o que indicia a presença de presas sobretudo pequenos e micro mamíferos e também répteis característicos de um ecossistema ainda equilibrado. A área proposta constitui um importante corredor ecológico entre o litoral e o interior do Concelho, potenciado pela presença da Ribeira do Espírito Santo e respectivas margens.</p>
<b>Relevância social</b>	<p>A proximidade da Ribeira de Espírito Santo recentemente recuperada pelas Águas de Gaia permite criar alguns espaços agradáveis para lazer e convívio. Não existem outros elementos de relevância social ou patrimonial a destacar.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>As Dunas de Mira e áreas adjacentes são propriedade privada sendo de destacar, como proprietária de alguns dos terrenos agrícolas, a Sra. D. Mariazinha Barbosa que em forma de exploração por arrendamento mantém os terrenos com actividade agrícola.</p> <p>Uma pequena parte da área é Reserva Ecológica Nacional. O Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Caminha-Espinho abrange uma faixa de protecção ao longo do litoral com largura máxima de 500 metros, contados a partir do limite da margem das águas do mar, e uma faixa marítima de protecção que tem com limite inferior a batimétrica - 30. Para além disso, a área encontra-se integrada no Domínio Público Hídrico pela existência da Ribeira do Espírito Santo.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>A pressão urbanística surge como a mais próxima ameaça aos terrenos agrícolas que se encontram cultivados por agricultores que arrendaram os terrenos à referida proprietária. As culturas de hortícolas frescos servem de abastecimento às grandes superfícies comerciais, assegurando assim os agricultores locais o escoamento das suas culturas. É de salientar a proximidade de terrenos que tinham o mesmo aproveitamento mas que actualmente constituem solos abandonados onde se depositam lixos e onde abundam espécies invasoras com perigo de ocorrência de fogos florestais. O pisoteio humano e actividades recreativas propiciam a erosão dos solos e a destruição da biodiversidade do ecossistema.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>No próprio local não se conhecem actividades ou associações de dinâmica local mas é de referir a proximidade deste lugar ao Centro de Educação das Ribeiras de Gaia em Miramar, ao Parque de Dunas da Aguda e à Estação Litoral da Aguda.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Parte desta área (50%) constitui uma zona agrícola de elevada produtividade, com alto valor económico e estratégico (destaque para a proximidade de grandes mercados consumidores de frescos com a possibilidade de menor consumo de CO<sub>2</sub>), pelo que as sugestões de preservação do local passariam por aproveitar o potencial agrícola dos solos mais ligada à prática da agricultura biológica e realizar acções de educação ambiental associada à agricultura e preservação do ecossistema dunar (através de actividades do Centro de Interpretação Ambiental das Ribeiras de Gaia). Uma maior fiscalização da construção e acções de valorização com projectos que contemplem o revestimento e reposição dunares, a arborização e o enchimento artificial de praias e zonas dunares também deveriam ser consideradas como intervenções de preservação.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o Parque Biológico de Gaia, a Estação Litoral da Aguda, a empresa Águas de Gaia e a Junta de Freguesia de Arcozelo poderiam ser parceiros na gestão e preservação das Dunas de Mira.</p>

[Ir para o índice](#)



<b>Ameaças à preservação</b>	Dada a envolvente do espaço densamente construída, a pressão urbanística surge como a ameaça real mais próxima.
<b>Dinâmica local</b>	Não se conhecem actividades ou associações de dinâmica local.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	A valorização ambiental numa perspectiva de integração na estrutura verde do concelho, como jardim de proximidade de uma zona com forte crescimento urbano recente poderia ser uma futura intervenção para o espaço que se encontra actualmente abandonado.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o Parque Biológico de Gaia e a Junta de Freguesia de Mafamude poderiam ser parceiros na gestão e preservação do espaço em causa. Empresas privadas poderiam também ser envolvidas em acções de mecenato na manutenção do espaço.

[Ir para o índice](#)

# Margem do rio Douro entre a Ponte D. Maria Pia e a Ponte do Freixo

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Anabela Gonçalves
Espaço proposto por	João Medina

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1567
Nome do espaço	Margem do rio Douro entre a Ponte D. Maria Pia e a Ponte do Freixo
Freguesia	Oliveira do Douro
Concelho	Vila Nova de Gaia
Outras referências	Areinho de Oliveira do Douro. Espaço limitado a Norte pela margem esquerda do rio Douro, a Oeste pela Ponte D. Maria Pia, a Este pela Ponte do Freixo e a Sul pela curva de nível dos 15m (ver Carta Militar). Incluem-se as encostas com ocupação agrícola e em leito de cheia entre as referidas pontes até ao IC23.

Limites	<p>Coordenadas geográficas WGS84: 41,14; -8,59.</p>
---------	---

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural, quintas, campos agrícolas e vale de rios ou ribeiras	
Área aproximada	58 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	O espaço apresenta-se com altitudes entre os 5 a 60-70m sendo que as cotas menores ocupam uma maior extensão junto ao areinho de Oliveira do Douro subindo as cotas altimétricas, gradualmente, da área ribeirinha do rio Douro para o interior. Está-se, portanto, perante uma área sujeita a cheias, que nos meses mais pluviosos obrigam ao enchimento do rio Douro, encaixando-se nas zonas de declive do concelho entre 0 a 5%, estando as

	<p>suas encostas voltadas a Norte. Com uma paisagem caracterizada pela sua diversidade natural e cultural, o espaço delimitado fazia a ponte entre as actividades ligadas à terra – marcada pela prática da agricultura, e pelos moleiros de Quebrantões – ao rio – onde se tinham as actividades da pesca e das lavadeiras.</p> <p>Contudo, a recepção de população proveniente de outras regiões do país, bem como a proximidade com a cidade do Porto explica o fenómeno da construção de habitações que na freguesia de Oliveira do Douro se está a verificar a ritmo elevado. É este crescimento apressado que torna perceptível que neste espaço se esteja perante uma diversidade ecológica, vítima de abandono.</p> <p>As espécies de fauna predominantes neste espaço são coelhos, passeriformes variados (alvéola-branca, andorinhados-beirais, gaio comum, melro preto, milhafre preto, pardal comum, pombo doméstico, pintassilgo, pisco-de-peito-ruivo, verdilhão comum), etc.. As espécies de flora são visíveis na galeria ripícola, distribuindo-se no espaço manchas verdes de eucaliptos, acácias, choupos, salgueiros, carvalhos, pinheiro bravo, pinheiro manso, plátano, salgueiro chorão, sobreiro, etc. e vegetação herbácea variada (canabraz, urtiga-branca, ranúnculos, era terrestre, dedaleira, cardo-penteador-bravo, trepadeira/corriola, trevo branco/trevo dos prados, etc). Existem ainda elementos da paisagem relevantes como o rio Douro, que nesta área, onde o relevo é menos acidentado, recebe diversas linhas de água que, embora não tenham carácter permanente, constituem importantes linhas de drenagem natural. No entanto, com alguma frequência, certas linhas de água encontram-se canalizadas. Entre as linhas de água identificadas nesta situação, destaca-se a que desagua próximo de Quebrantões e nasce junto ao Monte da Virgem, apresentando uma extensão de cerca de 4 km. Ali também são evidentes depósitos de praias antigas e terraços fluviais e formação areno-pelítica de cobertura assentes sobre granito e xisto-grauvaque.</p>
<b>Relevância social</b>	<p>Neste espaço, existe um parque de merendas com restaurante, sendo ponto de encontro de eventos. Pratica-se nos terrenos voltados para o rio Douro a agricultura tradicional e junto ao areinho, existe uma praia fluvial extensa utilizada por muitos frequentadores na época estival, acontecendo ainda a prática de desportos aquáticos (vela, windsurf,...). Este lugar serve ainda de lugar de recreio aos alunos de escolas que visitam a ETAR do Areinho. De referir a existência de um cais de apertagem de barcos de recreio: o Cais de Quebrantões. A pesca foi actividade económica dominante noutros tempos, marca ainda a sua presença como actividade de lazer e desportiva no presente.</p> <p>Existem elementos arquitectónicos ou arqueológicos a preservar na envolvência deste espaço: a Capela Romana de Quebrantões e a Capela de Santo António do Aleixo. Foram muito conhecidos os Moinhos de Quebrantões no passado. As Pontes D. Maria Pia e do Freixo são elementos de património construído. De menor significado, também se salientam os pontões de atravessamento das ribeiras.</p> <p>Inserido na proximidade deste espaço, há quintas cuja presença é de assinalar, como sejam a Quinta de Santo Aleixo, Quinta do Cunha, Quinta de Campo Belo e a Quinta de S. Salvador. A nascente natural da Quinta do Cunha e a nascente natural em frente da Capela de Santo António do Aleixo são também elementos a destacar. A existência de espigueiros, alguns caminhos rurais ladeados por muros altos de granito, bem como a presença da Real Companhia Velha merecem referência para preservação.</p> <p>Uma última referência às ruínas da fábrica de conservas que ali existiu em tempos, junto à marginal.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionamentos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>Existem terrenos públicos, privados e baldios. No PDM de Gaia, o espaço está classificado como REN e RAN, integrando a estrutura biofísica fundamental e complementar do concelho, onde os usos agrícola e florestal surgem como formas de aproveitamento do espaço. O espaço verde está incluído em zona em risco de cheias.</p>
<b>Ameaças à preservação</b>	<p>Apesar de ser um espaço de salvaguarda de um corredor fluvial, a proximidade do elemento de água poderá motivar uma forte pressão urbanística sobre o mesmo. A poluição da água ou do solo é também uma ameaça potencial. Embora exista uma ETAR na proximidade, questiona-se se o saneamento básico cobre na totalidade este espaço na freguesia de Oliveira do Douro. Existem vestígios de poluição em algumas das ribeiras e aquíferos que escoam para o rio Douro proveniente dos campos agrícolas que pode ser uma das origens da poluição orgânica e biológica do rio Douro. A deposição ilegal de lixo é perceptível nas bermas de caminhos pedonais, ribeiras, área de recreio e lazer, resultante em parte do descuido e falta de sensibilização dos frequentadores do espaço. O IC23 poderá de futuro desencadear a construção de novas vias rodoviárias de acesso à marginal que acompanhará a intensidade de urbanização que porventura venha a acontecer no local. De um modo geral, o espaço está visivelmente abandonado e degradado, o que, em parte, contrasta com a beleza paisagística subjacente ao mesmo e merecedora de uma intervenção requalificante.</p> <p>De referir ainda a existência de um projecto para a construção de uma via panorâmica entre a Ponte D- Luis I e o Areinho de Oliveira do Douro, da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.</p>
<b>Dinâmica local</b>	<p>O areinho de Oliveira do Douro já foi palco do Festival Marés Vivas e de festivais de folclore e é utilizado para campismo selvagem e provas de agilidade canina. A praia fluvial não faz parte dos locais destinados a banhos nas margens do rio Douro, mas é utilizado dessa forma na época do Verão, apesar da falta de limpeza, falta de vigilância e da poluição das águas. Existe ali um espaço para a prática de desporto, utilizado pelo Areinho Futsal Clube. O Centro Popular dos Trabalhadores do Areinho ou o Centro de Recreio Popular do Areinho tem a sua sede no lugar do Areinho, com actividades regulares.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>Propõe-se para aquele espaço a despoluição de ribeiros e recuperação das margens, inserido no programa de recuperação e requalificação das ribeiras já levado a cabo pelas Águas de Gaia - EM, no litoral do concelho. Com a selecção de espécies adaptadas às condições climáticas e morfo-pedológicas do espaço, poderia ser convertido em espaço verde público, a ser usufruído por todos aqueles que frequentem as actividades a dinamizar no mesmo. Poderia ainda se propor a construção de uma pista ciclável, ligando o percurso entre pontes até à foz do Rio Febros e um percurso pedonal, paralelo à pista ciclável. Sensibilizar para a prática de agricultura biológica, uma forma de agricultura sustentável ambientalmente, como complemento a outras actividades económicas seria também uma medida recomendável. A criação de um parque desportivo e de manutenção, com actividades desportivas ligadas à pesca e à água (como windsurf, canoagem, etc.) poderiam ser igualmente bem acolhida e contribuir para a dinamização do espaço. A existência da ETAR do Areinho (visitada frequentemente por escolas), a requalificação dos cursos de água, a pesca e a promoção de uma agricultura biológica poderiam ser aglutinadas num Centro de Educação Ambiental com vista a promover o conhecimento da fauna e flora dos ecossistemas ribeirinhos, e desenvolver acções pedagógicas, sensibilizando os visitantes para as suas responsabilidades ambientais,</p>

		particularmente para as questões relacionadas com a água e a conservação da natureza. O turismo balnear, aproveitando as potencialidades da praia fluvial do Areinho, a ser complementado com o turismo rural, dinamizado com base nas quintas aí existentes, seriam outras ideias para a preservação do local.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Poderiam contribuir para a gestão do espaço, depois de intervencionado, a Câmara Municipal de V. N. de Gaia, a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a Direcção Regional de Agricultura, o IPPAR e o Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, o Porto de Douro e Leixões e empresas em regime de mecenato, ou desenvolvendo parcerias público-privado (por exemplo, Parque Biológico de Gaia E.M. e Águas de Gaia E.M.).

[Ir para o índice](#)

# Quinta da Fonte Formosa

## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Anabela Gonçalves e Maria Eduarda Pinto
<b>Espaço proposto por</b>	Onda Verde

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1858
<b>Nome do espaço</b>	Quinta da Fonte Formosa (ou Quinta da Boucinha)
<b>Freguesias</b>	Oliveira do Douro e Mafamude
<b>Concelho</b>	Vila Nova de Gaia
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,11; -8,60. Localiza-se entre a Salvador Caetano (a Norte), a EN 222 (a Este), o Restaurante Boucinha e Modelo; Rua das Boucinhas (a Sul) e as traseiras da RTP (a Oeste).

Limites





### 3. Critérios de avaliação e seleção

Tipologia	Quinta agrícola, área natural	
Área aproximada	15,1 ha	
Descrição do espaço	Importância ecológica	<p>A Quinta da Fonte Formosa é uma quinta com área de bosque e solos com aproveitamento agrícola. De acordo com um inventário realizado pelas associações ambientalistas Onda Verde e Quercus, estão presentes as seguintes espécies de fauna e flora:</p> <p><b>Aves:</b> O espaço serve de nidificação ou de passagem à águia-de-asa-redonda (<i>Buteo</i>, <i>Buteo</i>), peneireiro-de-dorso-malhado (<i>Falco tinnunculus</i>), gavião (<i>Accipiter nisus</i>), pombo-torcaz (<i>Columba palumbus</i>), rola-turca (<i>Streptopelia decaoto</i>), rola-comum (<i>Streptopelia turtur</i>), coruja-das-torres (<i>Tyto alba</i>), coruja-do-mato (<i>Strix aluco</i>), mocho-gajego (<i>Athene noctua</i>), noitibó-comum (<i>Caprimulgus europaeus</i>), andorinhão (<i>Apus apus</i>), andorinha-das-chaminés (<i>Hirundo rustica</i>), andorinha-dos-beirais (<i>Delichon urbica</i>), pousa (<i>Upupa epops</i>), pica-pau-verde (<i>Picus viridis</i>), gaio (<i>Garrulus glandarius</i>), gralha-preta (<i>Corvus corone</i>), cuco (<i>Cuculus canorus</i>), alvéola-branca (<i>Motacilla alba</i>), carriça (<i>Troglodytes troglodytes</i>), pisco-de-peito-ruivo (<i>Erithacus rubecula</i>), rabirruivo (<i>Phoenicurus ochruros</i>), melro-preto (<i>Turdus merula</i>), felosa-de-cabeça-preta (<i>Sylvia melanocephala</i>), toutinegra (<i>Sylvia atricapilla</i>), chapim-carvoeiro (<i>Parus ater</i>), pardal-comum (<i>Passer domesticus</i>), tentilhão-comum (<i>Fringilla coelebs</i>), serino (<i>Serinus serinus</i>), verdilhão (<i>Carduelis chloris</i>), papa-moscas (<i>Ficedula hypoleuca</i>), chasco-ruivo (<i>Oenanthe hispanica</i>), pato-real (<i>Anas platyrhynchos</i>), Abibe (<i>Vanellus vanellus</i>), codorniz (<i>Coturnix coturnix</i>).</p> <p><b>Mamíferos:</b> ouriço-cacheiro (<i>Erinaceus europaeus</i>), toupeira-cega (<i>Talpa caeca</i>), morcego-de-ferradura-grande (<i>Rhinolophus ferrumquinum</i>), morcego-anão (<i>Pipistrellus pipistrellus</i>), coelho-bravo (<i>Oryctolagus cuniculus</i>), rato-do-campo (<i>Apodemus sylvaticus</i>), rato doméstico (<i>Mus musculus</i>), raposa (<i>Vulpes vulpes</i>)</p> <p><b>Anfíbios:</b> Discoglossos (<i>Discoglossus pictus</i>), sapo-comum (<i>Bufo bufo</i>), sapo-parteiro (<i>Alytes obstetricans</i>), tritão-de-ventre-laranja (<i>Triturus boscai</i>), tritão marmorado (<i>Triturus marmoratus</i>), salamandra-de-pintas-amarelas (<i>Salamandra salamandra</i>), rã verde (<i>Rana perezi</i>), rã ibérica (<i>Rana iberica</i>)</p> <p><b>Répteis:</b> licranço (<i>Anguis fragilis</i>), lagartixa (<i>Podarcis bocagei/Podarcis hispanica</i>), lagarto-de-água (<i>Lacerta scheiberi</i>), cobra-de-água-de-colar (<i>Natrix natrix</i>), cobra-rateira (<i>Malpolon monspessulamus</i>), cobra-de-escada (<i>Elaphe scalaris</i>), cágado-de-carapaça-estriada (<i>Emys orbicularis</i>)</p> <p><b>Árvores (bosque, campos agrícolas e viveiros):</b> carvalho-alvarinho (<i>Quercus robur</i>), sobreiro (<i>Quercus suber</i>), castanheiro (<i>Castanea sativa</i>), eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>), pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>), pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>), pinheiro silvestre (<i>Pinus silvestris</i>), teixo (<i>Taxus baccata</i>), austrália (<i>Acacia melanoxylon</i>), mimosa (<i>Acacia dealbata</i>), medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>), loureiro (<i>Prunus laurocearus</i>), salgueiro (<i>Salix alba</i>), amieiro (<i>Alnus glutinosa</i>), choupo (<i>Populus alba</i>), sabugueiro (<i>Sambucus nigra</i>), azevinho (<i>Ilex aquifolium</i>), nogueira (<i>Juglans regia</i>), fiteira (<i>Raphia ruffia</i>), pereira (<i>Pirus communis</i>), macieira (<i>Malus communis</i>), ameixoira (<i>Prunus domestica</i>), laranjeira (<i>Citrus aurantium</i>), damasqueiro (<i>Armeniaca vulgaris</i>), cerejeira (<i>Cerasus avium</i>), pessegueiro (<i>Prunus persica</i>), aveleira (<i>Carylus avellana</i>), choupo (<i>Populus alba</i>), nespereira (<i>Mespillus germanica</i>), estando o sobreiro e o azevinho protegidos por lei.</p> <p>As monografias de Oliveira do Douro e Mafamude acrescentam a esta lista a pega-comum (<i>Pica pica</i>), rola, pardal-comum (<i>Passer domesticus</i>), pintassilgo (<i>Carduelis carduelis</i>), milhafre-preto (<i>Milvus migrans</i>), melro-preto (<i>Turdus merula</i>), esquilo (<i>Sciurus vulgaris</i>), etc.</p> <p>A maior parte das espécies de mamíferos, anfíbios e répteis estão protegidas pela Convenção de Berna, anexo I e II e o seu habitat no anexo IV (por exemplo, o sapo-parteiro). É atravessada por duas pequenas ribeiras, que confluem, provenientes de terrenos adjacentes do lado nascente aos estúdios da RTP no Monte da Virgem.</p>

<b>Relevância social</b>	Existe uma casa senhorial, uma fonte/chafariz e uma capela, pertença do Restaurante Boucinha. Na capela não é praticado regularmente culto religioso.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	A propriedade é privada. Inicialmente, toda a Quinta era propriedade do Restaurante Boucinha, a quem pertence a casa senhorial, a capela e a fonte/chafariz, actualmente suportes de exploração hoteleira. Entretanto, segundo informação de populares, parte da Quinta foi vendida ao Grupo Salvador Caetano para ter entrada para a fábrica pelo Monte da Virgem, vendeu parte dos terrenos ao ISPGAYA e à TVI. A Quinta da Fonte Formosa encontra-se localizada em área de Reserva Agrícola Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	A pressão urbanística é a ameaça real à preservação das potencialidades faunísticas e florísticas que a quinta apresenta, segundo a Associação Onda Verde.
<b>Dinâmica local</b>	A Associação Onda Verde - Associação Juvenil de Ambiente e Aventura é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) de âmbito regional e uma organização juvenil, sem fins lucrativos e fundada em 1996. A Onda Verde tem sede na freguesia de Avintes, concelho de Vila Nova de Gaia e desenvolve inúmeros projectos e campanhas de conservação da natureza, património construído, ambiente urbano, indústria e sensibilização ambiental. Tem, ainda, uma rede de escolas com parceria onde desenvolve diversas actividades. Esta associação foi a proponente do espaço em questão. Em Dezembro de 2001, a Onda Verde defendeu, através de carta dirigida à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a manutenção desta quinta em RAN e a inclusão de áreas não urbanas de transformação condicionada do Monte da Virgem em REN no âmbito da revisão do PDM de Gaia.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Como possíveis intervenções futuras de preservação, poderiam ser criados um parque/jardim público de proximidade, com percursos pedonais e cicláveis gratuitos (escassos em V. N. de Gaia) que enriquecessem o espaço público do concelho. A área envolvente é de natureza residencial e industrial pelo que esta proposta poderia ter grande sucesso entre a população local.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o Parque Biológico de Gaia e as Juntas de Freguesia de Mafamude e Oliveira do Douro poderiam ser parceiros na gestão e preservação desta quinta, bem como o Grupo Salvador Caetano e a Brisa, numa perspectiva de mecenato. A dinamização do espaço, através de actividades de educação ambiental, poderia estar a cargo da Associação Onda Verde.

[Ir para o índice](#)

# Monte Murado



## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Mafalda Sousa
Espaço proposto por	Mafalda Sousa

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1438
Nome do espaço	Monte Murado
Freguesias	Pedroso
Concelho	Vila Nova de Gaia

**Outras referências** Coordenadas geográficas WGS84: 41,06; -8,57.  
A1/ IC2 direcção Carvalhos, seguir Largo Moeiro, Rua de Moutido e Rua do Monte Murado. Seguir a indicação do miradouro de Nossa Senhora da Saúde e de S. Bartolomeu na EN1. Situa-se entre a A1 (Oeste) e a N1 (Este), a poente do lugar da Idanha.

Limites	
---------	--

## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural, espaço verde
Área aproximada	76 ha

<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	O Monte Murado inclui o sítio Arqueológico, o Parque da Senhora da Saúde e de S. Bartolomeu. Localiza-se numa elevação na zona oriental do concelho, a SE da cidade de Vila Nova de Gaia, na bacia hidrográfica do Rio Febros, atingindo a cota de 241 m de altitude. Faz parte da Estrutura Ecológica Municipal. Podem ali encontrar-se árvores ornamentais de grande porte como plátanos, tílias, faias, cedros e ulmeiros, para além do eucalipto e pinheiro bravo. Observa-se, ainda, a regeneração de espécies autóctones, nomeadamente do carvalho-alvarinho mais a Norte. Nas imediações da N1 predominam as habitações unifamiliares com quintais, hortas e jardins. Do alto deste monte, e para poente avista-se uma larga e soberba vista panorâmica do mar, de Leixões ao Furdouro; de nascente a vista alcança o Rio Douro e as suas encostas desde Gaia, Porto, Gondomar, Valongo, até Cinfães. Há conhecimento da existência de povoados de coelho-bravo no passado e, por isso, era um conhecido local de caça na região.
	<b>Relevância social</b>	No Parque de Nossa Senhora da Saúde, existem locais para piqueniques e percursos a pé pela mata, embora não constitua propriamente um parque de manutenção. A utilidade religiosa e turística deste local é evidenciada pela presença de um miradouro, duas capelas dedicadas à Nossa Senhora da Saúde (festa a 15 de Agosto) e a S. Bartolomeu (festa no último fim de semana de Agosto) e vestígios de ruínas castrejas. O Santuário da Senhora da Saúde tem acesso a NE por uma alameda arborizada (inicialmente plátanos, na parte final tílias) – a Alameda Nossa Senhora da Saúde. A Norte, com acesso a partir de EN1 localiza-se a Capela de São Bartolomeu implantada num morro com 219 m de altitude. Para além das referidas capelas, existem ainda um parque de estacionamento, um parque de merendas, o restaurante Monte Murado, o Palhinhas Bar, o Parque Infantil Nossa Senhora da Saúde, uma casa de cera, sanitários e um miradouro. O cruzeiro de Nossa Senhora da Saúde data de 1901. As ruínas castrejas denunciam a existência de um castro. O Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado está implantado no topo do Monte Murado, cujo povoado fortificado foi erguido durante o Bronze Final e objecto do processo de romanização. Encontrando-se classificado como IIP Imóvel de Interesse Público desde 1992. Trata-se de um povoado fortificado conservando vestígios de muros correspondentes a habitações rodeados por várias linhas de muralhas cujo perímetro ultrapassa os 3 km. São também observáveis alguns arruamentos, sendo um deles calcetado. A intervenção arqueológica de 1983 permitiu identificar no interior da plataforma média do castro, entre a primeira e a segunda linha de muralhas a partir do exterior, uma casa circular com átrio com porta para Este para um pátio lajeado e uma segunda construção circular, semelhante à anterior, e dela separada por uma zona de circulação em parte lajeada. No sopé do monte foram também escavadas três paredes com alinhamentos ortogonais que definiam uma sala localizada na zona central da parte Este de um edifício de vastas proporções protegido por um muro de contenção pelo exterior. As escavações levadas a cabo durante a década de oitenta do século XX permitiram ainda encontrar duas tesselae hospitalares, cuja leitura permitiu identificar a cella da habitação romana de Decimus Iulius Cilo, em cujos alçados tinham sido afixadas. Trata-se de um importante povoado castrejo da Idade do Ferro, posteriormente romanizado e deverá ter constituído um lugar central, ou seja, com funções de capitalidade entre os finais da Idade do Ferro e o século I da nossa era (www.ippar.pt). Actualmente, o espólio aqui encontrado encontra-se na colecção Marciano Azuaga depositada na Casa da Cultura de Vila Nova de Gaia no Solar dos Condes Resende. O povoado do Monte Murado era atravessado pela via romana que ligava Olisippo (Lisboa) a Bracara Augusta (Braga). Nos dias de hoje, essa via fica perto da EN1, que liga Lisboa ao Porto.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	O processo de revisão do PDM de Vila Nova de Gaia encontra-se em fase avançada de elaboração. O Monte Murado integra a Estrutura Ecológica Municipal do concelho. A qualificação do solo integra, na sua grande maioria, as categorias “áreas florestais de protecção” e “áreas florestais de produção” do solo rural. A qualificação do solo na área da capela da Senhora da Saúde é “áreas para equipamentos correntes – existente”. A área pública adjacente à capela integra a categoria de espaço “áreas verdes de utilização pública”. Para além destas, o PDM prevê uma área para equipamento, qualificando-a como “áreas para equipamentos correntes – previsto”. A carta de condicionantes do PDM em revisão identifica a zona arqueológica classificada: o castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado e zona de protecção ao marco geodésico ali existente (15 metros). O Monte Murado está integrado em Reserva Ecológica Nacional.
	<b>Ameaças à preservação</b>	As principais ameaças a este espaço são as pedreiras abandonadas, a invasão do eucalipto, a deposição ilegal de lixo e a pressão urbanística, sobretudo nas vertentes a Sul, junto à EN1.
	<b>Dinâmica local</b>	Existem várias actividades de recreio/lazer aos fins-de-semana naquele espaço: piqueniques, jogos tradicionais, futebol e caminhadas, para além da prática do culto religioso.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	É prioritária a renaturalização dos terrenos onde se instalaram as pedreiras actualmente abandonadas, a eliminação de espécies exóticas, a plantação de espécies autóctones, a preservação das ruínas arqueológicas e o seu enquadramento na paisagem e a fiscalização da construção nas vertentes voltadas para a N1 e A1.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a Junta de Freguesia de Pedroso e o IPPAR poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço verde.

[Ir para o índice](#)



<b>Área aproximada</b>	53 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	A Quinta do Mosteiro de Pedroso (privada) é uma propriedade com cerca de 18 hectares, adjacente ao Mosteiro de Pedroso, hoje Igreja Paroquial (espaço público). Os muros da quinta são altos, sendo difícil a observação do seu interior. O adro da Igreja (antigo mosteiro) tem alguns exemplares de árvores em caldeira (pinheiro-americano, salgueiro-chorão). Na entrada principal, há um pequeno jardim com espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas (pé-de-urso, agapantos, hortência, buxo, japoneira, ciprestes e carvalho, sendo um local de descanso. A S-SE o espaço confronta com a Casa da Quinta do Mosteiro e o muro da Cerca, localizando-se aqui um terreiro com plantações de jarro, ciprestes, ameixeira e um palco. Em redor do Mosteiro, existe carvalho-americano, japoneira, robínia, abrunheiro-dos-jardins, salgueiro-chorão, magnólia, olaia e abeto. No estrato arbustivo, espécies como o buxo, hortenses, agapantos estão presentes. Os terrenos da Quinta do Mosteiro englobam a Casa da Quinta e grandes áreas agrícolas, existindo também um carvalhal, a SE, com infra-estruturas (muros, candeeiros) para a construção de uma urbanização (moradias de luxo). A Casa da Quinta possui um acesso a Nascente, através de uma alameda de plátanos. A Quinta é atravessada por linhas de água, com nascente no Monte Murado, localizado a Poente, sendo afluentes do Rio Febros.
	<b>Relevância social</b>	Na zona envolvente ao Mosteiro existem habitações unifamiliares e indústria, destacando-se o Centro Social e Paroquial, os cemitérios, o novo edifício da Junta de Freguesia, e o futuro Complexo Desportivo. Na Quinta do Mosteiro pode encontrar-se edifícios rurais, estábulos, eira, espigueiro, que possuem algum interesse etnográfico. Dentro da quinta existem zonas de terreno arável assim como zonas arborizadas, criando condições favoráveis à prática da agricultura biológica. Pedroso faz parte do principal roteiro arqueológico de Portugal, pelo que a sua identidade histórica remonta a muito antes da Nacionalidade Portuguesa. O Mosteiro de Pedroso era um mosteiro beneditino, foi doado por D. Gondezindo e fundado segundo Frei Luís de S. Tomáz no ano de 897. Pedroso teve a honra de ser Couto em foral concedido por D. Afonso em carta de 3 de Agosto de 1128. Em consequência, este diploma definiu uma zona de influência do Mosteiro de Pedroso, que se distribuiu por 37 freguesias que foram desde Vila Nova de Gaia até Santa Maria da Feira, ao termo de Aveiro, do Vouga, ao concelho de Lafões e à Freguesia de Santa Eulália de Vila Maior, no concelho de Pereira Jusã. Além das terras referidas, o Mosteiro possuía 11 Igrejas, nas quais tinha o direito de representação. Pedroso e o seu Mosteiro tiveram ainda a honra de ter acolhido no seu seio, Frei Pedro Julião, que foi seu abade comendatário, mais tarde nomeado Papa João XXI (ou Pedro Hispano). A fachada granítica do mosteiro está ladeada por duas torres com ameias, composta por um corpo central com entrada por uma galilé formada por três arcos. A igreja do mosteiro foi projectada em estilo românico, passando a ser igreja matriz em 1759. No interior da sua igreja conservam-se alguns elementos de diferentes estilos arquitectónicos com realce para a pia baptismal românica, brasão gótico e a torre medieval. Merece ainda destaque a colecção de vinte imagens, nomeadamente, a de São Pedro e São Miguel do século XVI. No Largo do Mosteiro, apresenta-se um pequeno jardim com bancos para recreio e lazer da população.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	A Quinta do Mosteiro é privada. A maior parte da quinta está integrada em Reserva Agrícola Nacional. A Quinta do Mosteiro de Pedroso integra as categorias “áreas de expansão de tipologia mista” e “áreas urbanizadas consolidadas”, “áreas de quinta em espaço rural” e “áreas naturais – áreas ribeirinhas”, na carta de qualificação do solo do PDM de Vila Nova de Gaia (versão provisória de 2007).
	<b>Ameaças à preservação</b>	A quinta encontra-se em bom estado de conservação. Mas parte dela está actualmente em obras de urbanização de um condomínio de luxo. A pressão desta nova área residencial, com a impermeabilização do solo consequente, pode ter impacto no ambiente ecológico das ribeiras que atravessam a quinta.
	<b>Dinâmica local</b>	O Mosteiro de Pedroso tem um coro de jovens com actividade regular.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Este espaço daria oportunidade para inúmeras actividades, incluindo a recuperação de zonas construídas que pudessem ser utilizadas por associações, ou a criação de pequenos espaços comerciais relacionados com o artesanato e o comércio justo. Poderia ser igualmente criado um espaço para actividades lúdicas, como por exemplo andar a cavalo, agricultura biológica, artesanato, etc.
	<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Os proprietários da quinta, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a Junta de Freguesia de Pedroso e o IPPAR poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Anabela Carvalho
<b>Espaço proposto por</b>	Nuno Miguel Carvalho

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1593
<b>Nome do espaço</b>	Vale das Devesas
<b>Freguesia</b>	Santa Marinha
<b>Concelho</b>	Vila Nova de Gaia
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,13; -8,61. Espaço confinado a Sul pela Rua Conselheiro Veloso da Cruz, a Este pela Rua do Bairro da CP, a Norte pela Linha do Norte da CP e a Oeste pela Rua Serpa Pinto.



## 3. Critérios de avaliação e seleção

<b>Tipologia</b>	Espaço verde, Campo agrícola, Vale de rios ou ribeira	
<b>Área aproximada</b>	9,3 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	O Vale das Devesas integra uma área com altitudes entre os 70m e 60m, constituindo um espaço verde onde surge vegetação ripícola ao longo da pequena ribeira com orientação Sul-Norte, afluente do Douro. Ligeiramente acima da cota dos 70m, na margem direita da ribeira, encontra-se um conjunto de vivendas (algumas aparentemente desabitadas) de antigos funcionários da CP na Rua do Bairro da CP. A Norte do espaço para além da confrontação com a linha de caminho-de-ferro, encontram-se ainda as Caves do Vinho do Porto. Este espaço, alvo de aproveitamentos agrícolas de subsistência, está integrado na área da cidade que abrange o centro histórico e que apresenta uma maior densidade ao nível da ocupação urbana do concelho. Relativamente a fauna, salientam-se os passeriformes comuns e coelhos. Na flora, destacam-se eucaliptos, pinheiros, plátanos, acácias e vegetação ripícola. Parte do espaço encontra-se ocupada por vegetação arbustiva.
	<b>Relevância social</b>	As pequenas hortas existentes, algumas abandonadas, denunciam a prática da agricultura tradicional.

	Há também a existência de uma ponte, à cota alta, de caminho-de-ferro e alguns edifícios industriais abandonados na paisagem do vale. O Bairro da CP constitui um conjunto arquitectónico interessante e que marca a utilização daquele espaço no passado.
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Este espaço, devido ao ribeiro que o atravessa, parece integrar a estrutura biofísica fundamental do concelho. Integrado na Zona Norte, no que respeito diz à Unidade de Paisagem, de acordo com o PDM, corresponde na sua quase totalidade à área da cidade que abrange o centro histórico e que se apresenta fortemente relacionada com o Rio Douro e com o centro da área metropolitana, o Porto. É também a zona com maior densidade ao nível da ocupação urbana do concelho. Não está integrada em Reserva Agrícola Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	Atendendo que a área é densamente urbanizada em toda a sua envolvente e apesar do indicado em PDM, relativamente à sua integração na estrutura biofísica, esta área será com certeza objecto de pressão urbanística. A prática agrícola, embora de cariz tradicional, e a existência de efluentes agrícolas e domésticos descarregados na ribeira pode poluir águas e solos. A deposição ilegal de lixo é outra ameaça, visível ao longo da Rua do Bairro da CP. O abandono das propriedades agrícolas denota-se no tipo de espécies agrícolas (como videiras, limoeiros, etc.) que anteriormente deveriam ocupar aquele espaço e na densidade de mato que ali domina.
<b>Dinâmica local</b>	Não se conhecem actividades ou associações de dinâmica local.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	A despoluição de ribeiro e recuperação das suas margens poderia constituir um primeiro passo para potenciar a prática da agricultura sustentável. Sendo um vale fértil, poderia ser aproveitado por uma associação de moradores que, em coordenação com a Junta de Freguesia, dinamizasse a ocupação do espaço (por sistema de ocupação rotativa, alugando talhões a particulares que os quisessem ocupar) com vista à prática da agricultura biológica. A proximidade de escolas também poderia ganhar com esta utilização. Uma outra intervenção possível seria a conversão em espaço verde público de proximidade.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Gaia, a Junta de Freguesia de Santa Marinha, empresas em regime de mecenato e associações locais de moradores poderiam ser parceiros na preservação deste vale agrícola.

[Ir para o índice](#)

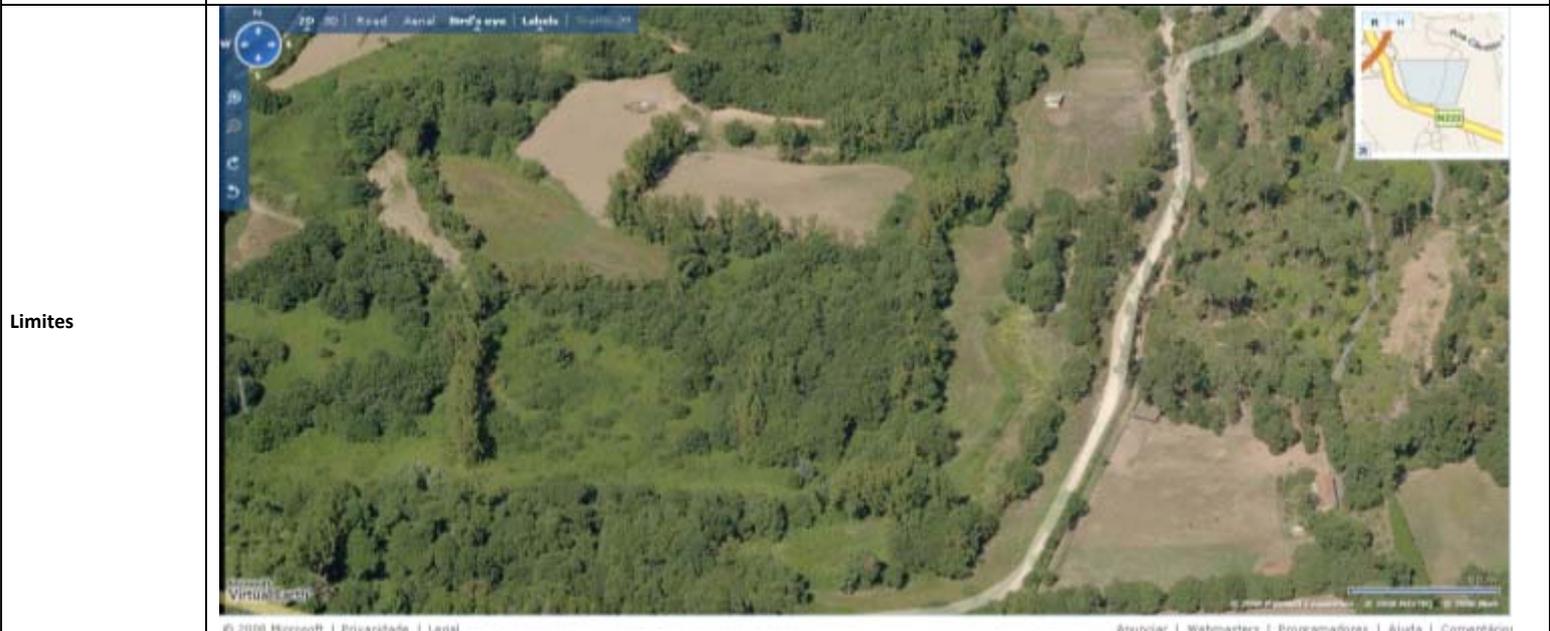
# Área adjacente ao Parque Biológico de Gaia

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1910
<b>Nome do espaço</b>	Área adjacente ao Parque Biológico de Gaia
<b>Freguesias</b>	Vilar de Andorinho
<b>Concelho</b>	Vila Nova de Gaia
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,10; -8,56. Estrada Nacional 222, junto ao Nó do IP1, em Vilar de Andorinho - Vila Nova de Gaia. Confina a Este com o nó do IP1 em Vilar de Andorinho, a Sul com a EN 222 e a Oeste com o Parque Biológico de Gaia.





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Quinta, Campo agrícola, Área natural	
<b>Área aproximada</b>	20 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	É uma área com vários terrenos agrícolas em actividade. As espécies de fauna mais representativas são mamíferos (coelho-bravo, ouriço cacheiro, esquilo, raposa); aves de rapina (diurnas e nocturnas), passeriformes vários e também frangos-d'água, galeirões e patos; répteis e anfíbios (cobra de água, cobra de escada, rã ibérica e sapo comum). As espécies de flora mais predominantes são carvalho alvarinho, castanheiro, pinheiro bravo, tojo, giestas, urze, azevinho, gilbardeira e sobreiro. Existe ainda um pequeno ribeiro.
	<b>Relevância social</b>	Como elementos de relevância social, pode destacar-se um edifício principal com eira e espigueiro. A quinta está em estado de habitabilidade.
	<b>Direitos de propriedade e condicionamentos dos planos de ordenamento do território</b>	É propriedade privada, com vários proprietários. Segundo a Planta de Ordenamento/Carta de Qualificação dos Solos de Vila Nova de Gaia, o espaço surge como área para ampliação do Parque Biológico de Gaia. Cerca de 50% da sua extensão está integrada em Reserva Agrícola Nacional.
	<b>Ameaças à preservação</b>	O abandono e os fogos florestais podem ser potenciais ameaças à preservação deste espaço.
	<b>Dinâmica local</b>	Não existem de iniciativas de preservação e dinamização do local.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	A valorização ambiental numa perspectiva de integração na estrutura verde do concelho e ampliação do actual Parque Biológico de Gaia é uma intervenção futura a considerar, podendo constituir com este uma reserva natural com potencial para educação ambiental e zona de lazer.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho e o Parque Biológico de Gaia poderiam contribuir para a gestão do espaço, depois de intervençionado.	

[Ir para o índice](#)

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Anabela Gonçalves
Espaço proposto por	Rui Filipe Oliveira Faria

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1652
Nome do espaço	Espaço verde nas traseiras do Hospital Santos Silva
Freguesia	Vilar de Andorinho
Concelho	Vila Nova de Gaia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,10; -8,59. Localizado nas traseiras do Hospital Santos Silva, onde se encontra a unidade de tratamento de resíduos hospitalares e junto à Urbanização de Vila D'Este.



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural
Área aproximada	20,9 ha
Descrição do espaço	<p><b>Importância ecológica</b></p> <p>É uma pequena área florestal inserida em terrenos do Hospital Santos Silva, junto à unidade de tratamento de resíduos hospitalares. A área possui como espécies de flora predominantes sobreiros, carvalhos-comuns e pinheiros. Da fauna, podem-se destacar a presença de pombos-torcazes e pegas e há vestígios da presença de esquilos, coelhos e diversos passeriformes.</p>

<b>Relevância social</b>	<p>A dimensão do espaço em causa, nas imediações da Urbanização de Vila D'Este, sendo esta uma zona densamente residencial e que carece de espaços verdes na sua envolvente, assim como a função terapêutica desta mancha verde associada ao uso hospitalar, torna relevante a existência deste espaço do ponto de vista social. Segundo o proponente, existe um trilho pedonal desde Vila D'Este até às moradias que circundam o terreno.</p> <p>O hospital Santos Silva é um hospital pavilionar, criado em 1975, que transformou em hospital geral o Sanatório D. Manuel II. O sanatório, que começou a funcionar em 1947, foi uma das grandes referências nacionais, nas décadas de 50 e 60, na luta contra a tuberculose.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É propriedade pública, do Hospital Santos Silva. Não está incluído em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.
<b>Ameaças à preservação</b>	Esta zona verde está em risco de reduzir a sua extensão ou mesmo desaparecer com a ampliação das instalações do Hospital Santos Silva, a acontecer até 2012-2013. Actualmente, as ameaças mais reais são a existência de ocasionais depósitos de lixo e entulho e a infestação de espécies exóticas como o eucalipto e as acácias.
<b>Dinâmica local</b>	Não se conhecem actividades ou associações de dinâmica local do espaço em causa.
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Apesar de existirem condições naturais para a criação de um parque público urbano que servisse as populações de Vila D'Este e Vilar de Andorinho, este espaço pertence ao Hospital Santos Silva, não podendo ser utilizado para outros fins e objectivos que não seja o uso dos serviços hospitalares. No entanto, qualquer intervenção no sentido de manter, requalificar ou estender a área da mancha verde existente tendo em conta a sua função terapêutica, deve ser implementada.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A administração do Hospital Santos Silva, assim como a Liga dos Amigos do Centro Hospitalar de Gaia, poderiam assumir parcerias na preservação e manutenção desta área verde, como um elemento determinante para a recuperação dos doentes que visitam esta unidade hospitalar.

[Ir para o índice](#)

# Monte da Virgem

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Anabela Gonçalves
Espaço proposto por	Mafalda Sousa e AP - Associação de Proprietários da Urbanização de Vila D'Este

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1542
Nome do espaço	Monte da Virgem
Freguesia	Mafamude, Vilar de Andorinho e Oliveira do Douro
Concelho	Vila Nova de Gaia
Outras referências	Coordenadas geográficas WGS84: 41,10; -8,59. Alameda do Monte da Virgem (chegando à Rotunda de Santo Ovídio, subir a Rua Conceição Fernandes em direcção ao Hospital Santos Silva; após a entrada principal do hospital virar na primeira rua à esquerda)

Limites



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Área natural, Espaço verde
Área aproximada	65,5 ha

<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	<p>Localizado a 223 metros de altitude, o Monte da Virgem é um espaço verde consagrado do concelho de Gaia. No que respeita à flora, subsistem poucos sobreiros, tílias, carvalhos, castanheiros e criptomerias, mas abundam os eucaliptos, austrálias e acácias (todas espécies invasoras). No parque de merendas e na alameda que dá acesso ao espaço de culto dominam os plátanos. Relativamente à fauna, podem encontrar-se gaviões, águia de asa redonda, coruja do mato, coruja das torres, noitibós, vários passeriformes e ainda coelhos, raposas, esquilos.</p> <p>O Monte da Virgem integra a Estrutura Ecológica Municipal do concelho. Para além disso, encontra-se na envolvência do Hospital Santos Silva, o que lhe confere fins terapêuticos.</p>
	<b>Relevância social</b>	<p>O Monte da Virgem (designado desde a Alta Idade Média como Monte Grande e também Monte da Serpente) deve o seu nome ao culto mariano que se celebra na capela-santuário aí construída, em 1906, onde se pode encontrar uma imagem de Nossa Senhora da Conceição.</p> <p>Tradicionalmente foi um local rodeado por férteis terrenos, na sua base, e banhado por abundantes fios de água. Do seu miradouro pode-se ter uma vista da cidade do Porto e parte norte do concelho de Gaia. O observatório astronómico do Prof. Manuel de Barros ali existente é um ponto de referência no concelho, onde se desenvolvem actividades de investigação, serviços à comunidade e extensão cultural, nas Ciências da Terra, do Espaço e da Engenharia Geográfica, com particular incidência na geodesia espacial e geodinâmica, posicionamento e navegação por satélite, detecção remota, sistema de informação geográfica, altimetria aérea e por satélite e radioastronomia solar. Promovem-se ali também acções de formação e divulgação científica nos domínios da sua especialidade (Programa Ciência Viva, por exemplo). No largo ali existente, existe um marco geodésico, um monumento dedicado à Virgem e uma igreja com culto religioso. Existem miradouros e parques de merendas/jogos populares.</p>
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	<p>É propriedade privada da Confraria do Monte da Virgem. Segundo a Planta de Ordenamento/Carta de Qualificação dos Solos do PDM de Vila Nova de Gaia, o espaço surge como integrando a Estrutura Ecológica Municipal e constitui um dos pontos de interesse ecológico do concelho.</p>
	<b>Ameaças à preservação</b>	<p>Este espaço tem vindo a ser ameaçado pela pressão urbanística, com o aparecimento de empreendimentos imobiliários nas suas vertentes (de que é exemplo, a Quinta do Cravel <a href="http://www.quintadecravel.pt/">http://www.quintadecravel.pt/</a>). De destacar ainda a deposição de lixo ilegais e a falta de limpeza dos espaços públicos e florestais que tornam a ameaça de fogos florestais uma realidade. A presença de espécies invasoras (eucaliptos e acácias) são a ameaça mais significativa e tem justificado cortes de árvores por motivos fitossanitários realizados pela Confraria do Monte da Virgem.</p>
	<b>Dinâmica local</b>	<p>A propósito desta campanha, a Confraria do Monte da Virgem referiu que durante o ano de 2006, foi cortado todo o mato dos terrenos do Monte da Virgem e algumas árvores doentes ou que ameaçavam cair, tendo sido plantadas cerca de 2000 novas árvores de várias espécies. Nesta intervenção, procedeu-se também à vedação de grande parte dos terrenos para evitar, entre outras coisas, o despejo de lixo; tendo sido entretanto plantadas, na parte nascente da capela, 55 novas árvores nobres.</p> <p>Uma outra associação com interesse na preservação do Monte da Virgem como área natural e espaço verde e com actividades educativas e recreativas realizadas neste local é a Associação de Proprietários de Vila d'Este. Destaca-se nas imediações a Associação da Malha com dinâmica de jogos populares no local.</p>
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	<p>O Monte da Virgem, enquanto espaço religioso, turístico e de lazer, deveria ser requalificado, quer através da introdução de alguns equipamentos para melhor fruição do espaço e erradicação das espécies invasoras com a introdução progressiva de espécies de flora autóctones.</p>
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	<p>A Confraria do Monte da Virgem, a Câmara Municipal de Gaia, o Parque Biológico de Gaia, as Juntas de Freguesia de Mafamude, Vilar de Andorinho e Oliveira do Douro, assim como as associações com dinâmica local poderiam constituir-se como parceiros na gestão e preservação do local e dinamização de actividades (educação ambiental, astronomia, etc.), de modo a tornar este espaço mais acessível ao público.</p>	

[Ir para o índice](#)

# Quinta do Soeime

## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Anabela Gonçalves e Maria Eduarda Pinto
<b>Espaço proposto por</b>	Maria Fernanda Amorim de Sousa

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1615
<b>Nome do espaço</b>	Quinta do Soeime
<b>Freguesia</b>	Vilar de Andorinho
<b>Concelho</b>	Vila Nova de Gaia
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,10; -8,58. Localiza-se, grosso modo, entre: N e NW - Rua Comendador Inácio de Sousa (sopé do Monte da Virgem); NE - Praceta Luís de Camões e Rua da Água da Sombra; SE - Praceta Henrique Navegador; S - Bairros da Câmara; SW - Rua dos Heróis do Ultramar

Limites





### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Quinta agrícola, espaço verde	
<b>Área aproximada</b>	32 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	As espécies de fauna predominantes deste espaço são chamariz, pêga, rola, pardal-comum, pisco-de-peito-ruivo, pintassilgo, pombo-doméstico, andorinha-dos-berais, alvéola-branca, milhafre-preto, melro-preto, gaio-comum, raposa, coelho-bravo, ouriço cacheiro, esquilo, aves de rapina (diurnas e nocturnas). As espécies de flora predominantes são camélias, palmeiras, castanheiros, pinheiros-mansos, pinheiros bravos, carvalhos, cedros, azevinhos, pimenteiras, faias, plátanos, acácias, eucaliptos, limoeiros, laranjeiras, pessegueiros, medronheiros, bananeira, cerejeiras, ameixeiras, macieiras e vegetação arbustiva e subarbustiva. Existe ainda um pequeno ribeiro afluente do Rio Febros.
	<b>Relevância social</b>	Na Quinta do Soeime, existem uma capela particular (com altar datado dos finais do séc. XVII) e uma casa com elevado valor arquitectónico e mobiliário doméstico (da época barroca). Pode ainda ser encontrada a Fonte de S. João Baptista (do séc. XVIII), brotando a água de três bicas para um artístico tanque e ainda uma mata de elegância aristocrática, pomares, roseirais e um belo jardim de buxo e cameleiras raras. Existem ainda espigueiros e caminhos rurais de acesso aos campos agrícolas, estes com elevado potencial agrícola. É feita referência à Quinta desde o século IX, data em que dizem ter sido propriedade de um nobre mouro de nome Zoleima, evoluindo esta designação para Soeima e actualmente para Soeime. Ao longo dos tempos, foi mudando de dono, e foi também beneficiando de diversos melhoramentos que a enriqueceram em beleza e qualidade. A Quinta do Soeime foi palco da rodagem do filme "Francisca", um filme de Manoel de Oliveira (1981).
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Foi propriedade privada de Carlos Dias de Almeida (dono também da antiga Tipografia Lusitânia) e de sua esposa Maria Efigénia Russel de Sousa Dias de Almeida que a doou à Companhia de Jesus. Mas a posse da Quinta pela Companhia de Jesus terá lugar aquando da morte da actual usufrutuária, aia da esposa do proprietário (da família Bandeira). Segundo a Planta de Ordenamento/Carta de Qualificação dos Solos Provisória (a aprovar no próximo PDM) o espaço surge como "Quinta em Espaço Rural" a preservar. A Quinta do Soeime está localizada em área de Reserva Agrícola Nacional.
	<b>Ameaças à preservação</b>	A pressão urbanística surge sempre como a ameaça real mais próxima. O abate de árvores e a possibilidade de incêndio poderão também ocorrer.
	<b>Dinâmica local</b>	A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e o Parque Biológico de Gaia pretendem incluir a Quinta do Soeime na Rota Verde dos Parques de Gaia, a ser criada brevemente com fundos comunitários.
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	O facto de vir a pertencer à Companhia de Jesus deixa possíveis usos em aberto. A valorização ambiental numa perspectiva de integração na estrutura verde do concelho, através de uma casa-museu ou habitação de turismo em espaço rural, zona de lazer e parque de manutenção ou quinta pedagógica poderia ser uma possível intervenção para futura preservação. A ocupação por uma fundação também poderia ser um dos usos possíveis.

[Ir para o índice](#)

# Quinta dos Condes Paço Vitorino

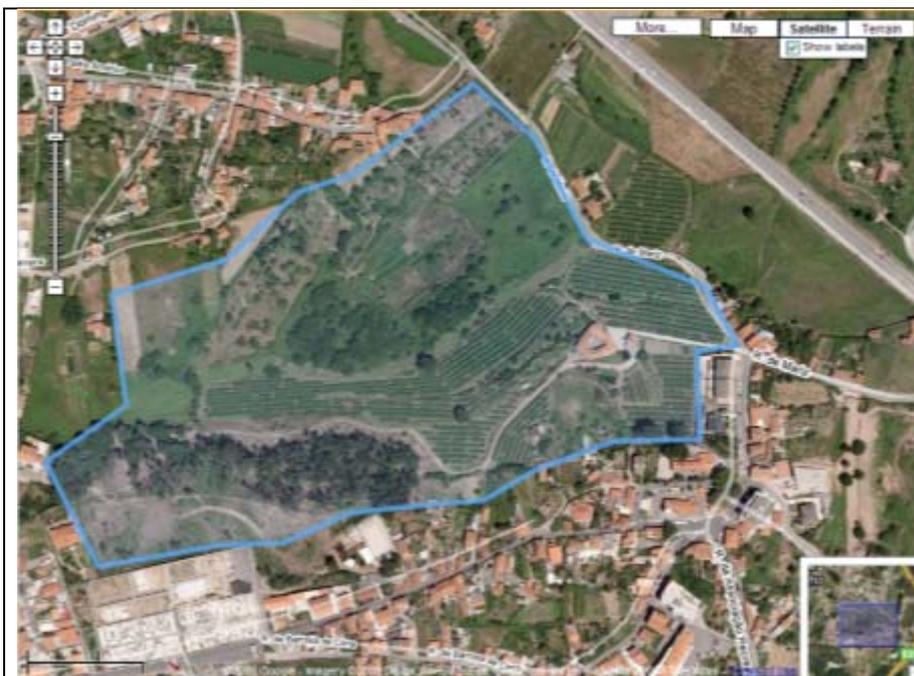
## 1. Dados pessoais

<b>Ficha preenchida por</b>	Anabela Gonçalves e Maria Eduarda Pinto
-----------------------------	---

## 2. Elementos de localização

<b>Código</b>	ID 1615
<b>Nome do espaço</b>	Quinta dos Condes Paço Vitorino (ou Quinta de Baixo)
<b>Freguesia</b>	Vilar de Andorinho
<b>Concelho</b>	Vila Nova de Gaia
<b>Outras referências</b>	Coordenadas geográficas WGS84: 41,11; -8,58. Entradas pela Rua S. João Baptista e Rua do Mariz (próxima do centro de Vilar de Andorinho, nas traseiras do cemitério e da escola primária). A antiga Quinta foi atravessada pela EN 222 e estendia-se pela actual área do Parque Biológico de Gaia.

<b>Limites</b>	
----------------	--



### 3. Critérios de avaliação e selecção

<b>Tipologia</b>	Quinta agrícola	
<b>Área aproximada</b>	13,9 ha	
<b>Descrição do espaço</b>	<b>Importância ecológica</b>	Nas espécies de fauna predominante, incluem-se pêga, rola, pardal-comum, pisco-de-peito-ruivo, pintassilgo, pombo-doméstico, andorinha-dos-berais, alvéola-branca, milhafre-preto, melro-preto, gaio-comum, raposa, coelho-bravo, ouriço cacheiro, esquilo, aves de rapina (diurnas e nocturnas). Nas espécies de flora predominantes, incluem-se araucária, loureiros, carvalhos, acácia, camélia, choupos e vegetação subarbutiva. A imagem de satélite demonstra que a vegetação arbórea reduz-se actualmente a poucos exemplares.
	<b>Relevância social</b>	A Quinta dos Condes Paço Vitorino possui uma capela própria com galilé vistosa e altar barroco, todo dourado e um solar com amplo pátio, escadaria dupla e varanda de pedra em redor, suspensa de pilares, outrora povoada de abóboras. De referir que o edificado existente está “em vias de classificação (com despacho de abertura)” pelo IPPAR desde 1998.
	<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	É propriedade privada da família Calheiros Lobo (Condes de Vitorino das Donas), actualmente abandonada e apresentando, no geral, um elevado grau de abandono. Segundo a Planta de Ordenamento/Carta de Qualificação dos Solos, Provisória (a aprovar no próximo PDM), o espaço surge como "Quinta em Espaço Urbano", em que uma percentagem da área da Quinta - a que inclui a capela e a casa senhorial - será preservada, sendo alvo de urbanização a área que confina com a Rua Mariz. O espaço está incluído em área de Reserva Agrícola Nacional.
	<b>Ameaças à preservação</b>	O estado de abandono e a pressão urbanística constituem-se como principais ameaças à preservação do espaço em causa.
	<b>Dinâmica local</b>	Tem sido utilizada para actividades culturais organizadas pela Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho (como por exemplo, a Festa da Cebola).
	<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Sugere-se a valorização ambiental numa perspectiva de integração na estrutura verde do concelho, através da criação de um espaço com fins de prestação de serviço público: por exemplo, a utilização desse espaço pela Junta de Freguesia associada a um Centro Cívico.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o IPPAR e a Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho poderiam constituir-se como parceiros na gestão e preservação da Quinta dos Condes Paço Vitorino.	

[Ir para o índice](#)

# Rio Febros

## 1. Dados pessoais

Ficha preenchida por	Anabela Gonçalves
Espaço proposto por	Nuno Miguel Carvalho

## 2. Elementos de localização

Código	ID 1594
Nome do espaço	Rio Febros
Freguesias	Seixezelo, Olival, Pedroso, Vilar de Andorinho, Avintes e Oliveira do Douro
Concelho	Vila Nova de Gaia

**Outras referências**  
 Coordenadas geográficas WGS84: 41,08; -8,54.  
 A proposta inicial deste espaço refere um troço menos conhecido do Rio Febros na Rua Ponte do Pereiro que tem acesso a partir da rotunda de Santo Ovídio, Rua Conceição Fernandes e Rua Heróis do Ultramar em Vilar de Andorinho.  
 No entanto, o rio estende-se ao longo de outras freguesias com troços igualmente interessantes em termos de preservação. Outros locais de acesso ao Rio Febros são, por exemplo, a ETAR do Rio Febros (em Oliveira do Douro), Parque Biológico de Gaia (Avintes) e o Parque das Corgas (Seixezelo).



## 3. Critérios de avaliação e selecção

Tipologia	Vale de rio ou ribeira, Espaço verde	
Área aproximada	71,5 ha	
Descrição do espaço	<b>Importância ecológica</b>	O Rio Febros é o último afluente da margem esquerda do Rio Douro, com cerca de 15 km de extensão e 37 km <sup>2</sup> de área de sub-bacia hidrográfica. Nasce no Parque das Corgas, recentemente criado (Seixezelo), a 170 metros de altitude, atravessando as freguesias de Seixezelo, Olival, Pedroso, Vilar de Andorinho, Avintes e Oliveira do Douro até desaguar no Cais do Esteiro (Oliveira do Douro), a 10 km da foz do Douro. A sua cota máxima é de

250 metros de altitude no seu trecho superior. É o único curso de água que nasce e desagua no concelho de Vila Nova de Gaia, seguindo uma direcção preponderante S-N em vale granítico  
 Nas margens do Rio Febros, predominam os núcleos urbanos (24% da sua bacia hidrográfica), ocupação agrícola (entre 28 a 42% sem afectação definida), onde se encontra um conjunto considerável de espaço florestal, ripícola em corredor, pouco dependente do clima e com uma distribuição espacial relacionada com o curso de água e o regime deste e com a morfologia do fundo do vale. De acordo com o inventário realizado em 1985 pelo Parque Biológico de Gaia e actualizado por Serafim Silva, o Rio Febros apresenta a seguinte fauna e flora:

**Ictiofauna:** desde finais da década de 1980, estão em recuperação após total desaparecimento as populações de truta do rio (*Salmo trutta*), barbo (*Barbus barbus*), barbo-do-norte (*Barbus bocagei*), escalo (*Leuciscus cephalus cabeda*), Góbio (*Gobio gobio*), Boga (*Chondrostoma polylepsia*), boga-do-Douro (*Chondrostoma polylepis duriensis*), pimpão (*Carassius carassius*), enguia (*Anguilla anguilla*), solha (*Platichthys flesus*), *Platichthys flesus*.

**Aves:** Águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), açor (*Accipiter gentilis*), gavião (*Accipiter nisus*), peneireiro (*Falco tinnunculus*), milhafre-preto (*Milvus migrans*), perdiz (*Alectoris rufa*), maçarico-galego (*Tringa hypoleucos*), maçarico-de-perna-verde (*Tringa ochropus*), gaivota-de-asa-escura (*Larus fuscus*), Pombo-torcaz (*Columba palumbus*), rola (*Streptopelia turtur*), cuco (*Cuculus canorus*), mocho-galego (*Athene noctua*), andorinhão (*Apus apus*), pica-peixe (*Alcedo atthis*), poupa (*Upupa epopa*), pica-pau-verde (*Picus viridis*), Pica-pau-malhado-grande (*Dendrocopos major*), Gira-pescoço (*Jynx torquilla*), andorinha-das-chaminés (*Hirundo rustica*), andorinha-dos-beirais (*Delichon urbica*), Lavandisca amarela (*Motacila cinerea*), lavandisca-cinzenta (*Motacila alba*), papa-figos (*Oriolos oriolos*), estorninho-malhado (*Sturnus vulgaris*), gaio (*Garrulus glandarius*), pega (*Pica pica*), carriça (*Troglodytes troglodytes*), ferreirinha (*Prunella modularis*), toutinegra (*Stivia borin*), Toutinegra-de-barrete-preto (*Sylvia atricapilla*), toutinegra-de-cabeça-preta (*Sylvia melanocephala*), felosa (*Phylloscopus trochilus*), felosa comum (*Phylloscopus collybita*), papa-moscas (*Ficedula hypoleuca*), cartaxo (*Saxicola torquata*), pisco-de-peito-ruivo (*Erithacus rubecula*), melro (*Turdus merula*), tordo (*Turdus philomelos*), chapim-carvoeiro (*Parus ater*), chapim-real (*Parus major*), chapim-rabilongo (*Aegithalus caudatus*), pardal (*Passer domesticus*), tentilhão (*Fringila coelebs*), chamariz (*Serinus serinus*), verdelhão (*Carduelis chloris*), pintassilgo (*Carduelis carduelis*), pintarroxo (*Carduelis cannabina*), gaivota-cinzenta (*Larus argentatus*), pato-real (*Anas platyrhynchos*), garça-real (*Ardea cinérea*), pomba-doméstica (*Columba livia*), alvéola-branca (*Motacilla alba*)  
**Mamíferos:** ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*), toupeira (*Talpa Europa*), morcegos (*Chiroptera ssp.*), coelho (*Oryctolagus cuniculus*), ratazana (*Rattus norvegicus*), rato-das-casas (*Mus musculus*), rato-de-água (*Arvicola amphibius*), raposa (*Vulpes vulpes*), doninha (*Mustela nivalis*), esquilo (*Sciurus vulgaris*). A lontra (*Lutra lutra*) desapareceu nos anos 80, estando agora prevista a sua reintrodução no rio.

**Anfíbios:** tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*), sapo comum (*Bufo bufo*), rã ibérica (*Rana iberica*), rã verde (*Rana ridibunda*)

**Répteis:** cágado europeu (*Emys orbicularis*), cágado comum (*Mauremys caspia*), lagarto verde (*Lacerta scheiberi*), lagartixa ibérica (*Podarcis hispânica*), licranço (*Anguis fragilis*), cobra-de-escada (*Elaphe scalaris*)

**Borboletas:** foram encontradas 41 ropalóceros ou borboletas nocturnas das famílias *Hesperiidae*, *Papilionidae*, *Pieridae*, *Nymphalidae*, *Lycaenidae* e sub-família *Satyrinae*

**Fetos:** feto-real (*Osmunda regalis*), feto (*Anogramma leptopylla*), feto ordinário (*Pteridium aquilinum*), avencão (*Asplenium trichomanes*), *Asplenium obovatum*, feto-negro (*Asplenium adiantum-nigrum*), feto-fêmea (*Athyrium filix-femina*), fentanha (*Polystichum setiferum*), feto pente (*Blechnum spicant*), polipódio (*Polypodium vulgare*)

**Plantas:** foram identificadas cerca de 150 espécies de plantas silvestres, entre as quais azevinho (*Ilex aquifolium*), madressilva (*Lonicera periclymenum*), urze (*Erica cineria*), urze portuguesa (*Erica lusitanica*), hipericão (*Hypericum sp.*), tojo (*Ulex europaeus*), jacinto (*Hyacinthoides italica*), etc.

**Árvores:** medronheiro (*Arbutus unedo*), castanheiro (*Castanea sativa*), carvalho (*Quercus robur*), sobreiro (*Quercus suber*), choupo (*populus sp.*), macieira (*Malus domestica*), olmo (*Ulmus minor*), diospiro (*Diospiros virginiana*), ameixeira (*Prunus domestica*), plátano (*Platanus sp.*), loureiro (*Laurus nobilis*), acácia (*Acacia melanoxylon*), figueira (*Ficus carica*), eucalipto (*Eucalyptus globulus*), oliveira (*Olea europaea*), pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), tília (*Tilia sp.*), salgueiro (*Salix atoricinerea*), videoeiro (*Betula sp.*), amieiro (*aluns glutinosa*), teixo (*Taxus bacata*), marmeleiro.

Foi realizado um estudo às populações piscícolas do Rio Febros, com a medição trimestral de parâmetros físico-químicos (temperatura, pH, velocidade da corrente e conductividade), da autoria do Prof. Dr. Alexandre Carlos Valente da Universidade do Porto no início dos anos 90.

O rio Febros apresenta qualidade da água bastante degradada, fruto do crescente nível de poluição, quer de origem urbana, quer de origem industrial e agrícola. Apresenta níveis de poluição orgânica elevados, evidenciado pela elevada carência bioquímica de oxigénio e pelas elevadas concentrações de amónio, nitratos e fosfatos. É no entanto um curso de água com boa oxigenação provocada, quer pelos numerosos turbilhões formados pela presença de blocos no curso de água, quer pela pouca profundidade e desniveis pela presença de inúmeras macrófitas, que através da fotossíntese, contribuem para a oxigenação da água. Os problemas de poluição não são recentes, já em 1956 se debatia esta questão.

A melhoria da qualidade da água, com a construção da ETAR do Rio Febros, da responsabilidade das Águas de Gaia, tem permitido recuperar comunidades piscícolas como o góbio, enguia, pimpão, ruivaco, não se conseguindo ainda o retorno das trutas. (Revista PBG, n.º14, p.18/19). Mesmo assim, à ETAR do Febros recebe apenas 70% das águas residuais da parte ocidental da sua bacia.

A instalação da ETAR, o desvio das águas residuais da urbanização de Vila D'Este e o fecho de algumas unidades industriais que existiam na bacia do Febros permitiram a melhoria da qualidade da água que hoje se assiste.

**Relevância social**

No troço do rio identificado pelo proponente, existe uma ponte, não se sabendo a data de construção. No trabalho de Serafim Silva para a implementação de um trilho de interpretação da natureza e da paisagem do Rio Febros, é referida, em toda a sua extensão, a existência de várias pontes antigas em cimento, alvenaria e

	<p>ferro, com moinhos individuais e complexos de moinhos, adaptados para habitação, alguns em ruínas, outros a funcionar já recuperados. Também são descritos tanques, fontanários, cruzeiros, entre outro património de arqueologia industrial que deveria ser preservado.</p> <p>Várias são as referências bibliográficas, em prosa e poesia ao Rio Febros (“De Avintes e o Rio Febros, Pereira, J.A., 1953; “Caminho Novo”, Pereira, João Alves, 1954), onde se ressalta a beleza rústica do rio e dos seus moinhos, as tradições ligadas ao Febros (a produção de pão que tornou célebre a freguesia de Avintes e as suas lavadeiras), a sua ecologia (fertilização dos campos agrícolas e alimentação do gado).</p> <p>O Esteiro, foz do Rio Febros, ficou conhecido pelo local de onde partiam as padeiras de Avintes com a famosa broa para abastecer a cidade do Porto, nos barcos típicos (valboeiros) para desembarcarem nas escadas das padeiras na Ribeira do Porto. O leito do rio possui inúmeros açudes que, através das levadas, desviam parte das suas águas. Este facto possibilitou a utilização do Febros como fonte de energia para fazer os muitos moinhos que, outrora, se espalhavam ao longo do seu curso, alguns dos quais em actividade. O Febros foi assim um agente da indústria de moagem e um motor de desenvolvimento da freguesia de Avintes. A origem do nome do rio perde-se no tempo, contudo pensa-se que estará associada a um deus romano a quem estava consagrado o mês de Fevereiro, por sua vez dedicado à purificação. Daí <i>Februm</i> significar purificação.</p>
<b>Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território</b>	Os terrenos das margens do Rio Febros são propriedade privada, alguns classificados como Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, pela aptidão agrícola dos solos marginais ao curso de água. Desconhece-se outras condicionantes relativamente ao Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia.
<b>Ameaças à preservação</b>	A pressão urbanística, o abate de árvores, a deposição ilegal de lixo nas margens, a presença de espécies invasoras (acácias e eucaliptos), as descargas ilegais de águas residuais e consequente poluição do leito e margens são ameaças à preservação do Rio Febros.
<b>Dinâmica local</b>	<p>Existem várias iniciativas de preservação do Rio Febros. As Águas de Gaia iniciaram a despoluição do Rio Febros, com a construção de uma ETAR para drenagem das águas residuais que nele desaguavam. Com a progressiva melhoria da qualidade da água, o Parque Biológico de Gaia pretende repovoar o leito do Febros com lontras, animal emblemático deste rio mas muito sensível à poluição que afectou o seu habitat natural. O Parque Biológico de Gaia promove também visitas ao longo de parte do percurso do Rio Febros, assim como aos moinhos existentes dentro do parque.</p> <p>Também Serafim Silva da associação Onda Verde em 2006 realizou trabalhos para a implementação de um trilho de interpretação da natureza e da paisagem do Rio Febros, começando e terminando em Avintes, atravessando Oliveira do Douro e Vilar de Andorinho. Começando no Cais do Esteiro, percorre 500 m de corredor ripícola, onde se pode observar um moinho em ruínas. Depois segue até à ETAR do Rio Febros, percorre 1000 metros com pontes e moinhos adaptados para habitação, com paragem na antiga fábrica do papel no lugar do Padrão. Cerca de 250 metros adiante, pode ser observado um moinho sem levada no leito do rio. Mais 500 metros à frente, no lugar de Ponte Pedra, podem ser observados um conjunto de moinhos transformados em habitações. Andando mais 500 metros, existe um novo conjunto de moinhos transformados em habitação e uma ponte antiga em arco. Um pouco mais acima, encontra-se um moinho ainda bem conservado dos finais do século XIX onde pela sua envergadura, deduz-se que produzia muita farinha para abastecer a panificação em Avintes. Cerca de 200 metros mais acima, pode-se encontrar dois moinhos recuperados, onde se produz farinha para consumo do seu proprietário. Aqui o rio confina com o Parque Biológico de Avintes e daqui continua-se pelo trilho assinalado, passando na Fonte da Catanora até à entrada das traseiras do Parque Biológico, onde existe a capela de Santo Tusso. Este trilho tem a duração de 4,5 horas (ida e volta). A associação Onda Verde tem promovido igualmente acções de limpeza do Rio Febros.</p> <p>A ETAR do Rio Febros enquadrada nas actividades de educação ambiental promovidas pelas Águas de Gaia promove também visitas de estudo às escolas nas suas instalações (Programa Ciência Viva).</p> <p>No primeiro semestre de 2008, a Câmara Municipal de Gaia promoveu a candidatura ao QREN- ON.2 para requalificação e reabilitação do Rio Febros.</p>
<b>Possíveis intervenções futuras de preservação</b>	Propõe-se a valorização ambiental numa perspectiva de integração na estrutura verde do concelho, pois o Rio Febros representa valores naturais e culturais da comunidade onde se insere. Seria interessante implementar corredores ecológicos com circuitos pedonais e cicláveis, devidamente integrados ambientalmente, desde a nascente do rio Febros até à sua foz. Segundo o proponente, o património paisagístico é de grande relevância e o património construído engloba dezenas de moinhos, açudes e pontes.
<b>Possíveis parceiros na gestão e preservação</b>	Sugerem-se parcerias para a gestão deste património natural e cultural entre a Câmara Municipal de Gaia, as Juntas de Freguesia de Avintes, Vilar de Andorinho, Oliveira do Douro, Pedroso, Olival e Seixezelo, as Águas de Gaia e o Parque Biológico de Gaia. Associações locais como a Onda Verde e os Amigos do Parque Biológico de Gaia poderiam também ter importantes contributos, especialmente na dinamização de actividades de educação ambiental associadas ao Rio Febros.

[Ir para o índice](#)